As fontes estatísticas em relações raciais e a natureza da investigação do quesito cor nas pesquisas sobre a população no Brasil:
Contribuição para o estudo das desigualdades raciais na educação

Aparecida Tereza Rodrigues Regueira

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

APARECIDA TEREZA RODRIGUES REGUEIRA

AS FONTES ESTATÍSTICAS EM RELAÇÕES RACIAIS E A NATUREZA DA INVESTIGAÇÃO DO QUESITO COR NAS PESQUISAS SOBRE A POPULAÇÃO NO BRASIL:

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DAS DESIGUALDADES RACIAIS NA EDUCAÇÃO

RIO DE JANEIRO
2004

APARECIDA TEREZA RODRIGUES REGUEIRA

AS FONTES ESTATÍSTICAS EM RELAÇÕES RACIAIS E A NATUREZA DA INVESTIGAÇÃO DO QUESITO COR NAS PESQUISAS SOBRE A POPULAÇÃO NO BRASIL:

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DAS DESIGUALDADES RACIAIS NA EDUCAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Pablo Gentili

RIO DE JANEIRO
2004

APARECIDA TEREZA RODRIGUES REGUEIRA

AS FONTES ESTATÍSTICAS EM RELAÇÕES RACIAIS E A NATUREZA DA INVESTIGAÇÃO DO QUESITO COR NAS PESQUISAS SOBRE A POPULAÇÃO NO BRASIL.
CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DAS DESIGUALDADES RACIAIS NA EDUCAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pablo Gentili
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Profa. Drª Lilian do Valle
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof. Dr. Carlos Figari
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro IUPERJ
Pesquisador do Programa Políticas da Cor

Dedico este trabalho

À memória de meu irmão, Jorge Luiz, não só pela saudade, mas pelo respeito às minhas convicções e aos meus ideais.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Pablo Gentili, meus sinceros agradecimentos, não apenas pela orientação, mas principalmente pela oportunidade deste desafio, por sua confiança e paciência durante a elaboração deste trabalho, e com certeza pela amizade nesses anos de convivência.

Aos companheiros do IBGE, pela solidariedade, cooperação e incentivo, e também pela realização do trabalho - princípio, meio e fim. Na Gerência de Bibliotecas e Acervos Especiais: Carlos Alberto Almeida, Edna Maria de Sá Moraes, Nádeja Maria Deps Miguel, Paulo Roberto dos Santos Lindesay e Regina Maria Fucci. Na Gerência de Online: Adriana Marino Carrusca. Na Memória Institucional, pelo indispensável apoio: Maria Helena Torelly e Vera Lúcia Cortes Abrantes. Na Gerência de Documentação: Diva de Assis Moreira, pela surpreendente emoção, e à Sonia Regina Allevato, além de tudo, a minha gratidão.

Aos meus contemporâneos: Antônio Bernardino, Eduardo Quintana, Márcia Bezerra, Mário Sergio Teixeira de Oliveira, e Sumérica Lima pela troca de experiências e apoio mútuo. E às doutorandas Liliane Leroux e Sandra Salles pelas oportunas sugestões e apoio.

Aos Pesquisadores e Professores Iolanda de Oliveira (UFF), José Luis Petruccelli (IBGE) e Marcelo Paixão (UFRJ), pelos experientes depoimentos.

À minha pequena e querida família e amigos, por compreenderem o meu necessário isolamento.

Se tremes diante de qualquer injustiça,
estejas onde for, então somos companheiros.
(Che Guevara)

RESUMO

O alto índice de analfabetismo e o baixo nível de escolaridade - revelados no grupo de negros e pobres da população - são os possíveis mecanismos que ajudam a perpetuar a desigualdade e a discriminação na estrutura social no Brasil. A partir de tal constatação, e como contribuição ao estudo das desigualdades raciais na Educação, apresenta um mapeamento das fontes estatísticas disponíveis sobre relações raciais (1990-2003), a análise da natureza da investigação do quesito cor nos Censos Demográficos (1872-2000) e nas PNADS – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, além de significativos depoimentos de professores e pesquisadores que discutem as questões raciais. Verifica que são necessárias a produção e disseminação de mais informações de estudos estatísticos sobre relações raciais, bem como a capacitação para compreensão e acessibilidade aos novos saberes tecnológicos no espaço – negro e Educação. Inclui, ainda, CD-ROM onde estão sistematizados informações e os documentos pesquisados nos Censos e PNADS.

ABSTRACT

The high illiteracy rate and the low educational attainment revealed in the group of black people and poor population - are the possible mechanisms which contribute to maintain the inequality and segregation of Brazil´s social structure. From such evidence, and as a contribution to the study of racial inequality on Education, it presents a mapping of the statistical sources available about racial connections (1990-2003), the analysis of the nature of investigation of the color subject in Demographic Censuses (1872-2000) and PNADs - National Household Sample Surveys, besides the important declaration of professors and researchers who discuss the racial subject. It verifies that the production and dissemination of more information on statistical surveys in social connections is necessary, as well as the ability to understand and to access the new technological knowledge in the space - black and Education. It also includes CD-ROM where information and the documents surveyed on the Censuses and PNAD are systematically disposed.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....17

1 A DISCUSSÃO RACIAL NO BRASIL: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....24

1.1 Sobre os conceitos da raça e a problematica do racismo no Brasil.....24

1.2 O racismo e a hieraquia das estruturas sociais.....27

1.3 Sobre a "ideologia de branqueamento".....31

1.4 Sobre a vertente "democracia racial".....37

1.5 O projeto Unesco e as discussões raciais a partir dos anos de 1950....40

1.6 Sobre o negro e as sociedades de classes: Contribuição de florestan Fernandes e Octávio.....44

1.7 A nova visão das ciências sociais: A contribuição dos indicadores socieconômicos para discutir a discriminação e desigualdade raciais no Brasil.....48

1.7.1 Conferência de Durban atualiza debates e influencia a implantação de novas políticas que enfrentam a desigualdade racial no Brasil.....59

2 A COR NAS ESTATÍSTICAS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA (1872-2003) E O MAPEAMENTO DE FONTES.....64

2.1 A Discussão sobre a classificação da cor nas estatísticas populacionais.....64

2.2 A cor no censos brasileiros: Resumo histórico.....67

2.2.1 Censo de 1872.....68

2.2.2 Censo de 1890.....70

2.2.3 Censos de 1900 e de 1920.....73

2.2.4 Censo de 1940.....76

2.2.5 Censo de 1950.....80

2.2.6 Censo de 1960.....82

2.2.7 Censo de 1970.....84

2.2.8 Censo de 1980.....88

2.2.9 Censo de 1991.....90

2.2.10 Censo de 2000.....92

2.3 O quesito cor PNADS - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.....96

2.4 Mapeamento de fontes estatísticas sobre relações raciais: 1990-2003.....98

3 OS DEPOIMENTOS DAQUELES QUE DISCUTEM A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL: A PRODUÇÃO, ACESSO, DIVULGAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE RELAÇÕES RACIAIS.....122

3.1 Avaliação dos pesquisadores e relato das entrevistas.....123

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....138

REFERÊNCIAS.....143

ANEXOS.....149

INTRODUÇÃO

A convivência com estudos e pesquisas do IBGE, como os Censos Demográficos e as PNADS (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), ao longo de mais de 24 anos, de certa forma, sempre me deram condições de enxergar a realidade social, econômica e educacional da população brasileira. O convívio com pesquisas cujos resultados têm apontado, e há bastante tempo, um desigual acesso à educação, à saúde, bens e serviços, ao emprego formal e rendimentos, ou seja, um quadro de expressiva desigualdade social, regional, com um traço marcadamente racial.

Ao ingressar no mestrado em Educação, havia esboçado, inicialmente, como objeto de estudo as desigualdades educacionais no Brasil, através de uma revisão das políticas educacionais que não haviam dado conta de, pelo menos, minimizar o percentual ainda significativo de não-alfabetizados no país. Percentuais que, com certeza, estão mais presentes no grupo de negros e pobres da população.

Sem dúvida alguma, existe um vasto campo de discussão sobre alguns mecanismos que ajudam a manter a má qualidade do ensino e o restrito acesso da população pobre e "negra", que não consegue concluir nem mesmo o ensino fundamental.

Portanto, o despreparo desse contingente, sem as condições mínimas e/ ou os requerimentos exigidos para o seu ingresso no mercado de trabalho formal, mais informatizado, cada vez mais "flexível" e excludente; e, em grande medida, o significante número de analfabetos: tudo isso sempre me incomodou e sempre foi o foco para um futuro estudo.

A análise inicial do relatório do último Censo Demográfico[1], de certa forma, mostra resultados que são dignos de atenção:

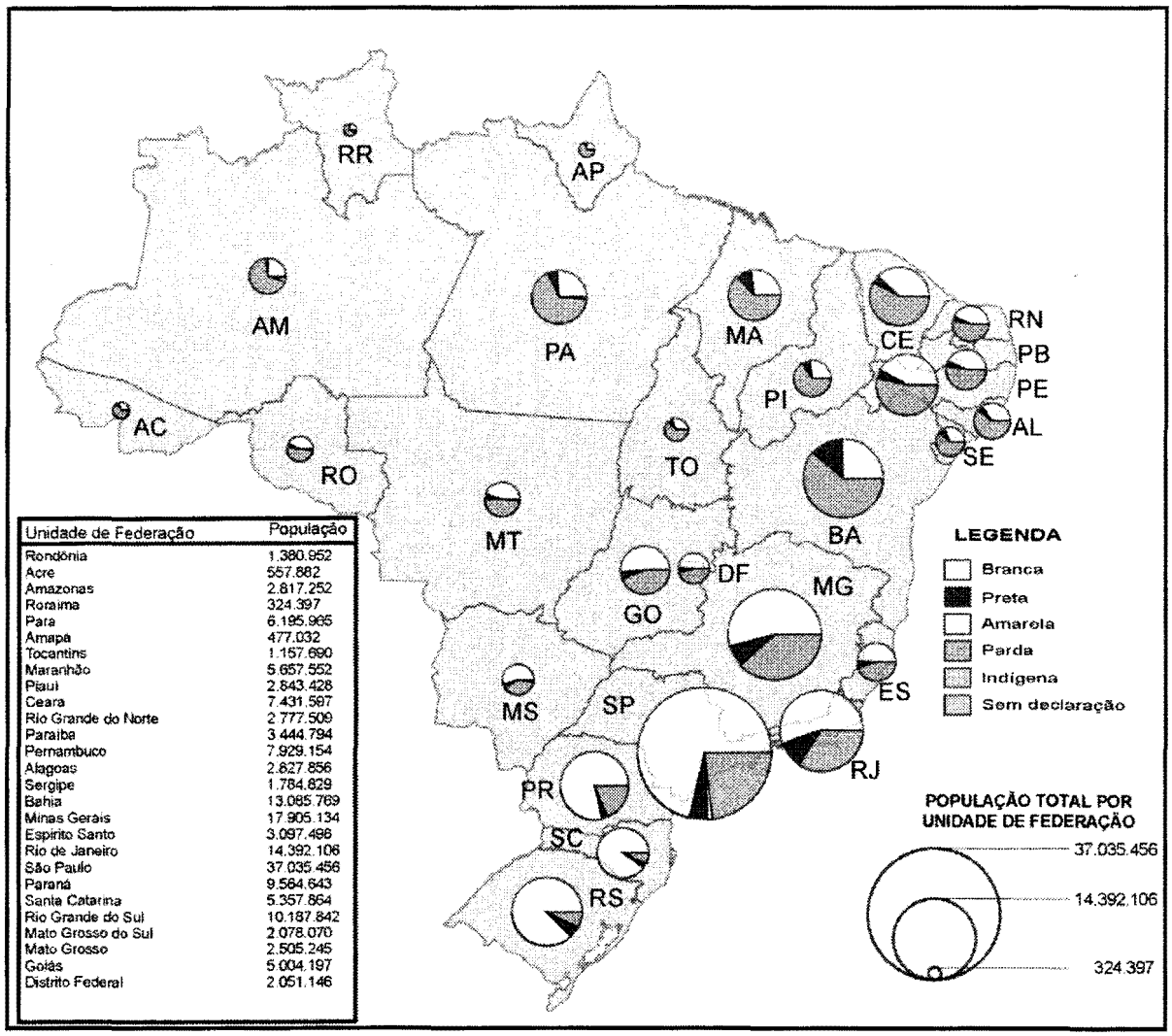
[1] Resultados divulgados na publicação PARA compreender o Brasil. (2001).

- Em 2000, mais da metade da população brasileira se declarou branca (54%), 40% como pardos e 5% como pretos; e como amarelos e indígenas somente 1%. O cartograma (figura 1), visualiza melhor a distribuição de pessoas residentes por cor/raça e por Unidades da Federação.
- Nas faixas de menor rendimento, há uma predominância de pretos e pardos.
- No que se refere à escolaridade e ao rendimento: enquanto os negros (englobando pretos e pardos) recebem em média pouco mais de dois salários mínimos e têm cinco anos de estudo, a população branca alcança a média de cinco salários mínimos e têm mais de sete anos de estudo.
- Quanto à taxa de analfabetismo, esta é menor entre os brancos (28%), mas atinge cerca de 52% dos pretos e 48% dos pardos.

A desigualdade brasileira, devido a um convívio duradouro e harmoniosamente estável, tem sido "naturalizada", ao longo de muito tempo, pela sociedade e essa "naturalização" nas diferenças, principalmente raciais, se traduz num perverso processo de exclusão onde a população negra é mais contemplada. A pobreza nacional é, em sua maioria, constituída por negros. Ou seja, dos 40% do total de pobres no Brasil, 64% são negros, além de configurar também 69% de indigentes[2].

Surgiram então algumas reflexões: Como estas ou outras informações estatísticas estão sendo efetivamente utilizadas na elaboração de políticas que, pelo menos, consigam minimizar tais desigualdades? Até que ponto essas informações estão democratizadas o suficiente nos diversos segmentos da sociedade brasileira? Enfim, o que se tem disponível em termos de produção de estudos estatísticos sobre relações raciais?

[2] HENRIQUES, R. (2001).



Unidade de Federação	População
Rondônia	1.380.952
Acre	557.882
Amazonas	2.817.252
Roraima	324.397
Para	6.195.965
Amapá	477.032
Tocantins	1.157.690
Maranhão	5.657.552
Piauí	2.843.428
Ceara	7.431.597
Rio Grande do Norte	2.777.509
Paraíba	3.444.794
Pernambuco	7.929.154
Alagoas	2.827.856
Sergipe	1.784.829
Bahia	13.085.769
Minas Gerais	17.905.134
Espírito Santo	3.097.498
Rio de Janeiro	14.392.106
São Paulo	37.035.456
Paraná	9.564.643
Santa Catarina	5.357.864
Rio Grande do Sul	10.187.842
Mato Grosso do Sul	2.078.070
Mato Grosso	2.505.245
Goiás	5.004.197
Distrito Federal	2.051.146

Fonte: Censo demográfico 2000. Primeiros resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

Percebi, com isso, a necessidade de mudar o foco de meu trabalho. Voltei-me, então, para a produção de estudos e informações estatísticas sobre relações raciais. Ou seja: sobre a sua disponiblidade, natureza de investigação, acessibilidade, democratização, com o intuito de contribuir para o aprofundamento das discussões sobre as desigualdades raciais na educação.

Da Revisão Bibliográfica

Como ponto de partida, estruturei meu trabalho pela construção de um arcabouço teórico a partir de uma consistente revisão bibliografia de autores nacionais, que se preocuparam e discutiram, nesses últimos sessenta anos, as questões raciais no Brasil. Um suporte teórico necessário para realizar o estudo, com o mínimo de obstáculo possível para o entendimento de qualquer situação.

É interessante observar que em pesquisas ou estudos que pretendam analisar as relações raciais no país, tem que se ter cuidado não somente com a sua contextualização histórica, teórica e mesmo ideológica, mas, como sugerem alguns estudiosos, também, com as mudanças quanto à sistemática na coleta de dados da população.

Dos Objetivos

1º) Analisei todos os Censos Demográficos oficiais (1872-2000), e PNADS, especificamente, quanto à natureza da investigação do quesito cor da população nessas pesquisas. Atualmente, e mais sistematicamente, tanto os Censos Demográficos, realizados a cada decênio, quanto as PNADS, que vão a campo anualmente, incluem em seus levantamentos a cor da população, fato este de ocorrência recente, como será visto no decorrer deste trabalho. A PNAD só passou a investigar sistematicamente a cor da população, a partir de 1987.

É bom esclarecer que a PNAD foi idealizada para suprir, por exemplo, as informações básicas sobre a população durante o período intercensitário. Alguns estudiosos acreditam na necessidade dos órgãos estatísticos observarem os movimentos históricos, no que se refere à inclusão do quesito cor nas estatísticas populacionais, uma vez que esses movimentos são fundamentais para situar as mudanças ocorridas em alguns quesitos, bem como para compreender, que em determinado momento "os indivíduos podem sofrer atribuições ou se atribuírem uma determinada raça/cor" (PIZA, 1993 apud PINTO, 1997).

2º) Elaborei um mapeamento de fontes com estudos estatísticos de relações raciais, no período 1990-2003, para conseguir ter um universo mais amplo da disponibilidade desse tipo de informação.

3º) Entrevistei três pesquisadores e estudiosos de questões raciais. Dois deles, professores em universidades públicas e coordenadores de programas dedicados à promoção do grupo negro da população. O outro entrevistado participa como pesquisador de uma instituição estatística. A intenção foi a de obter depoimentos centrados na disponibilidade, produção, atualização, divulgação e democratização dessas informações não só para a sociedade brasileira como um todo, mas, particularmente, voltados para a questão dos grupos menos privilegiados da população, como forma de substanciar o eixo principal deste estudo. Ou seja, a

necessidade de se produzir e democratizar, cada vez mais informações ou estudos estatísticos que discutam as relações raciais no Brasil. É importante dizer que, além de ter conseguido identificar nos depoimentos alguns pontos em comum, dei realce às propostas, críticas e outros aspectos formulados, que funcionaram como efetiva contribuição ao trabalho.

4º) E, por último, sistematizei, em CD-ROM, todas as informações e documentos pesquisados nos censo e PNADS, como também o mapeamento de fontes.

Dos Procedimentos Metodológicos

1º) Utilizei a pesquisa documental para analisar e relatar todos os documentos, papéis, levantamentos e quaisquer outras informações pertinentes aos levantamentos censitários analisados.

2º) A pesquisa de fontes subsidiou o mapeamento dos estudos disponíveis sobre relações raciais, que utilizaram as estatísticas. O mapeamento foi realizado a partir de investigações em base de dados, portais, *sites*, artigos, periódicos, livros, trabalhos apresentados em congressos. Ou seja, informações produzidas por quaisquer entidades, instituições, universidades.

3º) Por fim, como técnica de apoio à minha investigação, utilizei a entrevista com questões abertas para obter os depoimentos dos pesquisadores e estudiosos de relações raciais.

Este trabalho foi estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo trata da fundamentação teórica da discussão racial no Brasil. Autores como Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Thales de Azevedo colocam em pauta a hierarquização da estrutura social brasileira e a problematização do racismo no Brasil, bem como os contemporâneos Carlos Hasenbalg, Helio Santos, Antonio Sérgio Guimarães e Ricardo Henriques discutem também a naturalização da desigualdade e da discriminação social e racial nas estruturas da sociedade brasileira.

No segundo capítulo, estão a análise documental dos Censos Demográficos, das PNADS e o mapeamento de fontes. E, no terceiro capítulo, o relato das entrevistas. Todas as informações e documentação pesquisadas nos Censos e nas PNADS foram sistematizadas no CD-ROM que acompanha este trabalho.

Os negros ainda sorriem.
Mas vão começar a ranger os dentes...
... O que é preciso é que eles queiram
ser a nação brasileira. (Milton Santos)

1 DISCUSSÃO RACIAL NO BRASIL: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 SOBRE OS CONCEITOS DE RAÇA E A PROBLEMATIZAÇÃO DO RACISMO NO BRASIL

Cabe lembrar que as sociedades ocidentais mais desenvolvidas se inspiraram em teses de superioridade racial do homem branco, afirmadas pela ciência. As teorias darwinianas, com maior difusão em meados do século XIX, e as interpretações oportunistas dos conceitos de seleção das espécies e da vitória do mais apto, foram as responsáveis pela discriminação do negro, através de justificações científicas. Não foi por acaso ou pela vontade divina que o negro foi escravizado, comercializado e "naturalmente" conceitualizado como "raça inferior".

Raça começou, então, como um conceito geograficamente derivado, ou seja, como uma idéia que cientistas europeus do passado utilizaram para categorizar as diferenças de aparência dos povos que viviam em outras partes do mundo mais distantes. Conduziram-se experimentos, com resultados previsíveis, para tentar provar ou desmentir as diferenças da habilidade humana, ligadas à raça ou aparência observada. Fosse por preconceito consciente ou inconsciente, por utilizarem métodos inadequados, por chauvinismo ou simplesmente por erro, o certo é que esses cientistas concluíram que o seu grupo racial era "superior" a todos os outros. Percebe-se que a noção de superioridade européia serviu de desculpa ou justificativa pronta para o imperialismo, o colonialismo e o intervencionismo.

As classificações raciais, como analisa Seyferth (2002), a partir de critérios morfológicos e medidas cranianas, serviram de pano de fundo para hierarquizações fundamentadas na associação entre características físicas e "qualidades ou defeitos", de natureza moral, cultural, social, entre outros, como forma de sustentar a superioridade dos brancos europeus sobre as demais raças. Com isso, o negro estava quase sempre mais próximo da "animalidade". E tais critérios funcionaram porque os cientistas que os criaram partiram do pressuposto de que o avanço civilizatório vinculava-se à superioridade biológica. Como explica Seyferth: "e, nesse caso, as características anatômicas dos povos com civilização mais desenvolvida - no caso, a européia ocidental - eram, necessariamente, as determinantes da superioridade racial."

Os estudos sobre o negro, iniciados no século XIX, como observa Schwarcz (1999), ganharam seguidores. Tais estudos definiram a raça como um conceito biológico, e davam primazia às diferenças biológicas, físicas (fenotípicos) e hereditárias, entre os seres humanos. Conforme Guimarães (1999), depois que essas teorias perderam vigência, raça passou a significar subdivisões distintas da espécie humana, explicadas apenas pelo isolamento de seus membros em relação a outros pertencentes à mesma espécie. Somente após a Segunda Guerra Mundial, o conceito passou a ser recusado pela biologia, e, para ser coerente com a genética pós-darwiniana, alguns cientistas passaram a considerar raça como um grupo de pessoas que, numa dada sociedade, é socialmente definido como diferente de outros grupos, em virtude de certas diferenças físicas, reais ou putativas. As características físicas, portanto, seriam uma espécie de matéria-prima física, ganhando sentido social apenas por meio de crenças, valores e atitudes.

Já para alguns estudiosos, esses grupos deveriam ser classificados, com maior propriedade, de étnicos. Outros cientistas sociais, de acordo com Guimarães, que se atêm especificamente aos fatos culturais, tendem a definir raça como um conceito taxonômico, muito utilizado pelas pessoas no mundo real e com propósito e conseqüências diversas.

O autor imprime à raça um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural, isto é, raça seria vista apenas como categoria social, como forma de se enxergar, de classificar, e de se "naturalizar", no mundo social, valores e atitudes preconceituosos. Portanto, raça, nas palavras de Guimarães (2002), "limita-se ao mundo social, e, assim, adquire o status conceitual de realidade social plena, que permite passar como naturais preconceitos, atitudes, interesses e valores sociais negativos e nefastos". E em que medida, no mundo social, se pode dispensar o conceito de raça[2] ? Para Guimarães, a resposta teórica parece bem clara:

[1] Guimarães observa, então, ao citar Thomas Eriksen, que a "etnicidade pode assumir várias formas, e,(...), as ideologias éticas tendem a enfatizar uma descendência comum, (logo) a diferença entre raça e etnicidade torna-se uma problemática (...)". (ERIKSEN, 1993 *apud* GUIMARÃES, 1999). Alguns sociólogos, segundo Guimarães, por considerarem raça como um conceito muito carregado de ideologia, rejeitaram a distinção entre raça e etnia, preferindo falar apenas de etnia.

> Quando já não houver identidades raciais, isto é, quando não existirem grupos sociais que identifiquem, a partir de marcadores (...), que derivem da idéia de raça. Quando as desigualdades, a discriminação e hierarquias sociais, efetivamente, não correspondam a esses marcadores, e, por último, quando tais identidades e discriminações forem prescindíveis, em termos sociais e políticos, para a afirmação social dos grupos oprimidos. (GUIMARÃES, 2002).

Vale destacar, ainda, as teorias raciais que serviram, nos anos de 1920 e 1930, de sustentação a diversas ideologias, e legitimaram lamentáveis e desastrosas ações, de alguns estados, com tendências nacionalistas. Percebe-se, com isso, que o conceito de raça parece ter mais sentido no âmbito da ideologia. E mais: cientificamente, o conceito de raça não consegue dar conta de fenômenos ou fatos sociais. Entretanto, de alguma forma, auxilia o pesquisador a compreender certas ações, subjetivamente intencionadas; ou melhor, a subjetividade de certas ações sociais. Não há necessidade, afirma Guimarães (1999), de se reivindicar nenhuma realidade biológica das raças, para fundamentar sua utilização em estudos sociológicos.

A produção científica no Brasil, segundo Guimarães (1995), já nas primeiras décadas do século passado, fez uso de um discurso essencialista e ontológico, que buscava, primordialmente, o conhecimento das essências, mas negligenciava a tessitura discursiva e metafórica, que na verdade maquiou e ocultou o racismo, através de uma linguagem de status e classe. Falar, então, de racismo no Brasil, enfatiza o autor, tem que levar em consideração uma forma bastante específica de naturalizar, de explicar diferenças pessoais, sociais e culturais, a partir de diferenças vistas como "naturais".

[2] O emprego da noção de raça teve uma outra corrente, mais voltada para o terreno político. Guimarães cita argumentos de Robert Miles, para quem a "incorporação legal da idéia da existência de raças, acabaria por validar, numa situação de relações de desigualdade entre elas, as crenças num mundo fenomênico e por ordenar, de maneira racializada, as relações sociais, tais como são estruturadas e reproduzidas" (MILES, 1993 *apud* GUIMARÃES, 1999). Para Guimarães (1999), é muito difícil lutar contra uma imputação ou discriminação sem lhe dar realidade social. Diz ele: "Se não for à raça, a que atribuir as discriminações que somente se tornam inteligíveis pela idéia de raça".

O que Guimarães tenta esclarecer, quanto à naturalização do racismo, se relaciona ao uso do termo "natural", que, num sentido mais amplo, pode assumir um significado, que ele chama de "ordem a-histórico ou trans-histórico", sem interesses particulares, mas como forma de manifestações. A ordem natural e presumida, portanto, pode ter uma justificativa teológica ou de origem divina, científica (endodeterminada), ou cultural, como necessidade histórica. No entanto, "quando essa ordem natural delimita as distâncias sociais, assiste-se a sistemas de hierarquização rígidos e inescapáveis". (GUIMARÃES, 1999).

1.2 O RACISMO E A HIERARQUIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS SOCIAIS

É importante mencionar que a conformação do Brasil em nação teve, como pano de fundo, acordos voltados aos interesses das oligarquias nacionais. Nesse contexto, percebe-se, que a questão do negro brasileiro contempla três vertentes significativas de discussão: o racismo, calcado no biologismo; a miscigenação, potencializada, em dado momento, pela "ideologia de embranquecimento"; e, finalmente, a idéia de "democracia racial". Essas três vertentes discursivas, de certa forma, explicam a discriminação e desigualdades observadas nas estruturas da sociedade brasileira.

O racismo e suas diversas manifestações ganham força nas palavras de Giroux, quando o conceitua como um "veneno ideológico". Em sua definição, portanto:

> Racismo é uma construção histórica e social, que penetra nas práticas sociais, no inconsciente e na própria racionalidade. Tem a ver como ele é produzido, mantido e assumido por uma política cultural, difundida dentro das mais amplas relações de poder dominantes. (GIROUX, 1999).

Dessa forma, a cor da pele, o aspecto físico, os traços fenotípicos do indivíduo tiveram um peso significativo, quando da hierarquização das estruturas da nova sociedade industrializada brasileira, que apontava. Funcionaram como uma "marca" para os que deveriam ou não ser incluídos no modelo de produção e relações de trabalho mais modernos. É oportuno lembrar que a sociedade capitalista sempre determinou, efetivamente, o lugar que o negro e o mestiço deveriam ocupar, sem dar muitas chances e oportunidades, de maneira igualitária, à sua mobilização e ascensão social, caracterizando, com isso, um racismo e discriminação, embora de forma não muito clara, e dissimulada.

A hierarquização das estruturas sociais, no Brasil, pode ser justificada e racionalizada também fazendo um apelo à sua ordem natural. A exemplo do que aconteceu com a Inglaterra no século XIX, observa Guimarães, onde a hierarquização era justificada pelo resultado das "virtudes individuais".

> Os pobres eram pobres porque lhes faltavam sentimentos, virtudes e valores nobres", (...), as mulheres teriam posições subordinadas devido às características de seu sexo, (...), e os negros eram escravizados (...) porque sua raça seria intelectual e moralmente incapacitada para a civilização. (GUIMARÃES, 1999).

Percebe-se que tais conceituações hierárquicas, no Brasil, utilizaram, mesmo de maneira não muito clara, de prerrogativas, conforme Guimarães, baseadas em teorias da natureza, como a biologia e a genética. É possível, então, identificar, conforme Henriques (2000), a existência de um processo de naturalização, presente em todas as hierarquias sociais, e que se traduz num traço constitutivo das relações de dominação.

Cabe mencionar o estudo de Thales de Azevedo sobre essa questão.

Acredita-se que ele se aproxime mais das explicações, que favorecem o entendimento da desigualdade e discriminação raciais, ainda presentes nas estruturas da sociedade brasileira. Em "Classes Sociais e Grupos de Prestígio" (1996), Azevedo rompe com a visão dos anos 1930 de Donald Pierson sobre "democracia racial" (BRANDÃO, 1996; GUIMARÃES, 1999), quando pega emprestado à sociologia alemã, de Weber, as categorias de classe e de grupos de prestígio, para entender a estratificação do grupo negro da população brasileira. A inovação de Azevedo consiste, segundo Guimarães (1995), no momento em que ele consegue teorizar a transição do Brasil colonial para um Brasil moderno, ou seja, a transição de uma sociedade de *status* para uma sociedade de classes, ressaltando que a relação entre *status* e cor permanecera inalterada. Na visão de Guimarães (1999), Azevedo mantém-se fiel ao texto weberiano, ao considerar a categoria *status* como categoria de estrutura social com o mesmo sentido de classe e casta, e não como simples categoria de interação social, como faziam os sociólogos da Escola de Chicago. "Assim, ele consegue encontrar o terreno teórico onde se poderia teorizar a dureza, a rigidez e a importância das distinções de cor no Brasil". (GUIMARÃES, 1995).

Portanto, ao conceituar *status* como fenômeno de estrutura social, Azevedo observa que o status resulta de uma combinação de fatores, como o nascimento e tipo físico, que se deixam modificar, até certo ponto, pela fortuna, pela ocupação e pela educação. O *status* de nascimento e a cor funcionam como limitadores da distância social de mobilidade vertical, quaisquer que sejam os demais elementos condicionantes. Para o autor, existe uma correlação entre *status* e cor, que resulta numa divisão da sociedade em dois estratos principais, assim explicados em suas palavras:

> Dessa estrutura, em duas camadas, começam a emergir as classes sociais identificáveis do ponto de vista econômico, através da diferenciação de bens, níveis de renda, padrões de consumo, (...), níveis de instrução. (AZEVEDO, 1996).

O esquema de classe ajusta-se, em parte, ao de grupos de prestígio e se organiza ainda muito em função da estrutura anterior. Existe, para o autor, uma linha divisória que separa, mais nitidamente, os dois grupos de *status* e prestígio, que se constituem, de um lado, pelo agregado das classes alta e média, e, de outro lado, pela classe baixa. Por isso, a classe média está muito mais distante da pobreza do que da elite. "As discriminações mais visíveis e as tensões mais manifestas são, portanto, as que se operam entre esses grandes grupos" (BRANDÃO, 1996). Na verdade, percebe-se que Thales de Azevedo se aproxima, ainda que com uma indicação incipiente, dos estudos contemporâneos, que até certo ponto destacam a manutenção da velha estrutura estamental.

Na análise de Guimarães (1995), Azevedo, nos ensaios dos anos de 1930 sobre a sociedade baiana, consegue significativas conceituações ao classificar a sociedade colonial em dois grupos de *status* principais, isto é, em brancos e negros ou senhores e escravos, que eram intemerdiados por um estrato ocupacional e socialmente desqualificado, designado povo. Azevedo consegue, também, identificar em seu estudo uma convivência harmoniosa entre as duas hierarquias, de *status* e classes, na sociedade brasileira em transição. A primeira hierarquia (*status*) estratifica a sociedade em classes alta, média e baixa. Já a segunda (classes), intensifica essa estratificação, dividindo a sociedade em "brancos e negros".

De acordo com Thales de Azevedo (1996), após a Abolição, o grupo negro foi incorporado como "povo" e, só gradativamente, foram sendo dissolvidas as hierarquias de *status*. Com o desenvolvimento da sociedade de classes, emergiu, então, uma nova camada intermediária, que deu lugar, mais adiante, às classes médias. Na opinião de Guimarães (1995), essa noção do mestre baiano é, sem dúvida, de grande importância para os estudos de relações sociais e para a luta anti-racista no Brasil, como também para desmistificar a idéia de "democracia racial". Vale comentar, também, a análise de Guimarães (1995) sobre o preconceito de cor, apontado por Florestan Fernandes (1965) e conceitualizado, primeiramente, pelo movimento social Frente Negra, nos anos de 1940, sobre sua utilização não só como uma noção nativa, mas como uma forma particular de discriminação racial, que oprime os negros brasileiros. Para Guimarães, a cor no Brasil funciona como uma imagem figurada de "raça", ao considerar que:

> Quando os estudiosos incorporam ao seu discurso a "cor" (...) para referirem-se aos "grupos objetivos", eles estão se recusando a perceber o racismo brasileiro. Alguém só pode ter cor e ser classificado num grupo de cor, se existe uma ideologia, (...) onde a cor das pessoas tem algum significado. (GUIMARÃES, 1995).

No pensamento de Hélio Santos[3] , é também relevante se levar em consideração, para que se tenha maior clareza das condições atuais do negro brasileiro nas estruturas socioeconômica e educacional da sociedade, a forma como se deu a Abolição da Escravatura no Brasil. Segundo Santos, o Brasil seria hoje um outro país, caso a lei[4] que aboliu a escravidão viesse acompanhada de mecanismos que inserissem os ex-escravos no mercado de trabalho. Ou seja, uma reforma agrária ou uma política de assentamento efetiva, que contemplasse esse grupo da população com pequenas propriedades agrícolas, aptas à produção.

[3] Ver SANTOS, H., 2000. p. 53-74.

[4] O artigo 1º da Lei nº 3353, de 13 de maio de 1888, diz apenas que: "É declarada exctinta a escravidão no Brazil". Idem, 2000. p.53-74.

Na verdade, a libertação física dos escravos, de certa forma, "funcionou como um golpe branco e, insuspeitavelmente, nos abolicionistas, que por ingenuidade se satisfizeram com uma solução parcial do problema. Optou-se, então, pelo não enfrentamento da aristocracia rural". (SANTOS, 2000). Ou seja, a imobilidade socioeconômica, vista hoje e que atinge, com maior evidência, o grupo negro, é conseqüência do tipo de abolição que teve o país.

A população negra, após a Abolição, como esclarece Thales de Azevedo (1975), embora de forma dificultosa e demorada, foi significativamente incorporada mais nas classes sociais inferiores da sociedade brasileira. E, é isso o que determinou o destino, durante muitos anos, ainda presenciado no presente, do negro brasileiro, ou seja, de ser relegado às posições e situações de condicionamento e às atividades consideradas subalternas.

Um outro registro de Azevedo (1975), quando comenta, também, a contradição da sociedade brasileira, que ao manter uma forma patriarcal de relações de classes, de algum jeito, contribui para a sobrevivência de esquemas antigos de estratificação social e racial. Isso explica, segundo ele, a ascensão social individual pelo mérito e o convívio das "pessoas de cor" com outros indivíduos da sociedade, sem tensões e de uma maneira descontraída e tranqüila, e mais significativamente nas classes populares. Isto é, a inobservância de segregações, em lugares públicos, e de um racismo e discriminação mais severos e contundentes.

1.3 SOBRE A "IDEOLOGIA DE BRANQUEAMENTO"

Após a "Abolição tardia"[5] da escravidão, a nação brasileira abrigava um grande contingente de "novos brasileiros", ou seja, os negros brasileiros

[5] Cumpre esclarecer, que o processo de Abolição da Escravatura, no Brasil, foi lento e tinha por princípio não alterar, de forma alguma, as estruturas da sociedade. Somente com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, em 1850, que extinguiu o Tráfico Negreiro, é que houve a possibilidade, para os negros cativos, da tão esperada "liberdade". Acrescente-se que tal lei foi resultado de pressões exercidas, no início do século XIX, pela Inglaterra, e, segundo Azevedo (1975), por motivos morais, políticos e econômicos, para a cessação do negócio negreiro com a África. A Abolição, na verdade, não poderia ser mais retardada, por conta das repercussões, tanto intelectuais quanto econômicas, da revolução industrial européia, além do evidente apelo ao trabalho livre surgido pela diversificação da produção, pela necessidade de ampliar o aparelho administrativo com a formação de núcleos urbanos. Por último, pela conseqüente emergência de uma classe média artesanal, comercial e burocrática, entre outros motivos.

frutos de cruzamentos entre brancos, negros e índios. Assim, durante o período da Primeira República (1889-1929), a miscigenação foi um valioso instrumento de hierarquização e estratificação social no país, com a industrialização da sociedade.

O embranquecimento ou o branqueamento da população foi, sem dúvida alguma, uma das modalidades de racismo à brasileira. E foi assim tratado, nesse período, como um processo irreversível no Brasil e que permitiria a ascensão social desses "novos brasileiros", através da assimilação de conduta e atitudes, não só do ponto de vista cultural, como, também, estético da população branca. O que predominava no Brasil, naquele momento, era o "caráter nacional", a possibilidade de desenvolvimento, de crescimento econômico, percebidos nas grandes narrativas da modernidade que apontava.

Cabem, aqui, as considerações de Thales de Azevedo (1975) sobre algumas tipificações desse período, ou seja, a marca do africano que havia ficado em milhões de brasileiros, e que eram chamados, preferivelmente, de "morenos". Assim, as palavras "negro" e "mulato", segundo Azevedo, soavam aos ouvidos do brasileiro "castiço", como uma caracterização puramente racial e equivalentes, em muitos casos, a "ex-escravo".

De acordo com Hasenbalg (1996), o Brasil tem pontos comuns com outros países da América Latina de língua espanhola, no que diz respeito à experiência histórica dos descendentes de escravos africanos, e às relações entre brancos e negros. O embranquecimento ou o ideal de branqueamento é, portanto, um desses pontos. O branqueamento da população, entendido como um projeto nacional, foi implementado por meio da miscigenação seletiva e de políticas que potencializaram o povoamento e a imigração européia. A miscigenação ou mistura racial, como no caso colombiano, não funcionou apenas como ideologia, mas, também, como prática social. Para Hasenbalg, tal branqueamento era a versão hierárquica e discriminatória da mistura racial. Nas explicações de Hasenbalg:

> A miscigenação aponta para a homogeneidade e inclusão e se contrapõe às normas de separação e pureza vigentes em outros sistemas raciais. Mas,

> a mistura racial é também um passo no caminho ao branqueamento, resultado final esperado, que implica hierarquia e valorização negativa de negros e índios. (HASENBALG, 1996).

As políticas de promoção e subsídios aos imigrantes europeus, que, de certa forma, foram bem-sucedidas, são, sem sombra de dúvida, o lado mais visivelmente danoso para o grupo negro. Outro ponto negativo é a legislação que proibiu a imigração de africanos e asiáticos. Instalou-se, então, segundo Hasenbalg, um círculo vicioso, ou seja, a entrada em massa de imigrantes brancos que reforçava o projeto de branquear a população brasileira.

No cruzamento do branco com o negro, necessariamente, contava-se com o clareamento gradual e permanente da pessoa, mas jamais se cogitava a hipótese de que a mestiçagem gerava o enegrecimento da população[6] . A ideologia dominante apostou no branqueamento. Segundo Domingues, o mestiço, dependendo da pigmentação da pele, era classificado como quase-branco, semibranco ou sub-branco e tratado de forma diferenciada.

Acredita-se que sejam importantes alguns trechos do volume introdutório (volume 1) do Censo de 1920[7] , mais especificamente, do relatório histórico "Evolução do Povo Brasileiro", de Oliveira Vianna, que reproduz, de maneira significativa, o projeto nacional racista implementado à época. No referido relatório, o negro e o índio são considerados como "raças inferiores", como se pode observar nos destaques, a seguir.

[6] Ver Domigues (2002. p. 563-599).

[7] RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920. (1922). Tal recenseamento foi realizado pela então Directoria Geral de Estactistica do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, e no governo de Epitacio Pessôa.

> O valor de um grupo ethnico é aferido pela sua maior ou menor fecundidade em gerar typos superiores, capazes de ultrapassar pelo talento, pelo caracter ou pela energia da vontade o estalão médio dos homens da sua raça ou do seu tempo. (...) Esses homens são os únicos elementos que "marcam" numa qualquer sociedade, são elles que dirigem as massas, elles que, modelando a consciência dos indivíduos sem personalidade, que são a maioria, modelam a alma e a physionomia dos grupos a que pertencem. (..) Em todas as raças humanas, mesmo as mais baixamente collocadas na escala da civilização, esses typos superiores aparecem: não há raça sem eugenismo. (RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920, v. 1, p. 327, 1922).

Os demais trechos selecionados dão visibilidade ao espírito do projeto, absurdamente, racista de clareamento da população brasileira:

> Povo oriundo de multiplas combinações ethnicas, o estudo do gráo de etigenismo das diversas raças, (...), é portanto dos mais interessantes: por elle poderemos aferir o gráo de superioridade do nosso typo nacional, (...).
> (...) O negro puro nunca poderá, com effeito, assimilar completamente a cultura aryana, mesmo os seus exemplares mais elevados: a sua capacidade de civilização, a sua civilizabilidade, não vae além da imitação, mais ou menos perfeitas, dos hábitos e costumes do homem branco. (RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920, v. 1, p. 327, 1922).

No primeiro parágrafo, da página seguinte, lê-se ainda comentário bastante significativo:

> Entre a mentalidade deste (do homem branco) e a do homem africano puro há uma differença de estructura, substancial e irreductivel, que nenhuma pressão social ou cultural, por mais prolongada que seja, será capaz de vencer e eliminar. (...) Os próprios negros americanos, muito superiores, aliás, aos nossos, em virtude de selecção imposta pelas contingências da lucta com adversário temível, como é o anglo-saxão, ficam muito abaixo do theor médio da civilização norte-americana: mesmo os seus typos superiores, (...), não são negros puros, mas perfeitos mestiços, authenticos mulatos, cuja superioridade deriva unicamente do sangue aryano que trazem nas veias. (RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920, v. 1, p. 328, 1922).

E o comentário no penúltimo parágrafo, nessa mesma página, facilita o entendimento da desigualdade crônica do grupo negro da população, nas estruturas atuais da sociedade brasileira.

> O homem branco cultiva, (...) certas aspirações, move-se segundo certas predileções e visa certos objectivos superiores, que de modo algum serão capazes de construir motivos determinantes da actividade social do homem negro. Esses objectivos, que são a causa intima de incomparavel aptidão ascensional das sociedades aryanas, deixam indifferentes os homens da raça negra, organicamente incapazes de se elevarem, quando transportados para um meio civilizado, acima das aspirações limitadas da sua civilização originaria. (...) O poder ascensional dos negros em nosso povo e em nossa historia, si é, pois, muito reduzido, apezar da sua formidável maioria, não o é apenas pela pequena capacidade eugenística da raça negra, (...) mas principalmente pela insensibilidade do negro a essas solicitações superiores que constituem as forças dominantes da mentalidade do homem branco. Quando sujeitos à disciplina das senzalas, os senhores os mantêm dentro de certos costumes de morabilidade e sociabilidade (...): desde o momento, porém, em que, abolida a escravidão, são entregues, em massa, a sua própria direcção, decahem e chegam progressivamente à situação abastarda, em que o vemos hoje. (Idem, v. 1, p. 328, 1922).

Finalmente, logo no início da Parte X, no referido relatório censitário, percebe-se o cerne do projeto nacional de "arianização" pelo branqueamento da pele da população e da anulação ou erradicação do elemento cultural negro em todo o país.

> Neste trabalho de aryanização do nosso povo, ha outros collaboradores mais enérgicos do que a immigração das raças brancas da Europa. Ha selecções naturaes e sociaes, que acceleram extraordinariamente entre nós a rapidez do processo reductor dos elementos ethnicamente inferiores.
> (...) Para essa preponderancia dos caracteres aryanos nos ty pos mestiços, as selecções sexuaes concorrem tambem como acção inestimável. (...) Esta predilecção dos colonos brancos pelas mulatas e caboclas durante o periodo colonial e mesmo na actualidade, tem uma funcção superior na evolução da nossa raça, porque opera como um agente de acceleração do nosso typo nacional. (RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920, v. 1, p. 342, 1922).

Tal ideologia, infelizmente, atuou de modo realmente danoso, e durante muito tempo, no imaginário da população negra que almejava a ascensão social. Levando-se em conta a sua longa e humilhante trajetória escravista, o negro via, como uma oportunidade de sair dessa condição e ser aceito no seio do grupo dominante branco, a assimilação de atitudes, comportamento e estética do branco, desprezando até a sua origem africana. Ao assimilarem os valores sociais e morais, conforme Domingues (2002), da ideologia de branqueamento, alguns negros avaliavam-se pelas representações negativas construídas pelos brancos.

Por volta, então, dos anos de 1950, o ideal de branqueamento vai perder a sua legitimidade intelectual, por conta da derrota do Nazismo na Segunda Guerra Mundial e da emergência, no Terceiro Mundo, de nações independentes de população não-branca. É o momento da "negritude". Nas palavras de Hasenbalg (1996), porém, "essa perda de legitimidade não evitou que esse ideal criasse raízes profundas no grupo negro, cujo desaparecimento era esperado, levando tendencialmente o próprio negro à sua autonegação".

Deve-se levar em conta o importante comentário de Hasenbalg.

Chama a atenção também o fato de que durante muito tempo os Censos Demográficos sempre mostraram uma tendência da maioria da população negra em se autodeclarar como pertencente ao grupo "pardo". Cabe arriscar, então, que ao se declarar como "pardo", o negro estaria, assim, se considerando bem mais próximo de uma realidade do "branco", e, conseqüentemente, com maiores condições à sua mobilidade e acesso aos diversos setores na estrutura socioeconômica da sociedade brasileira. Entretanto, no último Censo Demográfico (2000), um maior número de brasileiros se autodeclararam como pretos. Em compensação, diminuiu os que se identificavam como pardos, ou seja, de 46,2%, em 1991 para 39,1%, em 2000.

Percebe-se que a identificação étnica, hoje, está sendo representada como uma construção social. E, nessa perspectiva, a identidade ou identidades do indíviduo ou grupo de indivíduos, assim como raça e cor, parecem estar associadas de maneira imprescindível a uma discussão que remete ao questionamento de seu pertencimento sociocultural e à exigência de seu

reconhecimento público. A questão da identidade tem a ver, segundo Munanga (2002), com a percepção que as pessoas têm de si mesmas e das características fundamentais que as definem como seres humanos.

Para Munanga, a identidade das pessoas é parcialmente formada pelo reconhecimento ou por sua ausência, e ainda pela má percepção que os outros têm dela, ou seja, "uma pessoa ou um grupo de pessoas ou as sociedades que os rodeiam lhes devolvem uma imagem limitada, depreciativa ou desprezível deles mesmos". No que se refere ao grupo negro da população, durante gerações a sociedade branca tem construído uma imagem depreciativa dos negros, à qual alguns deles não conseguiram ou tiveram força para resistir. Assim, essa autodepreciação se traduz numa efetiva arma de sua própria opressão. E, conclui: "Seu primeiro objetivo deveria ser o de desembaraçar-se dessa identidade imposta, destrutiva". (MUNANGA, 2002). Já na opinião de Barbosa (2002)[8], é necessário uma construção cultural que contemple um "negro que existiu no Brasil, e não de um negro imaginário". De se construir, então, a identidade ou identidades do negro brasileiro, o seu pertencimento, desnaturalizando as igualdades historicamente naturalizadas.

1.4 SOBRE A VERTENTE "DEMOCRACIA RACIAL"

O mito da democracia racial foi interpretado pela grande maioria da intelectualidade, a partir de considerações de Gilberto Freyre sobre a miscigenação ou mistura racial brasileira. Freyre considerava tal miscigenação como algo natural, como uma "singularidade da nação", e, portanto, o cruzamento de raças como um modelo de sociabilidade.

Nos anos de 1930, Gilberto Freyre, em "Casa Grande & Senzala", influencia a intelectualidade internacional com a idéia da convivência harmoniosa das "três raças". Era um momento, segundo Schwarcz (1999), em que se questionava a "ordem cultural do país". A cultura mestiça era a que tinha a

[8] Wilson Nascimento Barbosa é historiador e Doutor pela Universidade de São Paulo (USP). Divide com Joel Rufino dos Santos autoria de importante obra: Atrás do muro da noite: dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília. Fundação Palmares, 1994.

maior relevância nas teorias e representação oficial da nação, e, na principal obra de Freyre, a mistura racial tem um grande peso. Os colonizadores portugueses teriam, então, resolvido a questão racial dos brasileiros, por conta da adoção, de maneira efetiva, da estratégia da miscigenação[9].

De acordo com Schwarcz (1999), Freyre admitia a mestiçagem. No entanto, quando ressalta os traços físicos e étnicos, ele enfatiza, de certa forma, os conceitos da época de "superioridade e inferioridade". Mas será a sua obra que influenciará, mais à frente, os estudos de Donald Pierson (década de 1940) sobre as relações raciais em Salvador. Em "Brancos e Pretos na Bahia" (1945), Pierson introduz o conceito de cor, como elemento, para analisar a raça, argumentando que no Brasil a ausência de regras revelava uma maior mobilidade.

A partir do olhar de Freyre, desenvolve-se um processo de "desafricanização cultural" no Brasil, ou seja, os elementos culturais e simbólicos africanos são reinventados pelos negros brasileiros, mas em padrões do colonizador. A mestiçagem passa a ser integrada ou colonizada pela intelectualidade da época, como esclarece Schwarcz: "Uma série de intelectuais ligados ao poder público (...) pensam em políticas culturais, como forma de uma autêntica identidade brasileira." (SCHWARCZ, 1999).

Trabalhos, como o de Gilberto Freyre, Donald Pierson, Charles Wagley, irão destacar o "branqueamento nacional". O mito das três raças de Freyre, aliado às teses culturais, desconstruirá as explicações e conceitos biológicos de Nina Rodrigues[10] .

A idéia de "democracia racial", na análise de Schwarcz (1999), é recebida "como uma espécie de modelo que encontra excessos de significação na sociedade brasileira. Muitas vezes contradiz a realidade, e, de alguma forma,

[9] O colonizador branco (português), através do relacionamento sexual, muitas vezes forçado e pouco pacífico, num primeiro momento com as mulheres índias, e em outro, com as mulheres negras, propiciou o surgimento do "mestiço", que se constituiria, então, no tipo mais adequado à construção da nação brasileira.

[10] SCHWARCZ (1999) relata que Nina Rodrigues, então considerado como um dos principais antropólogos por seus trabalhos sobre cultura e língua africanas, teceu severas críticas à miscigenação, vendo nela "a falência da nação" e sua suprema degeneração.

não só contém distorções, mas também pistas". As pistas observadas, referem-se às explicações de Freyre no fato de não existirem conflitos raciais no país, mas "diferenças culturais". De certa forma, essas pistas anteciparam as discussões contemporâneas pós-modernistas, ou seja, os novos conceitos sustentados em diferenças culturais e na construção de identidades culturais nacionais. É interessante destacar que, para Hélio Santos (2000), a idéia de democracia racial, atribuída a Gilberto Freyre, não foi esclarecida adequadamente. Quando diz: "Não se sabe bem o que vem a ser isto, em um país onde existem mais de 70 milhões de não-brancos".

Em "Classes, Raças e Democracia" (2002), Antonio Sérgio Guimarães levanta interessante discussão, ou seja, o fato do termo "democracia racial", atribuído a Freyre, não aparecer em suas obras mais importantes. Guimarães afirma que o citado termo só é encontrado na literatura dos anos de 1950. Pelo visto, essa noção teria sido percebida, pela primeira vez, em Roger Bastide[11] , fruto de encontro com Gilberto Freyre, quando teria refletido sobre a ordem social da democracia brasileira, ordem essa que não comportava distinções rígidas entre brancos e negros. E nesse contexto, é que aparece, segundo Guimarães, pela primeira vez a expressão "democracia racial".

Além disso, Guimarães acredita, em princípio, que tenha sido também uma tradução livre de Bastide das idéias expressas por Freyre em conferências, nos anos de 1943 e 1944. Por essa ocasião, Bastide teria omitido o sentido "ibérico"[12] restrito, que Freyre atribuíra à expressão "democracia social e étnica", dando realce, portanto, ao caráter universalista de "contribuição brasileira à humanidade".

Assim, explica o autor, transposto para o universo individualista ocidental, o termo "democracia social" tomou novo fôlego, fazendo com que ganhasse a conotação de ideal de igualdade e de respeito aos direitos civis. Somente após 1964, esse termo voltou a significar, apenas e exclusivamente, mestiçagem e mistura étnico cultural. Na verdade, o mito racial, como observa Hasenbalg,

[11] Conforme Guimarães (2002), Bastide teria feito uso do termo "democracia racial" em artigo publicado no Diário de São Paulo, em 31 de março de 1944.

[12] Guimarães (2002) observa que tal noção é pressentida durante a Conferência de Gilberto Freyre, em 1940, no Gabinete Português de Leitura, no Recife, e que traduz, não só as tensões da guerra na Europa, como também as tensões internas integralistas.

"funciona como um controle social, que aponta para uma unidade e homogeneidade nacional, ocultando, assim, a existência de divisões raciais e sociais". (HASENBALG, 1999).

É possível que Freyre, convocado a autor ou inspirador da "democracia racial", não tenha dado, inicialmente, à tal idéia o cunho político e ideológico em que se traduziu posteriormente. De qualquer forma, a idéia de "democracia racial", transformada em mito, e apropriada, durante muitos anos, por regimes de exceção no país, não deve ser colocada de lado. Ou seja, é necessário alimentá-la como a possibilidade de se ter mesmo uma verdadeira democracia racial, ou, pelo menos, como algo a ser conquistado no adiante. Mesmo sendo uma construção utópica, sem hierarquizações injustas ou demarcadas por conceitos de raça e cor.

1.5 O PROJETO UNESCO E AS DISCUSSÕES RACIAIS A PARTIR DOS ANOS DE 1950

Vale comentar, mesmo que resumidamente, a importância de tal projeto que, sem sombra de dúvida, é considerado como marco inicial do novo olhar imprimido pelas Ciências Sociais no Brasil, a partir dos anos 1950, sob o ponto de vista conceitual, crítico e investigativo, com estudos que discutem as contradições e diferenças sociais, regionais e, principalmente, raciais, percebidas nas estruturas da sociedade brasileira.

O modelo brasileiro, a partir de 1888, com a Abolição da Escravatura nunca abrigou, explicitamente, segregações formais nem raciais. Sempre se definiu, segundo Guimarães (1995), uma refinada etiqueta de distanciamento social, diferenciação aguda de status e de possibilidades econômicas, com base, principalmente, "em diferenças fenotípicas e cristalizado num vocabulário cromático".

A partir de um contexto de paisagem, harmonicamente racial, o Brasil vai servir de modelo para o mundo, que ainda estava sob o impacto do holocausto nazista na Segunda Grande Guerra Mundial, através da implementação, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), de pesquisas que privilegiassem a harmonia brasileira entre raças. Com isso,

nos anos de 1951 e 1952, a Unesco patrocina uma série de investigações sobre as relações raciais no Brasil. Essas pesquisas desenvolveram-se, basicamente, em regiões com economias tradicionais, como o Nordeste, bem como nas áreas mais modernas do Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro.

O Brasil já servira de "laboratório de civilização". Entretanto, o Projeto Unesco animou novos questionamentos no cenário intelectual, sobre relações raciais, tendo como desafio associar expressivos estudiosos nas áreas da Antropologia e Sociologia, além de possibilitar, também, a realização de pesquisas com o objetivo de elucidar o que era considerado como "singularidade brasileira". Como explica Maio[13] :

> O tema das relações raciais assumia um lugar privilegiado para a percepção e análise dos desafios da transição do tradicional para o moderno, do cenário de significativas desigualdades sociais e raciais, da diversidade regional e da busca em conformar, em definitivo, uma identidade nacional.
> Nesse sentido, o Projeto Unesco foi um agente catalisador. Uma instituição internacional, (...), procura numa espécie de anti-Alemanha nazista, localizada na periferia do mundo capitalista, uma sociedade com reduzidas taxas de tensões étnico-raciais, com a perspectiva de tornar universal o que se acreditava ser particular. (MAIO, v. 14, p. 142, 1999).

Para Maio, o projeto foi de significativa importância para a intelectualidade brasileira, como se percebe na argumentação abaixo:

> Considero, enfim, que o programa de pesquisas realizado no Brasil guarda mais continuidades do que descontinuidades com a tradição do pensamento social brasileiro. (MAIO, 1999).

A luta da Unesco, ao final dos anos de 1940, contra a persistência do racismo, nos Estados Unidos, e o "apartheid", na África do Sul, no pós-guerra mundial, se traduzem em duas significativas ações que contaram com considerável apoio de estudiosos, primordialmente, das Ciências Sociais, no intuito de discutir o peso científico atribuído ao conceito de raça. Assim, a

[13] Ver Maio (1999).

1ª Declaração sobre Raça, publicada em maio de 1950, e que fez parte da 5ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, configurou-se no primeiro documento a contar com o apoio de um órgão como a Unesco, de significativo peso internacional, que negou, segundo Maio, qualquer associação determinista entre características físicas, comportamentos sociais e atributos morais, contrariando, inclusive, o pensamento ainda predominante nos anos de 1930 e 1940. A segunda iniciativa foi a escolha do Brasil, nessa ocasião, para ser objeto de amplos estudos no sentido de identificar os aspectos ou não para a existência de um ambiente de relações cordatas e harmoniosas entre raças e grupos étnicos no país, com o objetivo de mostrar ao mundo a possibilidade de uma nova consciência política que contemplasse a harmonia entre raças.

Entretanto, para Guimarães (1995), o objetivo principal de tal programa expressou uma lógica universalista, que não admitia as diferenças intransponíveis entre seres humanos. "Era conveniente obscurecer ou maquiar o racismo assimilacionista que sempre prevaleceu historicamente no Brasil".

É possível, no entanto, que o projeto Unesco ao implementar as primeiras pesquisas sobre relações raciais no Brasil, principalmente no Nordeste e no Sudeste, tenha provocado sugestões visionárias como a de Arthur Ramos, que, não obstante sua crença no mito da democracia, não deixou de reconhecer as significativas desigualdades sociais entre brancos e negros, bem como a existência do "preconceito de cor". Segundo Maio, Arthur Ramos acreditava, destoando da experiência anterior, no que se refere à investigação dos cultos afro-brasileiros, ser conveniente o estudo do passado escravista e de suas implicações, como forma de facilitar o entendimento da situação racial brasileira e, em especial, "a influência psico-sociológica dos grupos dominantes, não-negros, as relações de "raça", os estereótipos de opiniões e atitudes, os fatores sociológicos da casta e da classe" (RAMOS, 1948 *apud* MAIO, 1999).

Arthur Ramos, observa Maio, ressaltou ainda em seu "Programa da Antropologia brasileira" a necessidade, entre outros pontos, de se inserir, como um viés sociológico, o estudo que classificasse os indivíduos em grupos, estratos e classes sociais, para se entender as desigualdades étnico-raciais.

Vale ressaltar, também nesse período, a participação do Teatro Experimental do Negro (TEN), associação político-cultural que teve sua melhor fase na virada dos anos de 1940. O TEN foi responsável pelo patrocínio do I Congresso do Negro Brasileiro, realizado em agosto de 1950, no Rio de Janeiro. Maio explica a importância de tal iniciativa, através das palavras de Abdias do Nascimento, seu principal líder:

> O evento tinha por objetivo aproximar cientistas sociais e intelectuais, de modo geral, do movimento negro, em busca da associação entre trabalho acadêmico e intervenção política, com a intenção de oferecer alternativas para a redução das desigualdades sociais entre brancos e negros. (NASCIMENTO, 1982 [1968] *apud* MAIO, 1999).

Outra importante personalidade que se destaca: Guerreiro Ramos, sociólogo e militante do TEN. Coube a ele, segundo Maio, apresentar uma tese na qual sugeria que esse Primeiro Congresso Nacional Negro procurasse sensibilizar as autoridades brasileiras, no sentido de convencer a Unesco a patrocinar um Congresso Internacional de Relações de Raça. O Congresso do TEN tentou oferecer uma alternativa a esse órgão intergovernamental, no tocante ao trabalho a ser desenvolvido no Brasil. No entanto, a proposta de Guerreiro Ramos só atendia, em parte, os interesses da agência internacional. Explica Maio: "Se, por um lado, no terreno da ação política contra o racismo, a idéia de um Congresso Internacional de Relações de Raça poderia estar mais próxima de uma proposta de impacto político, por outro, a sugestão do TEN não incluía a proposta de uma investigação-piloto, de natureza acadêmica, adotada pela Conferência da Unesco em Florença." (MAIO, 1999). No entanto, a tese de Ramos foi incorporada, posteriormente, na parte relativa às recomendações do evento, ao lado de outra sugestão que incluía "o estudo, pela Unesco, das tentativas bem-sucedidas de solução efetiva dos problemas de relações de raças, com o objetivo de (...) recomendá-las aos países em que tais problemas existem". (NASCIMENTO, 1982 *apud* MAIO, 1999).

Hasenbalg (1995) acredita que o período mais rico para as Ciências Sociais no Brasil foi, sem dúvida alguma, o patrocinado pela Unesco, e que teve segmentos nos anos subseqüentes, como o fértil período de pesquisas da chamada "Escola Paulista de Relações Raciais", representada, entre outros, por Florestan Fernandes e Octávio Ianni.

1.6 SOBRE O NEGRO E A SOCIEDADE DE CLASSES: CONTRIBUIÇÃO DE FLORESTAN FERNANDES E OCTÁVIO IANNI

Para Florestan Fernandes (1978), a conversão de uma sociedade tipicamente de castas, como a escravocrata, em uma sociedade de classes, com urbanização e industrialização e sem o devido ajustamento ou defasagem entre as ordens, coloca certos grupos (no caso, os negros) em estado de anomia, isto é, com um novo papel social, como o de ser um cidadão, que, segundo Fernandes, constituiu-se num grande desafio para a integração do negro na sociedade de classes, ou seja, na "nova sociedade inclusiva". Quando analisa a integração do negro na nova sociedade, percebe-se que Florestan dá mais ênfase à classe, na medida em que a industrialização, para ele, se incumbiria de diluir esse grupo étnico na "massa de trabalhadores livres".

Na visão desse autor, os movimentos que se estabeleceram nas primeiras décadas do século XX, no período republicano, traduziram-se em uma revolução dentro da ordem. O negro e o mulato se convertem em "agentes históricos" e, juntamente com a população marginalizada do processo político estabelecido, "passam a buscar uma situação de classe, um *status* dotado de certa autonomia social e tornam-se elementos ativos no desenvolvimento da sociedade de classes". (FERNANDES, 1978).

Os movimentos sociais negros, então, em especial a Frente Negra Brasileira, vão atuar como um mecanismo de reação societária do meio negro, com a finalidade de desencadear comportamentos que integrassem a população negra à sociedade de classes. Segundo Florestan, eram movimentos reivindicatórios, tipicamente assimilacionistas.

Durante um longo período de frustrações (talvez inconscientes), o negro foi assimilando um pouco de cada coisa, transformando-se num "urbanito", mas em condição precária, tanto psicológica quanto socialmente. Isso explica, de certa forma, que alguns negros tenham conseguido se enredar, como afirma Florestan, nesses movimentos sociais, e que, por outro lado, uma parcela significativa desse grupo étnico se tenha voltado para um novo horizonte cultural, ou seja, que o negro tenha compreendido, graças à sua convivência com a urbanização, que precisava, como nas palavras do autor: "alargar a sua

experiência social e o conhecimento do mundo". Cabe acrescentar que também as associações e os centros culturais priorizaram a educação do negro e do mulato, como enfatiza o autor: "A educação foi alçada à condição mínima da luta do negro contra a miséria , o preconceito de cor e a desorganização". (FERNANDES, 1978).

Na verdade, para Florestan, os movimentos sociais fomentaram no negro o espírito de luta, a necessidade de ser um grupo social integrado, com condições de administrar seus próprios interesses e de participar também do poder público. Enfim, de tudo que pudesse favorecer ao "negro e ao Brasil". "(...) o negro procura transformar-se na ordem social, e exige para si as condições de riqueza; tudo aquilo usufruído pelos brancos, isto é, uma condição total de igualdade entre brancos e negros, na ordem social". (FERNANDES, 1978).

Aos movimentos sociais também se deve, segundo Florestan, "a constituição da Ideologia de desmascaramento social", ou seja, "o amplo equacionamento do preconceito de cor como realidade histórica e como problema social." Como nas explicações do autor:

> O negro não repelia o branco nem a sociedade de classes, nem as formas de dominação, que reajustassem as relações raciais aos mecanismos da ordem social competitiva. O negro condenava, efetivamente, a perpetuação (...) dos padrões brasileiros de integração racial, que mantinham uma dualidade indesejável, uma situação praticamente de castas sob o manto da sociedade aberta da democracia racial. (FERNANDES, 1978).

Quanto a Ianni (1966), ao analisar as abordagens de inspiração marxista, acredita que a historiografia brasileira (entendendo-se aí economistas, sociólogos, historiadores) na medida em que não dá alguma contribuição para a compreensão do problema racial, mais efetivamente voltado para a formação da sociedade brasileira, da sociedade capitalista e para o desenvolvimento das classes sociais, nesse sentido, mesmo levando em conta algumas especificidades, a discussão racial está naturalmente implícita na questão nacional. Ianni admite que a reflexão marxista não discute a questão racial de maneira específica, entretanto, ele trabalha a questão racial no âmbito de uma reflexão que contempla a questão nacional. Para ele:

> Não há dúvida de que existe uma dimensão importante na questão racial, que tem a ver com a sociedade como um todo. Seria ilusório, seria corrermos o risco de uma abordagem culturalista, imaginar que o racial pode ser tratado autonomamente, independentemente de outros problemas que com ele se imbricam. (IANNI, 1966).

Em tese, Ianni enxerga como necessárias essa historiografia e contribuições dialéticas porque estimulam um debate não resolvido, ou seja, a compreensão científica de problemas como a Abolição da Escravatura, que contou, evidentemente, com o movimento negro, além das fugas, das tocaias, os quilombos e a importante participação da imprensa alternativa negra.

Para o estudioso, as discussões sobre diversidades étnicas e raciais, assim como as culturais, estão, evidentemente, imbricadas, e traduzem por isso mesmo, "uma gama de contradições sociais". Conforme explica:

> As contradições de classes são importantes (...), mas também as contradições étnicas, raciais, culturais e regionais são importantes para a compreensão do movimento da sociedade tanto na luta pela conquista da cidadania, como (...) para transformar a sociedade, pela raiz, no sentido do socialismo. (IANNI, 1966).

Na visão de Ianni, no que se refere ao contexto em que devem ser entendidas as relações raciais no Brasil, as manifestações de preconceitos, tais como as barreiras raciais, os estereótipos ou as ideologias raciais, são fenômenos que exprimem situações reais de contato entre grupos diversos, mas elas não são intelegíveis, a não ser quando a análise ultrapassa essas situações fenomênicas e atinge as suas raízes, que não são étnicas, raciais ou culturais, ainda que se exprimam nesse âmbito. Esses fenômenos podem ser compreendidos quando são analisados no contexto das estruturas socioeconômicas, tendo em vista o seu caráter social dominante, ou seja, a formação da sociedade de classes.

> Como conseqüência, as relações entre determinados grupos humanos surgem à observação superficial como relações de natureza social ou cultural, como se essas

> esferas da realidade social tivessem autonomia ou significações determinantes e não derivadas. (IANNI, 1966).

Referindo-se à sociedade escravocrata, Ianni acredita ser essa uma sociedade de castas que, devido não só à dinâmica nacional como internacional, presencia a constituição dos pré-requisitos do novo sistema que irá denominar de "sociedade aberta". É nesse contexto que se situa, segundo ele, a Abolição da Escravatura, gerando no escravo o trabalhador livre:

> Como a reincorporação do negro e do mulato se faz no seio de um sistema econômico-social, que também dispõe hierarquicamente as pessoas, e como ao lado deles (do negro e do mulato) haverá trabalhadores de diversas origens em competição, retifica-se a cor, delimitando-se o grupo e os indivíduos como negros e mulatos. À medida em que se organiza a concepção social do negro e mulato, como pertencentes à camada assalariada, redefinem-se, reciprocamente, negros, mulatos e brancos, criando-se, em conseqüência, as condições ideológicas do comportamento social específico da sociedade de classes.(IANNI, 1966 *apud* COSTA, 1974).

Enfim, para Ianni, segundo Costa (1974), a consciência étnica é uma falsa consciência e o preconceito racial funciona como uma ideologia da classe dominante, quando ele afirma:

> Discriminando-se racialmente, os membros dos grupos sociais, hierarquizados ou não, não tomam consciência dos verdadeiros fundamentos das tensões que os opõem. Objetivando a cor, ou atributos ideologicamente constituídos, essas tensões não alcançam a consciência social dos membros da sociedade, enquanto membros das classes. (IANNI, 1966 *apud* COSTA, 1974).

1.7 A NOVA VISÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: A CONTRIBUIÇÃO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS PARA DISCUTIR A DISCRIMINAÇÃO E DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL

Vale recordar que nos anos de 1960 e 1970 a sociologia, de autores como Florestan Fernandes e Octávio Ianni, estava engajada em discussões marxistas, centradas nas relações sociais da nova sociedade de classes, ou seja, a problematização dos "nós" sociais sob um aspecto mais universalista. Segundo Schwarcz, a antropologia seria, então, associada, em parte, a estudos considerados "reacionários". "Nesse período, houve uma maior cobrança, no sentido de que os estudos antropológicos tivessem um cunho mais político, não se restringindo apenas à descrição e estruturalização das culturas". (SCHWARCZ, 1999).

Nos anos de 1980, alguns autores passam a desenvolver seus trabalhos distanciados da visão sociológica tradicional, que, até então, só se preocupava, por excelência, com o desenvolvimento e a modernização. A produção científica, nesse período, amplia seus estudos, passando a analisar a partir das estatísticas, variáveis como grupos de cor, posição social e classes sociais. Carlos Hasenbalg é um dos autores que se destaca nessa nova postura sociológica, a partir de 1979 e ao longo dos anos posteriores (1980 e 1990). Em 2000, esse novo olhar sociológico, sobre as questões raciais do país, é retomado com significativo impacto por Henriques[14] , que será comentado mais adiante.

Hasenbalg, no limiar dos anos 1980, discute a discriminação e desigualdades raciais no Brasil, bem como os possíveis mecanismos que ajudam a perpetuar as condições desiguais do grupo negro da população na estrutura social. Fundamentalmente, sua discussão está calcada na análise de teorias que postulam um vínculo casual e direto entre escravidão e as relações raciais pós-escravistas. Contrapõe-se, então, às teorias que tentam explicar as relações contemporâneas como resultado de "sobrevivências do passado escravista", que são revisadas criticamente, com a finalidade de "acentuar a continuidade da estratificação racial após a Abolição".

[14] Ver Henriques (2001).

Segundo Hasenbalg (1979), essa estratificação se dá em função dos interesses materiais e simbólicos do grupo branco dominante.

Com isso, as desigualdades raciais no Brasil, ainda hoje, para Hasenbalg, são atribuídas "aos efeitos da segregação geográfica dos dois grupos raciais, que privilegiou o grupo branco com regiões mais desenvolvidas, enquanto a população negra e mulata concentrou-se nas áreas mais atrasadas". Hasenbalg atribui, também, à discriminação e práticas racistas, que deixaram de fora, negros e mulatos, da competição por posições na estrutura de classes que lhes permitiriam melhores condições sociais.

Ao analisar os diferenciais dos dois grupos da população, ou seja, brancos e negros, no que se refere à sua mobilidade social, Hasenbalg conclui que negros e mulatos, além de pertencerem a famílias mais pobres, também não têm as mesmas oportunidades de uma escalada social como os brancos. Quando diz que:

> (...) Não só nascem em famílias de baixo status social, como também contam com menores probabilidades de ascensão social que os brancos da mesma origem social. De modo geral, o campo da estratificação social refere-se às formas, funções e conseqüências de sistemas de desigualdade social estruturada. (HASENBALG, 1979).

Nesse sentido, a estratificação social tem a ver com uma distribuição diferenciada de privilégios. Mas, acrescenta o estudioso, se analisada em decorrência de seu dinamismo, a estratificação social refere-se a um processo de obtenção individual de status. Quando Hasenbalg discute ainda a questão da estratificação social e estrutura de classes, critica as explicações sobre a situação social da população negra, após a Abolição, como sendo um legado escravista e sobrevivências do antigo regime.

> A situação, do negro e de outros grupos racialmente subordinados, é explicada, segundo o marxismo ortodoxo, quase que exclusivamente pela posição econômica desse grupo como classe trabalhadora. O preconceito e a discriminação raciais, são, (...), mecanismos manipuladores, utilizados pelas classes dominantes (...) a fim de explorar as minorias raciais e dividir o proletariado. (HASENBALG, 1979).

Nesse eixo, o racismo e o preconceito são tidos como fenômenos específicos de relações econômicas, e necessários, conforme Hasenbalg, à preservação do capitalismo. Na verdade, a nova sociedade "aberta ou inclusiva", apesar de pressupor a igualdade de oportunidades, forja, para a sua própria sustentação, uma inclusão racial desigual, discriminando, até certo ponto de maneira harmoniosa e sutil, as oportunidades ao grupo de negros e mulatos da população. Então, a sociedade moderna se respalda em conceitos biológicos racistas, como também na prevalência de patamares privilegiados de grupos ideologicamente dominantes.

Durante várias décadas, após a Abolição da Escravatura, observa Hasenbalg, os negros ficaram concentrados nas regiões agrícolas mais atrasadas, apenas como parceiros, pequenos arrendatários, ou como apenas moradores. Ao passo que os emigrantes europeus obtiveram espaços mais privilegiados, ocupando "as posições abertas, favorecidas pela expansão dos setores e regiões capitalistas". Ou seja, os negros, ao invés de serem integrados como classe trabalhadora industrial, foram alocados em posições inferiores, em mercados instáveis e irregulares de trabalho não qualificado.

Nessa perspectiva, acredita Hasenbalg, a teoria colonial que classifica grupos racialmente subordinados como minorias internamente colonizadas vai romper com os conceitos anteriores e se calça, então, "nas relações opressor-oprimido, colonizador-colonizado, geradas pela expansão européia imperialista (ao final do século XIX), e na dinâmica da descolonização após a Segunda Guerra Mundial". (HASENBALG, 1979).

Assim, tal teoria põe por terra, conforme explica Hasenbalg: "a tendenciosidade assimilacionista das teorias acadêmicas e a conceituação marxista convencional sobre a dinâmica inter-racial, traduzida na força de classe e exploração de classe". As relações raciais e o privilégio dos brancos, na ótica dessa teoria colonial, são explicados pela opressão racial da exploração de classe, que abre um leque de mecanismos racionais para as práticas racistas. Hasenbalg sugere, então, que o conceito de privilégio racial, além de denunciar a exploração econômica pelo grupo dominante, revela a produção de certa "mais-valia" cultural, psicológica, cultural e ideológica do grupo subordinado, e acrescenta:

> A presença de privilégio indica que, através de processos econômicos, culturais, políticos e psicológicos, os brancos puderam progredir às custas e por causa da presença dos negros. (PRAGER, 1972 *apud* HASENBALG, 1979).

Hasenbalg destaca ainda a limitação dessa abordagem colonial sobre as minorias raciais, ao acreditar que, de certa forma, tal abordagem não oferece um modelo explícito de distorções e discriminação nas estruturas de classes, como também de "dominação de classes e opressão e estratificação raciais".

Tanto a opressão racial, que é tratada pela teoria colonial, quanto à exploração de classe, explicada pelo marxismo convencional, coexistem nas sociedades capitalistas multirraciais. Ou seja, quando são acentuadas a exploração de classe e a opressão racial, "qualquer outro aspecto permanece obscuro e inexplicado". Nas palavras do estudioso, "a teoria de classes quando enfatiza as forças de classe, descuida-se do antagonismo racial, e também a teoria colonial que dá ênfase ao racismo, negligencia a dinâmica de classes". (HASENBALG, 1979). Portanto, as duas tendências teóricas não conseguem, segundo ele, a explicação integrada desses dois processos.

A raça, conclui Hasenbalg (1979), como traço fenotipicamente elaborado, funciona como um dos critérios mais relevantes que regulam os mecanismos de hierarquização na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Apesar de suas diferentes faces, "o racismo caracteriza todas as sociedades capitalistas multirraciais contemporâneas", e manifesta-se como ideologia e como um conjunto de práticas, numa divisão racial de trabalho, ou melhor, como um instrumento conspiratório, utilizado pelas classes dominantes. Para Hasenbalg:

> Sua persistência histórica, não deveria ser explicada como (...) legado do passado escravista, mas como servindo aos complexos e diversos interesses do grupo racialmente supra-ordenado no presente. (HASENBALG, 1979).

Também, em "Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90" (2001), Henriques reanima tal questionamento, ao analisar social e economicamente as condições de vida da população brasileira, mapeando indicadores como pobreza, distribuição de renda, educação, mercado

de trabalho, trabalho infantil, entre outros indicadores, utilizando-se de séries históricas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e dos Censos Demográficos.

Henriques destaca que, de certa forma, o pertencimento racial, ou melhor, a cor da epiderme tem significativa importância na estruturalização das desigualdades tanto sociais quanto econômicas na sociedade brasileira. Tal tese tem sido discutida e ganhou notoriedade a partir dos anos de 1980 e, segundo o autor, devido ao fortalecimento do Movimento Negro e à produção acadêmica de diagnósticos sociais sobre tais desigualdades, como por exemplo os trabalhos pioneiros de Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva.

Para Henriques, a desigualdade racial estabelece-se num contexto mesmo de uma desigualdade socioeconômica, e da pobreza, ou seja, num contexto de um país que abriga uma perversa injustiça social, forjando um grande contingente de pobres na sociedade brasileira.

Henriques atribui também a sobrevivência dessa desigualdade a um convívio duradouro e harmoniosamente estável, que é "naturalizada" pela sociedade. Essa naturalização das diferenças, principalmente raciais, se traduz num perverso processo de exclusão, no qual a população negra é mais contemplada. A pobreza nacional, segundo Henriques, é em sua maioria constituída por negros. Assim, dos 34% do total de pobres no Brasil, cerca de 64% são negros, além de responderem também pelos 69% de indigentes[15]. Nas considerações do analista, o impacto disso se torna mais claro:

> Esse enorme contingente de pobreza inquieta, sobretudo, porque as experiências dos países com renda per capita semelhante à brasileira tornam evidente o caráter excepcional de sua magnitude. Por exemplo, se o grau de desigualdade de renda brasileira correspondesse à média da desigualdade dos países com níveis de renda per capita similares ao Brasil, tenderíamos a ter cerca de 10% de pobres ao invés dos atuais 34%. (HENRIQUES, 2001).

[15] Esses dados se referem à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999, do IBGE.

Na realidade, as diferenças entre brancos e negros se tornam mais evidentes quando se avalia a distribuição de renda no Brasil. O IBGE avalia que no Brasil entre o 1% mais rico da população, quase 80% são de cor branca, enquanto entre os 10% mais pobres, aproximadamente, 68% correspondem ao grupo negro da população[16].

Para Henriques, essa significativa desigualdade de renda coloca o Brasil distante de "qualquer padrão reconhecível, no cenário mundial, como razoável em termos de justiça distributiva". E vai além, ao afirmar que existem inúmeras explicações de origem históricas e institucionais para a desigualdade brasileira, além do que sua perpetuação, ou melhor, a sua estabilidade ao longo de tantos anos em convívio com o cotidiano faz com que a sociedade a encare como sendo "natural".

> A desigualdade tornada uma experiência natural não se apresenta aos olhos de nossa sociedade como um artifício. No entanto, resulta de um acordo social excludente, que não reconhece a cidadania para todos, onde a cidadania dos incluídos é distinta da dos excluídos e, em decorrência, também são distintos os direitos, as oportunidades e os horizontes. (HENRIQUES, 2001).

O marco conceitual do estudo de Henriques centra-se, basicamente, na pobreza, considerada como um dos mais "agudos problemas econômicos do país". Mas leva em consideração também a desigualdade, que sendo um dos fatores determinantes da pobreza, se constitui no principal problema da estrutura da sociedade brasileira. Com isso, propõe o autor, "a questão da desigualdade tem como implicação necessária a compreensão da desigualdade racial". Ou seja, a desnaturalização da desigualdade social e econômica no Brasil tem como prioridade a desnaturalização da desigualdade racial. Uma desigualdade, que de forma sutil, silenciosa, está associada a uma discriminação racial, que obstaculiza o acesso e a mobilidade social, em várias escalas, do grupo negro da população.

[16]DESIGUALDADES raciais (2003).

Henriques enfatiza, portanto, que:

> O entendimento dos contornos econômicos e sociais da desigualdade entre brasileiros brancos e brasileiros afro-descendentes apresenta-se como elemento central para se construir uma sociedade democrática, socialmente justa e economicamente eficiente. Essa investigação assume maior pertinência quando reconhecemos que os termos da naturalização do convívio com a desigualdade no Brasil são ainda mais categóricos no fictício mundo da "democracia racial" ditado há mais de 60 anos por Gilberto Freire, mas ainda verdadeiro para muitos brasileiros. (HENRIQUES, 2001)[17].

O estudo de Henriques dimensiona, com uma análise representativa, a grandiosidade e a evolução da desigualdade entre brancos e negros, apoiada em um amplo conjunto de indicadores socioeconômicos, que mostram a realidade das condições de vida da população brasileira. São analisadas, portanto, como forma de contribuir para o entendimento da intensidade e perfil da desigualdade racial do Brasil, ao longo da década de 1990, as questões associadas à pobreza, distribuição de renda, educação, trabalho infantil, mercado de trabalho, condições habitacionais e consumo de bens duráveis.

Em consonância com o recorte do presente relatório, optou-se em destacar, obviamente, os principais aspectos comentados por Henriques quanto à desigualdade e discriminação na educação brasileira. Para ele, a heterogeneidade verificada na escolaridade da população adulta brasileira é explicada em grande parte pela desigualdade de renda no Brasil. Portanto, os resultados referentes à qualidade e nível educacional transformam-se em vetores indispensáveis ao entendimento do importante papel da educação, no que se refere tanto à estratégia de redução das diferenças social, regional e racial, quanto para definição e elaboração das bases sustentáveis do desenvolvimento país.

[17] HENRIQUES (2001) destaca como importante, indo na contramão da vulgarização do argumento freyreano, "a reinterpretação da democracia racial como um "mito" fundador da nacionalidade, em particular nos trabalhos de Roberto Da Matta (1990) e Peter Fry (1998-2000)."

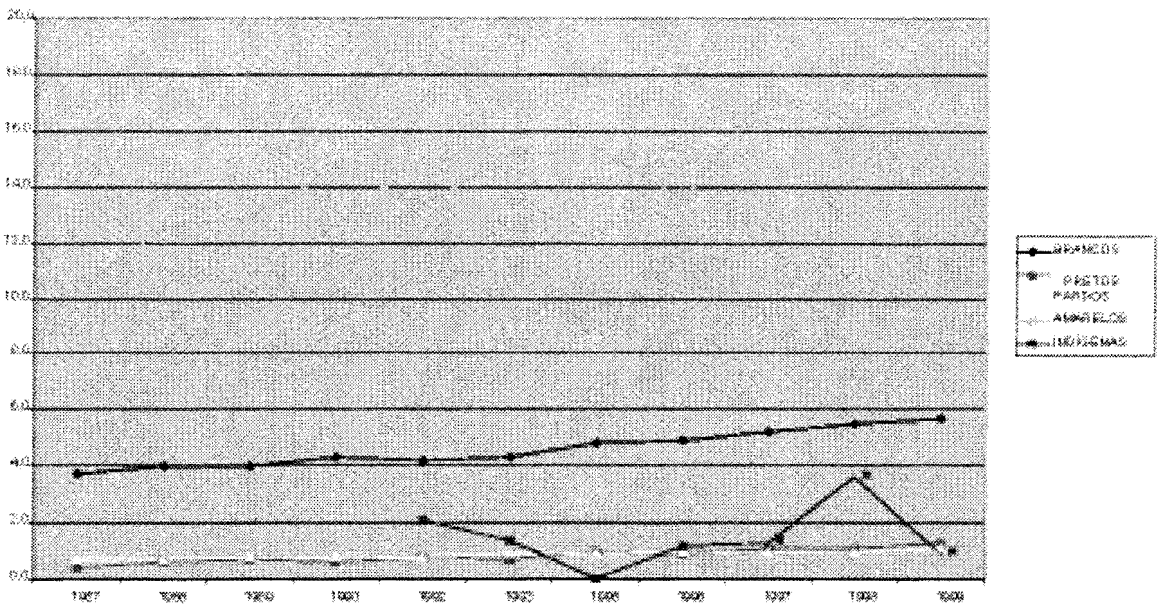
No final do século passado, a escolaridade média da população adulta no Brasil, com 25 anos ou mais de idade, representava cerca de seis anos de estudo. Em média, como analisa Henriques, um jovem adulto entra para o mercado de trabalho com uma escolaridade equivalente àquela adequada a um adolescente de 13 anos de idade. É possível que num contingente bem maior de adultos, e obviamente entre os mais pobres, a média de escolaridade seja bem abaixo de 6 anos de estudo. O fato é que a escolaridade média de um jovem negro, com 25 anos ou mais de idade, fica em torno de 6,1 anos de estudo, ao passo que um jovem branco, de mesma faixa etária, responde por cerca de 8,4 anos de estudo. O diferencial, portanto, é de 2,3 anos de estudo. Na avaliação do autor:

> A intensidade dessa discriminação racial, expressa em termos da escolaridade formal dos jovens adultos brasileiros, é extremamente alta, sobretudo se lembrarmos que trata-se de 2,2 anos de diferença em uma sociedade cuja escolaridade média dos adultos gira em torno de 6 anos. (HENRIQUES, 2001).

Para Henriques, embora significativo, esse não é o componente mais incômodo na discriminação analisada. São ainda mais inquietantes a evolução histórica e a tendência de uma discriminação duradoura. Não obstante o aumento da escolaridade média, tanto do grupo branco quanto do grupo negro, durante os anos de 1990, ainda permanece a média de escolaridade do jovem adulto branco em mais de 2,3 anos de estudo, comparada à média de estudo de um jovem negro de mesma idade.

Assim, apesar da melhoria apontada pelo autor, em todos os indicadores educacionais, e ao longo dos anos de 1990, como o acesso à escola, expressa pela redução do número de jovens entre 7 e 13 anos de idade e os de 14 a 17 anos de idade que não freqüentam a escola, e pela diminuição também do número de pessoas de 8 a 14 anos de idade que não completam nem a primeira série do ensino fundamental, conseqüência das políticas de acesso universal e de progressão continuada, implementadas nos últimos anos, percebe-se que os resultados relativos ao grupo dos negros, como se pode observar no Gráfico 1, ainda se apresentam bem inferiores aos resultados relativos ao grupo dos brancos. E essa situação desigual foi também vivida pelos pais desses jovens negros e, com certeza, também enfrentada por seus avós e bisavós.

Gráfico 1: População com 15 anos ou mais de estudo, por cor/raça, 1987/1999



Ano da PNAD

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1987/1999.

Por outro lado, observa Henriques, a melhoria relativa entre os negros é mais acentuada, justamente, nos grupos em que ocorreu um melhor desempenho da média nacional. Ou seja, os grupos de 7 a 13 anos de idade que não freqüentam a escola e os de 8 a 14 anos de idade que não completam a primeira série do ensino fundamental.

A realidade do ensino superior é ainda pior para ambos os grupos analisados. Henriques identifica que, em 1999, 89% dos jovens brancos, entre 18 e 25 anos de idade, não haviam ingressado na universidade, ao passo que os jovens negros, nessa mesma faixa etária, praticamente não tinham nem o direito de acesso ao ensino superior, haja vista que cerca de 98% deles não haviam ingressado na universidade. Ainda, no que se refere à distância entre jovens brancos e negros, em relação aos que conseguiram ultrapassar a 4ª série do ensino fundamental, os brancos registraram o melhor desempenho, ao longo de toda a década de 1990.

Comenta, também, que os adultos com mais de 25 anos de idade tiveram uma melhoria acentuada ao longo desse período, mas de grau bastante inferior à identificada entre os grupos de jovens. Entre 1992 e 1999, segundo ele, os adultos brancos se destacaram mais que os adultos negros, à exceção da taxa de analfabetismo, em que os negros tiveram, de certa forma, uma relativa melhora no período, embora, ainda, detenham percentuais significativos.

> Do ponto de vista relativo e considerado o horizonte futuro da política social, esse diferencial favorável aos jovens, apesar de ainda insuficiente, pode ser interpretado de modo positivo, pois sugere uma inflexão na tendência da política educacional. (HENRIQUES, 2001).

Na verdade, não se tem por objetivo a análise de indicadores. Entretanto, o representativo diagnóstico sobre o comportamento da educação brasileira na década passada, permite se constatar que tanto o acesso ao ensino superior quanto o analfabetismo no país, ainda, apresentam resultados preocupantes. Cabe aqui verificar, então, que essa situação em 2000[18]- nível superior (Gráfico2), bem como a do analfabetismo em 2001[19] (Gráfico 3), ainda perdura, e confirma

Gráfico 2- Distribuição da população de 25 anos ou mais de superior concluído, segundo a cor/raça

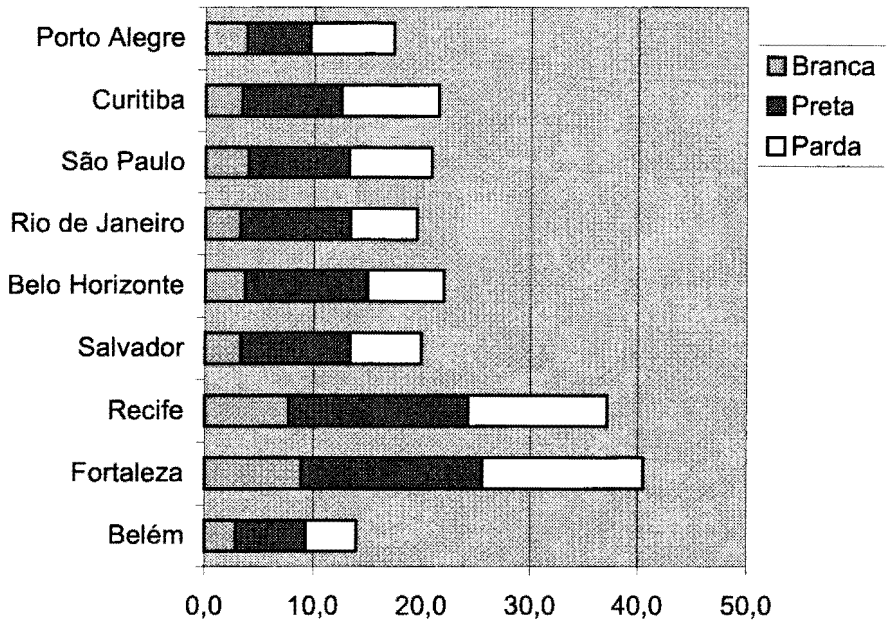
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

[18] CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Educação. (2003).

[19] Os resultados desse indicador, revelados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001, estão demonstrados com maior amplitude em Desigualdades raciais, op. cit., 2003. Como se vê, denunciam a perpetuação da desigualdade, ou seja, a significativa brecha entre "brasileiros brancos" e "brasileiros afrodescendentes", diagnosticada por Henriques (2002), com relação ao direito a um mesmo acesso à educação.

o grupo negro da população (pretos e pardos) com os percentuais mais significativos em ambas representações, em relação ao grupo branco, independente da melhoria apontada pelo autor.

Gráfico 3 -Taxa de analfabetismo, pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor/raça e Regiões Metropolitanas - 2001



Fonte: IBGE, PNAD 2001.

Mesmo sem investigar teoricamente os determinantes e as conseqüências da desigualdade racial, nem tampouco de definir políticas públicas que enfrentem as questões da discriminação e da desigualdade racial, percebe-se que o diagnóstico de Henriques identifica e dimensiona, significativamente, as desigualdades socioeconômicas nas estruturas da sociedade brasileira.

Percebe-se, no entanto, que, de certa forma, o estudo reflete a tese de Hasenbalg, já contemplada no capítulo. Para ele, então, as estatísticas oficiais mostram que, apesar do crescimento econômico na segunda metade do século passado, as desigualdades econômicas e sociais entre brasileiros brancos e não-brancos não se alteraram. As palavras do autor registram bem tal idéia:

> Com isto desabam definitivamente as imagens sobre relações raciais no paísvinculadas à noção de democracia racial. Caem por terra também as teorias que postulam uma diluição das diferenças raciais como efeito do desenvolvimento e da modernização; discriminação e desigualdades raciais não mais podem ser vistas como uma herança dopassado escravista. A vasta mobilidade social propiciada pelo crescimento econômico desde os anos 1940 deixou de afetar a população não branca, que continua concentrada nos estratos socioeconômicos inferiores. Acor das pessoas é um determinante importante das chances de vida, e a discriminação racial parece estar presente em todas fases do ciclo de vida individual. (HASENBALG, 1996).

Vale registrar, também, o forte impacto que o diagnóstico[20] de Henriques causou no governo brasileiro, reanimando e abrindo, assim, novos canais de discussão junto aos diversos segmentos da sociedade civil, como o Movimento Negro, a imprensa e a intelectualidade nacional e internacional, entre outros. Após sua apresentação na III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban, África do Sul, em setembro de 2001, tornou-se referência em quase todos os debates sobre a magnitude das desigualdades raciais no país.

1.7.1 Conferência de Durban atualiza debates e influencia a implementação de novas políticas que enfrentem a desigualdade racial no Brasil

Não se tem a intenção de aprofundar tais questões, mas de pontuar, de maneira discreta, os eventos percebidos como responsáveis pelo processo de criação de medidas e políticas públicas necessárias para o enfretamento da discriminação e desigualdades raciais. Iniciativas que dão conta do claro reconhecimento das autoridades brasileiras e de determinados setores dasociedade civil, no que diz respeito à situação desigual e injusta nas estruturas socioeconômicas, já evidenciada pelas estatísticas nos anos de 1980, durante o processo de redemocratização do país.

[20] Tal estudo foi apresentado sob forma de Texto para Discussão, pelo Ipea, para atender à proposta do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD sobre o estabelecimento de um programa de estudos e pesquisas voltados para a questão das desigualdades raciais.

Percebe-se, então, três importantes marcos das discussões raciais, responsáveis por significativas conquistas em benefício da população afrodescendente a partir de 2000, e mais precisamente a partir das discussões em Durban.

O primeiro marco fica por conta da aprovação da Constituição Federal (1988), que, segundo Jaccoud e Beghin (2002), pelo menos traçou avanços indiscutíveis no tocante à questão racial, como a criminalização dos atos de discriminação racial, como esclarecem:

> A Constituição Cidadã, como foi batizada por Ulysses Guimarães, institui um Estado Democrático de Direito destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade justa, pluralista e sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e sem qualquer forma de discriminação. (JACCOUD; BEGHIN, 2002. p. 17).

Cabe mencionar que a Lei Afonso Arinos[21], promulgada em 1951, como explicam as autoras, é reconhecida como o primeiro instrumento jurídico de repressão a atos de discriminação racial, que os enquadrou como contravenção. Porém, a criminalização desses atos é de responsabilidade da Constituição de 1988, bem como das Leis intraconstitucionais subseqüentes.

O segundo marco, então, é creditado à Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, em 20 de novembro de 1995, quando foi entregue ao então presidente Fernando Henrique Cardoso um documento sobre a situação do negro, bem como "um programa de ações para a superação do racismo e das desigualdades raciais no país".[22]

Considera-se, também, como eventos e atitudes relevantes, a inauguração, no governo de Leonel Brizola (1991), da primeira Delegacia Especializada em Crimes Raciais na cidade do Rio de Janeiro, e o Projeto de Lei n.º 3.198 de

[21] No entanto, para Nascimento, Abdias do; Nascimento, Elisa Larkin (2000), "essa lei não teve valor algum no sentido de impedir a discriminação racial. Pelo contrário, ajudou na proclamação oficial da "democracia racial" brasileira.

[22] Jaccoud e Beghin (2002), dão destaque a todo o desdobramento desse documento, a partir da criação por decreto presidencial, de Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra, ligado ao Ministério da Justiça. Para as autoras, esse é o marco definitivo, com o reconhecimento pelo chefe do Executivo Federal, da existência e relevância do problema racial, bem como da necessidade de interlocução política com o Movimento Negro brasileiro.

2000, de autoria do senador Paulo Paim, ainda como deputado, que "instituía o Estatuto da Igualdade Racial, em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça e/ou cor."

Finalmente, o terceiro e mais atual marco é conferido à III Conferência Mundial de Durban Contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban, em 2001, ou melhor, como observa Jaccoud e Beghin (2002), aos "novos ventos vindos de Durban", que intensificaram e reanimaram debates, e recolocaram a temática racial na agenda nacional, "numa tentativa de revitalizar, de recuperar a auto-estima do grupo negro da população, pela afirmação de seus direitos, e de agir para que a lei garanta as mesmas oportunidades a todos". (JACCOUD; BEGHIN, 2002).

Após a representativa conferência, é criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, que tem por objetivo promover a criação de políticas públicas afirmativas para dar combate à desigualdade, como forma também de proteger os direitos de indivíduos e grupos sociais e étnicos afetados pela discriminação racial e por outras formas de intolerância. Dentre o significativo número de políticas de ação-afirmativa, destaque-se a polêmica política de cotas para o acesso de negros (pardos e pretos) às universidades.

Grosso modo, tal política objetiva a igualdade de oportunidades e de tratamento e "associa-se diretamente, mesmo que não exclusivamente, à igualdade de chances e à igualdade de capacitação." (JACCOUD; BEGHIN, 2002). Tal idéia torna-se clara nas palavras de Hélio Santos:

> A chave da questão é exatamente essa: que as pessoas sejam capacitadas igualmente para que possam ter as mesmas chances em todos os campos em que a vida flui. Assim, a idéia de igualdade e oportunidade está, primeiramente, em capacitar e num segundo momento, flexibilizar, facilitar a entrada, facilitar o acesso para que o negro possa disputar em igualdade de condições e dar à sociedade brasileira um caráter de maior justiça. (SANTOS, 1997 *apud* JACCOUD; BEGHIN, 2002).

Para Jaccoud e Beghin, quando se trata de ação afirmativa no Brasil, "em que pese a crescente aceitação da necessidade de implementação, (...) uma expressiva gama de analistas, assim como setores importantes da opinião pública, ainda se manifestam contrários". São utilizados, então, os seguintes argumentos contrários a essa política:

1º) a questão da **isonomia**, ou seja, o tratamento igual para todos;

2º) a questão do **mérito**: "as sociedades contemporâneas não podem abrir mão da excelência; no mundo de alta competitividade, essa capacidade pessoal revela-se fundamental".(SANTOS, 1997 *apud* JACCOUD; BEGHIN, 2002);

3º) a questão da **pobreza**, que é enxergada como principal questão a ser enfrentada; e

4º) a **miscigenação**, isto é, a dificuldade de se definir quem é negro e quem não é, que impediu a adoção, como explica Santos, de critérios claros de inclusão nos grupos beneficiados.

Enfim, em torno da política de cotas ou de sua efetividade, agregam-se outras críticas e controvérsias. Mas o que fica claro, para Jaccoud e Beghin, e o que se vislumbra, também:

> que aqueles que se opõem às políticas de ação afirmativa, ou não creditam ao racismo e à discriminação racial a existência de desigualdades sociais entre os grupos branco e negro ou, reconhecendo a importância daqueles fenômenos na construção das desigualdades raciais observadas no Brasil, não consideram as políticas compensatórias instrumentos adequados para combater tal fenômeno. (JACCOUD; BEGHIN, 2002).

É importante esclarecer a intenção de se construir uma narrativa objetiva, concisa e pertinente à abordagem proposta para o presente capítulo. Procurou-se refletir, então, os conceitos, debates e questionamentos, ou seja, os pensamentos, e perspectivas dos autores e/ou os eventos aqui selecionados, que de alguma forma se sobressaíram ou têm se sobressaído no âmbito das questões raciais, no Brasil, nesses quase 60 anos de discussão.

Faça o Brasil a estatística que deve ter, e a estatística fará o Brasil como deve ser.
(Mário Augusto Teixeira de Freitas)

2 A COR NAS ESTATÍSTICAS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA: (1872-2003), E O MAPEAMENTO DE FONTES

Este capítulo está centrado não só na apresentação da análise das principais pesquisas nacionais, em termos da natureza de sua investigação sobre a cor da população brasileira, como também em tornar público o que se tem disponível além dessas informações oficiais, através do mapeamento de fontes incorporando significativos estudos estatísticos sobre relações raciais no Brasil.

A historiografia dos Censos Demográficos e das PNADS, aqui apresentada, traduz, sem sombra de dúvida, a intensa análise exploratória realizada em documentos disponíveis sobre esses levantamentos. Teve-se, então, o cuidado de não perder de vista o seu foco principal, isto é, apenas analisar o aspecto investigativo dessas pesquisas sobre as características étnicos-raciais da população; e, obviamente, com o embasamento necessário de um substancial arcabouço teórico, construído a partir dos depoimentos de alguns autores que tratam de tal questão. Enfim, de que forma e com que freqüência, durante todo esse tempo, o quesito cor ou raça foi investigado, ou não, por esses conceituados levantamentos, que, pelo pioneirismo e credibilidade prevalecem ainda como referências nacionais e internacionais para as demais investigações sobre o assunto. Como contribuição, e complementando o capítulo, o estudo conta ainda com um mapeamento de fontes dos estudos estatísticos disponíveis das questões raciais, relacionadas por instituição, editor ou autoria. Ou seja, títulos e/ou registros considerados com os mais representativos, e que foram divulgados entre 1990 e 2003.

2.1 A DISCUSSÃO SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DA COR NAS ESTATÍSTICAS POPULACIONAIS

Cabe lembrar a antiga discussão sobre o uso da classificação por cor nos levantamentos das características da população brasileira. O emprego de tal classificação pelo IBGE, e, atualmente, por quase todos os institutos/ instituições de pesquisas do país, tem recebido constantes críticas de alguns segmentos da sociedade e, até mesmo, de representantes do Movimento Negro,

no que se refere, mais objetivamente, ao uso da polêmica categoria "cor parda"[1]

Para tanto, alguns intelectuais, como Hasenbalg (1996), consideram que a "cor morena" seria a mais apropriada e "usada bem mais espontaneamente pela população". Na concepção desse estudioso:

> Proporções variáveis de pessoas de todo o leque cromático identificam-se como morenos, criando ambigüidade classificatória. Trata-se, então, de saber se os censos e as Pnads devem estar orientados para registrar características "objetivas" da população, como sexo, idade e ocupação, ou "identidades subjetivas" como a da abrangente morenidade. (HASENBALG, 1996).

A inclusão, por exemplo, da categoria "indígena" no Censo Demográfico de 1991, segundo ele, levaria ao questionamento de possíveis usos dessa inovação no registro de características da população.

> Mesmo quando a questão indígena envolve mais o problema de demarcação de terra do que o volume de contingentes demográficos deve-se estimular o diálogo entre o IBGE e os usuários potenciais deste novo registro demográfico. (HASENBALG, 1996).

Na mesma linha de discussão, Pahim (1996) observa que o fato de tal classificação no Brasil levar em conta a cor, e não a ascendência, como nos Estados Unidos, torna-se também "um complicador, dada à ampla gama e o significado social dos termos usados pelas pessoas para identificar a sua

[1] Para um melhor esclarecimento de tal classificação, recomenda-se o estudo realizado por Petruccelli (2000). O autor fez um estudo das diversas denominações de cor utilizadas pela população brasileira, em relação às categorias aplicadas pelo IBGE, a partir das informações sobre cor e origem dos entrevistados pelo Suplemento da Pesquisa Mensal de Emprego de julho de 1998.

tonalidade de pele". Para ela, esse fenômeno se torna ainda mais evidente e "em toda a sua plenitude, quando se deixa a cargo do entrevistado a determinação de sua cor".

Um outro complicador, que destaca Pahim no processo classificatório por cor ou raça, deve-se ao fato de que na América Latina, e especialmente no Brasil, existe uma associação significante entre classe social e raça ou cor. "A percepção da raça/cor de uma pessoa além de basear-se nas suas características fenotípicas é também (...) contaminada pela sua posição socioeconômica". Ou seja, tal fenômeno implicaria, por certo, "no processo classificatório (...)". (PAHIM, 1996). Mas, a despeito de todos esses problemas, inerentes ao sistema classificatório, os resultados que têm sido mostrados pelos organismos oficiais, ao longo do tempo, apontam, segundo Pahim, "de maneira constante e inequívoca, para uma situação de desvantagem do negro brasileiro, no que diz respeito a praticamente todos os indicadores sociais, como a taxa de mortalidade, expectativa de vida, escolaridade, (...) e participação no mercado de trabalho". (PAHIM, 1996).

De toda forma, silenciar a cor nas estatísticas da população, sejam os censos ou quaisquer outras pesquisas e estudos específicos, seria o mesmo que silenciar, como observa Marcelo Paixão (2003):

> (...) diversos estudos feitos a partir das bases de dados oficiais (que) não deixam a menor dúvida quanto ao fato de que no Brasil o critério étnico serve como um elemento determinante dos processos de estratificação e exclusão social ". (PAIXÃO, 2003. p. 27).

Nesse contexto, vale acrescentar o abalizado depoimento, e bem atual, de Tereza Cristina Araujo (1987) sobre a categoria cor. Para a pesquisadora, "o debate em torno da classificação utilizada nas pesquisas oficiais reflete a dinâmica das relações raciais na sociedade brasileira". Tal debate teria girado em torno sempre de questões, como a homogeneidade racial e constituição da nacionalidade e da democracia racial, complicando-se, então, a partir dos anos de 1970 para se incorporar a questões colocadas pelo Movimento Negro e pelos pesquisadores em etnicidade. Nas palavras de Araujo, "a constância do debate indica estarmos diante de um caso de " luta de classificações", (...) de uma disputa pelo estabelecimento da classificação legítima." (ARAUJO, 1987).

Com isso, as informações geradas a partir da classificação, segundo a pesquisadora, "podem ser, e têm sido, apropriadas e interpretadas de acordo com o quadro de referência teórico e ideológico, bem como os objetivos e propósitos de análise daqueles que estejam envolvidos com a questão racial". Sem sombra de dúvida, tais argumentações se constituem em elementos motivadores para a execução de uma análise pontual dos censos brasileiros e também das PNADS, cujos resultados não conseguiram, de alguma forma, silenciar tão importante e necessária discussão.

2.2 O QUESITO COR NOS CENSOS BRASILEIROS: RESUMO HISTÓRICO

Em consonância com a perspectiva deste estudo, não serão tratados, aqui, nem os aspectos metodológicos e/ou puramente técnicos desses levantamentos. Diante disso, objetivou-se a introdução, mesmo que resumidamente, da trajetória histórica dos Censos da População, que teve inicio no século XIX, ainda no regime Imperial.

A tradição censitária no Brasil, portanto, remonta ao Censo de 1872, ou seja, com o primeiro recenseamento da população realizado em âmbito nacional. Antes disso, os levantamentos populacionais eram restritos ao aspecto geográfico, de caráter local e municipal. Os dados sobre a população, ainda no período colonial, e durante o Império, que antecede ao Censo de 1872, eram obtidos de forma indireta, e conseqüentemente, sem a realização de levantamento adequado. Eram, então, deduzidos ou estimados com base nas informações de várias fontes, como as autoridades eclesiásticas, que eram responsáveis pelos levantamentos dos fiéis subordinados à sua jurisdição. Por vezes, os dados também eram baseados em informações fornecidas pelas autoridades da Metrópole, por funcionários da Colônia ou aquelas encaminhadas aos Ministros do Governo Imperial, através de relatórios dos Presidentes das Províncias. Também, utilizavam dados enviados pelos ouvidores e/ou magistrados à Intendência Geral de Polícia. Enfim, as informações anteriores ao Censo de 1872, procediam de várias fontes, todas as que pudessem servir para uma avaliação do contingente populacional.

Cabe informar que a primeira Constituição da República, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, já determinava em seu artigo 28 a realização do recenseamento da população da República, que deveria ser revisto de dez em dez anos. As Constituições posteriores quando não deixavam claramente expresso o período de realização dos censos, indicavam a necessidade de tal operação censitária. Desde seu início, os censos nacionais, previstos para os anos de final zero, tiveram algumas interrupções. Verificou-se, também, na trajetória dos censos brasileiros, que os primeiros inquéritos censitários, e anteriores ao ano de 1940, limitavam-se à investigação das características gerais das pessoas. Ou seja, sexo, idade, estado civil, nacionalidade, instrução, defeitos físicos, etc. A partir do Censo Demográfico de 1940, a pesquisa passou a dar maior ênfase aos aspectos econômico e social, preocupando-se, então, com a atividade, mão-de-obra, emprego, desemprego, rendimentos, fecundidade, migrações internas, entre outros aspectos. Quanto à natureza da investigação do quesito cor, que é o eixo central da análise, optou-se por comentar, especificamente, cada censo.

2.2.1 Censo de 1872

O Censo Geral do Império foi realizado em 1º de agosto de 1872, em cumprimento ao estabelecido no Decreto nº 4.856, de 30 de dezembro de 1871, e sob a responsabilidade da Diretoria Geral de Estatística, subordinada, à época, ao Ministério dos Negócios do Império que fez a divulgação dos resultados através de uma série extensa de publicações. Ou seja, o Censo do Império teve a divulgação de seus resultados apresentados em volumes, tanto para as 21 Províncias quanto para o Município Neutro (Município da Corte), bem como um volume referente aos resultados de todo o Império do Brazil[2].

[2] Os trabalhos relacionados com a preparação do Censo de 1872 estão mencionados no Relatório da Diretoria Geral de Estatística (abril de 1872), assinado pelo então diretor do órgão, Joaquim José de Campos da Costa Medeiros e Albuquerque, e pode ser consultado no acervo de obras raras do IBGE.

As tabelas de resultados do Censo de 1872 apresentam dados relativos a cada Província discriminados por Paróquia, a principal classificação geográfica da época. Também, são apresentados numa Tabela Geral de Resumo, onde a população é classificada por sexo, por condição (livres ou escravos) e por cor (brancos, pardos, pretos e caboclos); além do estado civil (solteiros, casados e viúvos), religião (católicos e acatólicos), nacionalidade (brasileira e estrangeiros), instrução (sabem ler e escrever, e analfabetos) e mais (para a população escolar de 6 a 15 anos, os que freqüentam escola e os que não freqüentam); defeitos físicos (cegos, surdos-mudos, aleijados, dementes e alienados), os ausentes e transeuntes, o número de casas habitadas e desabitadas, e o número de "fogos" ou domicílios.

Verifica-se, assim, que o quesito cor foi investigado pelo primeiro Censo do Império. Um outro detalhe: a categoria "pardo" já aparece nesse censo, que, juntamente com a categoria "preto", ao que tudo indica, constituíam a população escrava. Cabe esclarecer que no Quadro Geral da População do Império do Brazil, que inclui as Províncias e o Município Neutro, a população escrava foi considerada em relação ao sexo, estado civil, raça, religião e nacionalidade. Ao passo que a população livre, em relação ao sexo, estado civil, raça, religião, nacionalidade e grau de instrução, com a indicação do número de "fogos" e casas.

Observa-se, ainda, que tanto nos totais das variáveis "que freqüentam e que não freqüentam a escola" quanto ao total de população residente em casas e "fogos", foram consideradas as populações "livre e escrava". Foi registrado, também, para o Município Neutro, o quesito cor (brancos, pretos, pardos e caboclos)[3] bem como a nacionalidade brasileira, e estado civil. Nota-se que, em relação à nacionalidade estrangeira, foi registrado o total de africanos, como livres e escravos.

Cabe perguntar, então, qual teria sido o verdadeiro interesse do primeiro censo oficial brasileiro, realizado no período monárquico que ainda mantinha o

[3] Segundo Lima (2003. p. 120), "Os índios foram transformados em caboclos, termos que poderiam ser utilizados como sinônimos, ainda que o segundo pudesse ter um sentido mais abrangente". A historiadora explica ainda que: "(...) essa transformação dos índios, no sentido mais estrito, em caboclos, designando já a "domesticação", pela via dos aldeamentos, ou pelas diferentes vias (...), incluindo a força e a guerra mais ou menos explícitas, era importante preocupação do Império quanto à sua população e, (...), sobretudo em relação à questão da terra".

sistema escravista, de não ter silenciado a cor da população, mesmo que essa significasse uma condição do indivíduo, ou seja, de ser "livre ou escravo"? Nas palavras de Ivana Stolze Lima (2003):

> O Censo de 1872 indica uma mudança iniciada na forma de conceber e gerir a população, orientada cada vez mais por certo entendimento – ainda que sempre indefinido – do conceito de raça; o que não significava, evidentemente, deixar de lado a cor, mas ancorá-la em suporte pretensamente rígido. (LIMA, 2003. p. 121).

Tal tendência, segundo Lima, foi resultado de "uma crise acentuada da escravidão e do regime monárquico, e o conseqüente empobrecimento dos pilares", que eram considerados como naturais para a distinção social. Com isso, a inclusão da cor, nesse levantamento, tornou-se quase que obrigatória. O Censo de 1872, o primeiro do Império, demarcou critérios e padrões que foram mantidos nos censos posteriores, especialmente, nos dois que imediatamente se seguiram, os Censos de 1890 e de 1900[4].

Todos os volumes do Censo de 1872 estão disponíveis, somente para consulta, no acervo de "obras raras" da Gerência de Bibliotecas, no Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE, no Rio de Janeiro.

2.2.2 Censo de 1890

O segundo Recenseamento Geral da População, o primeiro da República do Estados Unidos do Brasil, foi realizado em 31 de dezembro de 1890, ou seja, após dezoito anos do primeiro levantamento censitário nacional. Esse levantamento, segundo o relatório de Azevedo (1990), deveria ter sido

[4] À exceção da cor, que não foi investigada no Censo de 1900.

realizado em 1880, conforme disposto no parágrafo primeiro da Lei n.º 1.829, de 9 de setembro de 1870[5].

Nesse censo, foi adotado o "Boletim de Informações Individuais", que investigava o nome, naturalidade, nacionalidade, idade, sexo, cor, defeitos físicos, filiação e residência. Além de mais dois questionários: o "Boletim de Informações quanto ao Indivíduo na Família" e o "Boletim de Informações quanto ao Indivíduo na Sociedade". Vale dizer que o Censo de 1890 enfrentou uma série de dificuldades que afetaram os trabalhos de coleta, em que falhas e omissões consideráveis, bem como a morosidade na apuração, prejudicaram a execução do plano de divulgação.

Achou-se conveniente destacar na introdução da "Sinopse do Recenseamento de 1890" (1898), até por conta de um entendimento mais claro dos próximos tópicos, algumas considerações que traduzem todo o desapontamento pelo insucesso desse segundo censo, já como República, o, por exemplo, a recomendação de um uso criterioso de seus resultados: "(...) que o façam com todo critério, não devendo considerar a segunda operação censitária da República, mais que um segundo ensaio de recenseamento e quiçá em condições inferiores ao primeiro". Assim, é atribuído tal insucesso a uma radical transformação política por que passou o Brasil, em 15 de novembro de 1889, e, conseqüentemente, a preocupação de todos em reorganizar o país. Todo o país, então, no ano seguinte, estava empenhado na eleição da Assembléia Constituinte, como, igualmente, todos os estados estavam absorvidos na preparação das eleições de suas respectivas Assembléias. Portanto, comenta a Sinopse:

> Não era certamente em 1890, (...), a época mais propícia para uma operação censitária", nem tampouco, era natural acreditar-se que uma operação difficilmente realizável em um periodo normal, fosse exeqüível em circunstancias tão criticas.

[5] O referido parágrafo dizia que: "O governo designará o dia em que se há de efetuar o primeiro recenseamento, contando-se, porém, o prazo decenal para o seguinte do dia 31 de dezembro de 1870". De acordo, ainda, com o relatório de Azevedo (1990, p. 92), sobre os Censos Brasileiros, a Lei n.º 2.792, de 20 de outubro de 1877, que fixou a despesa e o orçamento da receita geral do Império para os exercícios de 1877-1878 e 1878-1879, transferiu para 1887, o que seria o segundo recenseamento do Império. Tal lei, também, foi revogada pela de n.º 3.348, de 20 de outubro de 1887, que então determinou o adiamento para o ano de 1890. Finalmente, o Decreto n.º 113D, de 2 de janeiro de 1890, definiu a sua data de realização para 31 de dezembro do mesmo ano.

> As necessidades do momento não exigiam mesmo tão grandes sacrifícios dos cofres públicos com um recenseamento cujo insucesso deveria ser previsto". (SYNOPSE DO RECENSEAMENTO DE 31 DE DEZEMBRO DE 1890, 1898. p. III).

E, conclui:

> A operação de 1872, feita em melhores condições, deveria satisfazer as exigências do momento, até que, reorganizado o paiz, se tentasse com mais probabilidade de êxito, o recenseamento da população brazileira. (SYNOPSE DO RECENSEAMENTO DE 31 DE DEZEMBRO DE 1890, 1898. p. IV).

Cabe comentar ainda que foram introduzidas algumas inovações nos questionários do Censo de 1890. Tudo o que foi discutido, ou seja, todas as instruções, sugestões, determinações e variáveis a serem investigadas nesse levantamento censitário estão no documento da Diretoria Geral de Estatística, responsável pela pesquisa, e compõem o volume organizado por Albino Esteves, "Apontamentos Históricos e Extrátos" (1941). No que se refere ao quesito cor, registre-se a substituição de "pardo" por "mestiço". Achou-se por bem, então, transcrever como o documento determina e justifica tal mudança:

> Substituição da côr parda, que só exprime o produto do casamento do branco com o preto, pela côr de mestiço, indicação mais genérica abrangendo tambem os diversos resultados de fusão com a raça indígena. (ESTEVES, 1941. p. 138).

Propõe, ainda, o documento:

> Como ficou provado pelo recenseamento de 1872, um preconceito social muito conhecido frustra a exata averiguação do fato étnico resultante da fusão do elemento africano; resta, portanto, engloba-lo ao que provem da origem cabocla, embora mais conveniente fosse a discriminação, no interesse da ciência. (ESTEVES, 1941. p. 42).

Portanto, o Censo de 1890 classificou a população brasileira, no quesito cor, como brancos, pretos, caboclos e mestiços. Quanto à sua divulgação, foram publicados: um volume contendo, exclusivamente, as tabulações por idade, outro, editado em 1898, para todo o Brasil, com dados sobre sexo, raça e estado civil; além da Sinopse do referido Censo (1898), que divulgou as tabulações sobre sexo, raça, estado civil, nacionalidade, filiação, culto e

analfabetismo. Foi divulgada, também, uma outra publicação relativa ao Distrito Federal em 1895, com as primeiras informações do Censo de 1890, onde é apresentado um extenso estudo preliminar, bem como uma análise comparativa dos percentuais desse censo com os percentuais de cidades de outros países e com os divulgados.

Todos os volumes do Censo de 1890 estão disponíveis, somente para consulta, no acervo de "obras raras" da Gerência de Bibliotecas, no Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE, no Rio de Janeiro.

2.2.3 Censos de 1900 e de 1920

Tanto o Censo de 1900 quanto o de 1920, os dois primeiros censos realizados no século XX, e ainda sob a responsabilidade da Diretoria Geral de Estatística, não investigaram a cor da população. Vale comentar que o Censo de 1900, o terceiro recenseamento brasileiro, realizado em 31 de dezembro e segundo instruções aprovadas por Portaria do Ministério da Viação (20 de janeiro de 1900). Conforme a "Sinopse do Recenseamento de 1900" (1905), apesar dos resultados incompletos em muitas localidades, o levantamento "forneceu dados mais próximos da verdade do que os anteriores." Ou seja, as informações recebidas de alguns estados podem ser consideradas completas, embora, de um ou de outro Distrito, os Boletins Censitários tenham sido extraviados. Os resultado relativos ao Rio de Janeiro – então Distrito Federal - por exemplo, foram cancelados em decorrência de falhas constatadas, que suscitaram impugnações e contestações.

No que se refere ao Censo de 1920, realizado no Governo de Epitácio Pessoa, em 1º de setembro, conforme as disposições do Decreto nº 4.017 (9 de janeiro de 1920), teve como novidade a inclusão do "sigilo censitário". Esse levantamento também obedeceu a um plano de investigação bem mais amplo que os censos anteriores. Além do aspecto demográfico, foram incluídas as investigações de atividades econômicas, com realizações pioneiras no país dos Censos Agrícolas e Industrial.

O período de realização do IV Recenseamento do Brasil coincide, também, com marcante evento da vida nacional, ou seja, a Independência do Brasil, em

1922. Além de ter como objetivo retratar a evolução e as novas condições socioeconômicas do país, após um século de sua emancipação política. O regulamento[6] aprovado para o Censo de 1920 definiu, em seu artigo 3º, o âmbito da investigação demográfica. Ou seja, listagem das famílias, conforme a natureza do domicílio, particular ou coletivo, incluindo as características de cada habitante, como nome, sexo, idade, estado civil, nacionalidade, profissão, grau de instrução, residência e os defeitos físicos.

Chama-se a atenção ainda para o relatório divulgado no volume I – Introdução – mais especificamente, para a segunda parte dedicada à "Evolução da Raça". De acordo com esse relatório escrito por Oliveira Vianna, como já foi visto no capítulo anterior, o negro e o índio são considerados como agentes do processo civilizatório, no que diz respeito ao processo de formação da sociedade brasileira, isto é, "(...) como elementos eugênicos para a formação das classes superiores, quando perdem a sua pureza e se cruzam com o branco." (RECENSEAMENTO DE 1920, v. 1, p 329, 1922). É atribuído, então, ao tipo mestiço brasileiro uma certa possibilidade de acesso à classe superior.

É significante nesse relatório o sentido dado às estatísticas, conforme destacado:

> Disse alguém que as estatísticas são a consciência das sociedades: por ellas é que estas tomam conhecimento das transformações obscuras, que se operam na intimidade de sua economia, (...), dos phenomenos da sua vida subconsciente. (RECENSEAMENTO DE 1920, v. 1, p. 343, 1922).

Quanto à exclusão do quesito cor no Censo de 1920, foi justificada da seguinte maneira:

> A supressão do quesito relativo á côr explica-se pelo facto das respostas ocultarem em grande parte a verdade, especialmente quanto aos mestiços, muito numerosos em quase todos os Estados do Brazil e, de ordinário, os mais refractarios ás declarações inherentes á côr originaria da raça a que pertencem. (RECENSEAMENTO DE 1920, v. 1, p. 488-489, 1922).

[6] Esse regulamento foi aprovado pela Lei n.º 14.026, de 21 de janeiro de 1920. (AZEVEDO, 1990. p. 104).

Tal explicação apoiou-se, à época, na tese do sociólogo Mayo Smith, da Filadélfia[7], no que se refere ao embasamento em argumentação sociológica para estudos estatísticos das raças e nacionalidades, conforme registrado:

> (...) a primeira questão que se apresenta consiste em saber quaes elementos necessarios á sua classificação; (...) não existindo características nitidamente definidas em que se possa assentar a observação commum de estatistica, não passamos os arrolamentos e as classificações de meras conjecturas, offerecendo por isso fundamento falho ao nosso raciocínio. (RECENSEAMENTO DE 1920, v. 1, p. 489).

O relatório menciona ainda que tal argumentação foi influenciada pelo insucesso do IX Censo dos Estados Unidos, e em como distinguir "os pretos de mulatos e estes de suas diferentes gradações", quando conclui que:

> (...) a tonalidade da côr da pelle deixa também a desejar como critério discrimitativo, por ser um elemento incerto, mórmente se levarmos em conta o phenomeno do atavismo ou reversão a um typo ancestral puro: uma mulata, por exemplo, póde dar á luz a um filho inteiramente negro. É impossível fazer essa estatistica. (RECENSEAMENTO DE 1920, v. 1, p. 489).

Diante disso, cabe relembrar que o Censo de 1920 foi iniciado, justamente, durante a Primeira República (1889-1920). Ou seja, num período em que foi implementado um projeto nacional de branqueamento da população.

Como informação adicional sobre a não realização do Censo de 1910, o "Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários Realizados no Brazil", que consta também do volume 1 – Introdução do Recenseamento de 1920, aqui analisado, apresenta o seguinte esclarecimento:

> O 3º censo decennal da Republica devia realizar-se em 31 de Dezembro de 1910, mas por motivos occasionaes, cuja critica minuciosa consta do relatorio apresentado pelo director geral de estatistica ao Ministro da Agricultura, em Fevereiro de 1915, deixou de ser levado a effeito na época prefixada e foi transferido para 30 de junho do anno seguinte, sendo afinal definitivamente

[7] O relatório do Censo de 1920, aqui analisado, cita a tese do Professor Mayo Smith como publicada em "Statistics and Sociology", sem indicar a data e local.

> suspensos os respectivos trabalhos preliminares, após dispendio de avultadas verbas (...). (RECENSEAMENTO DE 1920, v. 1, p.421).

O Censo de 1910 se fosse realizado também não investigaria a cor da população.

Os volumes, aqui analisados, referentes aos Censos de 1900 e de 1920 estão disponíveis, somente para consulta, no acervo de "obras raras" da Gerência de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE, no Rio de Janeiro.

2.2.4 – Censo de 1940

Note-se que o V Recenseamento Geral deveria ter sido realizado em 1930, em cumprimento aos dispositivos constitucionais que estabeleceram a periodicidade decenal para os levantamentos censitários brasileiros. Em vista disso, a Diretoria Geral de Estatística, que divulgou o Censo de 1920, conforme Azevedo (1990. p. 116), deu início "com a devida antecedência, aos trabalhos de planejamento tomando as providências necessárias ao desenvolvimento da operação". Entretanto, a pesquisa não pode ser levada a efeito por conta de acontecimento políticos, que tiveram como resultado a Revolução de outubro de 1930.

O conteúdo de tal pesquisa, programada para 1930, foi definido no Decreto nº 18.994, de 19 de novembro de 1929[8] Esse decreto estabeleceu no artigo primeiro a realização da operação em 1º de setembro de 1930, como também o âmbito da investigação. No que se refere a esse último item, foi seguido o mesmo modelo utilizado no Censo de 1920, já mencionado anteriormente. Tudo leva a crer que também o Censo de 1930 não investigaria a cor da população.

Após vinte anos de intervalo do último censo, foi realizado o Censo de 1940, em 1º de setembro, o V Recenseamento Geral do Brasil, e o primeiro sob

[8] Ver Azevedo (1990. p. 116)

a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística[9].

Na seqüência dos recenseamentos efetuados no Brasil, o Censo de 1940 é considerado como marco importante do início da série dos modernos censos nacionais, cujos critérios mais atualizados, tanto técnicos quanto metodológicos, deram à pesquisa maior relevância e credibilidade junto à comunidade estatística internacional.

Além disso, em vista da sensível falta de informações relativas à população e à economia, resultante do considerável lapso de tempo decorrido do último levantamento, seu planejamento contemplou um extenso elenco de pesquisas. Também a deflagração da Segunda Guerra Mundial, certamente, contribuiu para a necessidade de um aprofundamento mais intenso dessas pesquisas, para conhecer melhor a realidade nacional.

Observe-se que tal pesquisa teve a apuração e divulgação de seus resultados retardados, por conta de diversas dificuldades, entre as quais, a demora na devolução do material de coleta preenchido, precariedade de transportes, e, principalmente, pela deficiência de equipamentos mecânicos, que apesar de encomendados com antecedência não foi entregue em tempo hábil, pelos Estados Unidos, em virtude da sua participação no conflito mundial.

Julga-se importante, para uma maior consistência à análise dos modernos censos brasileiros, comentar, ainda que resumidamente, os instrumentos que de certa forma legitimaram as suas realizações.[10]. Assim, o Decreto-lei n.º 237, de 2 de fevereiro de 1938, trata do início dos trabalhos censitários e o funcionamento da Comissão Censitária Nacional, e, juntamente com a Resolução n.º 50, de 17 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho de Estatística, propôs as bases para a sua organização, execução e divulgação.

---

[9] De acordo com a Metodologia do Censo Demográfico de 1980 (1983), em 1934, foi criado o Instituto Nacional de Estatística (Decreto n.º 24.609, de 6 de julho de 1934) como entidade de natureza federativa. Mais tarde passou a denominar-se Conselho Nacional de Estatística e, seguindo os princípios de unidade nacional e de cooperação interadministrativa, passou a integrar, junto com o Conselho Nacional de Geografia, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por força do Decreto n.º 218, de 26 de janeiro de 1938.

[10] Ver Azevedo (1990. p. 119-120) que trata com maior detalhes todos os instrumentos legais concernentes ao Recenseamento de 1940.

Outro instrumento legal básico expedido foi o Decreto-lei n.º 969, de 21 de dezembro de 1938, que regulou os recenseamentos gerais no Brasil, cujas disposições indicaram a data e periodicidade, âmbito das pesquisas, obrigatoriedade das informações, sigilo censitário, entre outras deliberações. Mas, é o Decreto-lei n.º 2.141, de 15 de abril de 1940, que contemplará, finalmente, todas as disposições relativas ao Censo de 1940.

O Recenseamento de 1940, por conta de um ambicioso planejamento, compreendeu sete censos distintos: Censo Demográfico, Censo Agrícola, Censo Industrial, Censo Comercial, Censo dos Transportes e Comunicações, Censo dos Serviços, e Censo Social.

É importante dizer que será tratado, daqui por diante, apenas a natureza das investigações do Censo Demográfico, assim chamado a partir de 1940. Como também, o reaparecimento do quesito cor na pesquisa, observando-se a análise realizada nos quadros constantes da publicação Censo Demográfico 1940 vol. 2 (1950), que mostram a condição de tal categoria em relação a outras variáveis investigadas.

Em 1940, tem-se, portanto, o retorno da cor da população na pesquisa, silenciada durante cinqüenta anos pelos censos nacionais. A classificação segundo a cor, nesse levantamento de 1940, conforme a introdução do volume analisado:

> Resultou das respostas ao quesito proposto, dadas de acôrdo com a seguinte forma de declaração preceituada nas instruções: Responda-se "preta", "branca", "amarela" sempre que for possível qualificar o recenseado segundo o característico previsto. No caso de não ser possível essa qualificação, lance-se um traço horizontal no lugar reservado para a resposta. (CENSO DEMOGRÁFICO 1940, v. 2, p. xxi, 1950).

A classificação da população em três grandes grupos étnicos, ou seja, pretos, brancos e amarelos, deu margem, conforme esclarece a introdução do Censo Demográfico 1940 (1950), "a constituição de um grupo genérico sob a designação de **pardos**, para os que registraram declarações outras como "caboclo", "mulato", "moreno", etc., ou se limitaram ao lançamento do traço". Com isso, somente nos casos de completa omissão da resposta, foi atribuída a designação "côr não declarada".

Observe-se que nos quadros sobre "Características Gerais da população de fato"[11] os grupos de "pardos" e de "pessôas de côr não declarada" as informações foram registradas em separado. Nos demais quadros, esses dois grupos foram englobados[12], "atendendo ao pequeno número dos que constituíam o segundo (grupo) e ainda a que a omissão da resposta traduziria, em muitos casos, uma reserva à declaração expressa da mestiçagem". (CENSO DEMOGRÁFICO 1940, v. 2, p. xxi).

A divulgação dos resultados definitivos teve início somente em maio de 1946, com a publicação da "Sinopse do Censo Demográfico 1940: dados gerais", onde estão registrados além da tabela de resultados para Brasil, outras, para cada uma das Unidades da Federação. Nessas tabelas, a população é distribuída por sexo, idade, cor, estado conjugal, nacionalidade instrução, religião e atividade principal. Cabe destacar, na introdução da citada Sinopse, alguns esclarecimentos relacionados à investigação do quesito cor:

> Revela salientar que as indagações sôbre a "côr" visaram os grupos étnicos - brancos, pretos e amarelos - e, nessas condições, foram consignadas sob a designação de **pardos** as pessoas que declararam outra côr (caboclo, moreno, mulato, etc.) ou que, de acôrdo com as instruções, lançaram no lugar próprio do boletim um sinal convencionado como indicação de não estarem incluídas em nenhum daqueles grupos. (SINOPSE DO CENSO DEMOGRÁFICO 1940, p.vi-vii, 1946).

Por último, as considerações quanto às anotações de tal quesito em algumas Unidades da Federação:

> Em alguns Estados, notadamente Amazonas, Ceará, Maranhão, Paraíba e Piauí, os dados sôbre pretos revelam, em confronto com os recenseamentos anteriores, um aparente crescimento excessivo, resultante, talvez por inadvertência na aplicação das instruções relativas aos grupos étnicos, da inclusão, entre os **pretos,** de grande parte dos **pardos**, de sorte que, para se tornarem expressivas aquelas comparações, será aconselhável considerar os dois grupos em conjunto. (SINOPSE DO CENSO DEMOGRÁFICO 1940, p. vii, 1946).

[11] Ver Censo Demográfico 1940, op. cit., p. xxi.

[12] Nos citados quadros, com informações da população de fato distribuída por sexo, idade, cor, instrução, ramo de atividade, posição na ocupação e fecundidade, os grupos da categoria cor estão assim agrupados: "BRANCOS - PRETOS - AMARELOS - PARDOS E DE CÔR NÃO DECLARADA".

As publicações, aqui analisadas, referentes ao Censo de 1940 estão disponíveis, somente para consulta, na Gerência de Bibliotecas, no Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE, no Rio de Janeiro.

2.2.5 Censo de 1950

O VI Recenseamento do Brasil foi realizado em 1º de julho, em conformidade com o disposto na Lei n.º 651, de 13 de março de 1949. Manteve, também, os dispositivos básicos do Decreto-lei 969, de 21 de dezembro de 1938, que regulou os recenseamentos brasileiros. Esse levantamento não foi tão ambicioso quanto o de 1940, mas, compreendeu além do Censo Demográfico, os Censos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços.

Cabe lembrar que, a partir do Recenseamento de 1940, foram adotadas as recomendações formuladas pela Liga das Nações e por outras entidades de âmbito internacional. Por isso mesmo, o Censo de 1950 orientou-se por estudos e recomendações das Organizações das Nações Unidas, integrando-se ao Censo das Américas de 1950, realizado pelo Instituto Interamericano de Estatística. O Censo Demográfico de 1950 também investigou a cor da população, além de outras características individuais: sexo, idade, religião, estado conjugal, nacionalidade, naturalidade, instrução, atividade, língua falada e fecundidade.

No Censo de 1950 as declarações da população sobre a cor seguiram as mesmas instruções do Censo Demográfico de 1940, ou seja:

> De acôrdo com instruções expressas do Censo Demográfico de 1940, as respostas, quanto à côr, deviam limitar-se às qualificações preta, branca e amarela. Sob a designação de pardos foram reunidos, na apresentação, os que registraram outra declaração (índio, caboclo, mulato, moreno, etc.) ou lançaram um traço (¾) no lugar reservado à resposta. (CENSO DEMOGRÁFICO 1950, v.1, p. XVIII, 1956).

Vale dizer, sobre o quesito cor, que nos quadros de resultados, além da classificação "BRANCOS, PRETOS, AMARELOS, PARDOS", consta também "SEM DECLARAÇÃO DE CÔR". Ao analisar-se os quadros com os resultados sobre as características gerais da população, para o conjunto Brasil,

observou-se que a cor somente foi registrada em relação aos seguintes aspectos: sexo, idade, estado conjugal, grau de instrução[13], ocupação, tipo de atividades e fertilidade.

Registrem-se, também, as dificuldades encontradas na investigação da cor, conforme relato na "Introdução" do referido censo:

> A experiência censitária demonstra as dificuldades que se opõem à coleta de informações relativas à côr. Reconhecendo embora tal circunstância, julgou-se oportuno proceder à pesquisa, uma vez que o recenseamento tem sido, no Brasil, o meio empregado para obter elementos mais amplos sôbre o assunto (CENSO DEMOGRÁFICO 1950, v. 1, p. XVII-XVIII, 1956).

Os primeiros resultados do Censo Demográfico de 1950 foram divulgados em março de 1951, ou seja, na "Sinopse Preliminar", onde constam resultados referentes à população dos Municípios e Sedes Municipais. Em setembro do mesmo ano, teve início a divulgação dos quadros com resultados definitivos do censo, em 23 volumes. Finalmente, em 1956, foi editado o volume, aqui analisado, com resultados para todo o conjunto do país.

É indispensável frisar que embora não tivesse sido planejada a realização de inquéritos especiais, sobre determinados grupos sociais situados fora das áreas determinadas para investigação censitária, o Censo Demográfico de 1950 também levantou informações sobre a população das favelas do então Distrito Federal, onde a cor, juntamente, com idade e sexo, apenas é registrada no quadro referente à "Distribuição da População Presente".

Tais resultados e outros esclarecimentos alusivos não só à especificidade do levantamento como também aos seus resultados estão em "As Favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950" (1953)[14].

---

[13] É importante observar que, já no Censo Demográfico de 1950, foi investigada a variável instrução, por cor e sexo, a partir de 5 anos ou mais de idade, como registrado no último Censo de 2000 e que foi objeto de algumas críticas por parte de alguns analistas sobre oassunto.

[14] Sugere-se consultar a citada publicação, que traz minuciosas explicações a respeito da conceituação, para fins censitários, do que deveria ser considerado como favela, bem como sobre determinadas características, exclusivas de aglomerados, como o tipo de habitação chamado de "barraco".

As publicações aqui analisadas estão disponíveis, somente para consulta, na Gerência de Bibliotecas, no Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE, no Rio de Janeiro.

2.2.6 Censo de 1960

O Censo Demográfico de 1960 integrou o VII Recenseamento Geral do Brasil, que também incluiu os Censos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. É considerado bastante problemático, por conta das dificuldades enfrentadas não só na fase de coleta como nas fases de apuração e divulgação. O Decreto-lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938, também disciplinou a execução das operações censitárias do país.

Conforme Introdução do Censo Demográfico de 1960 (v.1, p. XXII), pela primeira vez nos censos brasileiros foi utilizada a técnica de amostragem na coleta de informações:

> Foram investigados por amostragem nove quesitos relativos às características das pessoas, abrangendo: duração do casamento, fecundidade, características econômicas, e todas as informações referentes aos domicílios. As tabulações referentes à composição das famílias foram elaboradas com base nas informações relativas aos grupos familiares investigados por amostragem. (CENSO DEMOGRÁFICO 1960, v. 1, p. XXII).

Como no Censo Demográfico de 1950, a pesquisa relativa à cor ficou circunscrita a quatro grupos: BRANCOS, PRETOS, AMARELOS e PARDOS. Nesse último grupo foram incluídas as declarações que diziam respeito aos índios. No que se refere aos aborígenes, só foram contadas as informações parciais obtidas pelo recenseamento de aldeias "em contato com civilizados".

Ao analisar-se os quadros de resultados para o conjunto do país, observou-se que o quesito cor só é contemplado no quadro referente ao total da população, ou seja, a distribuição por cor e sexo, segundo grupos de idades.

A divulgação dos resultados do Censo Demográfico de 1960 foi bastante conturbada. Teve início, então, com a publicação da "Sinopse Preliminar", em 25 volumes, sendo que a primeira sinopse relativa ao primeiro estado apurado

(Espírito Santos). A série da sinopse foi concluída em 1962, com a divulgação dos resultados relativos ao conjunto do país; e os resultados definitivos, os totais para Brasil, após inúmeras interrupções devido às dificuldades tanto técnicas quanto administrativas, foram publicados somente em meados de 1970. Ou seja, quando da conclusão do Censo de 1970.

É bom ressaltar que nos dois últimos Censos Demográficos (1940 e 1950) também foram registradas algumas dificuldades no desempenho das pesquisas. Não obstante, o quesito cor, ou melhor, a sua investigação não ficou tão limitada como no Censo de 1960, que divulgou apenas os resultados relativos à distribuição da população sem contudo computar tal quesito em relação a outros como, por exemplo, instrução, fertilidade e os aspectos econômicos.

Acredita-se que tal situação deve-se, também, ao próprio momento da realização da pesquisa. O país, particularmente, nos anos de 1960 e 1970, viveu um significativo controle de atitudes, comportamentos, e, obviamente, de informações. É possível que não interessasse, naquele momento histórico, tornar público, por exemplo, os dados sobre a educação do grupo negro da população.

É importante registrar que também o Censo Demográfico de 1960 investigou as favelas do Estado da Guanabara, cujas informações mereceram um volume especial: "Censo Demográfico de 1960": Favelas do Estado da Guanabara" (1968).

As tabelas que constam da referida publicação mostram vários aspectos da população como: a condição de presença, condição no domicílio, sexo, idade, religião, cor, naturalidade, nacionalidade, migrações internas, instrução, entre outros quesitos. Além de informações sobre os domicílios. No que se refere à investigação do quesito cor, por esse levantamento em favelas, em que pese a sua inclusão, constatou-se apenas uma tabela (n.º 3, na p. 3) com os totais da população por cor (BRANCOS, PRETOS, AMARELOS, PARDOS e SEM DECLARAÇÃO), segundo o sexo e grupos de idade.

Vale dizer que no Censo de 1950 foram recenseadas cinqüenta e oito favelas enquanto que o de 1960 pesquisou cento e quarenta e sete. Também

os critérios e a conceituação para o levantamento de 1960 seguiram, basicamente, os mesmos definidos durante o censo anterior.

As publicações aqui analisadas estão disponíveis, somente para consulta, na Gerência de Bibliotecas, no Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE, no Rio de Janeiro.

2.2.7 Censo de 1970

O Censo de 1970 foi o primeiro realizado após a transformação do IBGE em fundação pela Lei n.º 5.878, de 11 de maio desse mesmo ano, que deu nova estrutura à instituição. De acordo com a lei mencionada, o objetivo básico do IBGE:

> consiste em assegurar informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica e demográfica necessários ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País, visando especialmente ao planejamento econômico social e à segurança nacional. (NOTA PRÉVIA - CENSO DEMOGRÁFICO 1970, 1973).

O Recenseamento de 1970, o oitavo levantamento para o conjunto do país, obedeceu às determinações legais do Decreto-lei n.º 369, de 19 de dezembro de 1968, regulamentado pelo Decreto n.º 64.520, de 15 de maio de 1969, cujas disposições foram parcialmente alteradas pelo Decreto n.º 65.697, de 12 de novembro de 1969. Tal decreto estabeleceu que a Comissão Censitária Nacional teria toda autoridade quanto à metodologia a ser adotada em cada levantamento, bem como as características das investigações. Ou seja, segundo Azevedo (1990. p. 145), "as modificações e adaptações que viessem a se tornar necessárias".

É importante frisar que por ocasião da apreciação da proposta sobre o âmbito da investigação do Censo Demográfico de 1970, houve ampla discussão no tocante aos problemas que acarretariam a inclusão dos quesitos "cor" e "religião", que já constavam do elenco de itens propostos para investigação. Acharam por bem, então, consultar especialistas das Ciências Sociais a respeito da inclusão ou não de tais quesitos. De acordo com Azevedo (1990. p. 147), "o assunto foi objeto de minucioso exame por parte dos especialistas convidados, ligados a estudos de Sociologia, Antropologia e Religião", tendo a Comissão

Censitária, "ao fim dos debates sobre a matéria, decidido manter a investigação sobre religião, deixando, entretanto, de fazê-lo em relação à cor".

Diante disso, o Censo de 1970 investigou por amostragem apenas aspectos como migrações internas, religião, nível de instrução, curso concluído, características econômicas, fecundidade e todas as informações relativas aos domicílios, classificando a população por sexo, grupos de idade, urbana e rural.

A ausência do quesito cor no levantamento censitário de 1970, realizado em 1º de setembro, tem sido bastante criticada pela intelectualidade e por representantes do grupo negro no país. É inegável que tal lacuna na pesquisa acarretou uma perda irrecuperável de informações sobre a população, por mais de uma década, em termos sociais, educacionais e econômicos, além de ter contribuído, em grande parte, para o agravamento das desigualdades e da discriminação, verificadas ainda nas estruturas da sociedade brasileira.

Cabe mencionar o depoimento de Hasenbalg (1995), que dá a dimensão exata de como a eliminação do quesito cor nas estatísticas, entre outros motivos, obstaculizou, em determinado momento, a produção acadêmica sobre as relações raciais no Brasil:

> O período que vai de aproximadamente 1965 até o final da década de 1970 não foi dos mais estimulantes para pesquisar, escrever sobre relações raciais no Brasil: o tema racial passou a ser definido como questão de "segurança nacional". Em 1969, as aposentadorias compulsórias atingiram os mais destacados representantes da escola paulista de relações raciais. Além disso, houve a falta de dados: por "motivos técnicos" a pergunta sobre cor foi eliminada do censo demográfico de 1970. (HASENBALG, 1995. p. 360).

Destaque-se, também, a crítica de Ianni (1980) sobre a omissão desse quesito, nas estatísticas dos anos de 1970:

> (...), suprimir os dados é um modo de suprimir os fatos. A precariedade das estatísticas permite negar ou minimizar os fatos. Além do mais, como diz o técnico ou o pesquisador branco ou a serviço do branco – num arroubo de objetividade científica – a noção de cor é muito subjetiva. O que não se pode medir é

> secundário ou não existe como fato social. Por isso, suprimiu-se a pergunta sobre a cor das pessoas no recenseamento de 1970. Dessa forma, o branco, amarelo, mulato, negro, índio, cafuzo (mestiço de negro e índio) e mameluco (mestiço de índio e branco) podem considerar-se iguais. Isso quem o diz é o branco, que em geral está na posição política, econômica ou acadêmica para instituir verdades de ocasião. (IANNI, 1980. p. 11).

Achou-se por bem, então, dar destaque a alguns trechos do documento "O Quesito Côr no Censo de 1970", publicado em 1970. Nesse documento, estão registradas as discussões sobre a inclusão ou não dos quesitos cor e religião no Censo de 1970.

Vale ressaltar que o projeto do "Plano Geral dos Censos de 1970" sugeria que as pessoas, quanto à cor, seriam classificadas em BRANCOS, PRETOS, AMARELOS e PARDOS, incluindo-se, nesse último, os índios: "com a finalidade, entretanto, de possibilitar estudos especiais, a indagação se fará destacadamente para os índios que vivem em aldeamento". (O QUESITO CÔR NO CENSO DE 1970, 1970. p. 1).

Na oportunidade, como se verifica no parecer abaixo, a mestiçagem brasileira serviu como argumento para avaliarem a propriedade, ou não, da indagação sobre a cor:

> (...). A classificação de côr na sociedade brasileira, por fôrça da miscigenação, torna-se difícil, mesmo para o etnólogo ou antropólogo. A exata classificação dependeria de exames morfológicos que o leigo não pode proceder. Até mesmo com relação aos amarelos, é difícil caracterizar o indivíduo como amarelo apenas em função de certos traços morfológicos, os quais permanecem até a 3ª, 4ª gerações, mesmo quando há cruzamentos. Com relação ao branco, preto e pardo a dificuldade é ainda maior, pois o julgamento do pesquisador está relacionado com a "cultura" regional. Possivelmente o indivíduo considerado pardo no Rio Grande do Sul, seria considerado branco na Bahia. Considero as informações sôbre côr muito deficientes. A sua exclusão poderia provocar alguns protestos de sociólogos. Talvez, convenha correr o risco e ser mais realista. (O QUESITO CÔR NO CENSO DE 1970, 1970. p. 1-2).

Dentre os estudiosos consultados sobre tal questão (inclusão do quesito cor no Censo Demográfico de 1970), destaque-se o parecer do sociólogo e conferencista José Arthur Rios (1969), que em extenso relato condiciona sua inclusão a alguns aspectos. Rios, inicialmente, coloca em pauta a visão sociológica dos séculos XIX e XX sobre o problema racial. Para o estudioso, a discussão racial no século XIX reproduz a "consciência de culpa dos países europeus ávidos em justificar sua expansão colonial e seu domínio sôbre os povos e áreas subdesenvolvidas". (RIOS, 1969. p. 1.).

José Arthur Rios admite que, nessa época, o conceito de raça era impreciso. Assim, devido ao estado das Ciências Biológicas tal conceito refletia um conjunto de dados fenotípicos, enquanto que a sociologia do século XX assume, diante do problema das diferenças raciais, uma posição exatamente contrária. Segundo Rios (1969. p. 1), "sociólogos e antropólogos minimizaram de tal forma a importância da raça, que passaram a negar sua validade, assumindo uma atitude nitidamente "culturalista", como se comportamentos e traços culturais pudessem alterar o gênes". Adverte, então, para o uso do conceito de "raça" no levantamento estatístico: "O sociólogo (...) deve estar consciente de sua limitação e entendê-lo como designando um grupo de indivíduos de formação biológica heterogênea, assim designado por outros grupos".

Em outro trecho de Rios, percebe-se a tendência ideológica que se instalara no país nos anos de 1970, de "democracia racial":

> (...), há um conceito biológico de raça, extremamente difícil de precisar ou circunscrever; e há um conceito sociológico de raça, que exprime as atitudes e preconceitos dominantes entre os diversos grupos que integram dada sociedade. Essa cautela se impõe, ainda mais, no caso de sociedades como a brasileira, caracterizadas por uma ausência prática de segregação racial, onde o preconceito racial não chega a impedir o processo de ascenção social. Numa sociedade em que as raças não são segregadas, todo cuidado se impõe no uso da palavra, bem como na análise de dados estatísticos que a êle se prendem. À falta de padrões sociais rígidos ou de uma "*color line*", a classificação racial empírica tende a adquirir sentido subjetivo vacilando de acôrdo com as atitudes, preocupações,

> preconceitos ou motivações de cada qual. É freqüente que um indivíduo enumerado como preto ou pardo por um agente censitário rigoroso, não seja assim considerado por seus companheiros, colegas conterrâneos ou concidadãos. (RIOS, 1969. p. 2).

Por outro lado, conclui que se a divergência de critérios dificultava a comparabilidade entre os recenseamentos dos dados relativos a esse quesito (cor), bem como o caráter subjetivo de classificação e a observância de características de um comportamento social sem barreiras na sociedade brasileira, entre outras prerrogativas, tudo isso levaria ao questionamento sobre a validade da inclusão desse quesito no questionário, "tendo em vista prioridades mais altas e o custo que acarreta tal inclusão".

De toda forma, o estudioso propõe, como solução a tal impasse, a autoclassificação, com a seguinte ressalva:

> Teremos, (...), uma auto-classificação, - é claro, sem nenhum valor científico — e um retrato da mentalidade do brasileiro em relação ao problema da côr. O dado obtido não terá nenhum valor antropológico pela impossibilidade de confrontá-lo com a realidade, mas de extrema valia para o sociólogo e psicologo social como manifestação cultural de classificação. (RIOS, 1969. p. 8).

Os documentos, aqui analisados, estão disponibilizados somente para consulta na Gerência de Bibliotecas no Centro de Informações e Disseminação de Informações do IBGE, no Rio de Janeiro. Cabe informar que o relatório "O Quesito Côr no Censo de 1970" está incluído no CD-ROM que acompanha a dissertação.

2.2.8 Censo de 1980

O Decreto n.º 84.221, de 19 de novembro de 1979, dispôs sobre a regulamentação e realização do IX Recenseamento Geral do Brasil que compreendeu o Censo Demográfico, Censo Agropecuário, Censo Industrial, Censo Comercial e Censo de Serviço.

O Censo Demográfico de 1980, que teve como referência a data de 1º de setembro, ampliou sua investigação sobre as características das pessoas, famílias e domicílios. Após vinte anos, então, retorna a investigação sobre a cor da população. Entretanto, esse item não constava, inicialmente, do elenco de investigações do Censo de 1980. Em vista disso, não foi aplicado no Censo Experimental realizado para testar o plano que fora elaborado para a sua execução.

Posteriormente, porém, foi decidida a sua inclusão nos questionários do censo definitivo[15], haja vista o grande interesse manifestado por pesquisadores e entidades, conforme palavras de Araujo (1987. p.14): "(...) o influxo de informações geradas pelo próprio IBGE, a discussão em torno da inclusão do quesito cor nas pesquisas do IBGE é realista, e, na década de 80, o quesito passa a ser considerado em vários levantamentos".

Ainda com relação a essa investigação no Censo de 1980, como no Censo de 1960 a população foi classificada em BRANCA, PRETA e PARDA, sendo que nessa última categoria ainda foram incluídos os mulatos, índios, caboclos, mamelucos, etc. Conforme conceituação do IBGE (1983), "as pessoas que não apresentaram resposta à indagação foram contadas no grupo SEM DECLARAÇÃO".

Vale lembrar que as características sociais foram pesquisadas por amostragem, e a investigação da cor, no levantamento de 1980, ficou limitada a informações gerais das pessoas pesquisadas. No volume 1 - Censo Demográfico 1980 (1983), na parte sobre Dados Gerais da População, foram analisadas para esse estudo as tabelas com resultados por cor, sexo, e idade, segundo a situação dos domicílios, anos de estudo e rendimento médio mensal.

[15] Cabe esclarecer que na PNAD de 1976 houve uma pesquisa especial, onde foram combinadas respostas em aberto e respostas pré-codificadas. No entanto, por conta da não aceitação dos resultados, por parte de alguns usuários e dos responsáveis pelo planejamento, decidiram pela exclusão do item cor. Somente após o Censo Experimental e, em face da pressão de alguns usuários, ficou determinada, pelos responsáveis superiores, a inclusão de tal quesito no elenco de investigações do Censo Demográfico de 1980, tendo sido adotada, também, a indagação com respostas pré-estabelecidas.

Todos os dados do Censo Demográfico de 1980 foram divulgados em três séries de publicações, que podem ser consultadas na Gerência de Bibliotecas, no Centro de Disseminação e Documentação do IBGE, no Rio de Janeiro. São elas: Sinopse Preliminar, Tabulações Avançadas, e Dados Definitivos, por temas.

2.2.9 Censo de 1991

A realização do Censo de 1991 obedeceu às determinações da Lei n.º 8.184, de 10 de maio de 1991. Vale comentar que o Recenseamento de 1991, a décima operação levada a efeito para o conjunto do país, constituiu-se apenas do Censo Demográfico, tal como os Recenseamentos de 1872, 1890 e 1900. Foram recenseadas todas as pessoas residentes no Território Nacional na data de referência – a noite de 31 de agosto para 1º de setembro de 1991 – inclusive as que se encontravam, temporariamente, ausentes do país na referida data.

Chama-se a atenção para duas novidades verificadas no Censo de 1991. Foi introduzida na pesquisa a classificação "**cor ou raça**", que também aparece no Censo de 2000. Uma outra novidade, a **desagregação da "categoria cor parda" dos indígena**s, que passaram a ser contados separadamente.

Ressalte-se, então, as diferentes classificações da população nos seguintes censos populacionais brasileiros que investigaram o quesito. Nos Recenseamentos de 1872 e de 1890 – como **"raça"**; nos Recenseamentos de 1940, de 1950, de 1960 e de 1980 – apenas como **"cor"**. Já nos Recenseamentos de 1991 e de 2000 – como **"cor ou raça"**.

Vale dizer, quanto à população indígena, que só foi considerada na pesquisa a população que vivia em postos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em missões religiosas ou em outras áreas. No entanto, conforme consta da apresentação dos volumes temáticos do Censo Demográfico de 1991 (1996), "os aborígines que viviam em tribos arredias ao contato, conservando seus hábitos de existência, não foram incluídos no Censo".

Assim, o Censo Demográfico de 1991 investigou a "cor ou raça" da população, que foi classificada por grupos: BRANCA, PRETA, AMARELA, PARDA (que ainda incluiu os mulatos, mestiços, caboclos, mamelucos, cafuzos, etc.) e INDÍGENA. As pessoas que não responderam à indagação foram contadas no grupo SEM DECLARAÇÃO.

A investigação da "cor ou raça"[16] da população brasileira no Censo Demográfico de 1991 foi bem mais relevante que no censo anterior, com a divulgação de resultados para Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação em volumes agrupados por temas como: Características Gerais da População e Instrução, Famílias e Domicílios, Mão-de-Obra e Nupcialidade, Fecundidade Migração e Mortalidade.

No volume Instrução, por exemplo, verificam-se tabelas com resultados, incluindo a cor ou raça, segundo a alfabetização e grupos de idade, por anos de estudo, o grau e a série que freqüentava para pessoas de 5 anos ou mais de idade; e para pessoas de 10 anos ou mais, com pelo menos um curso completo, segundo sexo, o grau e a espécie do curso completo mais elevado.

Quanto à pesquisa na Família, foram divulgadas três tabelas com resultados sobre pessoas residentes em domicílios particulares, por cor ou raça dos chefes de famílias, segundo a situação do domicílio, sexo, idade, condição na família e também por cor ou raça dos cônjuges dos chefes de famílias. Sobre os Domicílios em 1991, no que se refere à cor ou raça, apenas uma tabela sobre o total de domicílios particulares permanentes, segundo o sexo dos chefes de domicílios e número de moradores.

Na pesquisa sobre Mão-de-Obra, observa-se um número maior de tabelas com resultados por cor ou raça, sexo e grupos de idade, sobre o rendimento mensal, condição e setor de atividade, situação do domicílio, e ocupação principal.

[16] O emprego de tal variável prende-se à mudança, já observada no texto, ocorrida no Censo Demográfico de 1991 para classificar a população brasileira, que está sendo empregada também em outras pesquisas populacionais que investigam tal aspecto.

As pesquisas sobre Fecundidade e Mortalidade, com resultados por cor ou raça, são apresentadas em duas tabelas que registram os filhos nascidos vivos, e filhos tidos, grupos de idade das mulheres, número de filhos tidos nascidos vivo, sexo do último filho tido nascido vivo, com indicação das mulheres que tiveram filhos nascidos vivos nos últimos doze meses, e filhos tidos, nascidos vivos e mortos. Apenas a pesquisa sobre Migração não investigou a cor ou raça das pessoas.

Os volumes impressos do Censo Demográfico de 1991 estão disponíveis para consulta no acervo da Gerência de Bibliotecas, no Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE, no Rio de Janeiro. O Banco de Dados Agregados, SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática também disponibiliza alguns resultados do Censo de 1991, específicos a cor ou raça. Ou seja, informações segundo a cor ou raça, sexo e grupos de idade, referente à educação, família, domicílios e população residente. Tais informações podem ser acessadas na Internet: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>.

2.2.10 Censo de 2000

O Censo Demográfico de 2000, que teve como referência a data de 1º de agosto, seguiu o que foi determinado na Lei n.º 5.534, de 14 de novembro de 1968, no que se refere ao caráter confidencial e obrigatório das informações destinadas exclusivamente a fins estatísticos. Portanto, não se constituindo em objeto de certidão e de documento jurídico.

O Censo de 2000 investigou as pessoas residentes em domicílios do Território Nacional na data de referência[17]. Contou, também, para seu planejamento com participantes externos. Ou seja, para realização e, obviamente, divulgação de resultados confiáveis. O planejamento dessa operação censitária não só envolveu todas as unidades do IBGE como consultas a especialistas e demais usuários de informações censitárias como centros de

[17] Segundo o IBGE (2001, p. 14): "As embaixadas, consulados e representações do Brasil no exterior são considerados Território Nacional, porém, não foram incluídos no censo". Atualmente, esclarece o instituto, a maioria dos funcionários brasileiros reside em domicílios fora das representações diplomáticas.

pesquisas de universidades, pesquisadores e estudiosos em demografia, educação e saúde, trabalho e rendimento, pobreza e desigualdades sociais, entre outras áreas de conhecimento. Incluem-se ainda as parcerias nas esferas municipais, estaduais e internacionais.

Coube à Comissão Consultiva, criada em 1997, assessorar a direção do IBGE, desde o planejamento do censo como a definição do conteúdo dos questionários até o acompanhamento da coleta, avaliação e análise dos dados, e o plano de divulgação dos resultados.

As características sociais e econômicas da população brasileira, como no Censo Demográfico de 1991, foram pesquisadas por amostragem. Cabe ressaltar que foram alteradas ou incorporadas variáveis no Questionário da Amostra do Censo Demográfico de 2000, em relação aos censos anteriores e às provas-piloto realizadas. Segundo o IBGE (2003), a consolidação do Questionário da Amostra desse levantamento baseou-se na combinação de critérios como a prioridade da utilização das informações, redução na complexidade da investigação e agilidade no trabalho de coleta.

Com isso, foram investigadas no Censo Populacional de 2000 as características gerais das pessoas, o tamanho dos domicílios através do Questionário da Amostra, cujos resultados foram estruturados por níveis geográficos - Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios – e apresentados em volumes por temas específicos. Ou seja, Características Gerais da População, Educação, Migração e Deslocamento, Nupcialidade e Fecundidade, Trabalho e Rendimento, Famílias e Domicílios.

Quanto às características das pessoas, a pesquisa incluiu os seguintes quesitos: idade, cor ou raça, religião, anos de estudo, nupcialidade, condição de convivência, natureza ou tipo de união, estado civil, fecundidade, além de aspectos econômicos como a ocupação principal, rendimento nominal mensal de trabalho e de outras fontes, entre outros aspectos.

Em particular ao quesito cor ou raça, a pesquisa deu-se através da classificação pela própria pessoa investigada e com as mesmas categorias já

utilizadas no Censo anterior. Ou seja, BRANCA, PRETA, AMARELA, PARDA e INDÍGENA.

É oportuno registrar que no Censo Experimental de 1998 o IBGE realizou duas provas-piloto, onde foram incorporadas sugestões de usuários internos e externos, com outras terminologias que pudessem substituir, no levantamento do quesito cor ou raça, as categorias utilizadas anteriormente. Foram, então, aplicados dois questionários na primeira prova-piloto. O primeiro questionário concentrou-se na origem étnico-racial da pessoa, com a seguinte pergunta: Qual(is) a(s) palavra(s) que define(m) a sua origem? (assinalar todos os itens correspondentes à resposta da pessoa) - BRASILEIRA - AFRICANA - PORTUGUESA - ITALIANA - JAPONESA - JUDAICA - ÁRABE - INDÍGENA - LATINO-AMERICANA (não considerar nesta categoria as pessoas com origem brasileira) e OUTRA (especifique). Além disso, foi alertado para que a origem étnico-racial não fosse confundida com a pergunta sobre "cor ou raça" (Branca, Preta, Amarela, Parda e Indígena).

No segundo questionário, foi perguntado, primeiramente, sobre a "cor ou raça", com a inclusão de outras categorias. Ou seja, Branca, Negra, Parda, Asiática, Indígena e Mestiça, e também o mesmo quesito de origem. Os resultados, segundo o IBGE, revelaram significativa diferença entre as categorias "Parda" e "Mestiça". Uma parcela considerável de pessoas passou da categoria "Mestiça" para a "Parda". Foi observado, também, que a ordem do quesito "cor ou raça", mesmo modificada nos questionários, não influenciaram as respostas; como houve ainda uma absoluta concentração de declarações de "origem brasileira" nos dois modelos.

Já na segunda prova-piloto, foi incluído o quesito "cor ou raça" com as categorias tradicionais, enquanto a origem étnica (descendência de povo ou raça) foi pesquisada através de um quesito aberto, com opção de até duas declarações, caso o entrevistado julgasse necessário. O objetivo desse questionário era de obter respostas que se relacionassem à identidade cultural, racial ou mesmo étnica de cada informante, e sob seu próprio ponto de vista.

Os resultados desse modelo, de acordo com o IBGE, revelaram que a grande maioria das repostas se referiam à naturalidade das pessoas.

Para o IBGE, esses resultados[18] confirmaram que a maioria do brasileiro ainda não tem, de maneira nítida, "linhas de demarcação definidas entre populações, em termos de características étnicas, lingüísticas, culturais ou históricas". (METODOLOGIA DO CENSO DEMOGRÁFICO 2000, 2003).

Diante disso, a Comissão Consultiva do Censo Demográfico de 2000 resolveu, após amplo debate, recomendar ao IBGE que mantivesse, para o levantamento censitário de 2000, a indagação da "cor ou raça" "tal como ela tem sido aplicada até esse momento, e não incluísse uma nova questão sobre origem". (METODOLOGIA DO CENSO DEMOGRÁFICO 2000, 2003).

Cabe assinalar ainda que a investigação da cor ou raça teve maior destaque no Censo de 2000 em relação aos censos anteriores, até mesmo o de 1991, no que se refere à amplitude dos resultados e comparações com outras variáveis, dimensionando significativos aspectos tanto social quanto econômico entre grupos da população brasileira. Além disso, tais informações dão oportunidade a uma análise e avaliação confiáveis sobre o desigual acesso e/ou oportunidades, entre um grupo e outro, na sociedade brasileira.

Por conta do recorte deste estudo, deu-se então destaque para o tema Educação, cuja publicação é parte da divulgação dos resultados da Amostra do Censo de 2000. Em "Censo Demográfico 2000: Educação: Resultados da Amostra" são apresentadas informações, entre outras, em relação à cor ou raça, por grupos de idade e sexo, sobre a condição de alfabetização, freqüência a creches ou escolas, anos de estudo, nível educacional concluído. A publicação é apresentada em volume impresso com CD-ROM encartado, no qual estão disponibilizados o volume em PDF e as tabelas em Excel. Os resultados do Censo Educação também estão disponíveis na página do IBGE, na Internet.

[18] Quanto aos resultados das experiências realizadas na Pesquisa Mensal de Emprego de 1998, também, sobre o quesito cor ou raça, ver comentários na Metodologia do Censo Demográfico 2000 (2003, item 6.2.1.2), que está disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

2.3 O QUESITO COR NAS PNADS – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

O sistema de pesquisas domiciliares no Brasil foi implantado progressivamente pelo IBGE, a partir de 1964. Foi, então, criada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, com o objetivo não só de produzir e disponibilizar informações básicas à sociedade brasileira como também dar o devido suporte ao desenvolvimento de estudos e pesquisas que se preocupam em investigar a realidade socioeconômica do país. O plano amostral da pesquisa, segundo Bianchini e Albieri (2003. p. 9-8), inspirou-se no Plano Atlântida do U. S. Bureau of the Census[19]. A PNAD, ao longo do tempo como pesquisa domiciliar, ganhou importância no Brasil. E por ser uma pesquisa com múltiplos propósitos, investiga as características econômicas e sociais, principalmente, aquelas relativas à situação da força-de-trabalho.

Além disso, são aplicados questionários suplementares e com periodicidade variável na mesma amostra e ao mesmo tempo em que é realizada a coleta da pesquisa tradicional, com o intuito de investigar outros tópicos específicos, tais como o acesso a serviços de saúde, educação, mão-de-obra e previdência, migração, fecundidade, nupcialidade, situação do menor, anticoncepção, suplementação alimentar, associativismo, participação político-social, mobilidade social, entre outros, que são incluídos nesse sistema de investigação, de acordo com as necessidades de informação para o país.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios teve início exatamente no segundo semestre de 1967, sendo que seus resultados eram divulgados trimestralmente, isto até 1970. A partir de 1971, os levantamentos passaram a ser anuais e sempre realizados no último trimestre. Cabe informar que a PNAD não é realizada nos anos censitários. Ou seja, não houve levantamento, então, em 1970, 1980, 1991 e 2000, por conta da realização dos Censos Demográficos.

Observe-se ainda que as pesquisas realizadas nas décadas de 1980 mantiveram inalteradas as características da pesquisa básica, com o intuito de produzir uma série histórica de resultados.

---

[19] Para maiores esclarecimentos sobre os aspectos metodológicos da PNAD, sugere-se consultar Bianchini, Z. M.; Albieri, S. 2003).

A primeira PNAD a investigar a cor das pessoas foi a de 1976. Nessa época, o quesito ainda não era classificado como "cor ou raça", mas apenas como "cor". As pesquisas de 1977 a 1981 e a de 1983 não investigaram a cor. Nas pesquisas de 1982, 1984, 1985 e 1986, embora a cor tenha sido investigada, tal quesito não constou do corpo básico da pesquisa, mas apenas dos boletins temáticos suplementares. Em 1985, o suplemento pesquisou também a cor dos filhos residentes fora do domicílio.

Somente a partir de 1987, o quesito cor passou a ser pesquisado como parte do corpo básico da PNAD. Sobre a inclusão da cor na pesquisa, cabe o relevante depoimento da pesquisadora do IBGE, Tereza Cristina Araujo:

> A partir de 1976, dada a colocação, nos anos 70, da questão racial pelo Movimento Negro, a participação de pesquisadores voltados para o estudo das relações raciais e o influxo de informações geradas pelo próprio IBGE, a discussão em torno da inclusão do quesito cor nas pesquisas do IBGE é reaberta, e, na década de 80, o quesito passa a ser considerado em vários levantamentos. (ARAUJO, nov. 1987).

De 1992 em diante, o sistema classificatório da pesquisa incorporou também a categoria "indígena", como também o quesito passou a ser designado "cor ou raça". A informação sobre cor ou raça na PNAD é coletada da mesma forma que nos Censos Demográficos, ou seja, através da autodeclaração, e também as cinco categorias: BRANCA, PRETA, AMARELA, PARDA e INDÍGENA. Vale informar ainda que a PNAD não foi a campo em 1994, conforme IBGE, por razões excepcionais.

Os resultados mais recentes da pesquisa podem ser consultados em publicações, como o volume Brasil e a "Síntese de Indicadores Sociais", que traz um capitulo exclusivo sobre Desigualdades Raciais/Cor. Deu-se ênfase, então às tabelas que apresentam os resultados para 2002, sobre tema Educação. Além disso, as tabelas de resultados estão disponíveis em CD-ROM, onde estão incluídas informações para as Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas, como também no *site* do IBGE: <http://www.ibge.gov.br>, onde pode ser acessado o Banco de Dados Agregados - SIDRA, entre outros acessos à informação.

Vale informar que os microdados das PNADS estão disponibilizados em CD-ROM. Já as pesquisas mais antigas podem ser consultadas na Gerência de Bibliotecas, no Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE, no Rio de Janeiro.

2.4 MAPEAMENTO DE FONTES ESTATÍSTICAS SOBRE RELAÇÕES RACIAIS: 1990-2003

Além dos Censos Demográficos e das PNADS, encontram-se disponíveis outros estudos que utilizam pesquisas quantitativas para analisar as relações raciais no Brasil, produzidos e divulgados por importantes entidades/ instituições, conforme mapeamento de fontes obtidas em base de dados, *sites* e portais da Internet, e publicações impressas. Cabe informar que o mapeamento das informações selecionadas levou em conta, principalmente, a data de publicação, de acordo com o período assinalado. Ou seja, entre 1990 e 2003.

ARTIGOS

Em livros:

Casamento e cor no Brasil atual: a reprodução das diferenças
José Luis Petruccelli - (impresso)
XXIV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas Sociais – ANPOCS – Petrópolis – Encontro 2000 – Grupo de Trabalho 15.
Resumo: A distribuição das uniões na população brasileira por grupos de cor dos cônjuges apresenta regularidades indicadoras de nítidas preferências nos intercâmbios maritais entre grupos. Os resultados dos processos de escolha do parceiro afetivo-sexual e o estabelecimento de laços familiares constituem uma instância privilegiada de análise enquanto expressão das relações entre os grupos raciais no interior da sociedade e do seu modo de reprodução. O texto analisa os padrões de preferências na escolha de parceiros por grupos de cor, a partir das pesquisas realizadas pelo IBGE, como as informações fornecidas pelas PNADS de 1987 e 1995.

Ação afirmativa e mérito individual
Augusto dos Santos – Coleção Políticas da Cor/Programa Políticas da Cor na Educação/Laboratório de Políticas Públicas/UERJ - (impresso)
Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais/Renato Emerson dos Santos e Fátima Lobato (Org.) – Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 83-125.
Resumo: Discute alguns argumentos contrários à implementação de cotas, no vestibular da Universidade de Brasília, para favorecer e promover o acesso preferencial dos negros aos cursos de graduação. Apresenta alguns resultados de uma pesquisa, por amostra, realizada com os alunos dos programas de pós-graduação da UnB, com o intuito de conhecer a opinião deles sobre a implementação do sistema de cotas. Comenta, também, os quatro principais argumentos dos discentes de pós-graduação dessa universidade contra as cotas.

Raça, demografia e indicadores sociais
André Augusto Pereira Brandão – Coleção Políticas da Cor/Programa Políticas da Cor na Educação/Laboratório de Políticas Públicas/UERJ - (impresso)
Relações raciais e educação: novos desafios. Iolanda Oliveira (Org) – Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 19-72.
Resumo: Apresenta um estudo utilizando séries econômicas e demográficas que relacionam a pobreza urbana e as diferenças raciais. Analisa, então, determinada área geográfica do estado do Rio de Janeiro. Ou seja, a Baixada Fluminense e parte da Região Metropolitana do Rio, onde o percentual da população "afro-descendente" é mais significativo em relação à população "branca". Utiliza, principalmente, os dados demográficos e econômicos do IBGE, como os Censos Demográficos e os Censos Econômicos do estado do Rio de Janeiro e as PNADS.

Negros egressos de uma universidade pública no Rio de Janeiro
Moema De Poli Teixeira – Coleção Políticas da Cor/Programa Políticas da Cor na Educação/Laboratório de Políticas Públicas/UERJ - (impresso)
Relações raciais e educação: novos desafios. Iolanda Oliveira (Org) – Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 193-208.
Resumo: A partir de pesquisa realizada em 1995, que levantou a cor para o conjunto de alunos e professores de todos os cursos oferecidos por uma universidade federal do Rio de Janeiro, o artigo trata, mais especificamente, do estudo dos 1.024 alunos classificados como não-brancos, que conseguiram ingressar, com o intuito de saber o que aconteceu com esses alunos, transcorridos sete anos de seu ingresso nessa universidade. Ou seja, se obtiveram sucesso em concluir o curso ou não. Inclui ainda tabelas específicas sobre a situação desses alunos, segundo as categorias de cor.

O vestibular e as desigualdades raciais
Delcele Mascarenhas Queiroz - (impresso)
Identidade negra: pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil. Rio de Janeiro: ANPED, [2003]. p. 7-16.
Resumo: Analisa o sistema educacional, um dos mais importantes espaços responsáveis pela reprodução das desigualdades presentes na sociedade. O artigo busca verificar a contribuição da raça para a seleção que se opera no momento do vestibular, dando visibilidade à situação dos segmentos raciais com relação ao acesso à universidade pública. Inclui ainda tabelas e gráficos com resultados levantados pelas pesquisas realizadas, em 1998 e 2001, na Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Na margem negra do Rio: pesquisa numa escola do subúrbio carioca
Luiz Henrique da Silva Ramos - (impresso)
Identidade negra: pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil. Rio de Janeiro: ANPED, [2003]. p. 117-129.
Resumo: A partir do relatório final da pesquisa realizada numa escola pública do bairro de Acari, no Rio de Janeiro, em 1997, o artigo discute a possibilidade de elaboração de um tipo de educação escolar em que a diferença não mais se traduza em desigualdade social para a grande maioria dos afro-descendentes brasileiros. Utiliza dados das PNADS do IBGE e análise do IPEA.

Em Periódicos:

Artigos do periódico: Estudos Afro-Asiáticos:
Disponível em: IUPERJ – Banco de Dados <http://www.iuperj.br/banco_de_dados.htm>.
Universidade Cândido Mendes – UCAM: <http://www.ucam.edu.br/humanidades/publicacao>
Estudos Afro-Asiáticos - Home page

Educação: um quadro de desigualdades raciais
Luiz Cláudio Barcelos
n. 23 - p. 37-69 - Rio de Janeiro: UCAM - dez.1992
Resumo: Trata da questão das desigualdades raciais no que tange à educação. Analisa trabalhos e estatísticas sobre o desempenho dos grupos raciais em face do sistema educacional e traça um diagnóstico da situação atual com base nas PNADS de 1987 e 1988.

Raça, gênero e mercado de trabalho
Denise F. da Silva; Márcia Lima
n. 23 – p. 97-111 – Rio de Janeiro: UCAM – dez. 1992
Resumo: Objetiva apresentar um quadro da situação da mulher negra no Brasil, examinando a literatura existente a respeito – aquela baseada em dados quantitativos e a que trata da participação da mulher no mercado de trabalho – bem como alguns indicadores das PNADS de 1987 e 1988.

Cor da pele e segregação residencial no Brasil
Edward E. Telles
n. 24 - p. 5-22 – Rio de Janeiro: UCAM – jul. 1993
Resumo: Com base no Censo Demográfico de 1980, discute a segregação residencial em trinta e cinco áreas metropolitanas brasileiras, apontando suas implicações para o quadro das relações raciais no Brasil. Apresenta dados quantitativos, a partir dos quais conclui que a segregação residencial no país é moderada entre os diversos grupos de cor, fator explicado pela ausência de uma segregação legalmente sancionada ao longo da história. Compara ainda o caso brasileiro com o norte-americano e com o da África do Sul em termos da contribuição da segregação para a emergência de uma "consciência de raça"nesses países.

Pai preto, filho negro, trabalho, cor e diferenças de geração
Livio Sansone
n. 25 – p. 73-98 – Rio de Janeiro: UCAM - dez. 1993
Resumo: Apresenta pesquisa quantitativa e qualitativa entre moradores de diferentes idades em duas áreas da Região Metropolitana de Salvador. Busca explicar a complexa relação entre a nova descoberta da negritude entre os jovens de classes baixas e o relativo fechamento dos canais de ascensão social por meio do trabalho, que haviam sido utilizados pelos pais. Ou seja, a diferença de geração entre os informantes, independente da cor, descrevendo a situação socioeconômica de pais e filhos e suas diferentes posturas diante do trabalho e da cor. Analisa ainda como essa diferença entre gerações se reflete nos negros. Por último, discute o desenvolvimento de uma nova identidade negra em sua relação com a crise ocupacional.

Seletividade por cor e escolhas conjugais no Brasil dos 90
José Luis Petruccelli (impresso)
v. 23 – n. 1 – p. 5-28 - Rio de Janeiro: UCAM - jan./jun. 2001
Resumo: Analisa os padrões de preferências na escolha dos parceiros por grupos raciais, tal como estes grupos são definidos nas pesquisas realizadas pelo IBGE, utilizando as informações fornecidas pelas PNADS de 1995 e 1996.

Classifica as uniões em dois tipos: endogâmicas e exogâmicas, segundo as categorias de cor dos cônjuges. O trabalho aprofunda ainda o estudo da formação de uniões e casamentos inter-raciais junto com alguns aspectos dos processos sociais nela incluídos. No presente trabalho foram calculadas, a partir dos dados das PNADS 1987 e 1995, as proporções de uniões formadas dentro de cada grupo de cor, que são denominadas taxas de endogamia que fornecem o material de base para o estudo.

Relações Raciais entre universitários no Rio de Janeiro
Elielma Ayres machado; Luiz Cláudio Barcelos
v. 23 – n. 2 - p. 00-00 – Rio de Janeiro: UCAM - 2001
Resumo: Analisa alguns aspectos da vivência de estudantes universitários e sua percepção das relações raciais no Brasil, utilizando dados de uma pesquisa que recorreu a procedimentos qualitativos e quantitativos. Identifica ainda uma tendência desse segmento específico da população a reconhecer a existência da discriminação na sociedade, mas não na universidade. Da mesma forma, há uma baixa adesão à idéia de se promover políticas específicas para promoção do aumento de negros na universidade.

Mapeamento de ações e discursos de combate às desigualdades raciais no Brasil
Rosana Heringer
v. 23 – n. 2 – p. 00-00 – Rio de Janeiro: UCAM – 2001
Resumo: Apresenta as principais conclusões da pesquisa "Mapeamento de Ações e Discursos de Combate às Desigualdades Raciais no Brasil", que teve como objetivo levantar, conhecer e analisar experiências que vêm sendo desenvolvidas como estratégias de combate às desigualdades raciais no país. Os dados apresentados representam, dentro de um espaço de tempo determinado, uma realidade dinâmica, na qual muitos atores estão inventando novos caminhos. Indicam, também, o "estado da arte" no que diz respeito às iniciativas de combate às desigualdades raciais tal como se apresentavam às vésperas da Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban, África do Sul, em setembro de 2001.

Sertanejos e pessoas republicanas livres de cor em Castro e Guaratuba (1801-1835)
Carlos A. M. Lima - (impresso)
v. 24 – n. 2 – p. 317-344 – Rio de Janeiro: UCAM - maio/ago.2002
Resumo: As áreas meridionais da América portuguesa conheceram, a partir do final do século XVIII, um forte processo de atração de libertos e de livres de cor. Dotadas de contingentes escravos não só pequenos como recentes, as

populações de tais áreas continham uma altíssima proporção de não-brancos livres e libertos. O artigo propõe, então, como estratégia de pesquisa, o estudo dos padrões de assentamento de livres de cor nas localidades de Castro e Guaratuba – atual Paraná - para compreender o modo como um campesinato negro se relacionava com a fronteira agrária. Inclui ainda tabela com dados sobre a presença relativa, em Guaratuba e Castro de não-brancos livres e dos domicílios por eles encabeçados.

Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930
Petrônio José Domingues - (impresso)
v. 24 – n. 3 – p. 563-599 – Rio de Janeiro: UCAM - set./dez.2002
Resumo: Investiga o fenômeno do branqueamento, tanto no seu aspecto populacional e quanto ideológico. Analisa como a denominada "ideologia do branqueamento" penetrou no meio negro em São Paulo no período pós-Abolição. O argumento central e que essa ideologia, apesar de seu caráter racista, foi legitimada ou assimilada, cotidianamente, por setores da população negra. Inclui, também, tabelas comparativas dos censos populacionais, taxas de natalidade e mortalidade e entrada de emigrantes relativas ao estado de São Paulo, no período estudado.

Percepção do racismo no Rio de Janeiro
Cloves Luiz Pereira Oliveira; Paula Cistina da Silva Barreto - (impresso)
v. 25 – n. 2 – p. 183-213 – Rio de Janeiro: UCAM – maio/ago. 2003
Resumo: Analisa os resultados de pesquisa de opinião realizada, em 2000, pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP) e Núcleo de Pesquisas, Informações e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (DATAUFF) sobre relações raciais no Rio de Janeiro. Aponta, a partir daí, as limitações de uma abordagem individualista do racismo, as dificuldades enfrentadas por pesquisas empíricas voltadas para a mensuração do preconceito racial. Sugere ainda alguns temas que poderiam ser incluídos na agenda de estudos sobre o racismo no Brasil.

Artigos avulsos:

EUA bi-racial vs. Brasil multirracial: o contraste ainda é válido?
Thomas E. Skidmore -- v. 34 – p. 49-62 – Novos Estudos Cebrap - São Paulo – nov. 1992
Resumo: Questiona a validade, hoje, da distinção birracial/multirracial que fundamentou a análise comparativa dos sistemas de relações raciais dos EUA e do Brasil, nos anos 60 e 70, principalmente. As novas informações e novas

interpretações surgidas nas duas últimas décadas sugerem seu reexame, por conta de repensar o papel da raça nos dois países de maneira mais ampla, considerando especialmente os dados estatísticos recentes sobre desigualdade e discriminação, entre outros fatores. Disponível no Banco de Dados do IUPERJ: <http://www.iuperj.br/banco_de_dados.htm>.

Discriminação de gênero e de raça no mercado de trabalho
Sergei Soares (impresso)
Mercado de Trabalho: conjuntura e análise – Edição Especial para a Conferência Nacional Contra o Racismo e a Intolerância – v. 6 - n.13 – p. 39-45 – Rio de Janeiro: IPEA – jun. 2001.
Resumo: Examina a discriminação segundo a ótica que existe um grupo padrão – os homens brancos – que estabelece a norma no mercado de trabalho e mais três outros grupos – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras – que sofrem uma possível discriminação por não serem homens brancos. Com isso, são usadas técnicas estatísticas para analisar o diferencial de rendimentos entre o grupo padrão e os outros três, mas com foco sempre nesse diferencial. Inclui tabelas comparativas.

IDH de negros e brancos no Brasil em 2001: e a desigualdade continua!
Marcelo Paixão - (eletrônico)
ComCiência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico (O Brasil Negro) – n. 49, [São Paulo] – nov. 2003.
Resumo: Apresenta estudo sobre a taxa de escolaridade no Brasil, a partir dos dados da PNAD 2001, desagregados por cor/raça. Estabelece ainda uma comparação entre os resultados do IDH de 1999 e 2001 no Brasil, bem como a evolução desses indicadores em relação a outros países. Com base no último relatório do PNUD, divulgado em 2002, verifica a situação dos negros brasileiros, no que se refere ao rendimento *per capita,* esperança de vida ao nascer e à taxa bruta de escolaridade.
Disponível no *site* do laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo – LABJOR: <http://www.labjor.unicamp.br/>.

A hipótese do desespero: a questão racial em tempos de frente popular
Marcelo Paixão - (eletrônico)
Observatório da Cidadania - Relatório 2003: população pobre versus mercado – n. 7 – p. 55-70. **Resumo**: Analisa o novo momento brasileiro que, segundo o autor, reflete os limites de um modelo em parte imposto, e em parte adotado pelas elites latino-americanas, fundado na agenda do Consenso de Washington, que propõe uma profunda transformação do modelo econômico dos países da região. O artigo aborda, então, tema concomitante ligado ao

conjunto das mazelas sociais brasileiras e, freqüentemente, relegado ao segundo plano quando da constituição das agendas públicas. Ou seja, o campo das relações raciais e do diálogo que a questão guarda em relação ao presente cenário. Disponível no *site* Social Watch National Groups: <http://www.socialwatch.org/en/informeImpreso/Brasil.htm>.

LIVROS:

Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga
Oracy Nogueira/Maria Laura Viveiros de Castro (Org.) - (impresso)
São Paulo: EDUSP, 1998 – 245 p.
Resumo: Combina dados históricos e estatísticos com etnografia e observação direta. Analisa as relações raciais em Itapetininga do século XVIII ao XX. Contrasta o padrão de preconceito racial de marca com outros padrões, como o preconceito racial de origem nos EUA. Inclui gráfico e tabelas.

Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental
Luciana Jaccoud; Nathalie Beghin - (impresso)
Brasília, DF: IPEA, 2002 – 152 p. – Acompanha 1 CD-ROM.
Resumo: Reflete sobre o fenômeno das desigualdades raciais no Brasil e faz um levantamento das ações empreendidas no âmbito federal, em período recentes, no que diz respeito à promoção de igual oportunidade entre brancos e negros. Inclui ainda lista descritiva dos principais documentos governamentais e de organizações da sociedade civil, que vêm marcando o debate nacional, além de tabelas e gráficos.

O negro na universidade
Delcele Mascarenhas Queiroz (Coord.) – A Cor da Bahia - Programa de Pesquisa e Formação sobre Relações Raciais, Cultura e Identidade Negra na Bahia - (impresso)
Salvador: Novos Toques, n. 5, 2002.
Resumo: Reúne em cinco artigos os resultados de pesquisas realizadas com estudantes que conseguiram ingressar, no primeiro semestre de 2002, em representativas universidades públicas brasileiras: a Universidade Federal da Bahia – UFBA, Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Universidade de Brasília – UnB. Destaque para o artigo "Desigualdades raciaiss no ensino superior no Brasil. Um estudo comparativo", que compara o resultado da pesquisa da UFBA com os resultados das outras universidades federais de outras regiões. Inclui ainda uma série de tabelas.

Censo étnico-racial da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal de Mato Grosso: dados preliminares
André Augusto P. Brandão; Moema De Poli Teixeira (Org.) - (impresso)
Niterói: EdUFF, 2003 – 56 p.
Resumo: Apresenta mapeamento dos estudantes dessas universidades, no que se refere à sua identidade étnico-racial, trajetória escolar, rendimento e origem familiar. Verifica, também, o grau de aceitação entre esses alunos de uma política de quotas para negros na universidade. Inclui tabelas.

Desenvolvimento humano e relações raciais
Marcelo Paixão – Coleção Políticas da Cor/Laboratório de Políticas Públicas/ UERJ - (impresso)
Rio de Janeiro: DP&A, 2003 – 160 p.
Resumo: Apresenta uma coletânea de quatro artigos que inserem o debate sobre desigualdades "socioraciais" no Brasil. Analisa o IDH de negros e brancos como forma de aprofundar a compreensão do abismo que separa as condições de vida de negros/as e brancos/as no país. Inclui tabelas.

Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica
Edward Eric Telles – Tradução: Ana Arruda Callado; Nadjeda Rodrigues Marques; Camila Olsen - (impresso)
Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003 – 347 p.
Resumo: Oferece uma nova e abrangente interpretação das relações raciais no Brasil, fundamentada em revisão bibliográfica crítica de marcantes estudiosos do assunto. Mescla, ao longo do trabalho, a análise demográfica com o estudo etnográfico, histórico e teórico-político, para entender o "enigma das relações raciais brasileiras". Ou seja, de que forma a inclusão pode coexistir com a exclusão.

O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil
Elisa Larkin Nascimento - (impresso)
São Paulo: Summus, 2003.
Resumo: Sugere, entre outras discussões, diferentes apreensões dos estudos sobre o pertencimento étnico-racial, incluindo o debate em torno das questões amplas, como a imposição da subalternidade aos/as negros/as, comprovada pelas estatísticas oficiais. Inclui ainda tabelas comparativas, com dados da PNAD do IBGE, e estudos do IPEA.

PRODUÇÃO POR INSTITUIÇÃO

Departamento de Economia – PUC-RIO

Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?
Francisco H. G. Ferreira
Rio de Janeiro: Departamento de Economia, PUC-RIO – 2000 - (Texto para discussão, n. 415)
Resumo: Considera a questão: quais os principais determinantes da desigualdade de renda no Brasil? Ao lembrar a importância da questão para a economia brasileira, sugere um arcabouço genérico para categorizar os determinantes da distribuição de renda, baseado em cinco grupos de fatores: características natas dos indivíduos; suas características adquiridas; o papel do mercado de trabalho; o papel dos mercados de capital; e o papel da formação de domicílios. Lembra, brevemente, as principais correntes de análise do tema no Brasil, à luz deste arcabouço, nos termos estilizados de um debate entre "educação" e "luta de classes". O texto está disponível em formato PDF: <http://www.econ.puc-rio.br/PDF/415.pdf>.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos

Mapa da população negra no mercado de trabalho: regiões metropolitanas de São Paulo, Salvador, Recife Belo horizonte, Porto Alegre e Distrito Federal
São Paulo: INSPIR: AFL-CIO: DIEESE, out. 1999 - (impresso)
Resumo: Os dados apresentados na publicação mostram a realidade de como negros e brancos convivem no mundo do trabalho, evidenciando a existência e a reprodução de direitos diferentes e oportunidades desiguais para a população negra.

Mulheres trabalhadoras: discriminação e desigualdade no mercado de trabalho
Boletim DIEESE Nacional, Edição Especial – mar. 2001
Resumo: Apresenta um conjunto de importantes indicadores e dados que evidenciam a desigual situação das mulheres, inclusive a da mulher negra, em relação à população masculina no mercado de trabalho, na região metropolitana de Recife, em 2000. Disponível em formato PDF:
<http://www.dieese.org.br/esp/mulheresrmr-00.pdf>.

Mulher negra: dupla discriminação nos mercados de trabalho metropolitanos
São Paulo: DIEESE, 2003 - (impresso)
Resumo: Estudo realizado ao longo dos anos 2001 e 2002, em seis regiões metropolitanas do Brasil, indica que a mulher negra faz parte do grupo mais discriminado no mercado de trabalho. A pesquisa do DIEESE reconhece que a discriminação da mulher negra tem origem histórica, mas foi acentuada nos últimos anos por conta da crise econômica. Disponível também em formato PDF: <http://www.dieese.org.br/esp/negro2003.pdf>.

Pesquisa de emprego e desemprego – PED
Tabelas de Trabalho, Gênero e Cor – 2001-2002
Resumo: Disponibiliza dados como a taxa de desemprego, participação, condição de atividade, e outros indicadores da população negra e não-negra, segundo sexo, regiões metropolitanas e Distrito Federal. Disponíveis no Banco de Dados: <http://www.dieese.org.br/ped/bd/mercadotrab.html>.

Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP

Perfil dos presos do Estado de São Paulo: demográfico e atitudinal
São Paulo: FUNAP/Secretaria de Estado da Administração Penitenciária - 2002
Resumo: Apresenta pesquisa realizada no período de março a novembro de 2002 com o intuito de traçar o perfil dos presos no Estado de São Paulo de forma a caracterizar essa população em diferentes segmentos, através de sua história, hábitos, valores e necessidades, suscitando, assim, a fundamentação de políticas públicas elaboradas e aplicadas especificamente a cada um dos segmentos encontrados.Os resultados e comentários da pesquisa podem ser consultados em: <http://www.anep.org.br/eventos/novaera/apresentacao_penitenciarios.ppt>.

Fundação Perseu Abramo

A mulher brasileira nos espaços público e privado
São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Núcleo de Opinião Pública – 2001
Resumo: Divulga pesquisa nacional inédita sobre mulheres, que, em 2001, investigou o universo feminino com uma amostra de 2.502 entrevistas pessoais e domiciliares, estratificadas em cotas de idade e peso geográfico por natureza e porte do município, segundo dados da Contagem da População 1996 e Censo Demográfico 2000, ambos do IBGE. Os temas investigados foram saúde,

trabalho, sexualidade, violência, educação, trabalho doméstico, cultura política e lazer. Os resultados da pesquisa estão disponíveis em formato PDF no *site*: <http://www.fpa.org/nop/>.

Discriminação racial e preconceitos de cor no Brasil
São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Núcleo de Opinião Pública – 2003
Resumo: Pesquisa de 2003 revela que, em comparação à pesquisa do Datafolha de 1995, o preconceito racial assumido caiu de 12% para 4%, e o preconceito manifesto indiretamente diminuiu de 87% (1995) para 74% (2003). As mudanças de comportamento por parte da mídia e do mercado, devido às pressões dos movimentos sociais contra a discriminação, são responsáveis para que o Brasil chegasse a esses indicadores de preconceito racial. Os resultados sobre "Evolução do Preconceito Racial no Brasil" e "Cotas e Ações Afirmativas" estão disponíveis na Internet: <http://www.fpa.org.br/nop/racismo/cotas.htm>.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Pesquisas:

Pesquisa mensal de emprego - PME
Resumo: Iniciada na década de 1980, objetiva o acompanhamento sistemático da força de trabalho nas seis regiões metropolitanas do país: Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro. Ao contrário da PNAD, só foi revisada a partir de setembro de 2001, indo a campo até dezembro de 2002. A série antiga da PME concluída em dezembro de 2002 não investigava o quesito cor ou raça. Já a nova série, iniciada em setembro de 2001, passou a investigar a cor ou raça das pessoas.

Pesquisa de orçamento familiar – POF
Resumo: Esse levantamento, bem como seu antecessor o ENDEF – Estudo Nacional de Despesa Familiar, são também elementos fundamentais do sistema brasileiro de pesquisas domiciliares. A POF tem periodicidade irregular e mais esporádica que a PNAD. A partir da última pesquisa – 2002-2003 – passou a ter uma cobertura nacional, ganhando, também, maior detalhamento em vários aspectos investigados. As duas primeiras edições da pesquisa - 1987/1988 e 1995/1996 – não contemplaram a cor ou raça. Na edição de 2002-2003 estará incluído o quesito cor ou raça nos mesmos moldes do Censo Demográfico e da PNAD.

Pesquisa sobre padrões de vida – PPV
Resumo: A pesquisa teve apenas uma edição – 1996/1997. Sua abrangência geográfica restringiu-se ao Sudeste e Nordeste. É considerada, no entanto, como uma das mais interessantes pesquisas disponíveis, tendo em vista o estudo

aprofundado de uma série de temas que focalizam desde as despesas domiciliares até as percepções subjetivas da pobreza. Investigou a cor ou raça, embora de forma um tanto distinta da empregada nos Censos e nas PNADS. Como, por exemplo, existe apenas uma categoria para "amarelos ou indígenas".

Publicações:

Cor da população
1990 - 5 v.
Resumo: Apresenta tabelas com os resultados do tema cor da população levantados através do questionário básico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1987, contendo dados sobre sexo, idade, educação, trabalho, famílias e domicílios. Inclui conceituação das características investigadas e o plano de amostragem. Os resultados são divulgados para Brasil, grande região, unidades da federação e regiões metropolitanas.

Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores
1993 (1996); 1995 (1996); 1996 (1997); 1998 (1999); 1999 (2000); 2001 (2002)
Resumo: Apresenta resultados selecionados da pesquisa sobre população, referentes a sexo, idade, migração, educação, trabalho e rendimento, e sobre famílias e domicílios. A partir de 1995, inclui dados sobre cor ou raça da população. Os indicadores são divulgados para Brasil e grande região. A publicação é acompanhada de CD-ROM a partir de 1995, que inclui também resultados da pesquisa básica, com informações para Brasil, grande região, unidades da federação e regiões metropolitanas.

Censo penitenciário do Estado do Rio de Janeiro 1988
Convênio entre IBGE/Secretaria de Estado de Planejamento e Controle/Secretaria de Estado de Justiça do Rio de Janeiro - 1994 - (impresso)
Resumo: Apresenta tabelas com dados referentes às características individuais do preso, grau de instrução e educação, trabalho anterior e na prisão, dados jurídicos, visitas recebidas e auxílio reclusão. Inclui informações sobre o quesito cor ou raça somente para o total da população prisional, observando-se ainda que não existe significativa diferença entre a população masculina e feminina. Foram registrados, então, com 18 anos ou mais de idade, segundo o sexo e cor: 31,2% de brancos, 49,9% de pardos e 18,4% de negros. Cabe observar, conforme comentário na publicação, muitos negros, por "razão discriminatória, declararam-se pardos".

Cor da população: síntese de indicadores 1982/1990
1995 - (impresso)
Resumo: Apresenta importantes indicadores da população segundo a sua cor, oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, contendo dados sobre sexo, idade, educação trabalho e rendimento, famílias e domicílios. Inclui a evolução de indicadores sobre essas características para Brasil, ao longo do período de 1982 a 1990. Os resultados são divulgados para Brasil e grandes regiões.

Tendências demográficas: uma análise dos censos demográficos e da contagem da população 1996
1998 – 28 v. - (impresso)
Resumo: Apresenta um conjunto de tabelas de dados e indicadores utilizando informações dos censos demográficos e da Contagem da População 1996, efetuando uma análise retrospectiva sobre a evolução da população e sua estrutura por sexo e idade, com base na pesquisa do universo, e sobre nupcialidade, migrações internas, cor ou raça, religião, deficiência física ou mental, níveis de escolaridade, famílias, domicílios e características econômicas, com informações da pesquisa da amostra. Inclui tabelas, gráficos e mapas, resultados para Brasil e unidades da federação.

População jovem no Brasil
1999 - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 2)
Resumo: Apresenta dois textos sobre a evolução sociodemográfica da população de 15 a 24 anos de idade no Brasil, tendo em vista a importância social, política e cultural desse segmento no conjunto da sociedade. O primeiro trata da evolução da população jovem e suas características diferenciais, como composição urbana e rural, sexo e cor. O segundo discute a questão da mulher, nessa mesma faixa etária, sob a perspectiva da educação, trabalho, fecundidade e nupcialidade, alertando para a necessidade de implementação de políticas governamentais, comunitárias ou empresariais.

Síntese de indicadores sociais 1999
2000 - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 4)
Resumo: Reúne um conjunto de indicadores sobre a realidade social brasileira, abrangendo aspectos demográficos, saúde, educação, trabalho e rendimento, características dos domicílios, famílias, crianças, adolescentes e jovens, idosos e desigualdades raciais, acompanhados de breves comentários sobre as desigualdades observadas nos diferentes estratos geográficos e populacionais.

Essas informações referem-se aos resultados da PNAD 1998. Todos os volumes, de 1999 em diante, estão disponíveis em publicação impressa. Já as informações dos volumes 2000 e 2002, também estão disponíveis no CD-ROM que acompanha as publicações e na página do IBGE na Internet.

A cor denominada: um estudo do suplemento da Pesquisa Mensal de Emprego de julho de 1998
José Luis Petruccelli
2000 - (Textos para discussão, n. 3)
Resumo: Analisa as informações do suplemento especial da Pesquisa Mensal de Emprego de julho de 1998, que inclui quatro quesitos sobre a cor e origem dos entrevistados. A partir dos resultados foi possível estudar as diversas denominações de cor e origem dos entrevistados. A partir dos resultados foi possível estudar as diversas denominações de cor utilizadas pela população brasileira, em relação às categorias aplicadas nas pesquisas do IBGE para investigar essas características, reconstruir sua origem etimológica, especificar os seus usos correntes e delimitar as suas significações regionais. Inclui ainda algumas considerações sobre a questão racial, no contexto brasileiro, e anexos com a distribuição percentual das categorias de cor e a composição de cada uma das variáveis levantadas pela pesquisa.

Alfabetização por raça e sexo no Brasil: evolução no período 1940-2000
Kaizô Iwakami Beltrão; Maria Salet Novellino
2002 – (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, n. 1)
Resumo: Analisa as taxas de alfabetização da população brasileira, mensuradas nos Censos Demográficos de 1940 a 2000 e desagregadas por cor ou raça, exceto para 1970. Ressalta a superioridade na taxa de alfabetização feminina sobre a masculina, observada já no censo de 1991, e apresenta a hierarquização nos níveis de alfabetização das diferentes categorias de raças ou cores. Inclui uma descrição da evolução dos conceitos de cor ou raça e alfabetização, a distribuição etária da população brasileira de 1940 a 1991, desagregada também por sexo e cor ou raça, bem como a taxa bruta de alfabetização e informação de alfabetização por coorte de nascimento para a população como um todo.

Base de informações do censo demográfico 2000: resultados da amostra por município
2002 – CD-ROM
Resumo: O CD-ROM apresenta os resultados da amostra do Censo Demográfico de 2000 sobre a população, como sexo, cor ou raça, religião, tipo de deficiência física ou mental, anos de estudo, idade, migração e deslocamento, estado civil,

atividade econômica e rendimento do trabalho, e sobre os domicílios, como tamanho das famílias, existência de bens duráveis e infra-estrutura de saneamento básico, para Brasil, unidades da federação e município. Esta base requer a instalação do *Estatcart*: Sistema de recuperação de informações georreferenciadas, disponibilizado em CD-ROM separado.

Comparação de informações sobre saúde das populações brasileira e americana baseada em dados da PNAD 98 e NHIS 96
Kaizô Iwakami Beltrão; Sonoê Sugahara
2002 – (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, n. 2)
Resumo: Apresenta comparações sobre o estado de saúde geral referido das populações brasileira e americana, bem como as taxas de prevalência de morbidades selecionadas, desagregadas por idade, sexo e cor ou raça. Os dados sobre o Brasil são oriundos do suplemento sobre saúde da PNAD 1998, do IBGE, e os referentes aos Estados Unidos, da National Health Interview Survey de 1996, do Bureau of the Census. Inclui tabelas e gráficos.

A declaração de cor/raça no censo 2000: um estudo comparativo
José Luis Petruccelli
2002 – (Textos para Discussão, n. 6)
Resumo: Analisa os dados preliminares do Censo Demográfico de 2000 relativos às declarações de cor ou raça da população brasileira. Inclui dados de algumas séries históricas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e dos censos de 1980 e 1991, com a distribuição por grupos de idade, sexo, grandes regiões e região de nascimento. Apresenta dados comparativos dos censos demográficos de 1872 a 2000.

Tabulação avançada do censo demográfico 2000: resultados preliminares da amostra
2002 – (impresso)
Resumo: Apresenta estimativas preliminares para um conjunto de variáveis investigadas no questionário da amostra do Censo Demográfico 2000, relativas aos temas: características gerais da população, educação, migração, nupcialidade, trabalho, famílias e domicílios. Contém informações sobre a população residente, por sexo, cor ou raça, religião, categorias de incapacidade ou deficiência física ou mental, nível educacional, entre outros aspectos. Inclui comentários sobre as características selecionadas em cada um dos temas e as diferenças regionais observadas, notas técnicas e anexos com a Classificação de Religiões, desenvolvida pelo IBGE e o Instituto Superior de Estudos da Religião - ISER, e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – Domiciliar.

A publicação é acompanhada de um CD-ROM.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Endereço na Internet: <http://www.inep.gov.br/>.

Exame nacional de cursos – ENC – "Provão" do INEP

Resumo: O ENC ou "Provão" é um dos instrumentos que compõem o Sistema de Avaliação do Ensino Superior, e é realizado anualmente. Foi criado em 1995 com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino de graduação. Em 2000, compreendeu quase a totalidade dos formandos de dezoito cursos de graduação. O ENC registra a informação sobre a cor dos formandos. O INEP também utiliza o sistema de classificação do IBGE, mas a pergunta relativa ao quesito cor/raça é mais específica; como também o candidato tem a oportunidade de escolher entre as cinco categorias de cor/raça apresentadas.

Exame nacional do ensino médio – ENEM

Resumo: Objetiva a avaliação dos conhecimentos dos egressos do ensino médio e é realizado anualmente. O ENEM teve início em 1998, e tem se tornado cada vez mais abrangente. Ou seja, cerca de 1, 3 milhão de estudantes foram avaliados pelo ENEM em 2002. O ENEM também registra a cor dos estudantes. O INEP também segue a mesma classificação do IBGE, bem como a mesma pergunta utilizada no "Provão" sobre tal quesito.

Sistema nacional de avaliação do ensino básico - SAEB

Resumo: Iniciado em 1988, somente em 1995 foi consolidado em todo Território Nacional. Avalia, através de uma série de exames de conhecimentos, uma amostra de alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental. Além dos testes, o SAEB mostra as informações sobre relacionamentos e as características de alunos, pais, professores, diretores e estabelecimentos de ensino. É realizado de dois em dois anos. As edições de 1995 e 1997 registraram somente a cor dos alunos. Já nos SAEBS de 1999 e 2001 foi registrada a cor dos alunos, professores e diretores. Também no SAEB é empregado o mesmo sistema classificatório do IBGE, no que se refere a tal quesito.

IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade

Analfabetismo no Brasil

Ricardo Paes de Barros (IPEA); Mirela de Carvalho (IETS); Samuel Franco (IETS)
Rio de Janeiro: IPEA - 2001

Resumo: Divulga estimativas, com base na PNAD 2001 e Censo Demográfico

de 2000, do IBGE, sobre a magnitude e evolução do analfabetismo no Brasil de acordo com as taxas de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade. Faz também comparações internacionais. Os dados e comentários podem ser consultados no *site* do IETS: <http://www.iets.inf.br/acervo/Artigos/htm>.

Indicadores da desigualdade racial no Brasil
Resumo: Tabulações feitas pelo IETS a partir das informações da PNAD, referentes à desigualdade racial em relação à educação, trabalho, renda e pobreza no Brasil, que serviram de base para o "Caderno Especial de O GLOBO", dedicado ao "Dia da Consciência Negra", em novembro de 2003. Disponível em:<http://www.iets.inf.br/acervo/Dados/Indicadores-da-desigualdade-racial.htm>.

Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos

Estatísticas municipais: características da população: amostra Censo 2000
Resumo: As estatísticas municipais estão disponibilizadas em mais de 500 tabelas, no formato XLS, e organizadas em pastas temáticas. As tabelas com informações sobre a população do Rio de Janeiro, segundo as Regiões Administrativas, incluem também o quesito cor/raça e podem ser acessadas no portal Armazém de Dados da Prefeitura do Rio de Janeiro:
<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/index.htm>.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Estudos/Pesquisas:

Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da Rede SAC
IPEA/Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - SPDCA/Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda
Resumo: O levantamento traz informações relevantes sobre o perfil de abrigados(as) por faixa etária, conforme sexo, cor/raça, para saber se mantêm o vínculo familiar, se freqüentam escolas, e qual o motivo de ingresso nas instituições, bem como outros dados em relação aos abrigos. Ou seja, quantos apóiam a reestruturação familiar; qual o atendimento que oferecem; qual a situação em relação à promoção dos direitos à convivência familiar e comunitária, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Texto no formato PDF, disponível em:<http://www.portaldovoluntario.org.br/biblioteca/

pesquisa_ipea_redesac.pdf.>.

Publicações

Textos para Discussão

Os textos estão disponíveis em PDF no *site* do IPEA: <http://www.ipea.gov.br/>.

Uma análise da estrutura salarial brasileira baseada na PPV

Ricardo Paes de Barros; Carlos Henrique Corseuil; Rosane Mendonça

Rio de Janeiro - 1999

Resumo: Identifica os diferenciais de salários relativos a diversas características: a do trabalhador e a do posto de trabalho. Tem por finalidade, portanto, documentar a estrutura salarial. Todos os resultados baseiam-se na Pesquisa sobre Padrões de Vida – PPV realizada pelo IBGE, ao longo dos anos de 1996 e 1997. Inclui também, no que se refere às diferenças salariais, tabelas com dados por gênero e cor.

Mudanças da pobreza e a desigualdade cariocas na década de 90

Marcelo Néri

Rio de Janeiro - 2000

Resumo: Avalia as mudanças ocorridas no nível de renda, na desigualdade e na pobreza na região metropolitana do Rio de Janeiro. A análise revela que a queda notada nos indicadores de pobreza e de desigualdade cariocas durante os últimos cinco anos foi superior à observada no caso brasileiro como um todo. Apresenta também tabelas com o perfil da pobreza no Rio de Janeiro, em 1993 e 1995, com base na PNAD e segundo as características principais dos chefes de domicílios. Ou seja, gênero, idade, escolaridade, cor, setor de atividade, posição na ocupação.

Perfil da discriminação no mercado de trabalho – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras

Sergei Suarez Dillon Soares

Brasília - 2000

Resumo: Decompõe o diferencial de rendimentos entre homens brancos, de um lado, e homens negros, mulheres brancas e mulheres negras, de outro. Um diferencial pelo menos por três causas: qualificações diferentes, inserções no mercado de trabalho diferentes ou um diferencial salarial puro. Os resultados apresentados indicam que enquanto o diferencial das mulheres brancas se explica exclusivamente por um diferencial salarial puro, os homens negros devem seus rendimentos menores, principalmente, a diferenças de qualificação, como também a uma pesada discriminação salarial e de inserção. As mulheres negras

sofrem os diferenciais de salário puro das mulheres brancas, mais o diferencial de salário puro dos negros, mais um diferencial devido à inserção, mais um enorme diferencial devido à qualificação (embora menor que o dos homens negros).

Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90
Ricardo Henriques
Rio de Janeiro - 2001
Resumo: Tem sido demonstrado, de forma categórica, que o Brasil, tanto em termos absolutos como em termos relativos, não pode ser considerado um país pobre, mas deve ser reconhecido como um país extremamente injusto. O Texto faz um mapeamento das condições de vida da população brasileira nos anos 90, privilegiando o recorte racial, de forma a servir como mais uma contribuição ao diagnóstico das desigualdades raciais no Brasil.

Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes
Lauro Ramos; Maria Lucia Vieira
Rio de Janeiro - 2001
Resumo: Discute a heterogeneidade educacional junto com os diferenciais de remuneração associados à escolaridade como os principais responsáveis tanto para explicar a desigualdade de rendimentos quanto a sua elevação no período analisado. De acordo com os resultados analisados, o mercado de trabalho contribui para essa realidade, na medida em que promove a geração, via segmentos, ou seja, por tipo de inserção no mercado e, em menor escala, por região e por setor de ocupação, além da discriminação por gênero e cor.

Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil
Ricardo Paes de Barros; Ricardo Henriques; Rosane Mendonça
Rio de Janeiro – 2002
Resumo: Apresenta, para a realidade brasileira, um diagnóstico das relações entre educação e desigualdade, como justificativa à necessidade de se definir uma política de expansão acelerada da educação, de modo a assegurar as bases de um desenvolvimento sustentável. A comparação, por exemplo, da realidade brasileira com a experiência internacional, ou seja, a escolaridade média de brancos e não-brancos na África do Sul e no Brasil, confirma o fraco desempenho do sistema educacional brasileiro nas últimas décadas.

O índice de desenvolvimento da família (IDH)
Ricardo Paes de Barros; Mirela de Carvalho; Samuel Franco
Rio de Janeiro – 2003
Resumo: Como objetivo central, o texto demonstra a possibilidade de se obter um indicador sintético, no mesmo espírito do IDH do PNUD, calculável no nível de cada família e que possa ser facilmente agregado para qualquer grupo demográfico, tais como os negros ou as famílias chefiadas por mulheres, da mesma forma como é feito tradicionalmente com os indicadores de pobreza.

Os jovens adultos de 18 a 25 anos: retrato de uma dívida da política educacional
Sergei Soares; Luiza Carvalho; Bernardo Kipnis
Rio de Janeiro – 2003
Resumo: Analisa a situação educacional de jovens adultos de 18 a 25 anos. Mostra que houve uma forte deterioração no mercado de trabalho para jovens sem níveis educacionais adequados, e que o sistema educacional tem sido incapaz de dotar os jovens desses níveis educacionais. Analisa a escola freqüentada por esses jovens e mostra que a maior parte
encontra-se no ensino regular inadequado. Inclui também a distribuição desses jovens em relação ao estudo, segundo o sexo, cor, posição no domicílio, ocupação e situação na moradia, entre outras informações.

Mercado de trabalho urbano: clivagens raciais na década de 1990
Kaizô Iwakami Beltrão; Sonoe Sugahara; Fernanda Paes Leme Peyneau; João Luis de Oliveira Mendonça
Rio de Janeiro – 2003
Resumo: Analisa, desagregados por raça/cor e sexo, dados sobre mercado de trabalho oriundos das PNADS no período de 1992-2001, mais precisamente as taxas de atividade, desemprego e formalização. Quantifica ainda o hiato existente entre os grupos de cor/raça quanto à inserção no mercado de trabalho, bem como a situação diferenciada por sexo.

Novo Atlas do desenvolvimento humano no Brasil
IPEA/Fundação João Pinheiro/PNUD
Rio de Janeiro – 2003
Resumo: O novo Atlas foi atualizado pelos dados do Censo Demográfico 2000, do IBGE. Além de seguir o padrão divulgado pelo Atlas anterior, o trabalho conta com novos dados sociais e apresenta um novo recorte: o de raça ou cor. Disponível no site do IPEA: <http://www.ipea.gov.br>. e no site do PNUD:

<http://www.pnud.org.br>.

O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE

Rafael Guerreiro Osório

Brasília – 2003

Resumo: Discute o sistema classificatório empregado pelo IBGE em seus levantamentos domiciliares para a identificação racial das pessoas. Levanta a inadequação para os propósitos almejados das técnicas de identificação biológica com base na ancestralidade genética. Além de discutir ainda as categorias de classificação e seus usos mais comuns, com o objetivo de avaliar a sua pertinência em face das relações raciais brasileiras. Conclui pela adequação do sistema classificatório, ao menos para fins de pesquisa e caracterização das desigualdades raciais no Brasil.

Ministério da Justiça

Censo penitenciário nacional 1995

Brasília/Departamento Penitenciário - DEPEN – 2000

Resumo: Tabelas com resultados para cor ou raça disponíveis em: <http://www.mj.gov.br/depen/censo/censo00.htm>. A publicação impressa pode ser solicitada ao Departamento Penitenciário em Brasília, DF.

Ministério da Saúde – Fundação Nacional de Saúde

Sistema de informações sobre mortalidade – SIM

Resumo: O sistema informatizado de informações constantes nas Declarações de Óbito teve início em 1979. A informação sobre cor ou raça passou a ser registrada nas declarações de óbito a partir de 1996, embora o Banco de Dados do SIM, já tivesse preparado essa informação desde 1995.

Tabulação nacional disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/sim/obtmap.htm>.

Sistema de informações de nascidos vivos – SINASC

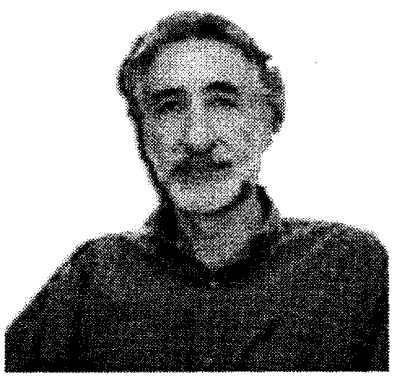
Resumo: O SINASC também consiste no registro informatizado dos campos da Declaração de Nascidos Vivos, necessário para os Cartórios do Registro Civil e para obtenção da Certidão de Nascimento. O sistema foi implantado em 1990, mas a informação sobre cor ou raça do nascido só passou a ser registrada em 1996. Tabulação nacional disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/sinasc/nvmap.htm>.

Ministério do Trabalho e Emprego

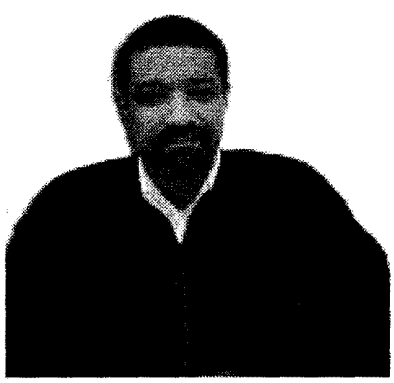
Relação anual de informações sociais – RAIS

Resumo: Este registro foi instituído em 1975. É considerado como uma das mais importantes fontes de informação sobre o mercado de trabalho formal no país. Tem por função identificar os trabalhadores que têm direito ao PIS-PASEP, controlar os registros do FGTS, como também fiscalizar o cumprimento da Lei dos 2/3, que garante a nacionalização da força de trabalho. A RAIS passou a registrar a informação sobre cor ou raça a partir de 1999, em cumprimento ao determinado pela Portaria n.º 1.740, de 26 de outubro de 1999, do Ministério do Trabalho e Emprego. Também é utilizado o mesmo sistema classificatório de cor/raça do IBGE. As informações sobre cor ou raça registradas na RAIS só podem ser obtidas mediante solicitação especial ao Ministério do Trabalho e Emprego, por conta de questões legais, que envolvem a garantia do sigilo dos dados.

... As informações estão aí, disponíveis na Internet e no material também à venda... Mas, tem acesso à informação quem tem algum recurso. Porque a população pobre não tem acesso. (...) Ela não é iniciada nesse tipo de conhecimento. (Iolanda de Oliveira)



...Os pesquisadores que estudam essa questão (racial), como professores (...) os que estão numa universidade, (..) num instituto de pesquisa, têm mais facilidade, através do próprio *site* do IBGE ou do CD-ROM com os microdados. Agora, sobre os microdados, (...) requer uma certa especialização. (José Luis Petruccelli)



...Eu acho que houve uma mudança.
Isso é tão importante quanto à existência do dado. Houve uma mudança de mentalidade na sociedade brasileira, e o mito da democracia racial foi passando, (...) a ponto de hoje não se tornar mais um mito.
...A inexistência do dado e o mito da democracia racial são solidários: não há dado porque não tem racismo, não há racismo porque não tem o dado. (Marcelo Paixão).

3 OS DEPOIMENTOS DAQUELES QUE DISCUTEM A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL: A PRODUÇÃO, ACESSO, DIVULGAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE RELAÇÕES RACIAIS

As entrevistas aqui relatadas dão conta de mais um objetivo do estudo, ou seja, saber daqueles que pesquisam as relações raciais no país como avaliam a produção das informações ou estudos, de natureza estatística, sobre tal questão.

Na busca de maior consistência e compreensão sobre a realidade dessas informações, ou melhor, sobre como estão essas informações, procurou-se, então, entrevistar três pesquisadores que, em princípio, estudassem ou se preocupassem com a situação social e racial brasileira, mas que exercessem diferentes atividades - pelo menos um deles, permitindo, com isso, uma efetiva e produtiva diversidade de depoimentos.

Em função disso, entrevistou-se: José Luis Petruccelli, pesquisador do IBGE, com larga experiência no estudo das questões raciais, conforme relevante produção de artigos, textos e participações em congressos nacionais e internacionais; Iolanda de Oliveira, professora e pesquisadora na Faculdade de Educação, da Universidade Federal Fluminense - UFF, que participa ativamente na coordenação do Penesb (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira); e Marcelo Jorge de Paula Paixão, professor e pesquisador no Instituto de Economia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, estando à frente também do Observatório Afro-Brasileiro (IPDH-UFRJ). Cabe lembrar que as obras de Iolanda de Oliveira e Marcelo Paixão são marcadas por significativos debates e reflexões que privilegiam a discussão de questões sociais, e das relações raciais, especificamente, no processo educativo nacional.

A entrevista constou de seis questões abertas igualmente formuladas aos três entrevistados, e tiveram como foco a produção de informações estatísticas sobre relações raciais no Brasil. Ou seja, questões quanto à disponibilidade, dificuldade, bem como o acesso, utilização ou operação, mudanças, benefícios e democratização dessas informações, em função de se

discutir mais essas questões, beneficiando não só a sociedade como um todo, mas, em especial, a grupos menos favorecidos, como os pobres e negros da população brasileira.

Cabe comentar que foram observados ao longo da entrevista diferentes enfoques na abordagem de cada entrevistado. As respostas de José Luis Petruccelli, por exemplo, como pesquisador de uma instituição produtora de pesquisas - como o IBGE – tenderam, evidentemente, para o aspecto mais metodológico e conceitual das informações. Enquanto que as colocações de Marcelo Paixão e de Iolanda de Oliveira sobre o assunto, como pesquisadores/ estudiosos, e, sobretudo militantes e professores afrodescendentes em universidades públicas, evidenciaram suas preocupações. Ou seja, transitaram pela necessidade de se capacitar uma população, dentro ou fora do mundo acadêmico ou da escola, que não tem o conhecimento tecnológico e nem tampouco recursos; de se facilitar o acesso do pesquisador independente, que não pertence a uma instituição de pesquisa. E, ainda, de se ter mais dados e sistemas de informações que incluam a cor/raça da população, e conforme Marcelo Paixão, que sejam mais amigáveis - ou como acredita Iolanda de Oliveira - com uma linguagem acessível à população como um todo.

3.1 AVALIAÇÃO DOS PESQUISADORES E RELATO DAS ENTREVISTAS

Quando perguntados quanto à disponibilidade, hoje, da produção estatística sobre relações raciais, houve, de certa forma, convergência de opiniões. Tanto José Luis Petruccelli quanto Marcelo Paixão deram destaque às pesquisas produzidas pelo IBGE que funcionam como informações básicas sobre essas questões a partir dos anos de 1980. Ou seja, os Censos Demográficos e as PNADS (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) ainda são referências no país.

Segundo Petruccelli:

> O que a gente conta hoje, a partir dos dados do IBGE, continua sendo a PNAD e o Censo Demográfico. Foi incorporada a cor na última POF (Pesquisa de Orçamento Familiar) 2002-2003. Também foi incorporada esta pergunta na Pesquisa Mensal de

> Emprego. Então, algum pequeno ganho a gente tem tido, digamos, no final da década de 90. Mas, as informações básicas, mais abrangentes, continuam sendo os Censos Demográficos e as PNADS, tal como se tinha na década de 80.

Já para Marcelo Paixão:

> Tem uma disponibilidade maior, é evidente. Porque até bem pouco tempo atrás... Em 87, foi quando na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) o quesito cor foi incluído no corpo básico da pesquisa. E no caso dos Censos Demográficos não dá para dizer que nós tenhamos informações sobre cor de porte censitário, porque a informação raça/cor está no questionário 02, não está no questionário 01, que daria a esse quesito um caráter censitário. (...) O caráter ainda é amostral, ainda que possa ser uma amostra bem mais realista. Mas, considerando que até os anos 70 nós não tínhamos informação de nenhuma pesquisa oficial, debruçada no levantamento dessa informação, e considerando que nos anos 80 pesquisas como as PNADS, principalmente, que incluíram o quesito cor, a partir dos suplementos das pesquisas, (...) e que não apenas no universo do IBGE; no universo geral das instituições que produziam indicadores no Brasil (...). Não se produzia, não havia esse dado, praticamente, não havia.

O pesquisador aprofunda ainda mais a questão. Segundo Paixão:

> (...) a gente sabe que o tema cor, o tema relações raciais, o tema negro é um tema maldito no Brasil, sempre foi. E, em alguma medida, a partir dos anos 70, e, em grande razão, pelo Movimento Negro, foi tema na sociedade brasileira, e falar sobre isso seria uma outra via. (...) certamente houve progressos. Agora, são progressos que ainda estão muito aquém do que seria necessário e razoável, não é? São poucas as pesquisas que se tem no Brasil, mesmo as do IBGE, em que a variável cor está incluída.

Marcelo Paixão, ao analisar a natureza da informação que está hoje à disposição do pesquisador, observa que em outros sistemas de informações de instituições oficiais, além do IBGE - que, segundo ele, somente produz pesquisas e amostragens censitárias - também não se tem, em grande medida, informações sobre o quesito cor. Nas palavras do pesquisador:

> O Ministério da Justiça tem informações, o Ministério da Saúde tem informações, o Ministério da Educação tem informações. E, na maioria dos casos, a variável cor está ausente delas. (...) A maioria – porque o Ministério da Saúde tem um conjunto amplo de informações, que não são informações de pesquisas, geralmente, são informações de cadastros. Então, você tem um conjunto de outras variáveis, por exemplo, AIDS – população afetada – que não tem a variável cor. E no Ministério da Educação, a mesma coisa. (...) o INEP tem no "Provão", SAEB e ENEM. Mas nos Censos Escolares, nada disso está presente. (...). Mas, em alguma medida, eu espero – meu otimismo manda dizer para você – que acredito que nós estejamos numa era de transição a esse respeito. (...) Hoje o pesquisador das relações raciais no Brasil já tem bastante material para trabalhar. (...) Muitas informações já estão produzidas, muitas informações já estão geradas, e, talvez hoje, até por conta disso, estejamos vivendo um momento que envolve a própria capacitação do pesquisador, principalmente, do pesquisador negro em relação à questão de como usar esses dados.

A Profª Iolanda Oliveira, entretanto, fez questão de observar que não trabalha, especificamente, com dados quantitativos, mas que os utiliza como complemento em análises qualitativas. Mesmo assim, diz que foi surpreendida quando na década de 90, durante o desenvolvimento de sua tese, precisou de dados do Censo, por cor, para a elaboração de um trabalho sobre a questão racial no sistema educacional da América Latina. Ao comparar a educação da população negra nos sete países selecionados, entre os quais Cuba, verificou, com surpresa, que somente o Brasil disponibilizava esse tipo de informação, como relata:

> (...) eu fui fazer um trabalho comparativo entre países da América Latina, porque a disciplina era desigualdades na América Latina. (...) Um trabalho sobre a questão racial, comparando a educação da população negra em sete países da América Latina. Eu peguei sete países, entre eles, havia Cuba. E o censo, por cor, só tinha no Brasil, entendeu? Então, eu fiquei surpreendida com essa questão. Eu queria ver o sistema educacional, o de Cuba é muito bom, e eu queria pegar um país não capitalista, para que eu visse como é que estava a educação da população negra em um país socialista. E, na verdade, eu não pude fazer sobre negros. Não havia dados disponíveis sobre cor da população cubana.

No que se refere à dificuldade que o pesquisador enfrenta para acessar as informações, Petruccelli diz que existe uma situação diferenciada. Isto é, entre o pesquisador que é do IPEA, ou do IBGE, por exemplo, e as pessoas de fora. Mas, muitas vezes, existe uma certa dificuldade, no que diz respeito à divulgação dos dados, para o pesquisador interno. Ou seja, para o pesquisador que não participa do setor responsável pela geração e divulgação desses dados, ele fica à parte desse processo.

Conforme explica o pesquisador:

> Mesmo para as pessoas de dentro (referindo-se ao IBGE) não está muito facilitado. Já (o pessoal) do IPEA, eles conseguem os microdados. (...) Para os de fora fica mais difícil.

Mas Marcelo Paixão vê um outro tipo de diferenciação, a estrutura de funcionamento das instituições no que se refere à capacidade de produção e utilização de dados. E isso funciona como um elemento limitador, que discrimina o acesso à informação ou o que fazer com ela. O pesquisador argumenta, então, que para pessoas que já estão nessas instituições há maior chance de processar, de ter acesso aos dados/informações, enquanto que para uma grande maioria fica mais difícil. Como analisa:

> Para quem já conta com uma estrutura institucional de apoio, porque antes, mesmo que a pessoa já estivesse nessas instituições ela não tinha os dados. Hoje, ela já pode processar. Agora, (...) para a maioria da população fica muito difícil. Até que ponto nós estamos falando do pesquisador ou do pesquisador militante? Nós queremos que essa informação seja processada pelo pesquisador, pelo estudioso. (...) acho que ele tende a encontrar dificuldades maiores ou menores, de acordo com o local em que ele esteja inserido... Se ele está inserido numa universidade que tem estrutura de computadores e acesso à Internet, etc., ele vai ter mais chance que o outro que não tem acesso a isso tudo. (...) Tem uma zona de produção de conhecimento, que não está exatamente na academia, mas que se produz conhecimento, lá, também... Então, fico pensando nas Organizações não Governamentais, fico pensando nos pesquisadores independentes. Esses vão ter mais dificuldades para produzir a informação. Dificuldade de ordem tecnológica, de capacitação, desconhecimento de: 1) estatística básica – ter noções básicas de estatística para poder operar esses dados; 2) o problema relacionado à questão do acesso, ao conhecimento

> do *software*, que é necessário porque senão a pessoa não opera; e também tem limitações, lógico, porque não tem computador, não tem acesso à Internet...

Para Iolanda de Oliveira os conhecimentos produzidos, ou o material do IBGE, por exemplo, é colocado à disposição da população através da Internet, das publicações, etc. No entanto, existe um grave problema: o acesso a esse material informativo, pelo estudante pobre, que é um contingente bastante representativo. É necessário, então, alguém fazer a mediação, e levar esse saber a toda população, embora, segundo a pesquisadora, ainda haja espaços de produção de conhecimento em todas a áreas, particularmente, na área de relações raciais – negro e educação. E, explica:

> A dificuldade está, por exemplo, no caso do estudante de graduação, não é? Nós aqui oferecemos o acesso à Internet aos estudantes que estão vinculados ao Penesb (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira); eles têm seu *e-mail*, quando usam, realmente, a Internet. Mas, a grande maioria dos estudantes não tem. Então, esse é um problema. (...) As informações estão aí, disponíveis na Internet, e material também à venda, não é? Agora, por exemplo, saíram os Indicadores Sociais 2003, quer dizer, tem informações muito importantes. Mas, tem acesso à informação quem tem algum recurso. Porque a população pobre não tem acesso, porque ela não é iniciada nesse tipo de conhecimento. Porque ela tem saber, mas não é esse saber acadêmico. Então, há dificuldade tanto de não ter, vamos dizer assim, o domínio de certos saberes e também o acesso à tecnologia, que disponibiliza esses dados. E, também a falta de recursos para comprar livros.

Como solução ao acesso do pesquisador que está fora das instituições de pesquisa, por isso mesmo, pouco familiarizado com o ambiente ou a geração de informações como os microdados das pesquisas, por exemplo, que para Petruccelli, "é um quesito que requer uma certa especialização (...) não é uma coisa amplamente divulgada", Marcelo Paixão sugere que sejam disponibilizados sistemas de informação mais amigáveis.

Diz ele:

> O SIDRA (do IBGE), por exemplo, poderia dar mais acesso,

> mais informações. Ou seja, um SIDRA mais amigável, que tenha o objetivo de democratizar informações, democratizar leituras. Porque faz parte do *empowerment* a leitura.

Achou-se oportuno dar destaque a esse trecho da entrevista, com importantes ponderações do pesquisador:

> Muitas vezes, também tem que se tomar um certo cuidado para saber que tipo de informação o pesquisador vai poder encontrar utilizando, principalmente, as bases do IBGE. (...) Essas pesquisas dizem respeito a um estudo chamado "Comunidade", que é fazer um levantamento das condições que seriam objetivas daquele grupo. E, a partir dali, é construir-se as análises mais avançadas, que diriam respeito às dimensões de cultura, aos modos culturais que aquela comunidade está inserida. (...) Tem toda uma visão metodológica, que obedece à visão da Escola de Chicago. (...) Porque a PNAD, quando estuda a força de trabalho, ela é feita para fazer o estudo da estratificação social e tem como três principais setores: a escolaridade, renda e ocupação. Daí, eu posso introduzir as variáveis idade, gênero, etc. Isso envolve formar as pessoas. É preciso ter a formação das pessoas. Acredito muito que a gente tenha, de fato, de utilizar esses dados como mecanismo de qualificação do sistema institucional brasileiro. (...) Acho que a gente deve fazer todo um esforço para tornar esses dados mais amigáveis.

No que diz respeito à utilização dos dados raciais divulgados pelas pesquisas oficiais, visando à implementação de debates sobre as questões raciais no país, a Profª Iolanda de Oliveira afirma que o Penesb tem como proposta a disseminação dessas informações à população em geral. E mais:

> Nossos seminários, que a gente fazia anualmente (...) a sociedade, como um todo, era convidada. Agora, fora isso, eu penso que pra facilitar o acesso a esses saberes, nós na universidade temos a obrigação – eu acho que a universidade está muito distante da população, da população em geral. Principalmente, a universidade pública, que é sustentada pela população. (...) Esse espaço é um espaço público, mas a grande maioria da população, (...) não tem acesso ao saber. Então, eu acho que nós pesquisadores temos que encontrar uma forma de fazer com que a população tenha acesso a esses saberes. (...) A universidade como um todo, (...) é uma necessidade. Agora, ela tem que colocar esse saber numa linguagem acessível

à população... Isso a gente não está sabendo fazer.

E, então, questiona o papel da universidade, ou melhor, da produção e comprometimento acadêmico:

> Existe uma linguagem acadêmica que você tem que ter domínio e escrever as suas produções nessa linguagem. E, de repente, na universidade pública é preciso que se tenha um compromisso político com toda população. Se o pesquisador não tiver um compromisso com a promoção da população em geral, ele não vai fazer esse esforço. (...) Ele vai se interessar em fazer suas pesquisas, e os congressos e tudo mais... Agora, se ele tiver uma outra visão, então vai fazer o esforço de colocar os saberes no nível da população. (...) Aqueles profissionais que, realmente, têm compromisso político com a disseminação dos saberes estão muito sobrecarregados. (...) Acho que, talvez, uma solução seja o nosso estreitamento maior com os movimentos sociais organizados. Aqueles já iniciados, os movimentos sociais já liberados, para que eles acessem esses saberes. Muitos deles estão nas universidades, por exemplo, nos cursos de mestrado e doutorado e podem fazer essa mediação.

José Luis Petruccelli analisa essa questão sob o enfoque também do saber. Ou seja, objetividade e suporte teórico, necessários para se pesquisar qualquer tema e principalmente o tema como o racial:

> Por um lado, não há uma diferença que eu possa anotar entre esse tema e outros temas. São temas (raciais) sobre os quais tem que se debruçar com um certo arcabouço teórico e com uma visão do que se quer pesquisar mesmo. (...) A gente tem que saber quais são os objetivos, quais são os resultados que se quer obter com essa pesquisa. (...) Tem que se ter uma certa noção. Não se trata, simplesmente, de pegar o quesito cor e cruzar com "se freqüenta a escola" e "nível concluído", e simplesmente comparar os grupos. Isso dá as diferenças, mas não revela, de forma completa, a magnitude das desigualdades raciais.

Indagou-se, então, se houve mudanças ou não na produção de estudos e pesquisas raciais em termos de investigação e divulgação, como também, o que pode ainda ser melhorado e ampliado em termos de divulgação ou investigação dessas informações.

Para Petruccelli, quanto à mudança, o marco foi os anos 80, com os primeiros estudos de Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva. E acrescenta:

> Depois teve, também, um certo acúmulo de pesquisas mais históricas. Houve, então, uma renovação da perspectiva sobre a escravidão brasileira, no que diz respeito à família, principalmente. Apareceram, aí, pessoas lá da UFF, da UFRJ. (...) Também no final da década de 90. A partir da Conferência de Durban, aí mudou. Ou seja, está se vivendo uma outra fase nesse sentido.

E no que se refere à segunda parte da pergunta, o pesquisador tem como perspectiva que:

> Há uma questão, no que diz respeito à pesquisa e, em particular, à classificação étnico-racial da população brasileira. Tem-se uma notícia boa e outra ruim. A boa é que faz quase cento e trinta anos que a gente dispõe dessa classificação. A ruim é que faz cento e trinta nos que a gente dispõe da mesma classificação. Ou seja, praticamente, são as mesmas categorias que são usadas desde o Censo de 1872. Cabe se fazer a pergunta de que numa época, ainda, de Império do Brasil, e que ainda vigia o regime da escravidão: Da segunda metade do século XIX até o início do século XXI, alguma coisa mudou no planeta, não é? Eu acho muito bom a gente ter mais um século de acúmulo de estatísticas da classificação racial da população brasileira. Mas, ao mesmo tempo, a gente tem que tentar e pensar, hoje, qual é a dimensão dessas categorias que estão sendo usadas ainda na classificação. Então, por isso, eu defendo uma pesquisa em que se aprofunde o estudo da construção, do uso, da percepção, etc. Então, qual é o significado, hoje, da categoria de "cor branca?" Qual o da categoria de "cor parda?".

Petruccelli lembra, ainda, que no Censo de 2000 houve um maior número de pessoas, o dobro, que se classificou na categoria indígena, em relação ao Censo de 1991. O pesquisador acredita que essas pessoas, de alguma forma, já tivessem abdicado das suas raízes étnicas, estejam agora recuperando a sua identidade étnica, e que é um fenômeno mundial. Conclui, então, que:

> Há necessidade mesmo de se fazer uma pesquisa sobre como é que são usadas essas diferenças regionais, e qual é o significado, nos tempos de hoje, dessas categorias; de atualizar. Pode ser,

até que a gente continue usando as mesmas (categorias) nas pesquisas. Não quer dizer que têm que ser mudadas. Mas, sim, de se ficar mais perto do significado e da utilização dessas categorias, pela população. Também, tem outra coisa: no Censo de 2010, acho que tem que ser incluída essa classificação no questionário básico do Censo, porque, atualmente, só está na amostra. (...) A amostra não suporta a representatividade de muitos municípios. A maioria, porque muitos são pequenos. (...) incluir o quesito cor no questionário básico, isso vai implicar a gente ter dados. Todo mundo vai ser classificado.

Para a Iolanda de Oliveira, a mudança se deu com a publicação do censo, que incluiu o quesito cor, e serviu de subsídio, entre outras coisas, à discussão para a implementação de políticas, como a de cotas para negros nas universidades. Comenta, então:

Com todas as críticas que se faz ao censo, à classificação do IBGE; isso ofereceu, disponibilizou uma visão da distribuição racial da população brasileira. (...) Não se pode fazer política sobre a questão racial sem que se tenha uma visão dessa distribuição. Então, isso foi uma medida muito boa, muito enriquecedora, que permitiu, pelo menos aos interessados no estabelecimento da igualdade racial, fazer propostas de políticas públicas para promover a igualdade. Foi uma contribuição muito forte. Sem esses dados você fica sem referência. Com base em que, por exemplo, estou pedindo para colocar 40% de negros aqui na UFF?
(...) E se a gente não tem os dados do IBGE, como é que a gente faz? Como é que a gente propõe a política? (...) Existe uma referência para que se possa propor políticas a partir daí. (...) Há de parte de alguns pesquisadores que diz: - "Eu estou fazendo pesquisa quantitativa". Eu digo: - Eu estou fazendo pesquisa. O que sem tem de entender é que a gente não quer aquele quantitativo positivista, com caráter determinista. Não. A condição do negro está aí, mas é uma construção social. É reversível, sim. E não com aquele determinismo positivista, que não muda nunca. Mas não há incompatibilidade do quantitativo e do qualitativo na pesquisa. Você tem o quantitativo que te dá uma idéia do que está ocorrendo: - Olha, existe um percentual muito elevado de negros que está sendo reprovado na escola. E, eu vou lá no qualitativo para explicar: - Mas, como é que isso está acontecendo na inter-relação do aluno com a escola, com o professor? O qualitativo, então, vai me explicar aquilo que o quantitativo me apontou. Então, não há incompatibilidade.

Quanto ao que pode ser melhorado e ampliado na investigação e informações sobre questões raciais, a professora Iolanda Oliveira, comentando a recente conferência, em Brasília, de Boaventura Santos, a convite do Ministro Tarso Genro, sugere:

> (...) Então, ele (Boaventura Santos) falava sobre alguns quesitos para a reforma universitária. Um deles é a universidade em rede, que eu acho muito necessária. E outro deles é a pesquisa-ação. A pesquisa com a população, desde a elaboração do projeto, desenvolvimento das pesquisas e elaboração do resultado final. A universidade (...) rejeita a pesquisa-ação. Porque a universidade quer uma pesquisa que constate a realidade e que não interfira. Realmente, uma pesquisa caracterizada pela constatação e intervenção na realidade para transformá-la, ela é arriscada. Por exemplo, para um militante que está começando, (...) que está iniciando em pesquisa. Porque se ele é um militante, e ele tem que fazer uma pesquisa que constate o que está posto na realidade, e que interfira para transformá-la, ao mesmo tempo, o risco é dele pender mais para a transformação do que para a constatação. A pesquisa corre o risco de perder o rigor científico. Eu não recomendo a nenhum militante, que ingresse numa pós-graduação, fazer uma pesquisa-ação. Mas, concordo como o Boaventura Santos com essa necessidade.

Segundo Marcelo Paixão, houve duas mudanças simultâneas, e explica:

> Uma de ordem mais objetiva: o dado agora existe, antes não existia. Portanto, mesmo que as pessoas quisessem estudar as relações raciais, digamos, em 1975, (...) só tinha um jeito, era pegar o Censo de 1950, no papel. Em segundo lugar, eu acho que houve uma mudança. Isso é muito importante, é tão importante quanto à existência do dado. Houve uma mudança de mentalidade na sociedade brasileira, e o mito da democracia racial foi passando, cada vez mais, por uma problematização. A ponto de hoje não se tornar mais um mito, pelo menos assim acredito, de uma forma séria no espaço público. Ele pode ser até vivenciado pelas pessoas, ou as práticas... Mas ele deixou de ser o discurso legitimado. Porque um dos problemas fundamentais, e, que na verdade, são solidários: a inexistência do dado e o mito da democracia racial são solidários. Não há o dado porque não tem racismo, não há racismo porque não tem o dado.

O pesquisador avalia, então, que a mudança de mentalidade, a produção e disponibilidade do dado, sobre o quesito cor, interagem, simultaneamente, dando legitimidade, tornando válido, hoje, o discurso do pesquisador. Ou seja:

> (...) Isso dá ao pesquisador aquilo que Habermas chama de validade para o discurso... Validade do discurso. Porque se há dez anos atrás, de repente eu falasse metade do que eu falo hoje, talvez eu fosse posto numa fogueira. Mas se não põem na fogueira é porque houve uma mudança de mentalidade que tornou um discurso que, anteriormente, era inválido num discurso válido. (...) então, essas transformações são (...) importantes. Eu diria pra você o seguinte: Se amanhã o IBGE resolver não produzir mais nada sobre cor (...) Isso não seria tão grave quanto se amanhã as pessoas voltassem pro jornal dizendo: "Isso aí não vale nada. No Brasil há democracia racial mesmo". Ou seja, há concordância de que o tema é importante, ele é um patrimônio, (...), daqueles que lutam pela causa de racistas e pela causa dos negros no Brasil. E um patrimônio desse a gente não pode abrir mão. Porque é ele que nos garante a existência dos dados, que nos garante, até, a futura democratização dessas informações.

Como desdobramento da questão, foi perguntado ainda ao pesquisador Marcelo Paixão se acreditava estarem essas informações mais democratizadas. Ao que respondeu:

> Sim. Acho que sim. Acho que a imprensa cumpre um papel importante. (...) nesse último período esteve muito presente. Antigamente esse tema na mídia estava, praticamente, ausente. (...) a gente tem, assim, vários níveis que essa democratização pode ocorrer e que vai desde aquele cidadão comum... A pessoa é um cidadão comum, quer a informação. A pessoa, de repente, é um militante, quer um dado. (...) Isso é democratizar a informação. Porque democratizar a informação envolve todos os níveis. (...) Então, vai desde aquela informação que absorve o público em geral até o pesquisador, o militante, o professor, o aluno de pós-graduação. (...) Há várias formas de democratizar o acesso. Isso que eu quero te dizer.

E, ainda, sobre o papel fundamental da mídia, como uma das formas de democratizar dados ou informações sobre relações raciais, por exemplo, Marcelo Paixão avalia que:

> (...) houve uma certa abertura no mercado editorial para esse tema (racial). Também ajuda, não é? Porque, geralmente, o tema sobre relações raciais tinha uma maior aceitação no mercado editorial quando envolvia a variável cultural (...) ou variáveis históricas. Aumentou o número de livros, e a própria Internet favoreceu o acesso. (...) Acesso e divulgação são duas pontas, igualmente, importantes, (...) para ampliar o grau de acesso às informações, sobretudo para o leigo. Acho que é isso: Mais Internet, mais editorial, mais debates.

Por último, perguntou-se aos três pesquisadores que benefícios podem trazer, tanto para a militância do Movimento Negro quanto para o grupo da população negra em geral, a realização da investigação sobre a cor/raça da população brasileira, ausente em alguns Censos populacionais brasileiros.

Na opinião da professora e pesquisadora Iolanda de Oliveira:

> Para o grupo negro, isso é muito bom, de modo geral. O problema é o acesso a essas informações. Uma maior divulgação? Mas, naquela linguagem que a população como um todo pode acessar. A mídia seria um bom instrumento, se ela se colocasse à disposição da promoção da população majoritária. Porque a mídia é contra, vamos dizer assim, a promoção dessa população. Principalmente, o canal que é mais assistido e de maior audiência – me parece que é a Globo (...). Ela (TV Globo) manipula a população menos avisada, a população que tem menos acesso à informação. Ela apresenta as informações que ela quer.

Na avaliação do pesquisador José Luis Petruccelli:

> A retomada dessa freqüência mais sistemática da pesquisa. Aliás, são as duas coisas: a retomada da freqüência e da inclusão, e de pensar com maior abrangência, em que todo mundo seja classificado. Isso vai permitir muito mais estudos. Muito mais, sem dúvida, não é?

Para o pesquisador e professor Marcelo Paixão, a falta da investigação sistemática dos Censos sobre a cor da população, enfim, da série das pesquisas, funciona como um dos complicadores para a análise de determinada realidade, determinado fato, por exemplo. Nas palavras do pesquisador:

> Sob um ponto de vista científico, é muito complicado a gente não ter séries. Porque a gente pode estar fazendo análises que são determinadas por fatores conjunturais... Se toda estatística já demanda uma margem de erro... Todo o pensamento empírico, (...) demanda um certo grau de ceticismo, quanto à validade definitiva do dado gerado, por razões mais ou menos filosóficas. Por outro lado, (...) é você estar podendo fazer análises. (...) Então, é evidente que a ausência passada, essa lacuna... Vamos ter que contabilizá-la. Mas, grande parte dela é impossível voltar o tempo para recuperar. É irrecuperável. É uma perda de memória nacional.

Cabe informar que as entrevistas dos pesquisadores e professores, na íntegra, constam do anexo da dissertação.

Considerações Finais

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho está registrado um longo caminho percorrido onde, passo a passo, foram delineadas e repensadas algumas questões com foco na disponibilidade da produção de estudos estatísticos, que tratam das relações raciais e, consequentemente, dos possíveis mecanismos que ajudaram a perpetuar o desigual acesso, tanto social, econômico e educacional, do grupo negro da população na estrutura social do país.

De início, verificou-se que era necessário, para elaboração do estudo, construir-se o arcabouço teórico a partir de uma revisão bibliográfica consistente, como forma de superar quaisquer obstáculos, sob ponto de vista teórico, que por ventura viessem a dificultar a análise de uma determinada questão. Ou seja, a compreensão de fatos, atitudes, conceitos e comportamentos considerados na discussão da realidade social e também racial brasileira.

Observou-se, então, que a discussão das questões raciais no Brasil, apesar de muito recente, pode ser analisada sob três grandes vertentes: da miscigenação, da ideologia de branqueamento, e do mito da democracia racial. A partir desses pilares, discutiram-se conceitos como raça, racismo, preconceito de cor e a hierarquização das estruturas sociais, como também serviram como justificativas para eliminar o quesito cor da investigação nos censos populacionais brasileiros.

Importantes marcos podem ser considerados no histórico dessa discussão. 1º) O expressivo papel do Projeto Unesco que inovou a agenda das Ciências Sociais do país. 2º) A contribuição de estudos iniciais como o de Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Thales de Azevedo sobre a interação do grupo negro da população na nova sociedade de classes. 3º) A mudança observada, a partir dos anos 80, da abordagem sociológica. Autores como Carlos Hasenbalg passam a desenvolver seus trabalhos a partir das estatísticas, e de variáveis como grupos de cor, posição social e classes sociais. Hasenbalg fundamenta, basicamente, sua discussão na análise das teorias que tentavam explicar as desigualdades nas estruturas ao postularem um vínculo casual e direto entre a escravidão e as relações raciais. Ou seja, as desigualdades eram consideradas como resultados de uma "sobrevivência do passado escravista", como uma

continuidade da estratificação racial após a Abolição. No entanto, para o autor, "essa estratificação se dá em função dos interesses materiais e simbólicos do grupo dominante"(HASENBALG, 1979). Observa ainda que "nem a teoria colonial que trata da opressão racial e nem o marxismo convencional que trata da exploração de classes e que coexistem nas sociedades capitalistas multirraciais não conseguem explicar a integração desses dois processos". 4º) A crescente produção de estudos, nos anos 90, mais voltados para o aspecto histórico e cultural da discussão racial. 5º) A presença, a partir de 2000, de relevantes discussões e estudos sobre a "naturalização" da desigualdade e da discriminação racial nas estruturas da sociedade brasileira, desenvolvidos por Antônio Sérgio Guimarães e Ricardo Henriques, entre outros. Como também os debates estabelecidos na III Conferência em Durban, na África do Sul (2001), que estimularam a produção de estudos estatísticos, como forma de enfrentamento e resistência a essas questões. Verificou-se, diante desta nova postura, o surgimento de eventos e medidas como a elaboração e implementação de políticas, já discutidas nos anos de 1980, que se voltaram para a promoção do grupo negro da população, ou seja, a política de cotas nas universidades, por exemplo, que passou a ganhar fôlego nesse período.

Ao analisar-se os censos brasileiros, ou melhor, a natureza de como investigou o quesito cor da população, confirmou-se então o funcionamento de algumas representações políticas, ideológicas e até simbólicas verificadas no cenário brasileiro. Ou seja, como o projeto nacional de branqueamento da população - implementado na Primeira República - e o mito da democracia racial – preconizado na Ditadura Militar e mais efusivamente nos anos de 1970 - por exemplo, contribuíram para eliminar o quesito cor da população dos questionários dos Censos de 1920 e de 1970, ou de limitarem essa investigação apenas à distribuição ou às características gerais observadas em algumas pesquisas censitárias, como o Censo de 1960. As lacunas deixadas nos intervalos censitários - de cinqüenta anos (1890-1940) e de vinte anos (1960-1980) - são consideradas, de alguma forma, como uma perda de informações, e irrecuperáveis na memória nacional. Verificou-se, também, que esse quesito só vai ter um tratamento investigativo e temático mais ampliado no Censo Demográfico de 1991 e no mais recente Censo Demográfico 2000.

Já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, só passou a investigar sistematicamente a cor da população, a partir de 1987. É bom observar que as pesquisas realizadas nas décadas de 1980 mantiveram inalteradas as características da pesquisa básica, com o intuito de produzir uma série histórica de resultados. Na verdade, a primeira PNAD a investigar a cor das pessoas foi a de 1976. Mas, o quesito ainda não era classificado como cor/raça, apenas como cor. Salienta-se ainda que nas pesquisas de 1982, 1984, 1985 e 1986, embora a cor tenha sido investigada, tal quesito não constou do corpo básico da pesquisa, mas apenas dos boletins temáticos suplementares.

Quanto ao mapeamento de fontes, foram pesquisadas cerca de setenta e quatro (74), incluindo livros, periódicos, artigos e instituições, além do IBGE, como o DIEESE, Fundação Perseu Abramo, INEP, IETS (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade), Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, IPEA, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego e PUC-RIO (Departamento de Economia). Como já era esperado, houve um crescimento na produção de informações e estudos estatísticos, que incluíram o quesito cor/raça, no início da década e, especialmente, a partir de 2001, como influência da discussão em Durban.

Considerando-se, então, o que foi apontado tanto na análise da investigação da cor nos censos e pnads, no mapeamento de fontes, bem como as avaliações e observações nos depoimentos dos pesquisadores e professores entrevistados, no que se refere à disponibilidade da produção e investigação de estudos sobre relações raciais, verifica-se que este trabalho não esgota a questão.

De que existe um longo caminho a percorrer, mas que se deve pensar na mudança das estatísticas, que têm evidenciado alguns mecanismos que ainda condicionam uma significativa parcela da população negra a uma situação desigual na estrutura social do país. Porque o fato de ser pobre, e não-alfabetizado é uma condição social, por isso mesmo pode ser revertida.

Diante de tudo isso, e como contribuição, propõe-se a produção de mais estudos e informações estatísticas sobre as questões raciais no Brasil. A necessidade da discussão, da produção, do acesso, da capacitação, enfim, da

democratização de conhecimentos tecnológicos, particularmente, na área de relações raciais e no espaço negro e Educação.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, C. N. A. *O princípio classificatório "cor" nas pesquisas do IBGE*: notas para uma discussão. Caderno de Pesquisas, São Paulo, n. 63, p. 14-16, nov. 1987.

AZEVEDO, A. V. de. Os recenseamentos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Datilografado.

AZEVEDO, T. de. *As elites de cor numa cidade brasileira e um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio*. 2. ed. Salvador: EDUFBA: EGBA, 1996.

AZEVEDO, T. de. *Democracia racial*: ideologia e realidade. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 12, 29.

BARBOSA, W. do N. O centro da cultura brasileira é a cultura do negro. *Almanaque Brasil de Cultura Popular*, São Paulo, n. 38, p. 20-23, maio 2002.

BRANDÃO, M. de A. Thales de Azevedo e o ciclo de estudos da Unesco sobre "relações raciais" no Brasil. In: AZEVEDO, T. de. *As elites de cor numa cidade brasileira e um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio*. 2. ed. Salvador: EDUFBA: EGBA, 1996.

BIANCHINI, Z. M.; ALBIERI, S. *Principais aspectos de amostragem das pesquisas domiciliares do IBGE* – revisão 2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. (Textos para discussão, n. 8).

CATÁLOGO DO IBGE 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

CENSO DEMOGRÁFICO 1940. A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, t. 1, 1943.

CENSO DEMOGRÁFICO 1940: população e habitação. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1950.

CENSO DEMOGRÁFICO 1950. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, 1956.

CENSO DEMOGRÁFICO 1960. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, [19—?].

CENSO DEMOGRÁFICO 1960: favelas do Estado da Guanabara. Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, 1968.

CENSO DEMOGRÁFICO 1970. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, 1973.

CENSO DEMOGRÁFICO 1980: dados gerais – migração – instrução – fecundidade – mortalidade. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, t4, n. 1, 1983.

CENSO DEMOGRÁFICO 1991. Brasil: mão-de-obra: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, n. 1, 1996.

CENSO DEMOGRÁFICO 1991. Brasil: nupcialidade, fecundidade e mortalidade: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, 1996.

CENSO DEMOGRÁFICO 1991. Brasil: migração: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, n. 1, 1996.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Acompanha 1 CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000: educação: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

COSTA, T. C. N. A. O princípio classificatório "cor", sua complexidade e implicações para um estudo censitário. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 91-102, jul./set. 1974.

DESIGUALDADES raciais. In: SÍNTESE de indicadores sociais 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 5).

DESIGUALDADES raciais. In: SÍNTESE de indicadores sociais 2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 11).

DOMINGUES, P. J. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo 1915-1930. Estudos Afro-Asiáticos, ano 24, n. 3, 2002. p. 563-599.

AS FAVELAS do Distrito Federal e censo demográfico de 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1953. (Documentos censitários, série C, n. 9)

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978. v. 2: No limiar de uma nova era.

GIROUX, H. A. Redefinindo as fronteiras da raça e da etnicidade: além da política do pluralismo. In: _____. *Cruzando as fronteiras do discurso educacional*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

GUIMARÃES, A. S. A. Racismo e anti-racismo no Brasil. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, n. 43, nov. 1995.

GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: Editora 34, 1999.

GUIMARÃES, A. S. A. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HASENBALG, C. A. A estrutura de classes, estratificação social e raça. In: ____. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, C. A. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, 1995.

HENRIQUES, R. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para discussão, n. 807).

IANNI, O. Escravismo e racismo. *Anais de História*. Assis, SP: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, v. 7, 1975.

IANNI, O. Materialismo histórico e questão racial. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 31-36, 1986.

JACCOUD, L.; BEGHIN, N. *Desigualdades raciais no Brasil*: um balanço da intervenção governamental. Brasília, DF: IPEA, 2002. Acompanha 1 CD-ROM.

KENSKI, R. Vencendo na raça. *Super Interessante*. São Paulo, n. 187, p. 42-50, abr. 2003.

LIMA, I. S. *Cores, marcas e falas*: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

O LUGAR do negro na força de trabalho. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

MAIO, M. C. O projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, out. 1999.

METODOLOGIA do censo demográfico de 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. (Série relatórios metodológicos, v. 4).

METODOLOGIA do censo demográfico de 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. (Série relatórios metodológicos, v. 25). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: mar. 2004.

MUNANGA, K. Construção da identidade negra no contexto da globalização. In: OLIVEIRA, I. de. (Org.) *Relações raciais e educação: temas contemporâneos.* Niterói: EdUFF, 2002. (Cadernos PENESB, n. 4).

NASCIMENTO, A. do; NASCIMENTO, E. L. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997. In: GUIMARÃES, A. S. A.; HUNTLEY, L. (Org.) *Tirando a máscara:* ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PAIXÃO, M. J. P. Desenvolvimento humano e relações raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PINTO, R. P. Problemas subjacentes ao processo de classificação da cor da população no Brasil. In: ENCONTRO nacional de produtores e usuários de informações sociais, econômicas e territoriais. Informação para uma sociedade mais justa: textos para discussão. Rio de Janeiro: IBGE, v.8, t. 4, 1997.

O QUESITO cor no censo de 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1872. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, [187-?].

RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1890. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1898.

RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1890: resultados preliminares do Districto Federal. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1895.

RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920. Introdução: aspectos physico do Brazil, geologia, flora e fauna, evolução do povo brazileiro, histórico dos inquéritos de monográphicos. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1, 1922.

RELATÓRIO: trabalhos estatísticos 1872. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatistica, 1873. Apresentado pelo Director Geral Interino, Dr. José Maria do Couto, ao Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira.

REZENDE, C. B.; MAGGIE, Y. (Org.). *Raça como retórica*: *a construção da diferença.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Hélio. Negro não é problema: é solução. *Caros Amigos*. São Paulo, ano VI, n. 69, p. 30-37, dez. 2002.

SCHWARCZ, L. K. M. Questão racial e etnicidade. In: O QUE ler na ciência social brasileira *(1970-1995)*. São Paulo: Sumaré: ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999.

SEYFERTH, G. Racismo e o ideário da formação do povo no pensamento brasileiro. In: OLIVEIRA, I. de. (Org.) *Relações raciais e educação*: *temas contemporâneos.* Niterói: EdUFF, 2002. (Cadernos PENESB, n. 4).

SILVA, A. S. A ruptura com o senso comum nas ciências sociais In: SILVA, A. S.; PINTO, M. (Org.). *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Edições Afrontamento, 1987.

SINOPSE do censo demográfico de 1940: dados gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

SINOPSE preliminar do censo demográfico 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.

SYNOPSE DO RECENSEAMENTO DE 31 DE DEZEMBRO DE 1890. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatistica, 1898.

SYNOPSE DO RECENSEAMENTO DE 31 DE DEZEMBRO DE 1900. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatistica, 1905.

VAMOS compreender o Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

ANEXOS

IMPERIO DO BRAZIL

Quadro geral da população escrava considerada em relação aos sexos, estados civis, raças, religião, nacionalidades e gráo de instrucção

Numeros	Provincias e Municipio Neutro	SEXOS			ESTADOS CIVIS						Raças				Religião				Nacionalidades				Instrucção			
					dos homens			das mulheres			dos homens		das mulheres		dos homens		das mulheres		dos homens		das mulheres		dos homens		das mulheres	
		Homens	Mulheres	Total	Solteiros	Casados	Viuvos	Solteiras	Casadas	Viuvas	Pardos	Pretos	Pardas	Pretas	Catholicos	Acatholicos	Catholicas	Acatholicas	Brasileiros	Estrangeiros	Brasileiras	Estrangeiras	Sabem ler e escrever	Analphabetos	Sabem ler e escrever	Analphabetas
1	Amazonas	487	492	979	473	9	5	482	7	3	201	286	171	321	487	.....	492	.....	479	8	487	5	.....	487	.....	492
2	Pará	13908	13550	27458	12703	933	272	12468	760	322	5747	8161	5837	7713	13908	.....	13550	.....	13606	302	13300	250	68	13840	21	13529
3	Maranhão	36889	38050	74939	35193	1356	340	36383	1291	376	11679	25210	11652	26398	36889	.....	38050	.....	35984	955	37364	786	51	36838	21	38029
4	Piauhy	11945	11850	23795	10859	869	217	11267	432	151	4626	7319	4208	6642	11945	.....	11850	.....	11780	165	11773	77	6	11939	.....	11850
5	Ceará	14941	16972	31913	13870	919	152	15797	979	196	8539	6402	9715	7257	14941	.....	16972	.....	14904	37	16910	62	35	14906	12	16960
6	Rio Grande do Norte	6571	6449	13020	6203	307	61	6099	283	67	3183	3388	3171	3278	6571	.....	6449	.....	6328	243	6271	178	4	6567	3	6446
7	Parahyba	10681	10845	21526	9610	788	133	9941	697	207	4780	5951	4910	5935	10681	.....	10845	.....	10679	102	10762	83	26	10655	35	10810
8	Pernambuco	47023	42005	89028	41078	4199	846	37230	3702	1073	13516	33507	12122	29883	47023	.....	42005	.....	46236	1787	40708	1297	101	46918	52	41958
9	Alagôas	17913	17828	35741	15767	1787	359	16083	1396	399	5072	12841	5531	12297	17908	.....	17828	.....	16466	1447	16898	930	82	17881	21	17807
10	Sergipe	10840	11788	22628	9496	1206	139	10407	1244	137	4644	6196	4796	6987	10840	.....	11788	.....	10229	612	11000	788	.....	10840	.....	11788
11	Bahia	89094	78780	167824	69991	15028	4075	63411	11730	3639	37297	51797	25071	50859	89094	.....	78780	.....	83186	5908	74857	4873	49	89045	15	78765
12	Espirito-Santo	11859	10800	22659	10163	1467	239	9262	1336	213	3407	8452	3445	7355	11859	.....	10800	.....	10571	1288	9826	974	1	11858	.....	10800
13	Municipio Neutro	24886	24053	48939	24525	243	118	23684	262	207	5275	19611	6781	18267	24886	.....	24053	.....	18009	6877	19951	4086	220	24666	109	23944
14	Rio de Janeiro	162894	130248	293637	146709	12268	3417	115554	11230	3459	43595	118799	36264	94009	162394	.....	130248	.....	126875	35519	109500	20748	79	162815	28	130215
15	S. Paulo	88040	68572	156612	74414	11487	2189	56484	9887	2201	24474	63566	20678	47894	88040	.....	68572	.....	79607	8433	58950	4622	81	87959	23	68649
16	Paraná	5506	5064	10570	5108	323	75	4711	257	86	2010	3496	2059	2955	5506	.....	5064	.....	5029	477	4793	201	6	5500	2	5062
17	Santa Catharina	8069	6915	14984	7905	126	38	6766	95	54	2583	5488	2274	4641	8069	.....	6915	.....	7238	681	6618	297	26	8043	20	6895
18	Rio Grande do Sul	35686	32105	67791	34699	814	173	30933	889	283	11560	24126	11031	21074	35686	.....	32105	.....	32391	3295	30296	1809	63	35623	37	32068
19	Minas-Geraes	199434	171025	370459	174136	18196	7102	148737	16741	6547	57416	142218	48540	122485	199434	.....	171025	.....	182501	16933	159810	11215	99	199335	46	170979
20	Goyaz	6372	6280	12652	4709	511	152	4676	445	160	2045	3327	2064	3216	6372	.....	6280	.....	6283	89	6229	51	7	6365	.....	6280
21	Matto-Grosso	3632	3035	6667	3169	353	110	2590	354	91	1525	2107	1345	1690	3632	.....	3035	.....	3400	232	2907	128	.....	3632	.....	3035
	Somma	805170	705636	1510806	711889	73079	20222	622804	63016	19816	259824	552346	224680	480956	805170	.....	705636	.....	719630	85540	652618	53020	958	804212	446	705191

População recenseada na Republica dos Estados Unidos do Brazil quanto ao sexo, á raça e ao estado civil

POPULATION RECENSÉE À LA RÉPUBLIQUE DES ETATS-UNIS DU BRÉSIL D'APRES LE SEXE, LA RACE, ET L'ETAT CIVIL

ESTADOS E DISTRICTO FEDERAL ÉTATS ET DISTRICT FÉDÉRAL	HOMENS HOMMES																MULHERES FEMMES																TOTAL DOS DOUS SEXOS TOTAL DES DEUX SEXES
	BRANCOS BLANCS				PRETOS NOIRS				CABOCLOS INDIENS				MESTIÇOS MÉTIS				TOTAL	BRANCAS BLANCHES				PRETAS NOIRES				CABOCLAS INDIENNES				MESTIÇAS MÉTISSES				TOTAL	
	Solteiros Célibataires	Casados Mariés	Viuvos Veufs	Divorciados Divorcés	Solteiros Célibataires	Casados Mariés	Viuvos Veufs	Divorciados Divorcés	Solteiros Célibataires	Casados Mariés	Viuvos Veufs	Divorciados Divorcés	Solteiros Célibataires	Casados Mariés	Viuvos Veufs	Divorciados Divorcés		Solteiras Célibataires	Casadas Mariées	Viuvas Veuves	Divorciadas Divorcées	Solteiras Célibataires	Casadas Mariées	Viuvas Veuves	Divorciadas Divorcées	Solteiras Célibataires	Casadas Mariées	Viuvas Veuves	Divorciadas Divorcées	Solteiras Célibataires	Casadas Mariées	Viuvas Veuves	Divorciadas Divorcées		
1 Alagoas	51123	23409	2592	188	16268	7951	863	80	31075	13668	1360	159	68061	29339	3179	222	250480	50981	24086	5375	173	16989	6115	1536	61	31087	14001	2677	148	69303	29965	6162	301	260960	511440
2 Amazonas	17451	5722	581	24	2095	523	64	1	30527	6496	872	33	12811	3273	436	17	80921	12177	5066	860	15	1383	334	86	1	26135	6244	1233	18	9790	3003	639	17	66994	147915
3 Bahia	179160	61430	8035	207	50094	36686	5469	236	55686	16453	2097	98	333444	98738	11351	494	960270	166071	59353	16374	399	154545	35768	8335	314	55313	16467	4056	155	323891	95775	23566	598	959532	1919802
4 Ceará	125063	48754	3759	87	22844	9521	749	26	46416	19573	1317	62	81969	32525	2168	78	394909	119833	49932	11090	113	25504	8608	2313	70	46407	19635	4474	122	87915	32265	7362	145	410778	805687
5 Districto Federal	139963	52242	6592	853	24420	3699	1285	122	6925	1584	270	51	45813	8001	1789	245	293657	77769	36090	13720	161	29776	3367	1811	54	6541	1478	592	4	44323	9741	4101	66	228994	522651
6 Espirito Santo	20641	6547	703	20	8719	2416	294	13	3217	1032	136	2	18089	5352	590	23	69813	17356	8611	1423	13	7873	2155	416	3	2975	1026	264	3	17491	5454	1085	36	65184	135997
7 Goyaz	26658	10630	812	67	10295	3868	362	63	8864	3427	351	42	33477	12439	1667	162	112581	24055	11110	2935	77	10710	3212	1102	45	8567	3360	970	39	32191	12673	3736	307	114989	227572
8 Maranhão	50112	15476	1812	73	27679	3519	418	24	26875	5112	708	48	65509	13658	1536	81	212586	48405	16471	4114	77	29839	3106	707	24	26664	5114	1039	42	66252	13537	2984	93	218868	430854
9 Matto Grosso	10283	3391	393	93	5564	1060	144	8	6026	961	86	7	15144	3584	390	30	47156	9148	3434	999	21	5044	743	292	5	5546	904	295	5	14317	3658	1175	25	45631	92827
10 Minas Geraes	455491	197154	14456	535	193874	97265	7566	564	65630	31465	3548	273	385481	162443	13440	677	1627451	394795	194432	35113	740	178957	88153	16639	330	58888	30699	6412	266	354205	162019	33938	1052	1556538	3184099
11 Pará	50534	13739	1753	25	9358	1344	212	1	27922	5015	884	11	46265	8075	1278	21	166377	46096	13117	3406	23	9971	1039	348	.....	25442	4956	1306	15	46104	8023	2172	18	162098	328455
12 Parahyba	27659	29335	2449	86	10475	4037	422	33	16414	6928	536	67	53634	20961	1806	103	219833	73173	30749	5959	133	12857	3563	926	45	16680	6864	1371	63	58990	21351	4667	182	237899	457732
13 Paraná	55667	23981	1853	149	4741	1836	146	30	10687	4475	386	80	37388	6249	519	70	128109	49328	24531	3564	168	4432	1454	243	15	10243	4267	664	92	15568	5696	876	105	121282	249391
14 Pernambuco	344434	60786	5239	297	39576	14779	1587	133	26841	11353	855	96	249379	51951	4838	400	503555	137074	62065	13546	459	45656	13021	3720	227	26359	11469	2317	122	144624	53170	12158	602	526669	1030224
15 Pianhy	26605	10398	918	34	15553	4630	483	78	19289	7113	618	57	34284	12500	1051	91	133797	24491	10969	2450	52	14821	4109	868	79	18376	7048	1446	73	34437	12955	2605	225	133902	267699
16 Rio Grande do Norte	41225	16015	1333	61	8114	3030	288	25	8446	3401	315	27	34153	13954	1168	59	130712	38954	16425	3270	87	9163	2782	654	28	8687	3461	772	43	36023	13233	2879	95	137561	268273
17 Rio Grande do Sul	230289	87606	5750	411	34887	4497	417	49	20239	4547	471	64	59509	9476	788	118	459118	203930	87145	24105	464	33502	3701	781	42	17680	3818	1132	67	59579	9887	2344	150	438357	897455
18 Rio de Janeiro	236194	51751	6649	298	100917	16036	2515	101	7156	2093	331	33	98071	20666	2749	136	445673	119542	50134	11627	274	95616	15761	3850	107	6811	1990	514	14	98158	21354	5082	377	431211	876884
19 Santa Catharina	82845	35350	2385	159	3331	1083	92	18	3363	1196	118	13	7905	2002	154	15	141985	77454	33584	6429	181	6046	857	178	20	3175	1116	220	23	7888	1899	383	26	131780	283769
20 S. Paulo	294387	140574	11804	346	60402	30424	2632	95	37915	18143	1593	93	75181	31259	3010	146	708011	250379	141986	24451	496	53011	28264	4552	98	34873	17963	3339	81	70764	31204	5911	170	670742	1378753
21 Sergipe	31413	12297	1595	38	15830	5376	717	35	6989	2588	371	15	52300	18856	2402	81	150837	31099	13593	3344	37	17603	4936	1417	21	6966	2517	786	21	54954	18937	4672	111	160034	310936
A UNIÃO	4243188	908337	81854	3965	767031	253315	26723	1433	466445	166573	16247	1216	1678327	564511	55335	3269	7737933	1981210	894374	184794	4973	765098	231068	39766	1590	413143	164337	36130	1455	1641271	564304	127279	4939	7956563	15333915

POPULAÇÃO DE FATO, POR SEXO E GRUPOS DE IDADES,
SEGUNDO OS PRINCIPAIS CARACTERES INDIVIDUAIS

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Nº de ordem	CARACTERES E RESPECTIVAS MODALIDADES	TOTAIS [1]			PESSOAS DE 0 A 29 ANOS [3]					
					De 0 a 9 anos [2]		De 10 a 19 anos		De 20 a 29 anos	
		Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1	*POPULAÇÃO DO BRASIL* *	41 236 315	20 614 088	20 622 227	6 179 477	6 018 989	4 839 884	4 932 119	3 485 153	3 684 572
	CÔR									
2	Brancos	26 171 778	13 145 125	13 026 653	3 910 287	3 827 947	3 037 851	3 102 525	2 218 310	2 323 236
3	Pretos	6 035 869	2 987 273	3 048 596	861 901	827 532	717 786	727 554	508 798	547 400
4	Amarelos	242 320	129 372	112 948	39 375	37 616	28 860	26 735	21 779	17 900
5	Pardos	8 744 365	4 332 064	4 412 301	1 361 967	1 320 170	1 050 776	1 070 325	732 471	791 833
6	De côr não declarada	41 983	20 254	21 729	5 947	5 724	4 611	4 980	3 795	4 203
	ESTADO CONJUGAL									
7	Solteiros	27 177 242	14 070 479	13 106 763	6 179 477	6 018 989	4 811 714	4 597 404	2 084 743	1 448 101
8	Casados [4]	12 236 256	6 068 333	6 167 923	-	-	24 653	327 231	1 374 215	2 160 737
9	Separados,desquitados,divorciados [4]	67 183	25 789	41 394	-	-	78	1 116	2 971	9 854
10	Viúvos [4]	1 722 019	437 097	1 284 922	-	-	370	3 223	20 448	59 927
11	De estado conjugal não declarado	33 615	12 390	21 225	-	-	3 069	3 145	2 776	5 953
	NACIONALIDADE									
12	Brasileiros natos [5]	39 822 487	19 816 864	20 005 623	6 167 577	6 008 166	4 789 029	4 884 566	3 392 301	3 609 166
13	Brasileiros naturalizados [6]	122 735	84 200	38 535	-	-	1 437	1 352	4 926	3 267
14	Estrangeiros [7]	1 233 833	709 076	524 757	11 106	10 163	48 931	45 757	87 380	71 744
15	De nacionalidade não declarada	7 260	3 948	3 312	794	660	487	444	546	395
	INSTRUÇÃO									
16	Sabem ler e escrever [8]	13 292 605	7 344 772	5 947 833	393 918	400 556	2 049 206	2 082 733	1 798 118	1 512 148
17	Não sabem ler nem escrever	21 295 490	9 908 255	11 387 235	2 467 350	2 375 308	2 771 928	2 831 130	1 678 374	2 164 177
18	De instrução não declarada	208 570	105 560	103 010	62 708	58 976	18 750	18 256	8 661	8 247
	RELIGIÃO									
19	Católicos romanos	39 177 880	19 552 040	19 625 840	5 909 873	5 756 082	4 611 566	4 707 569	3 309 871	3 512 248
20	Protestantes	1 074 857	539 298	535 559	144 258	141 971	124 335	126 546	86 743	92 535
21	Ortodoxos	37 953	20 461	17 492	4 395	4 025	3 684	3 648	2 877	2 733
22	Israelitas	55 666	28 851	26 815	4 852	4 779	5 319	5 317	3 771	4 050
23	Maometanos	3 053	2 269	784	245	226	177	164	190	130
24	Budistas	123 353	66 544	56 809	18 749	18 110	15 372	12 980	11 340	9 144
25	Xintoistas	2 358	1 311	1 047	371	336	325	224	224	172
26	Espiritas	463 400	234 481	228 919	53 206	52 056	49 038	49 897	38 804	42 191
27	Positivistas	1 099	799	300	70	56	83	51	149	57
28	De outra religião	107 392	58 573	48 819	13 743	13 155	11 608	10 910	9 730	8 358
29	Sem religião	87 330	51 787	35 543	11 418	10 845	9 368	7 338	11 070	6 805
30	De religião não declarada	101 974	57 674	44 300	18 297	17 348	9 009	7 475	10 384	6 149
	ATIVIDADE PRINCIPAL									
31	Agricultura, pecuária, silvicultura	9 453 512	8 183 313	1 270 199	-	-	2 207 581	714 540	2 168 340	270 812
32	Indústrias extrativas	390 560	345 202	45 358	-	-	68 005	22 503	110 201	10 802
33	Indústrias de transformação	1 400 056	1 107 371	292 685	-	-	192 952	125 415	355 064	91 362
34	Comércio de mercadorias	749 143	698 202	50 941	-	-	107 477	14 341	193 418	17 650
35	Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	51 777	48 229	3 548	-	-	4 532	516	15 726	1 678
36	Transportes e comunicações	473 676	459 758	13 918	-	-	39 170	2 168	143 934	5 593
37	Administração pública, justiça, ensino público	310 726	227 341	83 385	-	-	11 384	6 939	61 472	39 141
38	Defesa nacional, segurança pública	172 212	170 827	1 385	-	-	20 433	238	85 811	555
39	Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada	118 687	78 731	39 956	-	-	4 480	5 224	22 141	14 595
40	Serviços, atividades sociais	899 774	461 621	438 153	-	-	73 296	111 842	141 994	140 832
41	Atividades domésticas, atividades escolares	11 909 514	1 184 239	10 725 275	-	-	1 070 938	2 799 970	64 444	2 918 337
42	Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas	3 108 212	1 469 777	1 638 435	-	-	1 039 636	1 128 423	122 608	173 215

* Incluidos nos totais e parcelas dêste quadro os dados referentes à *Região da Serra dos Aimorés* (V nota **, pág 1)

[1] Para a instrução, de 5 anos e mais; para a atividade principal, de 10 anos e mais [2] Para a instrução, de 5 a 9 anos

[3] Discriminação: de 7 a 14 anos, 4 386 416 homens e 4 302 064 mulheres; de 15 a 19 anos, 2 157 630 homens e 2 286 293 mulheres.

[4] De 15 anos e mais: casados, 6 067 942 homens e 6 163 137 mulheres; separados, desquitados, divorciados, 25 782 homens e 41 374 mulheres; viúvos, 437 077 homens e 1 284 819 mulheres

[5] Brasileiros, natos e naturalizados: de 18 a 44 anos, 7 444 736 homens (sujeitos a serviço militar) e 7 682 429 mulheres; de 18 anos e mais, sabendo ler e escrever (alistáveis como eleitores), 4 783 460 homens e 3 569 065 mulheres.

POPULAÇÃO DE FATO, POR SEXO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO OS PRINCIPAIS CARACTERES INDIVIDUAIS

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

PESSOAS DE 30 ANOS E MAIS												PESSOAS DE IDADE IGNORADA		N.º de ordem
De 30 a 39 anos		De 40 a 49 anos		De 50 a 59 anos		De 60 a 69 anos		De 70 a 79 anos		De 80 anos e mais				
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
2 466 499	2 435 183	1 789 582	1 652 145	1 053 453	991 454	524 655	551 484	193 026	234 658	67 690	104 021	14 669	17 602	1
1 608 924	1 540 699	1 154 864	1 033 577	689 150	630 981	349 782	353 102	128 535	147 751	37 936	56 061	9 486	10 774	2
349 163	370 492	268 611	263 653	153 319	153 575	78 102	88 405	30 793	40 986	16 917	26 076	1 883	2 923	3
15 835	12 730	13 162	10 899	7 576	4 739	2 147	1 633	441	510	103	114	94	72	4
490 198	508 794	351 334	342 281	202 487	200 873	94 167	107 664	33 093	45 126	12 619	21 586	2 952	3 649	5
2 379	2 468	1 611	1 735	921	1 286	457	680	164	285	115	184	254	184	6
540 660	492 978	248 025	266 979	118 383	145 176	52 815	77 000	17 796	33 650	7 741	17 752	9 125	8 734	7
1 859 086	1 771 483	1 436 397	1 109 352	829 393	536 513	383 684	197 530	123 357	49 466	33 126	10 055	4 422	5 556	8
6 587	12 291	7 211	10 021	5 219	5 392	2 644	1 994	845	495	237	131	57	100	9
57 874	153 567	96 186	262 517	99 405	302 652	84 955	273 982	50 820	150 616	26 469	75 805	570	2 633	10
2 352	4 864	1 763	3 276	1 053	1 721	557	978	208	431	117	278	495	579	11
2 297 171	2 320 307	1 615 915	1 529 632	897 634	875 598	431 759	471 395	154 080	198 014	58 011	92 335	13 387	16 444	12
15 553	5 924	20 434	8 625	23 882	9 893	13 194	5 816	5 359	2 685	1 329	929	86	44	13
155 210	108 575	152 718	113 500	131 536	105 619	79 453	74 008	33 497	33 804	8 311	10 684	934	903	14
565	377	515	388	401	344	249	265	90	155	39	73	262	211	15
1 331 141	893 798	908 606	524 675	517 199	297 604	238 422	151 818	80 711	59 004	19 210	17 723	8 241	7 774	16
1 129 317	1 535 289	876 731	1 123 029	533 925	690 992	285 007	397 891	111 745	174 793	48 273	85 798	5 605	8 828	17
6 041	6 096	4 245	4 441	2 329	2 858	1 226	1 775	570	861	207	500	823	1 000	18
2 312 320	2 299 814	1 672 921	1 556 548	984 252	933 943	491 410	521 173	182 003	222 856	64 989	100 195	12 835	15 412	19
71 880	68 852	53 652	48 583	33 236	30 486	17 067	16 934	6 305	6 976	1 454	2 235	368	441	20
3 395	2 634	2 907	1 940	1 867	1 276	936	763	281	327	101	124	18	22	21
6 348	5 214	4 527	3 521	2 389	2 134	1 214	1 269	323	397	61	75	47	59	22
474	113	626	86	381	39	130	17	37	6	6	1	3	2	23
8 278	6 714	7 037	5 863	4 267	2 677	1 185	945	240	301	49	46	27	29	24
150	118	123	104	85	55	25	23	6	9	2	3	-	3	25
37 177	35 107	28 968	24 288	16 719	14 485	7 621	7 184	2 226	2 599	474	788	248	324	26
162	47	129	27	96	31	71	18	24	5	8	4	7	4	27
9 240	6 852	7 375	4 789	4 204	2 717	1 876	1 287	570	498	148	160	79	93	28
8 740	4 584	5 706	2 865	3 155	1 704	1 506	813	546	326	212	206	66	57	29
8 335	5 134	5 611	3 531	2 802	1 907	1 614	1 058	465	358	186	184	971	1 156	30
1 488 032	99 525	1 134 843	79 304	686 033	57 269	347 289	33 255	115 447	11 470	31 835	3 585	3 913	439	31
74 761	4 915	50 858	3 372	27 105	2 141	10 399	1 111	2 639	373	752	106	482	35	32
259 450	35 631	168 086	19 429	88 162	10 654	32 882	6 261	7 922	2 612	1 464	1 002	1 389	319	33
175 000	8 619	122 642	5 337	66 187	2 982	25 508	1 465	5 890	375	879	74	1 201	98	34
13 189	932	8 142	269	4 250	81	1 762	41	489	23	68	5	71	3	35
141 116	3 183	85 305	1 685	37 982	793	9 716	367	1 536	77	280	19	719	33	36
61 932	20 669	49 382	11 711	29 055	3 707	11 434	941	2 017	106	322	36	343	135	37
38 961	310	17 864	155	5 625	70	1 429	41	222	11	38	2	444	3	38
21 345	8 188	14 995	5 225	9 595	3 404	4 319	2 095	1 449	881	272	252	135	92	39
111 330	77 730	74 530	53 205	39 353	31 985	15 394	15 700	4 156	4 829	766	1 197	802	833	40
19 662	2 118 032	12 104	1 431 830	7 935	831 081	4 697	420 086	1 897	148 667	607	45 589	1 955	11 683	41
61 721	57 449	50 831	40 623	52 171	47 287	59 826	70 121	49 362	65 234	30 407	52 154	3 215	3 929	42

[6] Países das naturalidades predominantes: Itália, 26 045 homens e 14 136 mulheres; Portugal, 21 221 homens e 4 746 mulheres; Espanha, 8 494 homens e 4 149 mulheres; Alemanha, 5 085 homens e 2 982 mulheres; Polônia, 3 728 homens e 2 384 mulheres; Síria, 4 163 homens e 1 284 mulheres

[7] Nacionalidades predominantes: Portuguêsa, 218 901 homens e 135 410 mulheres; Italiana, 146 812 homens e 138 217 mulheres; Espanhola, 76 950 homens e 70 947 mulheres; Japonêsa, 77 200 homens e 63 493 mulheres; Alemã, 47 730 homens e 41 209 mulheres; Síria, 27 689 homens e 18 097 mulheres

[8] Discriminação: de 7 a 14 anos, sabendo ler e escrever, 1 406 229 homens e 1 421 439 mulheres; de 15 a 19 anos, sabendo ler e escrever; 996 147 homens e 1 017 651 mulheres

1 POPULAÇÃO DE FATO, NA DATA DOS RECENSEAMENTOS GERAIS DO BRASIL, SUA DENSIDADE E DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO O SEXO, GRUPOS DE IDADES E OUTROS CARACTERES INDIVIDUAIS APURADOS

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS E PERCENTAGENS CORRESPONDENTES									
	Em 1 º VIII 1872		Em 31 XII 1890		Em 31 XII 1900		Em 1 IX 1920		Em 1 IX 1940	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
POPULAÇÃO TOTAL	10 112 061	100,00	14 333 915	100,00	17 318 556	100,00	30 635 605	100,00	41 236 315	100,00
HABITANTES POR km²	1,19	-	1,68	-	2,03	-	3,60	-	4,84	-
SEXO										
Homens	5 123 869	50,67	7 237 932	50,50	8 831 002	50,99	15 443 818	50,41	20 614 088	49,99
Mulheres	4 806 609	47,53	7 095 983	49,50	8 487 554	49,01	15 191 787	49,59	20 622 227	50,01
IDADE [1]										
Menos de 1 ano	343 719	3,40	366 105	2,55	761 202	4,40	830 354	2,71	1 370 530	3,32
1 ano	169 522	1,68	400 328	2,79	574 574	3,32	778 925	2,54	1 208 513	2,93
2 anos	179 584	1,78	461 444	3,22	552 977	3,19	1 018 417	3,32	1 313 463	3,18
3 anos	185 408	1,83	451 497	3,15	547 843	3,16	1 010 528	3,30	1 286 977	3,12
4 anos	197 471	1,95	442 416	3,09	538 947	3,11	954 939	3,12	1 260 167	3,05
De 5 a 9 anos	1 256 995	12,43	2 068 685	14,43	2 601 581	15,02	4 575 530	14,94	5 758 816	13,96
De 10 a 14 anos	1 126 828	11,14	1 709 800	11,93	2 045 455	11,81	3 909 630	12,76	5 328 080	12,92
De 15 a 19 anos	1 102 159	10,90	1 399 778	9,77	1 853 270	10,70	4 217 917	13,77	4 443 923	10,78
De 20 a 29 anos	2 089 637	20,66	2 533 250	17,67	3 004 417	17,35	4 626 795	15,10	7 169 725	17,39
De 30 a 39 anos	1 103 081	10,91	1 802 272	12,57	2 035 337	11,75	3 560 225	11,62	4 901 682	11,89
De 40 a 49 anos	748 102	7,40	1 233 137	8,60	1 347 098	7,78	2 401 200	7,84	3 441 727	8,35
De 50 a 59 anos	593 622	5,87	733 361	5,12	770 516	4,45	1 451 319	4,74	2 044 907	4,96
De 60 a 69 anos	416 796	4,12	429 554	3,00	354 270	2,04	800 866	2,61	1 076 139	2,61
De 70 a 79 anos	286 198	2,83	159 518	1,11	137 875	0,80	308 243	1,01	427 684	1,04
80 anos e mais	121 179	1,20	84 193	0,59	63 879	0,37	125 067	0,41	171 711	0,42
Idade ignorada	191 760	1,90	58 577	0,41	129 315	0,75	65 650	0,21	32 271	0,08
CÔR										
Brancos	3 787 289	37,45	6 302 198	43,97		-		-	26 171 778	63,47
Pretos e pardos	6 143 189	60,75	8 031 717	56,03		-		-	14 780 234	35,84
Amarelos		-		-		-		-	242 320	0,59
De côr não declarada	181 583	1,80		-		-		-	41 983	0,10
ESTADO CONJUGAL										
Solteiros	7 062 701	69,84	9 987 013	69,67	11 981 309	69,18	21 317 387	69,59	27 177 242	65,91
Casados	2 422 961	23,96	3 746 869	26,14	4 592 305	26,52	7 883 827	25,73	12 236 256	29,67
Separados, desquitados, divorciados [2]		-	21 313	0,15				-	67 183	0,16
Viúvos	444 816	4,40	578 720	4,04	744 942	4,30	1 373 210	4,48	1 722 019	4,18
De estado conjugal não declarado	181 583	1,80		-		-	61 181	0,20	33 615	0,08
NACIONALIDADE										
Brasileiros natos	9 548 437	94,43	13 982 603	97,55	16 061 750	92,74	29 045 227	94,81	39 822 487	96,57
Brasileiros naturalizados	382 041	3,78	351 312	2,45			1 565 961	5,11	122 735	0,30
Estrangeiros					1 256 806	7,26			1 283 833	3,11
De nacionalidade não declarada	181 583	1,79		-		-	24 417	0,08	7 260	0,02
INSTRUÇÃO [3]										
Sabem ler e escrever [4]	1 564 481	15,47	2 120 559	14,79	4 385 839	25,33	7 493 357	24,46	13 292 605	32,24
Não sabem ler nem escrever	8 365 997	82,73	12 213 356	85,21	12 932 717	74,67	23 142 248	75,54	27 735 140	67,26
De instrução não declarada	181 583	1,80		-		-		-	208 570	0,50
RELIGIÃO										
Católicos romanos	9 902 712	97,93	14 179 615	98,93		-		-	39 177 880	95,01
Protestantes			143 743	1,00		-		-	1 074 857	2,61
Ortodoxos			1 673	0,01		-		-	37 953	0,09
Positivistas	27 766	0,27	1 327	0,01		-		-	1 099	0,00
Israelitas			300	0,00		-		-	55 666	0,13
De outra religião						-		-	699 556	1,70
Sem religião e de religião não declarada	181 583	1,80	7 257	0,05		-		-	189 304	0,46

[1] No censo de 1872 o grupo de 5 a 9 anos inclui as pessoas de 10 anos e, nos grupos subseqüentes, as idades extremas excedem de uma unidade as especificadas para cada grupo

[2] Os censos de 1890 e 1900 especificam apenas "divorciados" [3] Pessoas de tôdas as idades em todos os censos

[4] Discriminação das pessoas de 15 anos e mais que sabem ler e escrever: 3 380 451, ou 34,86 % do total correspondente, em 1900; 6 155 567, ou 35,06 % do total correspondente, em 1920; 10 379 990, ou 43,78 % do total correspondente, em 1940

Nos dados do censo de 1872 acham-se incluídas, no total e nas especificações "ignorada" ou "não declarada", 181 583 pessoas de paróquias não recenseadas, cuja população foi estimada.

Nos dados do censo de 1900, de que foi cancelada a parte relativa ao Distrito Federal, acham se incluídas no total, e distribuídas proporcionalmente segundo as especificações indicadas, 691 565 pessoas, resultantes da referência a 31 XII-1900 da população de fato apurada pelo censo dessa Unidade da Federação realizado em 20 IX-1906

4 POPULAÇÃO DE FATO, POR SEXO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO OS PRINCIPAIS CARACTERES INDIVIDUAIS

Nº de ordem	CARACTERES E RESPECTIVAS MODALIDADES	TOTAIS [1]			PESSOAS DE 0 A 29 ANOS [3]					
					De 0 a 9 anos [2]		De 10 a 19 anos		De 20 a 29 anos	
		Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1	*POPULAÇÃO DO BRASIL*	41 236 315	20 614 088	20 622 227	6 179 477	6 018 989	4 839 884	4 932 119	3 485 153	3 684 572
	CÔR									
2	Brancos	26 171 778	13 145 125	13 026 653	3 910 287	3 827 947	3 037 851	3 102 525	2 218 310	2 323 236
3	Pretos	6 035 869	2 987 273	3 048 596	861 901	827 532	717 786	727 554	508 798	547 400
4	Amarelos	242 320	129 372	112 948	39 375	37 616	28 860	26 735	21 779	17 900
5	Pardos	8 748 365	4 332 064	4 412 301	1 361 967	1 320 170	1 050 776	1 070 325	732 471	791 833
6	De côr não declarada	41 983	20 254	21 729	5 947	5 724	4 611	4 980	3 795	4 203
	ESTADO CONJUGAL									
7	Solteiros	27 177 242	14 070 479	13 106 763	6 179 477	6 018 989	4 811 714	4 597 404	2 084 743	1 448 101
8	Casados [4]	12 236 256	6 068 333	6 167 923	-	-	24 653	327 231	1 374 215	2 160 737
9	Separados,desquitados,divorciados [4]	67 183	25 789	41 394	-	-	78	1 116	2 971	9 854
10	Viúvos [4]	1 722 019	437 097	1 284 922	-	-	370	3 223	20 448	59 927
11	De estado conjugal não declarado	33 615	12 390	21 225	-	-	3 069	3 145	2 776	5 953
	NACIONALIDADE									
12	Brasileiros natos [5]	39 822 487	19 816 864	20 005 623	6 167 577	6 008 166	4 789 029	4 884 566	3 392 301	3 609 166
13	Brasileiros naturalizados [5]	122 735	84 200	38 535	-	-	1 437	1 352	4 926	3 267
14	Estrangeiros [5]	1 283 833	709 076	574 757	11 106	10 163	48 931	45 757	87 380	71 744
15	De nacionalidade não declarada	7 260	3 948	3 312	794	660	487	444	546	395
	INSTRUÇÃO									
16	Sabem ler e escrever [6]	13 292 605	7 344 772	5 947 833	393 918	400 556	2 049 206	2 082 733	1 798 118	1 512 148
17	Não sabem ler nem escrever	21 295 490	9 908 255	11 387 235	2 467 350	2 375 308	2 771 928	2 831 130	1 678 374	2 164 177
18	De instrução não declarada	208 570	105 560	103 010	62 708	58 976	18 750	18 256	8 661	8 247
	RELIGIÃO									
19	Católicos romanos	39 177 880	19 552 040	19 625 840	5 909 873	5 756 082	4 611 566	4 707 569	3 309 871	3 512 248
20	Protestantes	1 074 857	539 298	535 559	144 258	141 971	124 335	126 546	86 743	92 535
21	Ortodoxos	37 953	20 461	17 492	4 395	4 025	3 684	3 648	2 877	2 733
22	Israelitas	55 666	28 851	26 815	4 852	4 779	5 319	5 317	3 771	4 050
23	Maometanos	3 053	2 269	784	245	226	177	164	190	130
24	Budistas	123 353	66 544	56 809	18 749	18 110	15 372	12 980	11 340	9 144
25	Xintoistas	2 358	1 311	1 047	371	336	325	224	224	172
26	Espíritas	463 400	234 481	228 919	53 206	52 056	49 038	49 897	38 804	42 191
27	Positivistas	1 099	799	300	70	56	83	51	149	57
28	De outra religião	107 392	58 573	48 819	13 743	13 155	11 608	10 910	9 730	8 358
29	Sem religião	87 330	51 787	35 543	11 418	10 845	9 368	7 338	11 070	6 805
30	De religião não declarada	101 974	57 674	44 300	18 297	17 348	9 009	7 475	10 384	6 149
	ATIVIDADE PRINCIPAL									
31	Agricultura pecuária silvicultura	9 453 512	8 183 313	1 270 199	-	-	2 207 581	714 540	2 168 340	270 812
32	Indústrias extrativas	390 560	345 202	45 358	-	-	68 005	22 503	110 201	10 802
33	Indústrias de transformação	1 400 056	1 107 371	292 685	-	-	192 952	125 415	355 064	91 362
34	Comércio de mercadorias	749 143	698 202	50 941	-	-	107 477	14 341	193 418	17 650
35	Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	51 777	48 229	3 548	-	-	4 532	516	15 726	1 678
36	Transportes e comunicações	473 676	459 758	13 918	-	-	39 170	2 168	143 934	5 593
37	Administração publica, justiça, ensino público	310 726	227 341	83 385	-	-	11 384	6 939	61 472	39 141
38	Defesa nacional, segurança publica	172 212	170 827	1 385	-	-	20 433	238	85 811	555
39	Profissões liberais, culto ensino particular, administração privada	118 687	78 731	39 956	-	-	4 480	5 224	22 141	14 595
40	Serviços, atividades sociais	899 774	461 621	438 153	-	-	73 296	111 842	141 994	140 832
41	Atividades domésticas, atividades escolares	11 909 514	1 184 239	10 725 275	-	-	1 070 938	2 799 970	64 444	2 918 337
42	Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas	3 108 212	1 469 777	1 638 435	-	-	1 039 636	1 128 423	122 608	173 215

[1] Para a instrução, de 5 anos e mais; para a atividade principal, de 10 anos e mais [2] Para a instrução de 5 a 9 anos
[3] Discriminação: de 7 a 14 anos, 4 386 416 homens e 4 302 064 mulheres; de 15 a 19 anos 2 157 630 homens e 2 286 293 mulheres
[4] De 15 anos e mais: casados, 6 067 942 homens e 6 163 137 mulheres; separados desquitados divorciados 25 782 homens e 41 374 mulheres; viúvos 437 077 homens e 1 284 819 mulheres
[5] Brasileiros natos e naturalizados: de 18 a 44 anos 7 444 736 homens (sujeitos a serviço militar) e 7 682 429 mulheres; de 18 anos e mais sabendo ler e escrever (alistáveis como eleitores) 4 783 460 homens e 3 569 065 mulheres

4 POPULAÇÃO DE FATO, POR SEXO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO OS PRINCIPAIS CARACTERES INDIVIDUAIS

PESSOAS DE 30 ANOS E MAIS												PESSOAS DE IDADE IGNORADA		N° de ordem
De 30 a 39 anos		De 40 a 49 anos		De 50 a 59 anos		De 60 a 69 anos		De 70 a 79 anos		De 80 anos e mais				
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
2 466 499	2 435 183	1 789 582	1 652 145	1 053 453	991 454	524 655	551 484	193 026	234 658	67 690	104 021	14 669	17 602	1
1 608 924	1 540 699	1 154 864	1 033 577	689 150	630 981	349 782	353 102	128 535	147 751	37 936	56 061	9 486	10 774	2
349 163	370 492	268 611	263 653	153 319	153 575	78 102	88 405	30 793	40 986	16 917	26 076	1 883	2 923	3
15 835	12 730	13 162	10 899	7 576	4 739	2 147	1 633	441	510	103	114	94	72	4
490 198	508 794	351 334	342 281	202 487	200 873	94 167	107 664	33 093	45 126	12 619	21 586	2 952	3 649	5
2 379	2 468	1 611	1 735	921	1 286	457	680	164	285	115	184	254	184	6
540 660	492 978	248 025	266 979	118 383	145 176	52 815	77 000	17 796	33 650	7 741	17 752	9 125	8 734	7
1 859 086	1 771 483	1 436 397	1 109 352	829 393	536 513	383 684	197 530	123 357	49 466	33 126	10 055	4 422	5 556	8
6 527	12 291	7 211	10 021	5 219	5 392	2 644	1 994	845	495	237	131	57	100	9
57 874	153 567	96 186	262 517	99 405	302 652	84 955	273 982	50 820	150 616	26 469	75 805	570	2 633	10
2 352	4 864	1 763	3 276	1 053	1 721	557	978	208	431	117	278	495	579	11
2 297 171	2 320 307	1 615 915	1 529 632	897 634	875 598	431 759	471 395	154 080	198 014	58 011	92 335	13 387	16 444	12
13 553	5 924	20 434	8 625	23 882	9 893	13 194	5 816	5 359	2 685	1 329	929	86	44	13
155 210	108 575	152 718	113 500	131 536	105 619	79 453	74 008	33 497	33 804	8 311	10 684	934	903	14
565	377	515	388	401	344	249	265	90	155	39	73	262	211	15
1 331 141	893 798	908 606	524 675	517 199	297 604	238 422	151 818	80 711	59 004	19 210	17 723	8 241	7 774	16
1 129 317	1 535 289	876 731	1 123 029	533 925	690 992	285 007	397 891	111 745	174 793	48 273	85 798	5 605	8 828	17
6 041	6 096	4 245	4 441	2 329	2 858	1 226	1 775	570	861	207	500	823	1 000	18
2 312 320	2 299 814	1 672 921	1 556 548	984 252	933 943	491 410	521 173	182 003	222 856	64 989	100 195	12 835	15 412	19
71 880	68 852	53 652	48 583	33 236	30 486	17 067	16 934	6 305	6 976	1 454	2 235	368	441	20
3 395	2 634	2 907	1 940	1 867	1 276	936	763	281	327	101	124	18	22	21
6 348	5 214	4 527	3 521	2 389	2 134	1 214	1 269	323	397	61	75	47	59	22
474	113	626	86	381	39	130	17	37	6	6	1	3	2	23
8 278	6 714	7 037	5 863	4 267	2 677	1 185	945	240	301	49	46	27	29	24
150	118	123	104	85	55	25	23	6	9	2	3	-	3	25
37 177	35 107	28 968	24 288	16 719	14 485	7 621	7 184	2 226	2 599	474	788	248	324	26
162	47	129	27	96	31	71	18	24	5	8	4	7	4	27
9 240	6 852	7 375	4 789	4 204	2 717	1 876	1 287	570	498	148	160	79	93	28
8 740	4 584	5 706	2 865	3 155	1 704	1 506	813	546	326	212	206	66	57	29
8 335	5 134	5 611	3 531	2 802	1 907	1 614	1 058	465	358	186	184	971	1 156	30
1 488 032	99 525	1 134 843	79 304	686 033	57 269	347 289	33 255	115 447	11 470	31 835	3 585	3 913	439	31
74 761	4 915	50 858	3 372	27 105	2 141	10 399	1 111	2 639	373	752	106	482	35	32
259 450	35 631	168 086	19 429	88 162	10 654	32 882	6 261	7 922	2 612	1 464	1 002	1 389	319	33
175 000	8 619	122 642	5 337	66 187	2 982	25 508	1 465	5 890	375	879	74	1 201	98	34
13 189	932	8 142	269	4 250	81	1 762	41	489	23	68	5	71	3	35
141 116	3 183	85 305	1 685	37 982	793	9 716	367	1 536	77	280	19	719	33	36
61 932	20 669	49 382	11 711	29 055	3 707	11 434	941	2 017	106	322	36	343	135	37
38 961	310	17 864	155	5 625	70	1 429	41	222	11	38	2	444	3	38
21 345	8 188	14 995	5 225	9 595	3 404	4 319	2 095	1 449	881	272	252	135	92	39
111 330	77 730	74 530	53 205	39 353	31 985	15 394	15 700	4 156	4 829	766	1 197	802	833	40
19 662	2 118 032	12 104	1 431 830	7 935	831 081	4 697	420 086	1 897	148 667	607	45 589	1 955	11 683	41
61 721	57 449	50 831	40 623	52 171	47 287	59 826	70 121	49 362	65 234	30 407	52 154	3 215	3 929	42

[6] Países das naturalidades predominantes: Itália, 26 045 homens e 14 136 mulheres; Portugal, 21 237 homens e 4 746 mulheres; Espanha, 8 494 homens e 4 149 mulheres; Alemanha, 5 085 homens e 2 982 mulheres; Polônia, 3 728 homens e 2 384 mulheres; Síria, 4 163 homens e 1 284 mulheres.

[7] Nacionalidades predominantes: Portuguêsa, 218 901 homens e 135 441 mulheres; Italiana, 146 907 homens e 138 217 mulheres; Espanhola, 76 950 homens e 70 964 mulheres; Japonêsa, 77 200 homens e 63 493 mulheres; Alemã, 47 829 homens e 41 209 mulheres; Síria, 27 689 homens e 18 104 mulheres.

[8] Discriminação: de 7 a 14 anos, sabendo ler e escrever, 1 406 229 homens e 1 421 439 mulheres: de 15 a 19 anos, sabendo ler e escrever, 996 147 homens e 1 017 651 mulheres.

17 PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS, POR SEXO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO A INSTRUÇÃO E A CÔR

Nº de ordem	INSTRUÇÃO E CÔR	TOTAIS			PESSOAS DE 5 A 29 ANOS					
					De 5 a 9 anos		De 10 a 19 anos		De 20 a 29 anos	
		Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1	*TOTAIS*	34 796 665	17 358 587	17 438 078	2 923 976	2 834 840	4 839 884	4 932 119	3 485 153	3 684 572
2	*Sabem ler e escrever*	13 292 605	7 344 772	5 947 833	393 918	400 556	2 049 206	2 082 733	1 798 118	1 512 148
3	Brancos	10 339 796	5 662 197	4 677 599	314 612	319 051	1 581 077	1 597 039	1 358 343	1 176 982
4	Pretos	954 903	553 469	401 434	23 732	24 422	153 167	159 879	145 005	105 562
5	Amarelos	117 713	71 321	46 392	4 710	4 492	21 930	19 103	17 510	10 519
6	Pardos e de côr não declarada	1 880 193	1 057 785	822 408	50 864	52 591	293 032	306 712	277 260	219 085
7	*Não sabem ler nem escrever*	21 295 490	9 908 255	11 387 235	2 467 350	2 375 308	2 771 928	2 831 130	1 678 374	2 164 177
8	Brancos	11 587 489	5 340 045	6 247 444	1 476 798	1 431 253	1 446 094	1 494 981	855 442	1 142 140
9	Pretos	4 186 728	1 979 605	2 207 123	391 307	370 926	561 370	564 602	362 283	440 310
10	Amarelos	80 000	35 195	44 805	12 207	11 790	6 791	7 485	4 182	7 294
11	Pardos e de côr não declarada	5 441 273	2 553 410	2 887 863	587 038	561 339	757 673	764 062	456 467	574 433
12	*De instrução não declarada*	208 570	105 560	103 010	62 708	58 976	18 750	18 256	8 661	8 247
13	Brancos	128 608	65 377	63 231	41 371	39 264	10 680	10 505	4 525	4 114
14	Pretos	31 004	15 546	15 458	8 209	7 603	3 249	3 073	1 510	1 528
15	Amarelos	2 239	1 095	1 144	697	727	139	147	87	87
16	Pardos e de côr não declarada	46 719	23 542	23 177	12 431	11 382	4 682	4 531	2 539	2 518

18 PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS, POR SEXO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO A INSTRUÇÃO E A NACIONALIDADE

Nº de ordem	INSTRUÇÃO E NACIONALIDADE	TOTAIS			PESSOAS DE 5 A 29 ANOS					
					De 5 a 9 anos		De 10 a 19 anos		De 20 a 29 anos	
		Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1	*TOTAIS*	34 796 665	17 358 587	17 438 078	2 923 976	2 834 840	4 839 884	4 932 119	3 485 153	3 684 572
2	*Sabem ler e escrever*	13 292 605	7 344 772	5 947 833	393 918	400 556	2 049 206	2 082 733	1 798 118	1 512 148
3	Brasileiros natos	12 365 519	6 742 188	5 623 331	390 629	397 557	2 008 200	2 046 181	1 719 385	1 459 953
4	Brasileiros naturalizados	84 416	64 998	19 418	-	-	1 111	1 004	4 114	2 204
5	Estrangeiros	839 649	535 719	303 930	3 172	2 904	39 613	35 304	74 300	49 792
6	De nacionalidade não declarada	3 021	1 867	1 154	117	95	282	244	319	199
7	*Não sabem ler nem escrever*	21 295 490	9 908 255	11 387 235	2 467 350	2 375 308	2 771 928	2 831 130	1 678 374	2 164 177
8	Brasileiros natos	20 821 849	9 720 595	11 101 254	2 462 320	2 370 671	2 762 329	2 820 348	1 664 692	2 141 259
9	Brasileiros naturalizados	38 026	19 043	18 983	-	-	320	338	802	1 046
10	Estrangeiros	433 166	167 528	265 638	4 808	4 453	9 120	10 285	12 734	21 726
11	De nacionalidade não declarada	2 449	1 089	1 360	222	184	159	159	146	146
12	*De instrução não declarada*	208 570	105 560	103 010	62 708	58 976	18 750	18 256	8 661	8 247
13	Brasileiros natos	201 693	101 888	99 805	62 435	58 705	18 500	18 037	8 224	7 954
14	Brasileiros naturalizados	293	159	134	-	-	6	10	10	17
15	Estrangeiros	5 534	2 928	2 606	225	223	198	168	346	226
16	De nacionalidade não declarada	1 050	585	465	48	48	46	41	81	50

19 PESSOAS DE 5 A 39 ANOS, COM DISCRIMINAÇÃO, POR SEXO, DAS QUE ESTÃO, OU NÃO, RECEBENDO INSTRUÇÃO E DAS QUE SABEM LER E ESCREVER, SEGUNDO IDADES E GRUPOS DE IDADES

IDADE	PESSOAS DE 5 A 39 ANOS										
	Totais		Estão recebendo instrução					Não estão recebendo instrução			
			Totais			Sabem ler e escrever		Totais		Sabem ler e escrever	
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
TOTAIS	13 715 512	13 886 714	3 405 765	1 801 462	1 604 303	1 433 639	1 283 012	11 907 415	12 279 057	4 137 088	3 604 835
5 anos	618 978	596 054	52 206	25 093	27 113	8 282	9 467	593 789	568 854	2 702	2 750
6 anos	600 836	582 548	119 386	58 894	60 492	26 244	28 470	541 829	521 957	3 491	3 494
7 anos	586 390	575 802	239 156	120 602	118 554	68 886	70 889	465 691	457 160	4 951	5 496
8 anos	598 736	572 926	334 446	170 989	163 457	114 185	114 109	427 627	409 370	7 786	8 192
9 anos	519 036	507 510	379 261	194 182	185 079	145 801	144 150	324 742	322 319	11 429	13 390
10 anos	629 381	602 523	435 707	222 036	213 671	176 509	174 753	407 223	388 733	23 724	25 252
11 anos	496 455	495 283	390 547	198 924	191 623	167 511	165 111	297 401	303 555	33 762	37 716
12 anos	591 664	572 869	377 070	195 607	181 463	168 050	159 063	395 912	391 280	56 631	66 325
13 anos	472 172	480 190	285 251	150 637	134 614	133 473	120 830	321 406	345 455	78 088	96 050
14 anos	492 582	494 961	209 574	113 295	96 279	101 594	87 252	379 155	398 552	113 341	132 385
15 a 19 anos	2 157 630	2 286 293	413 340	230 811	182 529	211 701	166 226	1 926 087	2 103 235	784 153	851 142
20 a 29 anos	3 485 153	3 684 572	144 205	103 115	41 090	95 411	35 686	3 379 660	3 642 540	1 702 240	1 476 077
30 a 39 anos	2 466 499	2 435 183	25 616	17 277	8 339	15 992	7 006	2 446 893	2 426 047	1 314 790	886 566

1. POPULAÇÃO PRESENTE, NA DATA DOS RECENSEAMENTOS GERAIS, SEGUNDO ALGUMAS DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS

ESPECIFICAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE											
	Números absolutos						% sôbre o total					
	1872 (1)	1890 (2)	1900 (3)	1920 (4)	1940 (5)	1950 (6)	1872	1890	1900	1920	1940	1950
TOTAL.	**9 930 478**	**14 333 915**	**17 438 434**	**30 635 605**	**41 236 315**	**51 944 397**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**
Sexo												
Homens	5 123 869	7 237 932	8 900 526	15 443 818	20 614 088	25 885 001	51,60	50,50	51,04	50,41	49,99	49,82
Mulheres	4 806 609	7 095 983	8 537 908	15 191 787	20 622 227	26 059 396	48,40	49,50	48,96	49,59	50,01	50,18
Idade (7)												
Menos de 1 ano	349 331	366 105	765 603	830 354	1 370 530	1 915 760	3,52	2,55	4,39	2,71	3,32	3,69
1 ano	150 121	400 328	579 538	778 925	1 208 513	1 595 754	1,51	2,79	3,32	2,54	2,93	3,07
2 anos	172 193	461 444	559 473	1 018 417	1 313 463	1 693 978	1,73	3,22	3,21	3,32	3,18	3,26
3 anos	180 985	451 497	552 799	1 010 528	1 286 977	1 626 657	1,82	3,15	3,17	3,30	3,12	3,13
4 anos	192 414	442 416	544 086	954 939	1 260 167	1 538 731	1,94	3,09	3,12	3,12	3,05	2,96
5 a 9 anos	1 400 073	2 068 685	2 622 485	4 575 530	5 758 316	7 015 527	14,11	14,43	15,04	14,94	13,96	13,52
10 a 14 anos	1 046 655	1 709 800	2 062 315	3 909 630	5 328 080	6 308 567	10,54	11,93	11,83	12,76	12,92	12,14
15 a 19 anos	1 049 7u7	1 399 778	1 862 761	(8)4 217 917	4 443 923	5 502 315	10,57	9,77	10,68	13,77	10,78	10,59
20 a 24 anos	1 056 686	1 351 702	1 573 072	(9)2 139 364	3 813 355	4 991 139	10,64	9,43	9,02	6,98	9,25	9,61
25 a 29 anos	1 058 148	1 181 548	1 453 300	2 487 431	3 356 370	4 132 271	10,66	8,24	8,33	8,12	8,14	7,96
30 a 39 anos	1 154 197	1 802 272	2 040 009	3 560 225	4 901 682	6 286 052	11,62	12,57	11,70	11,62	11,89	12,11
40 a 49 anos	838 462	1 233 137	1 350 029	2 401 200	3 441 727	4 365 359	8,44	8,60	7,74	7,84	8,35	8,40
50 a 59 anos	574 627	733 361	771 330	1 451 319	2 044 907	2 650 314	5,79	5,12	4,42	4,74	4,96	5,10
60 a 69 anos	355 431	429 554	355 235	800 866	1 076 139	1 451 468	3,58	3,00	2,04	2,61	2,61	2,79
70 a 79 anos	180 040	159 518	138 949	308 243	427 684	545 170	1,81	1,11	0,80	1,01	1,04	1,05
80 anos e mais	160 259	84 193	64 215	125 057	171 711	208 703	1,61	0,59	0,37	0,41	0,42	0,40
Idade ignorada	11 059	58 577	143 211	65 650	32 271	116 032	0,11	0,41	0,82	0,21	0,08	0,22
Côr												
Brancos	3 787 289	6 302 198			26 171 778	32 027 661	38,14	43,97			63,47	61,66
Pretos	1 954 452	2 097 426			6 035 869	5 692 657	19,68	14,63			14,64	10,96
Amarelos					242 320	329 082					0,59	0,63
Pardos	4 188 737	5 934 291			8 744 365	13 786 742	42,18	41,40			21,20	26,54
Sem declaração de côr	—	—			41 983	108 255	—	—			0,10	0,21
Estado conjugal (10)												
Solteiros			4 316 727		9 659 144	11 777 572			44,26		40,74	38,93
Casados			4 611 067		12 231 079	16 371 303			47,28		51,59	54,13
Desquitados e divorciados			(11) 46 328		(12) 67 156	40 164			0,48		0,28	0,13
Viúvos			761 697		1 721 896	1 992 312			7,81		7,26	6,59
Sem declaração do estado conjugal			16 292		30 494	68 072			0,17		0,13	0,22
Religião												
Católicos romanos	9 902 712	14 179 615			39 177 880	48 558 854	99,72	98,93			95,01	93,49
Protestantes		143 743			1 074 857	1 741 430		1,00			2,61	3,35
Espíritas					463 400	824 553					1,12	1,59
Ortodoxos		1 673			37 953	41 156		0,01			0,09	0,08
Israelitas					55 666	69 957					0,13	0,13
Outras religiões	27 766	1 627			237 255	296 405	0,28	0,01			0,58	0,57
Sem religião e sem declaração de religião	—	7 257			189 304	412 042	—	0,05			0,46	0,79
Nacionalidade												
Brasileiros natos	9 547 149	13 982 603	16 159 371	29 045 227	39 822 487	50 727 113	96,14	97,55	92,67	94,81	96,57	97,66
Brasileiros naturalizados	1 288	351 312	1 074 511	52 326	122 735	128 897	0,01	2,45	6,16	0,17	0,30	0,25
Estrangeiros	382 041			1 513 635	1 283 833	1 085 287	3,85			4,94	3,11	2,09
Sem declaração de nacionalidade	—	—	204 552	24 417	7 260	3 100	—	—	1,17	0,08	0,02	0,00
Instrução (13)												
Sabem ler e escrever			3 380 451	6 155 567	10 379 990	14 916 779			34,66	35,06	43,78	49,31
Não sabem ler e escrever			6 348 869	11 401 715	13 269 381	15 272 632			65,11	64,94	55,97	50,49
Sem declaração de instrução			22 791	—	60 398	60 012			0,23	—	0,25	0,20

(1) Censo realizado em 1.º de agôsto; os resultados não incluem 181 583 pessoas estimadas para 32 paróquias, nas quais não foi feito o recenseamento na época determinada. — (2) Censo realizado em 31 de dezembro. — (3) Censo realizado em 31 de dezembro, com exceção do Distrito Federal, cujos dados se referem ao Censo efetuado em 20 de setembro de 1906, em virtude de terem sido cancelados os resultados de 1900 referentes a esta Unidade da Federação. — (4) Censo realizado em 1.º de setembro. — (5) Censo realisado em 1.º de setembro; os resultados não incluem 16 713 pessoas recenseadas nos Estados do Amazonas (7 469) e São Paulo (9 244), cujas declarações não foram apuradas por extravio do material de coleta — (6) Censo realizado em 1.º de julho; os resultados não incluem 31 960 pessoas recenseadas nos Estados de Minas Gerais (10 461), São Paulo (7 588) e Paraná (13 911), cujas declarações não foram apuradas por extravio do material de coleta. — (7) Idades em anos completos; no Censo de 1872 o grupo de 5 a 9 anos inclui as pessoas de 10 anos, e, nos grupos subseqüentes, as idades extremas excedem de uma unidade as especificadas para cada grupo — (8) Incluídas as pessoas de 20 anos. — (9) Excluídas as pessoas de 20 anos. — (10) Pessoas de 15 anos e mais; nos censos de 1872, 1890 e 1920, para as pessoas de tôdas as idades, foram apurados os seguintes dados, respectivamente: solteiros, 7 062 701, 9 987 013 e 21 317 387 pessoas; casados, 2 422 961, 3 746 869 e 7 883 827 pessoas; viúvos, 444 816, 578 720 e 1 373 210 pessoas. Apurou-se, ainda, em 1890, a existência de 21 313 divorciados e, em 1920, a de 61 181 pessoas que deixaram de declarar o estado conjugal. — (11) Somente divorciados. — (12) Inclusive separados — (13) Pessoas de 15 anos e mais; nos censos de 1872 e 1890, para as pessoas de tôdas as idades, foram apurados os seguintes dados, respectivamente; sabiam ler e escrever 1 564 481 e 2 120 559 pessoas e não sabiam ler e escrever 8 365 997 e 12 213 356 pessoas.

CENSO DEMOGRÁFICO - 1º-VII-1950

RESULTADOS RELATIVOS À POPULAÇÃO DAS FAVELAS DO DISTRITO FEDERAL

1. População presente, por sexo e grupos de idades, segundo a côr

GRUPOS DE IDADES (Anos completos)	POPULAÇÃO PRESENTE										
	Total	Segundo a côr									
		Brancos		Pretos		Amarelos		Pardos		Sem declaração de côr	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	26 871	4 367	4 274	4 869	4 952	-	1	4 123	4 178	54	53
5 a 9 anos	18 299	3 002	2 965	3 405	3 363	-	1	2 761	2 739	36	27
10 a 14 anos	15 796	2 650	2 669	2 812	2 971	2	-	2 339	2 297	30	26
15 a 19 anos	16 454	2 830	2 760	2 890	3 128	1	1	2 350	2 427	33	34
20 a 24 anos	20 562	3 143	3 174	3 641	4 237	1	-	2 931	3 050	35	50
25 a 29 anos	17 643	3 052	2 353	3 522	3 449	-	1	2 782	2 421	31	32
30 a 39 anos	25 377	4 323	3 513	5 095	5 008	1	-	3 897	3 469	33	38
40 a 49 anos	15 108	2 883	2 284	2 820	3 052	2	1	1 973	2 057	10	26
50 a 59 anos	7 653	1 469	1 341	1 204	1 757	1	-	848	1 008	7	18
60 a 69 anos	3 525	709	742	423	837	1	1	305	493	7	7
70 a 79 anos	999	157	213	122	306	-	-	53	146	-	2
80 anos e mais	448	32	78	64	169	-	-	22	80	2	1
Idade ignorada	570	86	67	92	119	-	-	81	81	25	19
TOTAL	169 305	29 003	26 433	30 959	33 348	9	6	24 465	24 446	303	333

3 CÔR POR SEXO SEGUNDO GRUPOS DE IDADE

GRUPOS DE IDADE	TOTAIS		BRANCOS		PRÊTOS		AMARELOS		PARDOS		SEM DECLARAÇÃO	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
TOTAIS	167 189	167 874	66 027	63 345	45 572	48 427	26	11	55 206	55 714	358	377
0 a 4 anos	30 769	29 513	11 901	11 617	8 059	7 735	3	2	10 759	10 116	47	43
5 a 9 anos	24 129	23 983	8 888	8 930	6 860	6 914	1	2	8 344	8 084	36	43
10 a 14 anos	17 070	16 976	6 340	6 258	4 996	4 901	1	3	5 708	5 784	25	30
15 a 19 anos	13 760	13 895	5 268	5 314	3 890	3 930	2		4 575	4 623	25	28
20 a 24 anos	15 006	15 310	6 115	5 989	3 803	4 132	3		5 056	5 164	29	25
25 a 29 anos	15 378	15 371	6 448	5 749	3 918	4 431	3		4 967	5 153	42	38
30 a 34 anos	14 001	13 407	5 704	4 943	3 708	3 908	2	1	4 553	4 525	34	30
35 a 39 anos	11 155	10 703	4 473	3 825	3 046	3 328	3	1	3 609	3 517	24	32
40 a 44 anos	8 312	8 066	3 215	2 863	2 462	2 595	2		2 622	2 598	11	10
45 a 49 anos	5 853	5 832	2 326	2 166	1 701	1 815	1		1 809	1 830	16	21
50 a 54 anos	4 128	4 583	1 760	1 718	1 127	1 440	2		1 235	1 410	4	15
55 a 59 anos	2 940	3 512	1 357	1 387	772	1 074		1	804	1 039	7	11
60 a 64 anos	2 145	2 805	1 022	1 065	548	912	2		570	820	3	8
65 a 69 anos	1 142	1 512	557	633	298	468			282	405	5	6
70 a 74 anos	686	1 038	332	420	189	350	1		163	265	1	3
75 a 79 anos	302	549	156	203	87	198			59	145		3
80 anos e mais	201	571	94	183	59	228		1	48	159		
Idade ignorada	212	248	71	82	49	68			43	67	49	31

5. COR, POR SEXO, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE

GRUPOS DE IDADE	COR													
	TOTAIS		BRANCOS		PRETOS		AMARELOS		PARDOS		SEM DECLARACAO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
TOTAIS.....	35 059 546	35 131 824	21 403 444	21 435 195	3 022 635	3 094 213	253 687	229 161	10 355 530	10 350 901	24 250	22 354
0 A 4 ANOS.....	5 687 512	5 505 877	3 427 327	3 333 198	446 836	429 419	29 008	26 995	1 782 860	1 714 898	1 481	1 367
5 A 9 ANOS.....	5 170 579	4 987 844	3 050 730	2 969 654	430 879	408 693	33 588	30 808	1 654 135	1 577 538	1 247	1 151
10 A 14 ANOS.....	4 297 589	4 263 367	2 534 956	2 522 254	366 275	365 050	33 574	32 030	1 361 707	1 342 945	1 077	1 088
15 A 19 ANOS.....	3 452 198	3 722 613	2 034 124	2 204 150	310 842	341 760	29 600	27 179	1 076 218	1 147 899	1 414	1 625
20 A 24 ANOS.....	2 993 680	3 244 240	1 831 245	1 977 265	265 601	295 383	24 902	23 095	869 789	946 439	2 143	2 058
25 A 29 ANOS.....	2 545 283	2 700 565	1 597 273	1 671 461	224 144	247 486	19 703	17 700	702 210	762 205	1 953	1 713
30 A 34 ANOS.....	2 254 266	2 265 538	1 444 925	1 437 098	189 114	198 744	15 582	14 225	603 112	614 135	1 533	1 336
35 A 39 ANOS.....	1 973 919	1 992 655	1 236 776	1 242 345	173 897	182 725	14 029	12 784	548 011	553 672	1 206	1 129
40 A 44 ANOS.....	1 658 476	1 578 883	1 032 807	984 138	152 798	148 782	11 814	10 168	460 016	434 910	1 041	885
45 A 49 ANOS.....	1 392 602	1 320 727	870 446	831 201	126 528	121 936	10 908	8 687	383 968	358 132	752	771
50 A 54 ANOS.....	1 110 873	1 050 074	708 498	662 429	99 976	103 496	9 150	6 762	292 611	276 813	638	574
55 A 59 ANOS.....	822 979	769 041	535 533	497 743	73 531	73 427	6 477	5 433	207 019	192 032	419	406
60 A 64 ANOS.....	720 653	682 309	461 200	430 948	69 084	69 956	6 012	5 282	184 000	175 695	357	428
65 A 69 ANOS.....	399 676	388 000	267 395	258 002	35 658	35 964	4 064	3 646	92 383	90 127	176	261
70 ANOS E MAIS...	530 745	609 613	345 356	387 456	54 326	67 235	4 758	3 927	126 035	150 600	270	395
IDADE IGNORADA...	48 516	50 478	24 853	25 853	3 146	4 157	518	440	11 456	12 861	8 543	7 167

6. NACIONALIDADE, POR SEXO, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE

GRUPOS DE IDADE	NACIONALIDADE									
	TOTAIS			BRASILEIROS NATOS		BRASILEIROS NATURALIZADOS		ESTRANGEIROS		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	
TOTAIS.....	70 191 370	35 059 546	35 131 824	34 281 542	34 509 348	94 085	53 928	683 919	568 548	
0 A 4 ANOS.....	11 193 389	5 687 512	5 505 877	5 682 994	5 501 676			4 518	4 201	
5 A 9 ANOS.....	10 158 423	5 170 579	4 987 844	5 154 387	4 973 092			16 192	14 752	
10 A 14 ANOS.....	8 560 956	4 297 589	4 263 367	4 272 724	4 239 623			24 865	23 744	
15 A 19 ANOS.....	7 174 811	3 452 198	3 722 613	3 429 473	3 702 320	109	124	22 616	20 169	
20 A 24 ANOS.....	6 237 920	2 993 680	3 244 240	2 957 639	3 218 326	767	691	35 274	25 223	
25 A 29 ANOS.....	5 245 848	2 545 283	2 700 565	2 494 510	2 664 723	2 052	1 377	48 721	34 465	
30 A 34 ANOS.....	4 519 804	2 254 266	2 265 538	2 189 748	2 218 658	3 887	2 512	60 631	44 368	
35 A 39 ANOS.....	3 966 574	1 973 919	1 992 655	1 905 143	1 939 446	5 708	3 813	63 068	49 396	
40 A 44 ANOS.....	3 237 359	1 658 476	1 578 883	1 600 053	1 534 827	5 653	3 593	52 770	40 463	
45 A 49 ANOS.....	2 713 329	1 392 602	1 320 727	1 323 486	1 266 870	8 383	5 052	60 733	48 805	
50 A 54 ANOS.....	2 160 947	1 110 873	1 050 074	1 028 714	990 327	12 062	6 211	70 097	53 536	
55 A 59 ANOS.....	1 592 020	822 979	769 041	750 297	716 579	11 861	5 776	60 821	46 686	
60 A 64 ANOS.....	1 402 962	720 653	682 309	654 166	628 647	12 261	6 382	54 226	47 280	
65 A 69 ANOS.....	787 676	399 676	388 000	348 134	343 817	10 918	5 676	40 624	38 507	
70 ANOS E MAIS.....	1 140 358	530 745	609 613	444 471	522 200	20 216	12 556	66 058	74 857	
IDADE IGNORADA.....	98 994	48 516	50 478	45 603	48 217	208	165	2 705	2 096	

FUNDAÇÃO IBGE
CENSE
DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

P A R E C E R

O problema racial foi um dos temas favoritos da Sociologia do século XIX, refletindo a consciência de culpa dos países europeus ávidos em justificar sua expansão colonial e seu domínio sôbre os povos e áreas subdesenvolvidas.

Durante todo o século XIX a raça aparece, quase sempre, nas formulações dos sociólogos e filósofos da história como primeiro têrmo de uma equação que se supunha exprimir a realidade social juntamente com o meio e o momento histórico.

Ninguém se preocupava, a essa altura, em precisar êsse conceito que, dado o estado das ciências biológicas na época, era traduzido num conjunto de dados fenotípicos. Da maneira em que era manipulado, cristalizava em têrmos de côr e carecia de precisão científica. Essa imprecisão conferia grande versatilidade às ideías apriorísticas dos sociólogos.

A sociologia do século XX, ao tomar contato com as recentes descobertas da biologia, assumiu, em face do problema das diferenças raciais, uma posição exatamente contrária, em alguns casos extrema. Sociólogos e antropólogos chegaram a minimizar de tal forma a importância da raça, que passaram a negar sua validade e a assumir uma atitude nìtidamente culturalista, como se os traços e comportamentos culturais pudessem alterar o gênes. O debate foi útil na medida em que ajudou a distinguir raça e cultura, proporcionando uma compreensão mais adequada das fôrças que ajudam a plasmar as sociedades.

Como resultado final dêsse debate, podemos dizer que o conceito de raça, de grande importância para o biólogo e o antropólogo físico, é secundário para o sociólogo. Êste olha a raça como um instrumento ou veículo de mudanças culturais e hoje atribui maior importância às estruturas sociais e aos grupos como condicionantes imediatas dos comportamentos humanos.

Essa atitude é ainda mais indicada, devido à inexatidão, no estágio atual, da biologia das raças. Qualquer tentativa de relacionar, determinìsticamente, numa coletividade nacional, a raça, a aptidões psicológicas ou características

culturais, leva a distorções e equívocos.

Dos três têrmos empregados na famosa classificação de Taine, o meio tem recebido maior importância do que a raça, e o momento histórico tem sem dúvida maior pêso do que ambas. Após as exaustivas comparações de Toynbee, os movimentos históricos que promovem carismàticamente determinados grupos humanos do estágio primitivo à plena luz da civilização, parecem ser as fôrças criadoras que importam ao processo cultural.

No momento presente, o têrmo "raça" representa um complexo de noções antropológicas heterogêneas que está ainda a exigir classificação no âmbito das ciências naturais e da biologia. O sociólogo, ao usá-lo, deve estar consciente de sua limitação e entendê-lo como designando um grupo de indivíduos de formação biológica heterogênea, assim designado por outros grupos. Em suma, há um conceito biológico de raça, extremamente difícil de precisar ou circunscrever; e há um conceito sociológico de raça, que exprime as atitudes e preconceitos dominantes entre os diversos grupos que integram dada sociedade. Esta cautela se impõe, ainda mais, no caso de sociedades como a brasileira, caracterizadas por uma ausência prática de segregação racial, onde o preconceito racial não chega a impedir o processo de ascenção social. Numa sociedade em que as raças não são segregadas, todo cuidado se impõe no uso da palavra, bem como na análise de dados estatísticos que a êle se prendem. À falta de padrões sociais rígidos ou de uma "color line", a classificação racial empírica tende a adquirir sentido subjetivo, vacilando de acôrdo com as atitudes, preocupações, preconceitos ou motivações de cada qual. É frequente que um indivíduo enumerado como prêto ou pardo por um agente censitário rigoroso, não seja assim considerado por seus companheiros, colegas, conterrâneos ou concidadãos.

Às vêzes, a função que desempenha ou o *status* que atingiu na sociedade vale por um "branqueamento". O fato não é recente na sociedade brasileira. Data dos tempos coloniais e vem de muito antes da Abolição. Koster narra a história do capitão-de-mato que o viajante inglês não hesitou em classificar como prêto, o que provocou a imediata retificação de seu companheiro brasileiro - "Como pode ser prêto se é capitão?" É sabido que José do Patrocínio, um dos líderes abolicionistas, costumava exclamar, no auge do entusiasmo oratório - "nós,

os latinos ...", e nem por isso incorria em ridículo.

Êsses fatos, e muitos outros que se poderiam acrescentar, levam à conclusão de que os grupos raciais, principalmente quando expressos numa classificação tão superficial e arbitrária como é a côr da pele, não revestem outra significação a não ser a de veículos de determinada tradição cultural.

Os fatos parecem desmentir o otimismo de Oliveira Vianna, - sociólogo que procurou encarar com erudição e seriedade o problema das raças no Brasil -, quando afirmava que nosso país representava um campo de eleição para êsses estudos , "porque sòmente aqui encontramos a fusão de raças extremamente distintas e podemos observar os fenômenos hereditários que resultam dêsses cruzamentos nas melhores condições de visibili - dade".

Essa visibilidade não nos parece tão clara porque um dos precursores da sociologia brasileira, que precisamente exerceu grande influência no pensamento de Oliveira Vianna, o pensador Alberto Tôrres, não hesitou em afirmar que os mulatos eram infecundos precisamente por serem híbridos. Os grupos raciais que pareciam a Oliveira Vianna extremamente distintos e tão longe de possuir a homogeneidade ideal exigida num estudo como o que propõe.

O horizonte histórico do Brasil não é, na realidade, um corte nítido no tecido histórico da humanidade,nem mesmo da civilização européia, mas prolonga-se para trás em séculos e milênios de cruzamentos constantes e contínuos, além do Atlântico, na Europa, na Ásia e na África. Não é tampouco possível conciliar êsse otimismo com a possibilidade de um estudo do passado racial brasileiro, que se baseie ùnicamente na superficial classificação de nossa população em brancos, prêtos,pardos ou amarelos.

Passando ao [illegible] problema do recenseamento, que aqui nos interessa mais de perto, verificamos que a coleta de dados estatísticos sôbre os grupos raciais no Brasil, sob a rubrica da côr, [illegible] dificuldades para o recenseador, e para o [illegible].

FUNDAÇÃO IBGE
CENDOC
DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Em primeiro lugar, os censos têm sido a êste respeito deficientes e imprecisos. Essa imprecisão resulta, em grande parte, da terminologia empregada, que, além de variar de censo para censo, é demasiado vaga e superficial. No primeiro Recenseamento de 1872, por exemplo, os dados sôbre raça eram classificados em "brancos", "prêtos", "caboclos" e "pardos". Essa classificação, como já ficou patente, baseada na côr da pele, é inteiramente inútil para o antropólogo, embora possa ser usada pelo sociólogo interessado numa classificação empírica e fenotípica dos grupos que integram determinada sociedade. Nesse ponto, assiste inteira razão a Oliveira Vianna quando afirmou, "Na antropologia física, o tipo puro e o aparente são biològicamente distintos; mas, na antropologia social, são equivalentes: branco, ou mulato brancóide; negro, ou mulato negróide; índio, ou mameluco indióide, são análogos, do ponto de vista social: seu comportamento em relação à sociedade é em geral idêntico, como o comportamento da sociedade em relação a êles".

Essa classificação, grosseira do ponto de vista da antropologia física, é suficiente para nossa finalidade se os grupos forem claramente delimitados. Acontece, entretanto, que nem mesmo o critério da côr foi seguido coerentemente pelo Censo. Assim, ao lado dos brancos e negros, fàcilmente caracterizados, há os "caboclos" e "pardos". Parece que, para os organizadores do Censo, indicavam respectivamente índios e mulatos, como parecem indicar as traduções em francês e esperanto que acompanhavam os têrmos brasileiros empregados no Recenseamento. No Brasil, entretanto, não é adotado universalmente com o mesmo sentido. Em outras palavras, não há consenso, no Brasil, em tôrno dessas designações raciais. Bernardino José de Sousa, no seu Dicionário, após enumerar as diversas acepções da palavra caboclo, conclui: "Nada mais arbitrário, na língua brasileira, do que o nome dos mestiços das três raças que constituíram nosso povo" - e, como prova de sua assertiva, cita Capistrano de Abreu, que usava o têrmo "caboclo" para designar os descendentes de índios e negros.

Quanto à designação de "pardos", somos levados a crer que se aplica a tôda mistura possível do branco com as raças mais escuras, mas também às combinações das raças mais escuras uma com a outra. Segundo Bernardino José de Sousa, o

FUNDAÇÃO IBGE
CENDIE
DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

têrmo não só designa o mulato, mas também o produto dos cruzamentos de brancos com mulatos, isto é, o produto de um subcruzamento. Diante disto, é difícil entender quais as categorias que tinham em mente os organizadores dos Censos.

No entanto, é bom lembrar que o Censo de 1870 foi planejado numa época em que a escravidão ainda era vigente no Brasil e a elite dominante tinha interêsse em marcar certas diferenças de côr que, de certa forma, asseguravam seu predomínio e se prendiam à sua posição de dominância social. As coisas se tornaram mais complicadas no Censo de 1890, posterior à Abolição. Essa contagem, primeira que se fêz em nosso país durante a República, acarretou algumas modificações na classificação das raças, tornando as comparações ainda mais difíceis. Em vez de usar o têrmo "pardo", empregou-se "mestiço", nome que compreende tôdas as variantes das três raças. Êsse nôvo têrmo tornou difícil o estudo dos vários componentes da população e por isso a visão que o Censo nos proporciona é mais adequada no caso das mudanças sofridas pelas populações branca e prêta do que as dos índios e mestiços, entre 1872 e 1890. Isso, porque o primeiro Recenseamento considerou apenas os mulatos, ao passo que o segundo enumerou tôdas as variedades heterogêneas incluídas na rubrica "mestiços". Se atentarmos para o grande incremento da população indígena nesse período, podemos deduzir que grande parte dos mamelucos e cafuzos haviam sido incluídos, em 1872, como "caboclos".

Os censos de 1900 e 1920, adotando uma posição radical, suprimiram inteiramente a palavra raça, dentre as características da população. Razões sentimentais, certamente levaram a essa supressão, mas também problemas de ascenção social do [illegible] mulatos, durante êsse período que sucede à Abolição da escravatura e em que antigos escravos procuravam as cidades e as profissões urbanas. Foi essa uma época de intensa mobilidade social, e é compreensível que pressões irresistíveis contribuissem a suprimir os vestígios formais da organização anterior.

Segundo Oliveira Vianna, Dulhões de Carvalho, solicitado a esclarecer os motivos dessa supressão no censo de 1920, que dirigira, teria respondido que as respostas a êsse tipo de [illegible] não [illegible] fidedignas. Os agentes censitários, em primeiro lugar, na sua opinião, não teriam um critério definido [illegible] e o recenseado era de fato 4.

branco puro ou mulato claro em processo de branqueamento. Além disso, muitos mulatos, dependendo de seu status, atitude ou motivações, não hesitariam em classificar-se como brancos. Oliveira Vianna não hesita em contrariar essa opinião, baseado na afirmativa que já citamos. Do nosso ponto de vista, o grande estatístico nada mais fazia do que enunciar uma racionalização de certos sentimentos que pairavam na atmosfera da época.

Na própria publicação do Recenseamento, justifica-se da seguinte forma essa eliminação: "A supressão do quesito relativo a côr explica-se pelo fato das respostas ocultarem em grande parte a verdade, especialmente quanto aos mestiços, muito numerosos em quase todos os Estados do Brasil, e de ordinário os mais refratários às declarações inerentes à côr originária da raça a que pertença". E os autores citavam em nota o Prof. Mayo Smith, a respeito da precaridade do mesmo quesito no Censo norte-americano, onde a tentativa para distinguir prêto de mulato teria sido acompanhada de insucesso. Concluia essa autoridade: "é impossível fazer essa estatística".

Em 1940, os dados raciais foram novamente introduzidos no censo. Seus organizadores enumeraram, além dos grupos bem caracterizados de brancos e pretos, os "pardos" do censo de 1872, têrmo que passou a designar não só os mulatos, mas tôdas as variantes de mestiços, - "caboclos", "morenos", "mulatos" e todos os que não tinham sido classificados em qualquer dêsses grupos.

O estudioso da história social brasileira, não terá problemas na interpretação dêsses dados em relação a determinada unidade da federação. O mesmo não acontecerá em relação ao país porque, nesse caso, a palavra "pardo", conforme seja usada num Estado do norte, em cuja população predomine o sangue indígena, ou num Estado do centro, como Minas Gerais, onde predomina a contribuição africana.

No censo de 1940 aparece pela primeira vez a designação de "amarelos", que indicava, no caso, os japoneses que começaram a chegar ao Brasil em 1908 e no censo de 1920, são designados pelo nome de sua nacionalidade.

A publicação das análises do censo demográfico mostrou, à sociedade, a confusão que resultou da inclusão dêsse quesito e da maneira como os agentes fôram instruídos para preenchê-lo nos boletins. Foi larga a interpretação dada às in-

truções, de modo a inutilizar pràticamente o resultado da aplicação.

O têrmo "pardo" foi admitido como uma espécie de resíduo geral de tudo que não coubesse na classificação "prêto", "branco" e "amarelo".

Além disso, interpretou-se essa designação como meramente exemplificativa e não como limitativa, do que resultou grande dispersão nas respostas, onde apareceram com frequência especificações de côres, tornando difícil a apuração.

Além do mais, preocupações estranhas ao rigor científico presidiram à preparação do Censo, realizado durante o segundo conflito mundial, numa época em que o racismo era problema candente. Não é de estranhar, por isso, que as respostas ao quesito tivessem dado resultados distorcidos como indica a própria publicação do censo: o número de brancos teria excedido a realidade; o número de pretos teria sido inflacionado, devido à inclusão de pardos, pelos agentes recenseadores, mal orientados; o número de pardos também teria sofrido redução porque muitos pardos genuínos teriam sido classificados entre os brancos. E, quanto aos amarelos, todos os japoneses e chineses e seus descendentes foram indiscriminadamente reunidos debaixo dessa designação, sem levar em conta discriminações sutis de epiderme que ocorrem, segundo observação corrente, nessas minorias étnicas.

Concluindo: se a divergência de critérios torna difícil a comparação entre os diversos recenseamentos dos dados agrupados nesse quesito; se a apuração dos dados de cada censo é, ela própria, precária pelo caráter subjetivo da classificação; se as características do comportamento racial na sociedade brasileira desconhecem barreiras; se os dados, da maneira como são escolhidos e classificados perdem significação para o estudioso, - é o caso de indagar se vale a pena incluir os quesitos no questionário, tendo em vista prioridades mais altas e o custo que acarreta essa inclusão. Caso uma supressão radical possa chocar os organizadores do censo, neste caso o que se poderia fazer era deixar ao arbítrio do recenseado a resposta ao quesito. Se isto ocorrer, os resultados serão mais próximos da realidade, isto é, da maneira como o brasileiro se classifica racialmente, se vê a si próprio dentro da composição racial do seu povo.

Teremos, assim, uma auto-classificação, - é claro, sem nenhum valor científico - e um retrato da mentalidade do brasileiro em relação ao problema da côr. O dado obtido não terá nenhum valor antropológico pela impossibilidade de confrontá-lo com a realidade, mas de extrema valia para o sociólogo e psicologo social como manifestação cultural de classificação.

Ainda assim, cabe indagar se tal resultado, que poderá ser atingido de forma mais precisa e controlada através de uma amostragem, justifica a inclusão do quesito no censo nacional.

1- DADOS GERAIS

1.4- POPULACAO RESIDENTE, POR COR E SEXO, SEGUNDO A SITUACAO DO DOMICILIO E GRUPOS DE IDADE

NUMERO DE ORDEM	SITUACAO DO DOMICILIO E GRUPOS DE IDADE	COR E SEXO					
		TOTAIS			BRANCA		
		TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
1	TOTAL	119 011 052	59 142 833	59 868 219	64 540 467	31 665 653	32 874 814
2	0 A 4 ANOS	16 428 063	8 310 688	8 117 375	8 454 128	4 258 759	4 195 369
3	5 A 9 ANOS	14 771 793	7 477 679	7 294 114	7 251 219	3 636 419	3 614 800
4	10 A 14 ANOS	14 252 521	7 156 309	7 096 212	7 080 541	3 529 886	3 550 655
5	15 A 19 ANOS	13 569 436	6 705 370	6 864 066	7 220 188	3 515 403	3 704 785
6	20 A 24 ANOS	11 517 327	5 677 083	5 840 244	6 449 540	3 124 676	3 324 864
7	25 A 29 ANOS	9 449 489	4 647 438	4 802 051	5 414 660	2 621 079	2 793 581
8	30 A 34 ANOS	7 690 086	3 803 946	3 886 140	4 420 121	2 160 326	2 259 795
9	35 A 39 ANOS	6 355 599	3 128 215	3 227 384	3 595 174	1 753 246	1 841 928
10	40 A 44 ANOS	5 725 484	2 855 016	2 870 468	3 235 274	1 592 135	1 643 139
11	45 A 49 ANOS	4 654 188	2 301 672	2 352 516	2 711 108	1 324 241	1 386 867
12	50 A 54 ANOS	4 109 922	2 035 380	2 074 542	2 433 444	1 189 532	1 243 912
13	55 A 59 ANOS	3 146 899	1 564 670	1 582 229	1 889 340	922 070	967 270
14	60 A 64 ANOS	2 438 049	1 183 799	1 254 250	1 471 188	701 672	769 516
15	65 A 69 ANOS	2 032 647	984 162	1 048 485	1 193 866	564 332	629 534
16	70 ANOS OU MAIS	2 756 109	1 254 166	1 501 943	1 671 675	748 148	923 527
17	IDADE IGNORADA	113 440	57 240	56 200	49 001	23 729	25 272
18	URBANA	80 437 327	39 238 940	41 198 387	47 534 292	22 977 896	24 556 396
19	0 A 4 ANOS	10 240 965	5 187 128	5 053 837	5 872 993	2 962 134	2 910 859
20	5 A 9 ANOS	9 137 982	4 610 806	4 527 176	4 947 213	2 478 014	2 469 199
21	10 A 14 ANOS	9 073 691	4 493 564	4 580 127	4 886 748	2 414 178	2 472 570
22	15 A 19 ANOS	9 224 728	4 446 576	4 778 152	5 263 354	2 517 574	2 745 780
23	20 A 24 ANOS	8 283 202	4 013 978	4 269 224	4 940 911	2 363 621	2 577 290
24	25 A 29 ANOS	6 887 532	3 329 296	3 558 236	4 211 930	2 009 571	2 202 359
25	30 A 34 ANOS	5 563 376	2 701 948	2 861 428	3 433 906	1 652 827	1 781 079
26	35 A 39 ANOS	4 484 165	2 168 626	2 315 539	2 750 104	1 322 064	1 428 040
27	40 A 44 ANOS	4 024 837	1 966 315	2 058 522	2 467 572	1 195 110	1 272 462
28	45 A 49 ANOS	3 297 167	1 592 965	1 704 202	2 080 167	998 333	1 081 834
29	50 A 54 ANOS	2 921 800	1 400 165	1 521 635	1 875 232	892 585	982 647
30	55 A 59 ANOS	2 209 779	1 056 233	1 153 546	1 443 021	682 693	760 328
31	60 A 64 ANOS	1 703 144	788 003	915 141	1 122 702	514 909	607 793
32	65 A 69 ANOS	1 375 887	625 061	750 826	902 777	406 047	496 730
33	70 ANOS OU MAIS	1 930 668	819 379	1 111 289	1 298 696	550 498	748 198
34	IDADE IGNORADA	78 404	38 897	39 507	37 066	17 738	19 328
35	RURAL	38 573 725	19 903 893	18 669 832	17 006 175	8 687 757	8 318 418
36	0 A 4 ANOS	6 187 098	3 123 560	3 063 538	2 581 135	1 296 625	1 284 510
37	5 A 9 ANOS	5 633 811	2 866 873	2 766 938	2 304 006	1 158 405	1 145 601
38	10 A 14 ANOS	5 178 830	2 662 745	2 516 085	2 193 793	1 115 708	1 078 085
39	15 A 19 ANOS	4 344 708	2 258 794	2 085 914	1 956 834	997 829	959 005
40	20 A 24 ANOS	3 234 125	1 663 105	1 571 020	1 508 629	761 055	747 574
41	25 A 29 ANOS	2 561 957	1 318 142	1 243 815	1 202 830	611 508	591 322
42	30 A 34 ANOS	2 126 710	1 101 998	1 024 712	996 215	507 499	478 716
43	35 A 39 ANOS	1 871 434	959 589	911 845	845 070	431 182	413 888
44	40 A 44 ANOS	1 700 647	888 701	811 946	767 702	397 025	370 677
45	45 A 49 ANOS	1 357 021	708 707	648 314	630 941	325 908	305 033
46	50 A 54 ANOS	1 188 122	635 215	552 907	558 212	296 947	261 265
47	55 A 59 ANOS	937 120	508 437	428 683	446 319	239 377	206 942
48	60 A 64 ANOS	734 905	395 796	339 109	348 486	186 763	161 723
49	65 A 69 ANOS	656 760	359 101	297 659	291 089	158 285	132 804
50	70 ANOS OU MAIS	825 441	434 787	390 654	372 979	197 650	175 329
51	IDADE IGNORADA	35 036	18 343	16 693	11 935	5 991	5 944

1- DADOS GERAIS

1.4- POPULACAO RESIDENTE, POR COR E SEXO, SEGUNDO A SITUACAO DO DOMICILIO E GRUPOS DE IDADE

COR E SEXO												NUMERO DE ORDEM
PRETA			AMARELA			PARDA			SEM DECLARACAO			
TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	
7 046 906	3 551 348	3 495 558	672 251	343 907	328 344	46 233 531	23 329 043	22 904 488	517 897	252 882	265 015	1
825 241	423 765	401 476	56 094	28 758	27 336	7 012 357	3 558 741	3 453 616	80 243	40 665	39 578	2
826 203	427 633	398 570	57 532	29 569	27 963	6 567 534	3 348 677	3 218 857	69 305	35 381	33 924	3
844 537	430 340	414 197	61 194	31 123	30 071	6 202 136	3 132 926	3 069 210	64 113	32 034	32 079	4
800 485	409 472	391 013	65 310	33 040	32 270	5 426 254	2 718 833	2 707 421	57 199	28 622	28 577	5
683 517	349 622	333 895	60 921	31 153	29 768	4 273 707	2 146 695	2 127 012	49 642	24 937	24 705	6
552 958	278 411	274 547	60 182	30 467	29 715	3 382 337	1 698 226	1 684 111	39 352	19 255	20 097	7
451 397	225 185	226 212	58 586	29 688	28 898	2 729 141	1 373 922	1 355 219	30 841	14 825	16 016	8
394 342	195 314	199 028	51 236	26 240	24 996	2 290 418	1 142 122	1 148 296	24 429	11 293	13 136	9
369 373	184 012	185 361	46 513	24 187	22 326	2 052 159	1 044 197	1 007 962	22 165	10 485	11 680	10
303 523	149 479	154 044	37 517	19 555	17 962	1 584 417	800 487	783 930	17 623	7 910	9 713	11
271 396	132 302	139 094	31 717	16 175	15 542	1 357 904	690 267	667 637	15 461	7 104	8 357	12
206 449	101 921	104 528	25 435	13 026	12 409	1 014 357	522 687	491 670	11 318	4 966	6 352	13
165 049	79 373	85 676	19 868	10 549	9 319	772 231	388 195	384 036	9 713	4 010	5 703	14
144 547	70 670	73 877	15 152	8 272	6 880	670 885	337 415	333 470	8 197	3 473	4 724	15
198 665	89 033	109 632	24 386	11 784	12 602	848 612	400 195	448 417	12 771	5 006	7 765	16
9 224	4 816	4 408	608	321	287	49 082	25 458	23 624	5 525	2 916	2 609	17
4 771 522	2 329 857	2 441 665	545 472	276 871	268 601	27 240 699	13 487 714	13 752 985	345 342	166 602	178 740	18
520 778	267 457	253 321	42 122	21 442	20 680	3 756 392	1 911 232	1 845 160	48 690	24 863	23 817	19
524 687	269 024	255 663	43 018	22 097	20 921	3 580 886	1 820 209	1 760 677	42 178	21 462	20 716	20
556 311	278 339	277 972	46 423	23 329	23 094	3 544 041	1 757 899	1 786 142	40 168	19 819	20 349	21
552 346	272 237	280 109	51 900	25 835	26 065	3 318 671	1 612 217	1 706 454	38 457	18 713	19 744	22
493 662	244 883	248 779	51 142	25 913	25 229	2 761 669	1 361 853	1 399 816	35 818	17 708	18 110	23
401 152	195 753	205 399	51 500	25 962	25 538	2 193 877	1 083 819	1 110 058	29 173	14 191	14 982	24
323 917	157 028	166 889	50 210	25 275	24 935	1 732 683	856 007	876 676	22 660	10 811	11 849	25
272 961	130 499	142 462	43 355	22 056	21 299	1 400 571	686 047	714 524	17 174	7 960	9 214	26
255 992	122 374	133 618	38 957	20 174	18 783	1 247 025	621 444	625 581	15 291	7 213	8 078	27
209 443	98 414	111 029	31 528	16 300	15 228	963 523	474 411	489 112	12 506	5 507	6 999	28
187 868	86 659	101 209	26 061	13 176	12 885	821 817	402 843	418 974	10 822	4 902	5 920	29
139 642	64 272	75 370	20 815	10 690	10 125	598 572	295 248	303 324	7 729	3 330	4 399	30
109 627	48 915	60 712	16 210	8 493	7 717	448 012	213 106	234 906	6 593	2 580	4 013	31
89 817	39 859	49 958	11 942	6 457	5 485	366 081	170 614	195 467	5 270	2 084	3 186	32
126 920	50 843	76 077	19 783	9 425	10 358	476 701	205 434	271 267	8 568	3 179	5 389	33
6 399	3 301	3 098	506	247	259	30 178	15 331	14 847	4 255	2 280	1 975	34
2 275 384	1 221 491	1 053 893	126 779	67 036	59 743	18 992 832	9 841 329	9 151 503	172 555	86 280	86 275	35
304 463	156 308	148 155	13 972	7 316	6 656	3 255 965	1 647 509	1 608 456	31 563	15 802	15 761	36
301 516	158 609	142 907	14 514	7 472	7 042	2 986 648	1 528 468	1 458 180	27 127	13 919	13 208	37
288 226	152 001	136 225	14 771	7 794	6 977	2 658 095	1 375 027	1 283 068	23 945	12 215	11 730	38
248 139	137 235	110 904	13 410	7 205	6 205	2 107 583	1 106 616	1 000 967	18 742	9 909	8 833	39
189 855	104 739	85 116	9 779	5 240	4 539	1 512 038	784 842	727 196	13 824	7 229	6 595	40
151 806	82 658	69 148	8 682	4 505	4 177	1 188 460	614 407	574 053	10 179	5 064	5 115	41
127 480	68 157	59 323	8 376	4 413	3 963	996 458	517 915	478 543	8 181	4 014	4 167	42
121 381	64 815	56 566	7 881	4 184	3 697	889 847	456 075	433 772	7 255	3 333	3 922	43
113 381	61 638	51 743	7 556	4 013	3 543	805 134	422 753	382 381	6 874	3 272	3 602	44
94 080	51 065	43 015	5 989	3 255	2 734	620 894	326 076	294 818	5 117	2 403	2 714	45
83 528	45 643	37 885	5 656	2 999	2 657	536 087	287 424	248 663	4 639	2 202	2 437	46
66 807	37 649	29 158	4 620	2 336	2 284	415 785	227 439	188 346	3 589	1 636	1 953	47
55 422	30 458	24 964	3 658	2 056	1 602	324 219	175 089	149 130	3 120	1 430	1 690	48
54 730	30 811	23 919	3 210	1 815	1 395	304 804	166 801	138 003	2 927	1 389	1 538	49
71 745	38 190	33 555	4 603	2 359	2 244	371 911	194 761	177 150	4 203	1 827	2 376	50
2 825	1 515	1 310	102	74	28	18 904	10 127	8 777	1 270	636	634	51

1- DADOS GERAIS

1.5- PESSOAS DE 5 ANOS OU MAIS, POR COR E SEXO, SEGUNDO A SITUACAO DO DOMICILIO E ANOS DE ESTUDO

NUMERO DE ORDEM	SITUACAO DO DOMICILIO E ANOS DE ESTUDO	COR E SEXO					
		TOTAIS			BRANCA		
		TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
1	TOTAL	102 582 989	50 832 145	51 750 844	56 086 339	27 406 894	28 679 445
2	SEM INSTRUCAO E MENOS DE 1 ANO	35 977 983	17 759 712	18 218 271	14 103 172	6 729 655	7 373 517
3	1 ANO	6 531 213	3 374 892	3 156 321	3 226 308	1 649 114	1 577 194
4	2 ANOS	8 250 191	4 145 737	4 104 454	4 317 537	2 144 138	2 173 399
5	3 ANOS	9 661 192	4 743 011	4 918 181	5 552 479	2 703 485	2 848 994
6	4 ANOS	18 237 584	9 008 009	9 229 575	11 961 585	5 827 404	6 134 181
7	5 ANOS	3 419 468	1 685 457	1 734 011	2 068 292	1 026 353	1 041 939
8	6 ANOS	3 008 973	1 497 310	1 511 663	1 923 440	966 681	956 759
9	7 ANOS	2 752 265	1 367 081	1 385 184	1 797 638	901 215	896 423
10	8 ANOS	4 722 227	2 356 339	2 365 888	3 354 149	1 643 573	1 710 576
11	9 ANOS	1 288 125	621 873	666 252	895 006	434 180	460 826
12	10 ANOS	1 317 205	647 887	669 318	938 984	463 526	475 458
13	11 ANOS	4 192 178	1 869 506	2 322 672	3 202 504	1 419 143	1 783 361
14	12 ANOS	444 297	223 899	220 398	368 869	185 409	183 460
15	13 ANOS	428 403	221 013	207 390	355 528	182 874	172 654
16	14 ANOS	498 874	227 735	271 139	423 700	191 810	231 890
17	15 ANOS	1 076 663	542 179	534 484	932 705	469 471	463 234
18	16 ANOS	468 458	343 431	125 027	415 013	304 978	110 035
19	17 ANOS OU MAIS	228 950	159 035	69 915	197 490	138 777	58 713
20	ANOS DE ESTUDO NAO DETERMINADOS	78 740	38 039	40 701	51 940	25 108	26 832
21	SEM DECLARACAO	-	-	-	-	-	-
22	URBANA	70 196 362	34 051 812	36 144 550	41 661 299	20 015 762	21 645 537
23	SEM INSTRUCAO E MENOS DE 1 ANO	17 601 740	8 233 921	9 367 819	7 981 110	3 638 802	4 342 308
24	1 ANO	4 293 315	2 162 494	2 130 821	2 197 345	1 094 049	1 103 296
25	2 ANOS	5 438 904	2 676 224	2 762 680	2 905 541	1 412 207	1 493 334
26	3 ANOS	6 636 709	3 208 378	3 428 331	3 780 620	1 803 325	1 977 295
27	4 ANOS	14 142 070	6 907 248	7 234 822	9 104 273	4 354 796	4 749 477
28	5 ANOS	2 962 362	1 455 192	1 507 170	1 774 307	874 545	899 762
29	6 ANOS	2 681 689	1 328 236	1 353 453	1 710 775	853 302	857 473
30	7 ANOS	2 488 063	1 230 746	1 257 317	1 624 573	808 801	815 772
31	8 ANOS	4 355 239	2 165 562	2 189 677	3 099 219	1 509 875	1 589 344
32	9 ANOS	1 205 609	580 442	625 167	838 387	404 936	433 451
33	10 ANOS	1 242 444	609 671	632 773	887 203	436 554	450 649
34	11 ANOS	4 006 668	1 784 931	2 221 737	3 072 374	1 359 749	1 712 625
35	12 ANOS	431 612	217 038	214 574	359 168	180 188	178 980
36	13 ANOS	417 489	215 198	202 291	347 306	178 556	168 750
37	14 ANOS	486 563	221 863	264 700	414 287	187 391	226 896
38	15 ANOS	1 054 260	529 378	524 882	915 478	459 584	455 894
39	16 ANOS	461 128	337 814	123 314	409 257	300 567	108 690
40	17 ANOS OU MAIS	222 727	154 946	67 781	193 416	136 125	57 291
41	ANOS DE ESTUDO NAO DETERMINADOS	67 771	32 530	35 241	46 660	22 410	24 250
42	SEM DECLARACAO	-	-	-	-	-	-
43	RURAL	32 386 627	16 780 333	15 606 294	14 425 040	7 391 132	7 033 908
44	SEM INSTRUCAO E MENOS DE 1 ANO	18 376 243	9 525 791	8 850 452	6 122 062	3 090 853	3 031 209
45	1 ANO	2 237 898	1 212 398	1 025 500	1 028 963	555 065	473 898
46	2 ANOS	2 811 287	1 469 513	1 341 774	1 411 996	731 931	680 065
47	3 ANOS	3 024 483	1 534 633	1 489 850	1 771 859	900 160	871 699
48	4 ANOS	4 095 514	2 100 761	1 994 753	2 857 312	1 472 608	1 384 704
49	5 ANOS	457 106	230 265	226 841	293 985	151 808	142 177
50	6 ANOS	327 284	169 074	158 210	212 665	113 379	99 286
51	7 ANOS	264 202	136 335	127 867	173 065	92 414	80 651
52	8 ANOS	366 988	190 777	176 211	254 930	133 698	121 232
53	9 ANOS	82 516	41 431	41 085	56 619	29 244	27 375
54	10 ANOS	74 761	38 216	36 545	51 781	26 972	24 809
55	11 ANOS	185 510	84 575	100 935	130 130	59 394	70 736
56	12 ANOS	12 685	6 861	5 824	9 701	5 221	4 480
57	13 ANOS	10 914	5 815	5 099	8 222	4 318	3 904
58	14 ANOS	12 311	5 872	6 439	9 413	4 419	4 994
59	15 ANOS	22 403	12 801	9 602	17 227	9 887	7 340
60	16 ANOS	7 330	5 617	1 713	5 756	4 411	1 345
61	17 ANOS OU MAIS	6 223	4 089	2 134	4 074	2 652	1 422
62	ANOS DE ESTUDO NAO DETERMINADOS	10 969	5 509	5 460	5 280	2 698	2 582
63	SEM DECLARACAO	-	-	-	-	-	-

1- DADOS GERAIS

1.5- PESSOAS DE 5 ANOS OU MAIS, POR COR E SEXO, SEGUNDO A SITUACAO DO DOMICILIO E ANOS DE ESTUDO

COR E SEXO																
PRETA			AMARELA			PARDA			SEM DECLARACAO			NUMERO DE ORDEM
TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	
6 221 665	3 127 583	3 094 082	616 157	315 149	301 008	39 221 174	19 770 302	19 450 872	437 654	212 217	225 437	1
2 945 924	1 454 889	1 491 035	105 302	49 661	55 641	10 658 111	9 446 311	9 211 800	165 474	79 196	86 278	2
430 353	225 306	205 047	21 358	10 835	10 523	2 823 543	1 474 588	1 348 955	29 651	15 049	14 602	3
542 256	277 236	265 020	27 862	13 842	14 020	3 324 632	1 691 617	1 633 015	37 904	18 904	19 000	4
584 925	292 353	292 572	35 306	17 066	18 240	3 445 069	1 708 916	1 736 153	43 413	21 191	22 222	5
929 018	479 724	449 294	116 360	54 831	61 529	5 163 150	2 613 287	2 549 863	67 471	32 763	34 708	6
173 094	86 497	86 597	18 273	9 586	8 687	1 145 461	555 950	589 511	14 348	7 071	7 277	7
137 486	69 483	67 983	20 071	11 086	8 985	915 416	443 975	471 441	12 580	6 085	6 495	8
117 127	58 407	58 720	19 689	10 927	8 762	806 289	390 923	415 366	11 522	5 609	5 913	9
166 056	88 871	77 185	58 652	30 698	27 954	1 127 010	585 305	541 705	16 360	7 892	8 468	10
39 757	19 510	20 247	15 694	8 304	7 390	332 564	157 498	175 066	5 104	2 381	2 723	11
37 609	18 536	19 073	17 769	9 728	8 041	317 806	153 731	164 075	5 037	2 366	2 671	12
84 869	39 345	45 524	76 535	40 165	36 370	814 169	364 714	449 455	14 101	6 139	7 962	13
5 960	3 120	2 840	10 542	5 595	4 947	57 540	29 157	28 383	1 386	618	768	14
5 751	3 118	2 633	11 116	6 261	4 855	54 422	27 942	26 480	1 586	818	768	15
5 299	2 565	2 734	12 607	6 005	6 602	55 481	26 495	28 986	1 787	860	927	16
9 284	4 560	4 724	31 140	17 067	14 073	100 219	49 491	50 728	3 315	1 590	1 725	17
2 564	1 735	829	12 398	9 804	2 594	37 267	26 155	11 112	1 216	759	457	18
1 714	1 006	708	4 618	3 248	1 370	20 755	13 550	7 205	4 373	2 454	1 919	19
2 639	1 322	1 317	865	440	425	22 270	10 697	11 573	1 026	472	554	20
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21
4 250 744	2 062 400	2 188 344	503 350	255 429	247 921	23 484 307	11 576 482	11 907 825	296 662	141 739	154 923	22
1 538 708	701 042	837 666	65 281	29 262	36 019	7 938 021	3 828 550	4 109 471	78 620	36 265	42 355	23
310 132	155 957	154 175	15 837	7 901	7 936	1 749 695	894 573	855 122	20 306	10 014	10 292	24
399 663	197 026	202 637	20 687	10 034	10 653	2 086 524	1 043 808	1 042 716	26 489	13 149	13 340	25
456 067	222 803	233 264	26 988	12 981	14 007	2 340 759	1 153 548	1 187 211	32 275	15 721	16 554	26
801 772	410 902	390 870	95 192	44 065	51 127	4 086 951	2 071 383	2 015 568	53 882	26 102	27 780	27
159 253	79 494	79 759	15 094	7 886	7 208	1 001 206	487 139	514 067	12 502	6 128	6 374	28
128 298	64 704	63 594	16 866	9 352	7 514	814 738	395 663	419 075	11 012	5 215	5 797	29
110 479	54 828	55 651	16 924	9 351	7 573	725 884	352 846	373 038	10 203	4 920	5 283	30
157 739	84 202	73 537	50 780	26 162	24 618	1 032 617	538 193	494 424	14 884	7 130	7 754	31
38 301	18 732	19 569	13 613	7 146	6 467	310 610	147 496	163 114	4 698	2 132	2 566	32
36 301	17 863	18 438	15 754	8 549	7 205	298 485	144 483	154 002	4 701	2 222	2 479	33
82 074	38 093	43 981	70 406	36 458	33 948	768 552	344 859	423 693	13 262	5 772	7 490	34
5 732	2 994	2 738	9 926	5 249	4 677	55 456	28 015	27 441	1 330	592	738	35
5 665	3 060	2 605	10 525	5 883	4 642	52 450	26 888	25 562	1 543	811	732	36
5 146	2 479	2 667	12 046	5 677	6 369	53 339	25 473	27 866	1 745	843	902	37
9 063	4 444	4 619	30 107	16 383	13 724	96 385	47 430	48 955	3 227	1 537	1 690	38
2 519	1 708	811	12 107	9 565	2 542	36 047	25 223	10 824	1 198	751	447	39
1 516	909	607	4 481	3 146	1 335	19 410	12 723	6 687	3 904	2 043	1 861	40
2 316	1 160	1 156	736	379	357	17 178	8 189	8 989	881	392	489	41
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42
1 970 921	1 065 183	905 738	112 807	59 720	53 087	15 736 867	8 193 820	7 543 047	140 992	70 478	70 514	43
1 407 216	753 847	653 369	40 021	20 399	19 622	10 720 090	5 617 761	5 102 329	86 854	42 931	43 923	44
120 221	69 349	50 872	5 521	2 934	2 587	1 073 848	580 015	493 833	9 345	5 035	4 310	45
142 593	80 210	62 383	7 175	3 808	3 367	1 238 108	647 809	590 299	11 415	5 755	5 660	46
128 858	69 550	59 308	8 318	4 085	4 233	1 104 310	555 368	548 942	11 138	5 470	5 668	47
127 246	68 822	58 424	21 168	10 766	10 402	1 076 199	541 904	534 295	13 589	6 661	6 928	48
13 841	7 003	6 838	3 179	1 700	1 479	144 255	68 811	75 444	1 846	943	903	49
9 168	4 779	4 389	3 205	1 734	1 471	100 678	48 512	52 366	1 568	870	698	50
6 648	3 579	3 069	2 765	1 576	1 189	80 405	38 077	42 328	1 319	689	630	51
8 317	4 669	3 648	7 872	4 536	3 336	94 393	47 112	47 281	1 476	762	714	52
1 456	778	678	2 081	1 158	923	21 954	10 002	11 952	406	249	157	53
1 308	673	635	2 015	1 179	836	19 321	9 248	10 073	336	144	192	54
2 795	1 252	1 543	6 129	3 707	2 422	45 617	19 855	25 762	839	367	472	55
228	126	102	616	346	270	2 084	1 142	942	56	26	30	56
86	58	28	591	378	213	1 972	1 054	918	43	7	36	57
153	86	67	561	328	233	2 142	1 022	1 120	42	17	25	58
221	116	105	1 033	684	349	9 834	2 061	1 773	88	53	35	59
45	27	18	291	239	52	1 220	932	288	18	8	10	60
198	97	101	137	102	35	1 345	827	518	469	411	58	61
323	162	161	129	61	68	5 092	2 508	2 584	145	80	65	62
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63

1- DADOS GERAIS

1.6- PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS, POR COR E SEXO, SEGUNDO O RENDIMENTO MEDIO MENSAL

NUMERO DE ORDEM	RENDIMENTO MEDIO MENSAL (SALARIO MINIMO)	COR E SEXO					
		TOTAIS			BRANCA		
		TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
1	TOTAL.....	87 811 196	43 354 466	44 456 730	48 835 120	23 770 475	25 064 645
2	ATE 1/4.....	2 120 915	794 539	1 326 376	853 332	316 516	536 816
3	MAIS DE 1/4 A 1/2.....	5 358 187	2 698 553	2 659 634	2 259 141	1 058 855	1 200 286
4	MAIS DE 1/2 A 1.....	10 380 363	6 801 692	3 578 671	4 766 643	2 843 519	1 923 124
5	MAIS DE 1 A 2.....	13 039 599	9 369 715	3 669 884	7 419 349	5 032 369	2 386 980
6	MAIS DE 2 A 5.....	10 244 890	8 078 816	2 166 074	6 943 918	5 266 247	1 677 671
7	MAIS DE 5 A 10.....	3 119 227	2 502 951	616 276	2 465 637	1 937 794	527 843
8	MAIS DE 10 A 20.....	1 359 066	1 164 005	195 061	1 157 075	982 128	174 947
9	MAIS DE 20.....	646 203	600 747	45 456	578 786	537 184	41 602
10	SEM RENDIMENTO.....	41 244 409	11 190 168	30 054 241	22 250 229	5 730 884	16 519 345
11	SEM DECLARACAO.....	298 337	153 280	145 057	141 010	64 979	76 031

1- DADOS GERAIS

1.6- PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS, POR COR E SEXO, SEGUNDO O RENDIMENTO MEDIO MENSAL

COR E SEXO												NUMERO DE ORDEM
PRETA			AMARELA			PARDA			SEM DECLARACAO			
TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	
5 395 462	2 699 950	2 695 512	558 625	285 580	273 045	32 653 640	16 421 625	16 232 015	368 349	176 836	191 513	1
191 545	61 455	130 090	6 923	2 842	4 081	1 061 537	411 002	650 535	7 578	2 724	4 854	2
492 798	227 033	265 765	15 619	8 124	7 495	2 570 604	1 394 812	1 175 792	20 025	9 729	10 296	3
937 518	598 149	339 369	26 374	15 152	11 222	4 613 452	3 321 257	1 292 195	36 376	23 615	12 761	4
963 465	708 204	255 261	51 024	30 284	20 740	4 564 377	3 569 182	995 195	41 384	29 676	11 708	5
469 660	401 525	68 135	97 415	64 884	32 531	2 707 048	2 325 455	381 593	26 849	20 705	6 144	6
63 892	56 515	7 377	58 216	44 698	13 518	524 793	458 790	66 003	6 689	5 154	1 535	7
11 797	10 685	1 112	35 261	31 259	4 002	152 308	137 727	14 581	2 625	2 206	419	8
2 302	2 155	147	17 755	16 870	885	46 294	43 533	2 761	1 066	1 005	61	9
2 242 012	624 847	1 617 165	248 164	70 333	177 831	16 309 735	4 707 833	11 601 902	194 269	56 271	137 998	10
20 473	9 382	11 091	1 874	1 134	740	103 497	52 034	51 458	31 488	25 751	5 737	11

1- DADOS GERAIS

1.11- POPULACAO RESIDENTE, POR COR E SEXO, SEGUNDO AS REGIOES E AS UNIDADES DA FEDERACAO

NUMERO DE ORDEM	REGIOES E UNIDADES DA FEDERACAO	COR E SEXO							
		TOTAIS			BRANCA			PRETA	
		TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	
1	BRASIL	119 011 052	59 142 833	59 868 219	64 540 467	31 665 653	32 874 814	7 046 906	
2	REGIAO NORTE	5 880 706	2 989 906	2 890 800	1 182 396	566 212	616 184	157 983	
3	RONDONIA	491 025	259 478	231 547	165 620	85 040	80 580	17 388	
4	ACRE	301 276	155 119	146 157	69 633	33 569	36 064	9 216	
5	AMAZONAS	1 430 528	722 470	708 858	257 744	121 997	135 747	24 432	
6	RORAIMA	79 121	41 154	37 967	19 995	10 247	9 748	2 468	
7	PARA	3 403 498	1 724 198	1 679 300	633 426	298 732	334 694	98 578	
8	AMAPA	175 258	87 487	87 771	35 978	16 627	19 351	5 901	
9	REGIAO NORDESTE	34 815 439	17 043 570	17 771 869	9 331 355	4 375 738	4 955 617	2 342 621	
10	MARANHAO	3 996 444	1 991 701	2 004 743	873 627	417 619	456 008	310 646	
11	PIAUI	2 139 196	1 048 878	1 090 318	329 596	153 866	175 730	136 581	
12	CEARA	5 288 429	2 573 250	2 715 179	1 472 722	685 164	787 558	220 088	
13	RIO GRANDE DO NORTE	1 898 835	926 973	971 862	733 933	342 350	391 583	79 006	
14	PARAIBA	2 770 346	1 335 429	1 434 917	955 146	444 156	510 990	109 885	
15	PERNAMBUCO	6 142 229	2 968 874	3 173 355	2 073 785	963 160	1 110 625	296 113	
16	ALAGOAS	1 982 915	971 287	1 011 628	528 952	245 566	283 386	73 813	
17	FERNANDO DE NORONHA	1 274	682	592	735	379	356	25	
18	SERGIPE	1 140 379	557 566	582 813	299 898	141 062	158 836	62 400	
19	BAHIA	9 455 392	4 668 930	4 786 462	2 062 961	982 416	1 080 545	1 054 064	
20	REGIAO SUDESTE	51 737 148	25 735 943	26 001 205	34 317 195	16 908 349	17 408 846	3 631 040	
21	MINAS GERAIS	13 380 105	6 669 318	6 710 787	7 668 360	3 775 107	3 893 253	1 116 620	
22	ESPIRITO SANTO	2 023 338	1 019 583	1 003 755	1 094 954	543 043	551 911	143 740	
23	RIO DE JANEIRO	11 291 631	5 524 041	5 767 590	6 840 996	3 314 924	3 526 072	1 218 465	
24	SAO PAULO	25 042 074	12 523 001	12 519 073	18 712 885	9 275 275	9 437 610	1 152 215	
25	REGIAO SUL	19 031 990	9 534 287	9 497 703	15 976 799	7 961 261	8 015 538	600 805	
26	PARANA	7 629 849	3 851 563	3 778 286	5 883 466	2 941 370	2 942 096	198 475	
27	SANTA CATARINA	3 628 292	1 830 657	1 797 635	3 317 656	1 669 772	1 647 884	75 007	
28	RIO GRANDE DO SUL	7 773 849	3 852 067	3 921 782	6 775 677	3 350 119	3 425 558	327 323	
29	REGIAO CENTRO-OESTE	7 545 769	3 839 127	3 706 642	3 732 722	1 854 093	1 878 629	314 457	
30	MATO GROSSO DO SUL	1 369 769	706 342	663 427	753 672	380 635	373 037	36 246	
31	MATO GROSSO	1 138 918	594 656	544 262	449 421	229 269	220 152	60 355	
32	GOIAS	3 860 174	1 964 269	1 895 905	1 906 881	946 407	960 474	180 428	
33	DISTRITO FEDERAL	1 176 908	573 860	603 048	622 748	297 782	324 966	37 428	

CENSO DEMOGRAFICO - BRASIL

1- DADOS GERAIS

1.11- POPULACAO RESIDENTE, POR COR E SEXO, SEGUNDO AS REGIOES E AS UNIDADES DA FEDERACAO

COR E SEXO												NUMERO DE ORDEM
PRETA			AMARELA			PARDA			SEM DECLARACAO			
HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES		
3 551 348	3 495 558	7 672 251	343 907	328 344	46 233 531	23 329 043	22 904 488	517 897	252 882	265 015		1
86 917	71 066	14 419	7 743	6 676	4 479 938	2 306 121	2 173 817	45 970	22 913	23 057		2
9 800	7 588	813	417	396	300 608	160 672	139 936	6 596	3 549	3 047		3
5 229	3 987	752	415	337	219 319	114 738	104 581	2 356	1 168	1 188		4
13 502	10 930	4 084	2 272	1 812	1 133 707	579 334	554 373	10 561	5 365	5 196		5
1 468	1 000	418	212	206	55 914	29 060	26 854	326	167	159		6
53 958	44 620	8 220	4 355	3 865	2 637 642	1 354 703	1 282 939	25 632	12 450	13 182		7
2 960	2 941	132	72	60	132 748	67 614	65 134	499	214	285		8
1 181 541	1 161 080	46 074	22 354	23 720	22 913 386	11 377 316	11 536 070	182 003	86 621	95 382		9
159 164	151 482	8 114	3 910	4 204	2 781 320	1 400 015	1 381 305	22 737	10 993	11 744		10
69 571	67 010	2 112	955	1 157	1 664 170	821 214	842 956	6 737	3 272	3 465		11
111 481	108 607	8 244	4 038	4 206	3 564 393	1 761 952	1 802 441	22 982	10 615	12 367		12
40 476	38 530	2 173	1 018	1 155	1 077 560	540 067	537 493	6 163	3 062	3 101		13
54 150	55 735	4 210	1 992	2 218	1 687 214	828 583	858 631	13 891	6 548	7 343		14
146 601	149 512	4 998	2 512	2 486	3 744 826	1 845 964	1 898 862	22 507	10 637	11 870		15
37 283	36 530	3 205	1 560	1 645	1 365 264	681 456	683 808	11 681	5 422	6 259		16
25	-	-	-	-	514	278	236	-	-	-		17
30 678	31 722	993	484	509	771 943	382 909	389 034	5 145	2 433	2 712		18
532 112	521 952	12 025	5 885	6 140	6 256 182	3 114 878	3 141 304	70 160	33 639	36 521		19
1 812 383	1 818 657	499 851	255 661	244 190	13 099 821	6 665 826	6 433 995	189 241	93 724	95 517		20
562 175	554 445	11 577	6 062	5 515	4 552 177	2 310 438	2 241 739	31 371	15 536	15 835		21
75 190	68 550	776	426	350	776 640	397 450	379 190	7 228	3 474	3 754		22
596 617	621 848	12 597	6 649	5 948	3 157 242	1 576 549	1 580 693	62 331	29 302	33 029		23
578 401	573 814	474 901	242 524	232 377	4 613 762	2 381 389	2 232 373	88 311	45 412	42 899		24
303 488	297 317	87 973	45 520	42 453	2 298 813	1 190 870	1 107 943	67 600	33 148	34 452		25
102 906	95 569	79 447	40 871	38 576	1 445 736	755 115	690 621	22 725	11 301	11 424		26
37 449	37 558	2 592	1 422	1 170	219 911	115 394	104 517	13 126	6 620	6 506		27
163 133	164 190	5 934	3 227	2 707	633 166	320 361	312 805	31 749	15 227	16 522		28
167 019	147 438	23 934	12 629	11 305	3 441 573	1 788 910	1 652 663	33 083	16 476	16 607		29
19 876	16 370	10 341	5 394	4 947	564 970	298 137	266 833	4 540	2 300	2 240		30
33 232	27 123	4 032	2 188	1 844	616 289	325 400	290 889	8 821	4 567	4 254		31
95 990	84 438	5 319	2 855	2 464	1 752 641	911 801	840 840	14 905	7 216	7 689		32
17 921	19 507	4 242	2 192	2 050	507 673	253 572	254 101	4 817	2 393	2 424		33

1 - Características gerais da população

Tabela 1.2 - População residente, por cor ou raça e sexo, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade

(continua)

Situação do domicílio e grupos de idade	População residente					
	Total			Cor ou raça		
				Branca		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	146 815 796	72 478 162	74 337 634	75 704 927	36 526 140	39 178 787
0 a 4 anos	16 532 399	8 392 895	8 139 504	8 417 050	4 234 534	4 182 516
5 a 9 anos	17 423 142	8 837 675	8 585 467	8 178 122	4 095 626	4 082 496
10 a 14 anos	17 049 637	8 594 912	8 454 725	7 877 891	3 921 930	3 955 961
15 a 19 anos	15 012 509	7 497 312	7 515 197	7 119 733	3 443 908	3 675 825
15 a 17 anos	9 248 522	4 614 928	4 633 594	4 316 250	2 094 143	2 222 107
18 ou 19 anos	5 763 987	2 882 384	2 881 603	2 803 483	1 349 765	1 453 718
20 a 24 anos	13 558 380	6 720 109	6 838 271	6 888 007	3 298 188	3 589 819
25 a 29 anos	12 629 049	6 170 595	6 458 454	6 759 192	3 212 737	3 546 455
30 a 34 anos	11 061 078	5 402 672	5 658 406	6 020 110	2 881 608	3 138 502
35 a 39 anos	9 461 587	4 592 993	4 868 594	5 187 746	2 471 921	2 715 825
40 a 44 anos	7 844 597	3 853 398	3 991 199	4 308 982	2 072 555	2 236 427
45 a 49 anos	6 152 756	2 986 461	3 166 295	3 386 550	1 610 997	1 775 553
50 a 54 anos	5 165 183	2 526 584	2 638 599	2 855 993	1 372 504	1 483 489
55 a 59 anos	4 249 365	2 008 384	2 240 981	2 418 454	1 119 993	1 298 461
60 a 64 anos	3 636 500	1 708 468	1 928 032	2 126 680	976 951	1 149 729
65 a 69 anos	2 775 279	1 305 883	1 469 396	1 627 748	742 667	885 081
70 a 74 anos	1 882 597	867 088	1 015 509	1 119 609	494 804	624 805
75 a 79 anos	1 273 671	566 473	707 198	759 376	322 752	436 624
80 anos ou mais	1 108 067	446 260	661 807	653 684	252 465	401 219
Urbana	110 996 830	53 864 692	57 132 138	61 396 166	29 240 919	32 155 247
0 a 4 anos	11 708 145	5 944 280	5 763 865	6 549 313	3 296 123	3 253 190
5 a 9 anos	12 449 239	6 300 232	6 149 007	6 435 377	3 223 392	3 211 985
10 a 14 anos	12 392 723	6 188 934	6 203 789	6 224 723	3 085 071	3 139 652
15 a 19 anos	11 163 356	5 442 293	5 721 063	5 653 437	2 694 313	2 959 124
15 a 17 anos	6 799 189	3 313 277	3 485 912	3 402 540	1 626 631	1 775 909
18 ou 19 anos	4 364 167	2 129 016	2 235 151	2 250 897	1 067 682	1 183 215
20 a 24 anos	10 497 959	5 102 086	5 395 873	5 614 602	2 649 331	2 965 271
25 a 29 anos	9 986 950	4 789 060	5 197 890	5 614 283	2 629 003	2 985 280
30 a 34 anos	8 845 584	4 245 814	4 599 770	5 047 507	2 382 039	2 665 468
35 a 39 anos	7 566 765	3 616 642	3 950 123	4 363 914	2 051 904	2 312 010
40 a 44 anos	6 318 619	2 987 084	3 196 535	3 596 584	1 705 651	1 888 843
45 a 49 anos	4 760 528	2 266 174	2 494 354	2 752 046	1 308 209	1 483 837
50 a 54 anos	3 974 222	1 901 466	2 072 756	2 339 269	1 104 696	1 234 573
55 a 59 anos	3 272 175	1 503 899	1 768 276	1 980 939	897 824	1 083 115
60 a 64 anos	2 804 688	1 265 153	1 539 535	1 748 124	778 430	969 694
65 a 69 anos	2 117 956	949 632	1 168 324	1 335 067	586 613	748 454
70 a 74 anos	1 433 010	625 136	807 874	919 498	389 448	530 050
75 a 79 anos	981 081	411 551	569 530	630 936	255 109	375 827
80 anos ou mais	858 830	325 256	533 574	550 537	202 763	347 774
Rural	35 818 966	18 613 470	17 205 496	14 308 761	7 285 221	7 023 540
0 a 4 anos	4 824 254	2 448 615	2 375 639	1 867 737	938 411	929 326
5 a 9 anos	4 973 903	2 537 443	2 436 460	1 742 745	872 234	870 511
10 a 14 anos	4 656 914	2 405 978	2 250 936	1 653 168	836 859	816 309
15 a 19 anos	3 849 153	2 055 019	1 794 134	1 466 296	749 595	716 701
15 a 17 anos	2 449 333	1 301 651	1 147 682	913 710	467 512	446 198
18 ou 19 anos	1 399 820	753 368	646 452	552 586	282 083	270 503
20 a 24 anos	3 060 421	1 618 023	1 442 398	1 273 405	648 857	624 548
25 a 29 anos	2 642 099	1 381 535	1 260 564	1 144 909	583 734	561 175
30 a 34 anos	2 215 494	1 156 858	1 058 636	972 603	499 569	473 034
35 a 39 anos	1 894 822	976 351	918 471	823 832	420 017	403 815
40 a 44 anos	1 660 978	866 314	794 664	712 388	365 904	346 484
45 a 49 anos	1 392 228	720 287	671 941	594 504	302 788	291 716
50 a 54 anos	1 190 961	625 118	565 843	516 724	267 808	248 916
55 a 59 anos	977 190	504 485	472 705	437 515	222 169	215 346
60 a 64 anos	831 812	443 315	388 497	378 556	198 521	180 035
65 a 69 anos	657 323	356 251	301 072	292 681	156 054	136 627
70 a 74 anos	449 587	241 952	207 635	200 111	105 356	94 755
75 a 79 anos	292 590	154 922	137 668	128 440	67 643	60 797
80 anos ou mais	249 237	121 004	128 233	103 147	49 702	53 445

1 - Características gerais da população

Tabela 1.2 - População residente, por cor ou raça e sexo, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade

(continuação)

Situação do domicílio e grupos de idade	População residente					
	Cor ou raça					
	Preta			Amarela		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	7 335 136	3 744 329	3 590 807	630 656	317 136	313 520
0 a 4 anos	630 527	327 993	302 534	39 203	20 497	18 706
5 a 9 anos	758 224	396 208	362 016	49 631	25 319	24 312
10 a 14 anos	813 804	418 957	394 847	55 922	28 598	27 324
15 a 19 anos	748 801	394 752	354 049	50 833	25 636	25 197
15 a 17 anos	461 790	242 184	219 606	31 396	16 056	15 340
18 ou 19 anos	287 011	152 568	134 443	19 437	9 580	9 857
20 a 24 anos	687 265	363 630	323 635	44 598	21 914	22 684
25 a 29 anos	631 024	328 889	302 135	45 856	22 639	23 217
30 a 34 anos	580 081	295 988	284 093	47 709	23 506	24 203
35 a 39 anos	509 159	258 287	250 872	50 467	24 957	25 510
40 a 44 anos	428 732	218 037	210 695	52 497	26 453	26 044
45 a 49 anos	343 639	171 179	172 460	44 855	22 452	22 403
50 a 54 anos	303 593	150 270	153 323	38 769	20 177	18 592
55 a 59 anos	254 209	120 747	133 462	30 771	16 245	14 526
60 a 64 anos	220 238	102 493	117 745	25 401	12 572	12 829
65 a 69 anos	165 559	79 954	85 605	19 663	9 569	10 094
70 a 74 anos	111 524	52 930	58 594	14 899	7 085	7 814
75 a 79 anos	77 078	34 887	42 191	9 901	5 150	4 751
80 anos ou mais	71 679	29 128	42 551	9 681	4 367	5 314
Urbana	5 443 266	2 708 596	2 734 670	568 868	284 803	284 065
0 a 4 anos	427 801	222 129	205 672	34 077	17 858	16 219
5 a 9 anos	522 537	271 438	251 099	43 843	22 448	21 395
10 a 14 anos	580 682	294 764	285 918	49 548	25 276	24 272
15 a 19 anos	554 113	283 719	270 394	44 675	22 435	22 240
15 a 17 anos	338 048	172 077	165 971	27 590	14 090	13 500
18 ou 19 anos	216 065	111 642	104 423	17 085	8 345	8 740
20 a 24 anos	529 635	272 817	256 818	40 104	19 302	20 802
25 a 29 anos	494 621	252 131	242 490	42 049	20 616	21 433
30 a 34 anos	459 160	229 472	229 688	44 393	21 760	22 633
35 a 39 anos	400 107	198 189	201 918	47 129	23 271	23 858
40 a 44 anos	329 335	162 617	166 718	48 607	24 480	24 127
45 a 49 anos	257 864	123 915	134 049	40 771	20 315	20 456
50 a 54 anos	227 740	108 729	119 011	35 376	18 300	17 076
55 a 59 anos	189 730	85 830	104 100	27 639	14 575	13 064
60 a 64 anos	164 453	71 217	93 236	22 480	10 951	11 529
65 a 69 anos	120 397	54 388	66 009	17 636	8 481	9 155
70 a 74 anos	78 836	34 959	43 877	13 370	6 330	7 040
75 a 79 anos	55 091	23 123	31 968	8 622	4 522	4 100
80 anos ou mais	51 064	19 359	31 705	8 549	3 883	4 666
Rural	1 891 870	1 035 733	856 137	61 788	32 333	29 455
0 a 4 anos	202 726	105 864	96 862	5 126	2 639	2 487
5 a 9 anos	235 687	124 770	110 917	5 788	2 871	2 917
10 a 14 anos	233 122	124 193	108 929	6 374	3 322	3 052
15 a 19 anos	194 688	111 033	83 655	6 158	3 201	2 957
15 a 17 anos	123 742	70 107	53 635	3 806	1 966	1 840
18 ou 19 anos	70 946	40 926	30 020	2 352	1 235	1 117
20 a 24 anos	157 630	90 813	66 817	4 494	2 612	1 882
25 a 29 anos	136 403	76 758	59 645	3 807	2 023	1 784
30 a 34 anos	120 921	66 516	54 405	3 316	1 748	1 570
35 a 39 anos	109 052	60 098	48 954	3 338	1 686	1 652
40 a 44 anos	99 397	55 420	43 977	3 880	1 973	1 917
45 a 49 anos	85 675	47 264	38 411	4 084	2 137	1 947
50 a 54 anos	75 853	41 541	34 312	3 393	1 877	1 516
55 a 59 anos	64 479	35 117	29 362	3 132	1 670	1 462
60 a 64 anos	55 785	31 276	24 509	2 921	1 621	1 300
65 a 69 anos	45 162	25 566	19 596	2 027	1 088	939
70 a 74 anos	32 688	17 971	14 717	1 529	755	774
75 a 79 anos	21 987	11 764	10 223	1 279	628	651
80 anos ou mais	20 615	9 769	10 846	1 132	484	648

1 - Caracteristicas gerais da população

Tabela 1.2 - População residente, por cor ou raça e sexo, segundo a situação do domicilio e os grupos de idade

(conclusão)

Situação do domicílio e grupos de idade	População residente								
	Cor ou raça								
	Parda			Indígena			Sem declaração		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	62 316 064	31 482 747	30 833 317	294 135	150 110	144 025	534 878	257 700	277 178
0 a 4 anos	7 316 730	3 746 883	3 569 847	45 690	23 193	22 497	83 199	39 795	43 404
5 a 9 anos	8 317 238	4 260 139	4 057 099	41 978	21 616	20 362	77 949	38 767	39 182
10 a 14 anos	8 210 912	4 178 917	4 031 995	35 421	18 553	16 868	55 687	27 957	27 730
15 a 19 anos	7 014 573	3 593 963	3 420 610	30 988	15 622	15 366	47 581	23 431	24 150
15 a 17 anos	4 391 654	2 239 298	2 152 358	18 537	9 307	9 230	28 895	13 942	14 953
18 ou 19 anos	2 622 919	1 354 667	1 268 252	12 451	6 315	6 136	18 686	9 489	9 197
20 a 24 anos	5 865 507	2 999 461	2 866 046	26 278	13 660	12 618	46 725	23 258	23 469
25 a 29 anos	5 128 378	2 574 166	2 554 212	21 682	11 244	10 438	42 917	20 920	21 997
30 a 34 anos	4 357 779	2 174 792	2 182 987	18 496	9 352	9 144	36 903	17 426	19 477
35 a 39 anos	3 668 184	1 816 066	1 852 118	15 530	7 837	7 693	30 501	13 925	16 576
40 a 44 anos	3 015 605	1 516 764	1 498 842	13 303	7 115	6 188	25 477	12 474	13 003
45 a 49 anos	2 347 358	1 167 517	1 179 841	10 259	5 047	5 212	20 095	9 269	10 826
50 a 54 anos	1 941 673	971 095	970 578	8 397	4 290	4 107	16 758	8 248	8 510
55 a 59 anos	1 525 230	742 077	783 153	6 564	3 081	3 483	14 137	6 241	7 896
60 a 64 anos	1 246 388	608 269	638 119	5 627	2 741	2 886	12 186	5 442	6 724
65 a 69 anos	947 544	467 251	480 293	5 168	2 482	2 686	9 597	3 960	5 637
70 a 74 anos	626 221	307 259	318 962	3 850	2 075	1 775	6 494	2 935	3 559
75 a 79 anos	420 608	200 670	219 938	2 622	1 247	1 375	4 086	1 767	2 319
80 anos ou mais	366 135	157 458	208 677	2 282	955	1 327	4 606	1 887	2 719
Urbana	43 086 433	21 391 042	21 695 391	71 028	33 675	37 353	431 089	205 657	225 412
0 a 4 anos	4 626 735	2 374 570	2 252 165	5 585	2 927	2 658	54 634	30 673	33 961
5 a 9 anos	5 383 581	2 751 390	2 632 191	6 277	3 037	3 240	57 624	28 527	29 097
10 a 14 anos	5 487 939	2 758 886	2 729 053	6 389	3 221	3 168	43 442	21 716	21 726
15 a 19 anos	4 865 952	2 419 692	2 446 260	6 968	3 424	3 544	38 211	18 710	19 501
15 a 17 anos	3 003 794	1 487 304	1 516 490	4 029	1 985	2 044	23 188	11 190	11 998
18 ou 19 anos	1 862 158	932 388	929 770	2 939	1 439	1 500	15 023	7 520	7 503
20 a 24 anos	4 268 166	2 138 410	2 129 756	6 255	2 887	3 368	39 187	19 339	19 858
25 a 29 anos	3 792 840	1 886 107	1 906 733	6 633	3 406	3 227	35 524	17 797	17 727
30 a 34 anos	3 257 189	1 595 153	1 662 046	6 028	2 848	3 180	31 297	14 542	16 755
35 a 39 anos	2 723 738	1 328 717	1 395 021	5 414	2 636	2 778	26 463	11 925	14 538
40 a 44 anos	2 182 959	1 080 510	1 102 449	4 463	2 248	2 215	21 661	10 578	11 083
45 a 49 anos	1 649 012	804 468	844 544	4 164	1 762	2 402	16 571	7 505	9 066
50 a 54 anos	1 354 891	661 496	693 395	3 097	1 405	1 692	13 849	6 840	7 009
55 a 59 anos	1 059 585	499 751	559 834	2 858	1 165	1 693	11 424	4 954	6 470
60 a 64 anos	857 599	399 339	458 260	2 052	877	1 175	9 980	4 339	5 641
65 a 69 anos	635 341	295 485	338 856	1 741	631	1 110	7 774	3 034	4 740
70 a 74 anos	414 889	191 657	223 232	1 281	523	758	5 136	2 219	2 917
75 a 79 anos	282 167	126 971	155 196	872	380	492	3 393	1 446	1 947
80 anos ou mais	243 840	97 440	146 400	951	298	653	3 889	1 513	2 376
Rural	19 229 631	10 091 705	9 137 926	223 107	116 435	106 672	103 809	52 043	51 766
0 a 4 anos	2 689 995	1 372 313	1 317 682	40 105	20 266	19 839	18 565	9 122	9 443
5 a 9 anos	2 933 657	1 508 749	1 424 908	35 701	18 579	17 122	20 325	10 240	10 085
10 a 14 anos	2 722 973	1 420 031	1 302 942	29 032	15 332	13 700	12 245	6 241	6 004
15 a 19 anos	2 148 621	1 174 271	974 350	24 020	12 198	11 822	9 370	4 721	4 649
15 a 17 anos	1 387 860	751 992	635 868	14 508	7 322	7 186	5 707	2 752	2 955
18 ou 19 anos	760 761	422 279	338 482	9 512	4 876	4 636	3 663	1 969	1 694
20 a 24 anos	1 597 341	861 051	736 290	20 023	10 773	9 250	7 528	3 917	3 611
25 a 29 anos	1 335 538	708 059	627 479	15 049	7 838	7 211	6 393	3 123	3 270
30 a 34 anos	1 100 580	579 639	520 941	12 468	6 504	5 964	5 606	2 884	2 722
35 a 39 anos	944 446	487 349	457 097	10 116	5 201	4 915	4 038	2 000	2 038
40 a 44 anos	832 647	436 254	396 393	8 840	4 867	3 973	3 816	1 896	1 920
45 a 49 anos	698 346	363 049	335 297	6 095	3 285	2 810	3 524	1 764	1 760
50 a 54 anos	586 782	309 599	277 183	5 300	2 885	2 415	2 909	1 408	1 501
55 a 59 anos	465 645	242 326	223 319	3 706	1 916	1 790	2 713	1 287	1 426
60 a 64 anos	388 789	208 930	179 859	3 575	1 864	1 711	2 186	1 103	1 083
65 a 69 anos	312 203	170 766	141 437	3 427	1 851	1 576	1 823	926	897
70 a 74 anos	211 332	115 602	95 730	2 569	1 552	1 017	1 358	716	642
75 a 79 anos	138 441	73 699	64 742	1 750	867	883	693	321	372
80 anos ou mais	122 295	60 018	62 277	1 331	657	674	717	374	343

Fonte - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Tabela 1.4 - População residente, por cor ou raça, segundo o sexo e a religião

(continua)

Sexo e religião	População residente						
	Total	Cor ou raça					
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Total	146 815 788	75 704 924	7 335 142	630 656	62 316 059	294 130	534 877
Cristã tradicional	122 366 689	62 733 609	5 904 822	424 607	52 852 225	189 747	261 679
Católica apostólica romana	121 812 759	62 487 968	5 871 417	422 800	52 581 379	189 030	260 165
Católica apostólica brasileira	518 533	215 723	32 644	1 717	266 400	703	1 346
Católica ortodoxa	35 397	29 918	761	90	4 446	14	168
Cristã reformada	13 189 282	7 209 839	661 380	28 517	5 212 044	40 025	37 477
Evangélica tradicional	4 388 310	2 864 765	150 926	15 322	1 332 155	14 126	11 016
Adventista	706 407	371 190	27 089	1 280	303 660	1 131	2 057
Batista	1 532 676	784 260	80 416	3 488	650 399	9 757	4 356
Luterana	1 029 679	974 138	5 502	813	47 667	520	1 039
Metodista	138 885	99 479	6 189	1 087	31 801	71	258
Presbiteriana	498 207	333 966	12 900	4 592	143 961	1 644	1 144
Outra	107 807	79 562	3 341	966	23 753	39	146
Não determinada	374 649	222 170	15 489	3 096	130 914	964	2 016
Evangélica pentecostal	9 179 666	3 939 269	479 549	10 558	3 703 578	22 518	24 194
Assembléia de Deus	2 439 770	1 118 209	153 013	2 223	1 154 593	4 840	6 892
Congregação cristã do Brasil	1 635 984	1 022 951	68 303	2 307	535 539	1 852	5 032
Deus é amor	169 341	78 421	14 176	166	75 734	268	576
Evangelho quadrangular	303 267	183 156	17 810	279	101 252	297	473
Tradicional renovada	194 021	102 244	9 632	1 461	79 648	406	630
Universal do reino de Deus	268 956	108 949	30 180	306	128 010	265	1 246
Outra	558 801	298 865	32 086	1 335	221 303	3 585	1 626
Não determinada	2 609 526	1 026 474	154 349	2 480	1 407 499	11 005	7 719
Não determinada	621 308	405 805	30 905	2 637	176 311	3 381	2 267
Neo-cristã	875 201	493 028	48 495	2 347	328 149	606	2 576
Mórmon	93 193	63 167	3 538	200	26 002	49	237
Testemunha de Jeová	752 575	412 665	43 564	1 992	291 694	373	2 287
Outra	29 433	17 196	1 393	155	10 453	184	52
Mediúnica	2 292 817	1 556 155	157 170	6 210	563 799	2 607	6 876
Espírita	1 644 342	1 222 823	62 788	5 396	347 909	1 021	4 405
Candomblé	106 957	41 826	21 122	67	43 369	192	381
Umbanda	541 518	291 506	73 260	747	172 521	1 394	2 090
Judaica ou Israelita	86 423	84 134	161	18	1 874	-	236
Oriental	368 580	166 877	16 386	110 438	73 073	322	1 484
Budista	236 403	89 061	11 123	89 974	45 053	175	1 017
Messiânica	81 347	52 985	3 733	4 944	19 439	46	200
Outra	50 830	24 831	1 530	15 520	8 581	101	267
Outra	94 558	64 057	2 438	691	18 550	8 197	625
Sem religião	6 946 236	3 169 270	519 464	51 975	3 117 358	46 830	41 339
Não determinada, mal definida ou sem declaração	596 002	227 955	24 826	5 853	148 987	5 796	182 585

Tabela 1.4 - População residente, por cor ou raça, segundo o sexo e a religião

(continuação)

Sexo e religião	População residente						
	Total	Cor ou raça					
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Homens	72 478 162	36 526 138	3 744 332	317 136	31 482 746	150 108	257 702
Cristã tradicional	60 649 118	30 368 195	3 036 362	212 685	26 808 277	95 661	126 938
Católica apostólica romana	60 374 963	30 249 106	3 019 671	211 726	26 671 803	96 305	126 352
Católica apostólica brasileira	257 324	104 359	16 429	913	134 742	345	536
Católica ortodoxa	16 831	14 730	262	46	1 732	11	50
Cristã reformada	5 857 394	3 192 302	288 684	13 693	2 327 409	19 264	16 042
Evangélica tradicional	1 975 738	1 298 880	66 806	7 365	590 872	6 993	4 822
Adventista	313 531	162 025	12 144	663	137 221	529	949
Batista	655 064	326 973	35 394	1 650	284 230	5 027	1 790
Luterana	509 726	482 527	2 863	425	23 179	272	460
Metodista	60 148	43 132	2 549	478	13 882	46	61
Presbiteriana	220 305	147 273	5 517	2 118	64 274	587	536
Outra	48 560	36 640	1 441	471	10 070	12	26
Não determinada	168 304	100 310	6 898	1 560	58 016	520	1 000
Evangélica pentecostal	3 605 880	1 713 571	208 879	5 059	1 657 373	10 753	10 245
Assembléia de Deus	1 095 704	495 096	70 142	1 091	524 195	2 335	2 845
Congregação cristã do Brasil	740 081	458 702	30 132	1 142	247 079	714	2 312
Deus é amor	72 624	33 243	6 027	103	32 835	131	285
Evangelho quadrangular	123 514	75 576	6 825	141	40 702	103	167
Tradicional renovada	85 060	44 071	4 247	631	35 692	160	259
Universal do reino de Deus	93 245	38 085	10 056	148	44 509	77	370
Outra	240 280	127 194	13 412	656	96 575	1 770	673
Não determinada	1 155 372	441 604	68 038	1 147	635 786	5 463	3 334
Não determinada	275 776	179 851	12 999	1 259	79 164	1 518	975
Neo-cristã	367 993	206 425	20 379	1 122	138 760	280	1 027
Mórmon	41 326	28 374	1 642	77	11 111	20	102
Testemunha de Jeová	312 870	170 022	18 253	978	122 558	156	903
Outra	13 797	8 029	484	67	5 091	104	22
Mediúnica	981 327	562 332	66 398	2 715	245 809	1 082	2 991
Espírita	703 367	519 581	27 023	2 379	152 220	316	1 848
Candomblé	46 255	18 258	8 516	39	19 225	69	148
Umbanda	231 705	124 493	30 859	297	74 364	697	995
Judaica ou Israelita	42 962	41 760	77	-	1 015	-	110
Oriental	159 648	67 285	6 824	53 744	30 898	206	691
Budista	107 987	37 983	4 856	44 457	20 046	98	547
Messiânica	30 434	19 422	1 420	2 320	7 209	38	25
Outra	21 227	9 880	548	6 967	3 643	70	119
Outra	46 546	31 122	1 080	263	9 683	4 154	244
Sem religião	4 082 917	1 846 570	312 177	30 117	1 847 479	25 325	21 249
Não determinada, mal definida ou sem declaração	290 257	110 147	12 351	2 797	73 416	3 136	88 410

Tabela 1.4 - População residente, por cor ou raça, segundo o sexo e a religião

(conclusão)

Sexo e religião	População residente						
	Total	Cor ou raça					
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Mulheres	74 337 626	39 178 786	3 590 810	313 520	30 833 313	144 022	277 175
Cristã tradicional	61 717 571	32 365 414	2 868 460	211 922	26 043 948	93 086	134 741
Católica apostólica romana	61 437 796	32 238 862	2 851 746	211 074	25 909 576	92 725	133 813
Católica apostólica brasileira	261 209	111 364	16 215	804	131 658	358	810
Católica ortodoxa	18 566	15 188	499	44	2 714	3	118
Cristã reformada	7 331 888	4 017 537	372 696	14 824	2 884 635	20 761	21 435
Evangélica tradicional	2 412 572	1 565 885	84 120	7 957	741 283	7 133	6 194
Adventista	392 876	209 165	14 945	617	166 439	602	1 108
Batista	877 612	457 287	45 022	1 838	366 169	4 730	2 566
Luterana	519 953	491 611	2 639	388	24 488	248	579
Metodista	78 737	56 347	3 640	609	17 919	25	197
Presbiteriana	277 902	186 693	7 383	2 474	79 687	1 057	608
Outra	59 147	42 922	1 900	495	13 683	27	120
Não determinada	206 345	121 860	8 591	1 536	72 898	444	1 016
Evangélica pentecostal	4 573 786	2 225 698	270 670	5 499	2 045 205	11 755	13 949
Assembléia de Deus	1 344 066	623 113	82 871	1 132	630 398	2 505	4 047
Congregação cristã do Brasil	895 903	564 249	38 171	1 165	288 460	1 138	2 720
Deus é amor	96 717	45 178	8 149	63	42 899	137	291
Evangelho quadrangular	179 753	107 580	10 985	138	60 550	194	306
Tradicional renovada	108 961	58 173	5 385	830	43 956	246	371
Universal do reino de Deus	175 711	70 864	20 124	158	83 501	188	876
Outra	318 521	171 671	18 674	680	124 728	1 815	953
Não determinada	1 454 154	584 870	86 311	1 333	771 713	5 542	4 385
Não determinada	345 530	225 954	17 906	1 368	97 147	1 863	1 292
Neo-cristã	507 208	286 603	28 116	1 225	189 389	326	1 549
Mórmon	51 867	34 793	1 896	123	14 891	29	135
Testemunha de Jeová	439 705	242 643	25 311	1 014	169 136	217	1 384
Outra	15 636	9 167	909	88	5 362	80	30
Mediúnica	1 311 490	893 823	90 772	3 495	317 990	1 525	3 885
Espírita	940 975	703 242	35 765	3 017	195 689	705	2 557
Candomblé	60 702	23 568	12 606	28	24 144	123	233
Umbanda	309 813	167 013	42 401	450	98 157	697	1 095
Judaica ou Israelita	43 461	42 374	84	18	859	-	126
Oriental	208 932	99 592	9 562	56 694	42 175	116	793
Budista	128 416	51 078	6 267	45 517	25 007	77	470
Messiânica	50 913	33 563	2 313	2 624	12 230	8	175
Outra	29 603	14 951	982	8 553	4 938	31	148
Outra	48 012	32 935	1 358	428	8 867	4 043	381
Sem religião	2 863 319	1 322 700	207 287	21 858	1 269 879	21 505	20 090
Não determinada, mal definida ou sem declaração	305 745	117 808	12 475	3 056	75 571	2 560	94 175

Fonte - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Tabela 1.6 - População residente, por cor ou raça e sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População residente					
	Total			Cor ou raça		
				Branca		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
BRASIL	146 815 705	72 478 089	74 337 616	75 704 934	36 526 127	39 178 807
Região Norte	10 027 362	5 093 808	4 933 554	2 279 177	1 085 319	1 193 858
Rondônia	1 133 269	586 288	546 981	443 089	221 393	221 696
Acre	417 102	211 650	205 452	95 139	44 499	50 640
Amazonas	2 102 769	1 059 781	1 042 988	364 633	169 538	195 095
Roraima	217 587	119 367	98 220	45 239	22 389	22 850
Pará	4 949 191	2 501 397	2 447 794	1 045 313	490 063	555 250
Amapá	289 038	145 109	143 929	62 488	28 900	33 588
Tocantins	918 406	470 216	448 190	223 276	108 537	114 739
Região Nordeste	42 494 044	20 781 482	21 712 562	11 317 705	5 238 673	6 079 032
Maranhão	4 929 681	2 446 370	2 483 311	1 016 250	473 143	543 107
Piauí	2 582 067	1 261 219	1 320 848	564 218	262 057	302 161
Ceará	6 366 099	3 090 160	3 275 939	1 867 153	853 221	1 013 932
Rio Grande do Norte	2 415 075	1 178 406	1 236 669	854 631	393 390	461 241
Paraíba	3 201 334	1 546 555	1 654 779	1 165 166	536 441	628 725
Pernambuco	7 127 938	3 442 885	3 685 053	2 353 197	1 081 405	1 271 792
Alagoas	2 512 663	1 227 859	1 284 804	703 483	323 851	379 632
Sergipe	1 491 877	730 527	781 350	394 957	184 453	210 504
Bahia	11 867 310	5 857 501	6 009 809	2 398 650	1 130 712	1 267 938
Região Sudeste	62 740 145	30 892 586	31 847 559	39 261 022	19 000 122	20 260 900
Minas Gerais	15 743 536	7 803 482	7 940 054	8 090 978	3 925 184	4 165 794
Espírito Santo	2 600 623	1 297 600	1 303 023	1 246 493	606 316	640 177
Rio de Janeiro	12 807 188	6 177 537	6 629 651	7 022 286	3 322 959	3 699 337
São Paulo	31 588 798	15 613 967	15 974 831	22 901 255	11 145 663	11 755 592
Região Sul	22 129 089	10 979 495	11 149 594	18 428 446	9 057 377	9 371 069
Paraná	8 448 598	4 207 760	4 240 838	6 408 520	3 140 992	3 267 528
Santa Catarina	4 542 036	2 275 679	2 266 357	4 077 825	2 030 786	2 047 039
Rio Grande do Sul	9 138 455	4 496 056	4 642 399	7 942 101	3 885 599	4 056 502
Região Centro-Oeste	9 425 065	4 730 718	4 694 347	4 418 584	2 144 636	2 273 948
Mato Grosso do Sul	1 780 374	898 999	881 375	938 988	459 432	479 556
Mato Grosso	2 026 072	1 048 516	977 556	821 814	413 706	408 108
Goiás	4 017 524	2 014 653	2 002 871	1 906 843	921 320	985 523
Distrito Federal	1 601 095	768 550	832 545	750 939	350 178	400 761

1 - Características gerais da população

Tabela 1.6 - População residente, por cor ou raça e sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População residente					
	Cor ou raça					
	Preta			Amarela		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
BRASIL	7 335 116	3 744 308	3 590 808	630 633	317 131	313 502
Região Norte	329 257	185 175	144 082	14 000	7 054	6 946
Rondônia	39 854	22 329	17 525	2 521	1 397	1 124
Acre	10 988	5 669	5 319	211	84	127
Amazonas	42 877	24 362	18 515	3 428	1 644	1 784
Roraima	7 885	5 224	2 661	440	220	220
Pará	159 834	90 321	69 513	6 377	3 205	3 172
Amapá	11 812	6 363	5 449	175	104	71
Tocantins	56 007	30 907	25 100	848	400	448
Região Nordeste	2 368 211	1 217 802	1 150 409	27 363	13 433	13 930
Maranhão	275 582	142 447	133 135	3 431	1 633	1 798
Piauí	144 585	74 442	70 143	779	414	365
Ceará	187 742	97 047	90 695	4 070	1 883	2 187
Rio Grande do Norte	74 517	39 388	35 129	1 125	477	648
Paraíba	104 317	53 455	50 862	1 277	726	551
Pernambuco	232 808	117 083	115 725	4 274	2 052	2 222
Alagoas	86 491	44 538	41 953	1 378	768	610
Sergipe	62 187	32 509	29 678	1 114	571	543
Bahia	1 199 982	616 893	583 089	9 915	4 909	5 006
Região Sudeste	3 662 779	1 835 862	1 826 917	471 712	236 659	235 053
Minas Gerais	1 057 381	535 315	522 066	13 346	6 894	6 452
Espírito Santo	147 791	77 720	70 071	2 694	1 431	1 263
Rio de Janeiro	1 303 625	638 846	664 779	16 483	8 100	8 383
São Paulo	1 153 982	583 981	570 001	439 189	220 234	218 955
Região Sul	681 929	347 637	334 292	86 864	44 203	42 661
Paraná	190 455	100 493	89 962	77 808	39 212	38 596
Santa Catarina	97 439	49 962	47 477	4 145	2 355	1 790
Rio Grande do Sul	394 035	197 182	196 853	4 911	2 636	2 275
Região Centro-Oeste	292 940	157 832	135 108	30 694	15 782	14 912
Mato Grosso do Sul	38 818	22 059	16 759	15 013	7 736	7 277
Mato Grosso	79 193	44 108	35 085	5 774	3 008	2 766
Goiás	128 108	68 678	59 430	4 783	2 359	2 424
Distrito Federal	46 821	22 987	23 834	5 124	2 679	2 445

Tabela 1.6 - População residente, por cor ou raça e sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População residente								
	Cor ou raça								
	Parda			Indígena			Sem declaração		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
BRASIL	62 316 045	31 482 725	30 833 320	294 118	150 104	144 014	534 859	257 694	277 165
Região Norte	7 230 654	3 726 807	3 503 847	124 617	65 462	59 155	49 657	23 991	25 666
Rondônia	635 145	334 883	300 262	4 134	2 146	1 988	8 526	4 140	4 386
Acre	306 017	159 048	146 969	4 747	2 350	2 397	-	-	-
Amazonas	1 610 992	822 361	788 631	67 878	35 678	32 200	12 961	6 198	6 763
Roraima	136 450	76 714	59 736	23 427	12 577	10 850	4 146	2 243	1 903
Pará	3 699 494	1 899 094	1 800 400	16 132	8 359	7 773	22 041	10 355	11 686
Amapá	211 318	108 055	103 263	3 245	1 687	1 558	-	-	-
Tocantins	631 238	326 652	304 586	5 054	2 665	2 389	1 983	1 055	928
Região Nordeste	28 611 058	14 228 276	14 382 782	55 842	28 049	27 793	113 865	55 249	58 616
Maranhão	3 603 374	1 813 866	1 789 508	15 670	7 870	7 800	15 374	7 411	7 963
Piauí	1 868 874	922 600	946 274	313	148	165	3 298	1 558	1 740
Ceará	4 290 822	2 130 142	2 160 680	2 692	1 281	1 411	13 620	6 586	7 034
Rio Grande do Norte	1 480 482	742 990	737 492	394	179	215	3 926	1 982	1 944
Paraíba	1 917 848	949 312	968 536	3 782	2 039	1 743	8 944	4 582	4 362
Pernambuco	4 517 317	2 232 448	2 284 869	10 578	5 126	5 452	9 764	4 771	4 993
Alagoas	1 711 822	853 955	857 867	5 686	2 923	2 763	3 803	1 824	1 979
Sergipe	1 030 234	511 104	519 130	706	469	237	2 679	1 421	1 258
Bahia	8 190 285	4 071 859	4 118 426	16 021	8 014	8 007	52 457	25 114	27 343
Região Sudeste	18 985 405	9 646 848	9 338 557	30 576	14 482	16 094	328 651	158 613	170 038
Minas Gerais	6 541 876	3 316 879	3 224 997	6 109	2 873	3 236	33 846	16 337	17 509
Espírito Santo	1 198 866	609 780	589 086	2 354	1 152	1 202	2 425	1 201	1 224
Rio de Janeiro	4 373 050	2 164 537	2 208 513	8 953	4 097	4 856	82 781	38 998	43 783
São Paulo	6 871 613	3 555 652	3 315 961	13 160	6 360	6 800	209 599	102 077	107 522
Região Sul	2 873 683	1 502 247	1 371 436	30 337	15 139	15 198	27 830	12 892	14 938
Paraná	1 755 442	919 222	836 220	10 972	5 563	5 409	5 401	2 278	3 123
Santa Catarina	351 614	187 196	164 418	4 886	2 442	2 444	6 127	2 938	3 189
Rio Grande do Sul	766 627	395 829	370 798	14 479	7 134	7 345	16 302	7 676	8 626
Região Centro-Oeste	4 615 245	2 378 547	2 236 698	52 746	26 972	25 774	14 856	6 949	7 907
Mato Grosso do Sul	750 914	391 190	359 724	32 756	16 777	15 979	3 885	1 805	2 080
Mato Grosso	1 102 665	579 299	523 366	16 548	8 363	8 185	78	32	46
Goiás	1 969 893	1 018 435	951 458	2 095	1 079	1 016	5 802	2 782	3 020
Distrito Federal	791 773	389 623	402 150	1 347	753	594	5 091	2 330	2 761

Fonte - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

2 - Instrução

Tabela 2.1 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por cor ou raça e sexo, segundo a alfabetização e os grupos de idade

(continua)

Alfabetização e grupos de idade	Pessoas de 5 anos ou mais de idade					
	Total			Cor ou raça		
				Branca		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	130 283 402	64 085 268	66 198 134	67 287 877	32 291 607	34 996 270
5 a 9 anos	17 423 148	8 837 678	8 585 470	8 178 121	4 095 626	4 082 495
5 anos	3 440 537	1 748 502	1 692 035	1 624 822	817 040	807 782
6 anos	3 399 081	1 725 315	1 673 766	1 588 406	795 742	792 664
7 anos	3 397 049	1 719 940	1 677 109	1 588 364	795 300	793 064
8 anos	3 562 766	1 804 234	1 758 532	1 670 684	832 711	837 973
9 anos	3 623 715	1 839 687	1 784 028	1 705 845	854 833	851 012
10 anos ou mais	112 860 254	55 247 590	57 612 664	59 109 756	28 195 981	30 913 775
10 a 14 anos	17 049 639	8 594 911	8 454 728	7 877 891	3 921 929	3 955 962
10 anos	3 596 026	1 824 134	1 771 892	1 685 694	844 574	841 120
11 anos	3 559 822	1 802 842	1 756 980	1 643 091	823 914	819 177
12 anos	3 394 626	1 714 583	1 680 043	1 562 088	782 896	779 192
13 anos	3 296 088	1 652 072	1 644 016	1 511 727	746 904	764 823
14 anos	3 203 077	1 601 280	1 601 797	1 475 291	723 641	751 650
15 anos ou mais	95 810 615	46 652 679	49 157 936	51 231 865	24 274 052	26 957 813
15 a 19 anos	15 012 509	7 497 313	7 515 196	7 119 734	3 443 910	3 675 824
15 anos	3 173 970	1 583 512	1 590 458	1 472 441	717 326	755 115
16 anos	3 095 904	1 541 941	1 553 963	1 442 807	698 884	743 923
17 anos	2 978 651	1 489 477	1 489 174	1 401 003	677 934	723 069
18 anos	2 964 249	1 494 159	1 470 090	1 418 149	687 956	730 193
19 anos	2 799 735	1 388 224	1 411 511	1 385 334	661 810	723 524
20 a 24 anos	13 558 380	6 720 110	6 838 270	6 888 007	3 298 188	3 589 819
25 a 29 anos	12 629 048	6 170 593	6 458 455	6 759 191	3 212 736	3 546 455
30 a 34 anos	11 061 079	5 402 673	5 658 406	6 020 110	2 881 608	3 138 502
35 a 39 anos	9 461 585	4 592 992	4 868 593	5 187 746	2 471 921	2 715 825
40 a 44 anos	7 844 599	3 853 400	3 991 199	4 308 982	2 072 555	2 236 427
45 a 49 anos	6 152 757	2 985 460	3 166 297	3 386 549	1 610 997	1 775 552
50 a 54 anos	5 165 184	2 526 582	2 638 602	2 855 993	1 372 504	1 483 489
55 a 59 anos	4 249 367	2 008 384	2 240 983	2 418 455	1 119 993	1 298 462
60 a 64 anos	3 636 497	1 708 468	1 928 029	2 126 680	976 951	1 149 729
65 a 69 anos	2 775 280	1 305 883	1 469 397	1 627 748	742 667	885 081
70 a 74 anos	1 882 595	867 088	1 015 507	1 119 609	494 804	624 805
75 a 79 anos	1 273 669	566 473	707 196	759 376	322 752	436 624
80 anos ou mais	1 108 066	446 260	661 806	653 685	252 466	401 219

2 - Instrução

Tabela 2.1 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por cor ou raça e sexo, segundo a alfabetização e os grupos de idade

(continuação)

Alfabetização e grupos de idade	Pessoas de 5 anos ou mais de idade					
	Total			Cor ou raça		
				Branca		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Alfabetizadas	98 702 914	48 163 741	50 539 173	56 708 392	27 258 767	29 449 625
5 a 9 anos	7 173 626	3 487 114	3 686 512	4 250 647	2 079 155	2 171 492
5 anos	191 336	93 106	98 230	113 469	55 273	58 196
6 anos	583 631	278 895	304 736	363 484	174 238	189 246
7 anos	1 549 915	750 668	799 247	974 199	474 825	499 374
8 anos	2 234 345	1 085 904	1 148 441	1 326 071	649 194	676 877
9 anos	2 614 399	1 278 541	1 335 858	1 473 424	725 625	747 799
10 anos ou mais	91 529 288	44 676 627	46 852 661	52 457 745	25 179 612	27 278 133
10 a 14 anos	14 306 119	6 949 196	7 356 923	7 317 315	3 589 272	3 728 043
10 anos	2 818 993	1 377 833	1 441 160	1 522 764	751 206	771 558
11 anos	2 922 772	1 427 902	1 494 870	1 513 688	748 502	765 186
12 anos	2 880 638	1 400 387	1 480 251	1 460 554	721 160	739 394
13 anos	2 861 768	1 382 129	1 479 639	1 424 179	693 457	730 722
14 anos	2 821 948	1 360 945	1 461 003	1 396 130	674 947	721 183
15 anos ou mais	77 223 169	37 727 431	39 495 738	45 140 430	21 590 340	23 550 090
15 a 19 anos	13 329 531	6 433 775	6 895 756	6 739 307	3 215 112	3 524 195
15 anos	2 808 858	1 351 556	1 457 302	1 394 246	669 363	724 883
16 anos	2 738 638	1 314 326	1 424 312	1 363 560	650 259	713 301
17 anos	2 644 236	1 276 665	1 367 571	1 326 191	632 678	693 513
18 anos	2 633 039	1 284 346	1 348 693	1 340 787	641 835	698 952
19 anos	2 504 760	1 206 882	1 297 878	1 314 523	620 977	693 546
20 a 24 anos	11 984 110	5 814 333	6 169 777	6 479 511	3 074 800	3 404 711
25 a 29 anos	11 082 112	5 330 919	5 751 193	6 333 913	2 990 319	3 343 594
30 a 34 anos	9 581 652	4 653 767	4 927 885	5 603 689	2 676 690	2 926 999
35 a 39 anos	7 925 271	3 866 067	4 059 204	4 739 953	2 267 343	2 472 610
40 a 44 anos	6 187 548	3 088 198	3 099 350	3 798 127	1 849 456	1 948 671
45 a 49 anos	4 578 806	2 280 544	2 298 262	2 881 306	1 397 531	1 483 775
50 a 54 anos	3 660 278	1 862 771	1 797 507	2 341 119	1 158 218	1 182 901
55 a 59 anos	2 855 892	1 424 687	1 431 205	1 898 920	916 667	982 253
60 a 64 anos	2 308 063	1 155 048	1 153 015	1 595 459	772 600	822 859
65 a 69 anos	1 603 369	804 097	799 272	1 139 107	550 531	588 576
70 a 74 anos	1 002 583	493 500	509 083	737 520	347 228	390 292
75 a 79 anos	633 698	302 987	330 711	475 820	216 072	259 748
80 anos ou mais	490 256	216 738	273 518	376 679	157 773	218 906
Não-Alfabetizadas	31 580 488	15 921 527	15 658 961	10 579 485	5 032 840	5 546 645
5 a 9 anos	10 249 522	5 350 564	4 898 958	3 927 474	2 016 471	1 911 003
5 anos	3 249 201	1 655 396	1 593 805	1 511 353	761 767	749 586
6 anos	2 815 450	1 446 420	1 369 030	1 224 922	621 504	603 418
7 anos	1 847 134	969 272	877 862	614 165	320 475	293 690
8 anos	1 328 421	718 330	610 091	344 813	183 517	161 096
9 anos	1 009 316	561 146	448 170	232 421	129 208	103 213
10 anos ou mais	21 330 966	10 570 963	10 760 003	6 652 011	3 016 369	3 635 642
10 a 14 anos	2 743 520	1 645 715	1 097 805	560 576	332 657	227 919
10 anos	777 033	446 301	330 732	162 930	93 368	69 562
11 anos	637 050	374 940	262 110	129 403	75 412	53 991
12 anos	513 988	314 196	199 792	101 534	61 736	39 798
13 anos	434 320	269 943	164 377	87 548	53 447	34 101
14 anos	381 129	240 335	140 794	79 161	48 694	30 467
15 anos ou mais	18 587 446	8 925 248	9 662 198	6 091 435	2 683 712	3 407 723
15 a 19 anos	1 682 978	1 063 538	619 440	380 427	228 798	151 629
15 anos	365 112	231 956	133 156	78 195	47 963	30 232
16 anos	357 266	227 615	129 651	79 247	48 625	30 622
17 anos	334 415	212 812	121 603	74 812	45 256	29 556
18 anos	331 210	209 813	121 397	77 362	46 121	31 241
19 anos	294 975	181 342	113 633	70 811	40 833	29 978
20 a 24 anos	1 574 270	905 777	668 493	408 496	223 388	185 108
25 a 29 anos	1 546 936	839 674	707 262	425 278	222 417	202 861
30 a 34 anos	1 479 427	748 906	730 521	416 421	204 918	211 503
35 a 39 anos	1 536 314	726 925	809 389	447 793	204 578	243 215
40 a 44 anos	1 657 051	765 202	891 849	510 855	223 099	287 756
45 a 49 anos	1 573 951	705 916	868 035	505 243	213 466	291 777
50 a 54 anos	1 504 906	663 811	841 095	514 874	214 286	300 588
55 a 59 anos	1 393 475	583 697	809 778	519 535	203 326	316 209
60 a 64 anos	1 328 434	553 420	775 014	531 221	204 351	326 870
65 a 69 anos	1 171 911	501 786	670 125	488 641	192 136	296 505
70 a 74 anos	880 012	373 588	506 424	382 089	147 576	234 513
75 a 79 anos	639 971	263 486	376 485	283 556	106 680	176 876
80 anos ou mais	617 810	229 522	388 288	277 006	94 693	182 313

2 - Instrução

Tabela 2.1 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por cor ou raça e sexo, segundo a alfabetização e os grupos de idade

(continuação)

Alfabetização e grupos de idade	Pessoas de 5 anos ou mais de idade					
	Cor ou raça					
	Preta			Amarela		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	6 704 615	3 416 336	3 288 279	591 458	296 641	294 817
5 a 9 anos	758 223	396 207	362 016	49 633	25 321	24 312
5 anos	144 237	74 187	70 050	9 321	4 774	4 547
6 anos	145 904	77 170	68 734	8 915	4 620	4 295
7 anos	150 674	79 288	71 386	9 964	4 914	5 050
8 anos	156 370	81 782	74 588	10 721	5 619	5 102
9 anos	161 038	83 780	77 258	10 712	5 394	5 318
10 anos ou mais	5 946 392	3 020 129	2 926 263	541 825	271 320	270 505
10 a 14 anos	813 808	418 958	394 850	55 922	28 598	27 324
10 anos	163 648	84 890	78 758	11 133	5 830	5 303
11 anos	166 618	85 871	80 747	11 945	6 107	5 838
12 anos	162 416	82 369	80 047	11 200	5 735	5 465
13 anos	161 258	83 224	78 034	10 414	5 424	4 990
14 anos	159 868	82 604	77 264	11 230	5 502	5 728
15 anos ou mais	5 132 584	2 601 171	2 531 413	485 903	242 722	243 181
15 a 19 anos	748 802	394 753	354 049	50 834	25 635	25 199
15 anos	158 711	82 642	76 069	10 814	5 657	5 157
16 anos	154 989	82 116	72 873	10 496	5 218	5 278
17 anos	148 091	77 427	70 664	10 086	5 180	4 906
18 anos	150 424	80 229	70 195	9 780	4 808	4 972
19 anos	136 587	72 339	64 248	9 658	4 772	4 886
20 a 24 anos	687 264	363 630	323 634	44 598	21 914	22 684
25 a 29 anos	631 024	328 889	302 135	45 856	22 639	23 217
30 a 34 anos	580 082	295 988	284 094	47 709	23 506	24 203
35 a 39 anos	509 159	258 286	250 873	50 467	24 957	25 510
40 a 44 anos	428 732	218 037	210 695	52 498	26 454	26 044
45 a 49 anos	343 640	171 179	172 461	44 857	22 453	22 404
50 a 54 anos	303 594	150 270	153 324	38 769	20 177	18 592
55 a 59 anos	254 210	120 747	133 463	30 771	16 245	14 526
60 a 64 anos	220 238	102 493	117 745	25 400	12 572	12 828
65 a 69 anos	165 559	79 954	85 605	19 664	9 569	10 095
70 a 74 anos	111 522	52 929	58 593	14 899	7 085	7 814
75 a 79 anos	77 079	34 888	42 191	9 900	5 149	4 751
80 anos ou mais	71 679	29 128	42 551	9 681	4 367	5 314

2 - Instrução

Tabela 2.1 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por cor ou raça e sexo, segundo a alfabetização e os grupos de idade

(continuação)

Alfabetização e grupos de idade	Pessoas de 5 anos ou mais de idade					
	Cor ou raça					
	Preta			Amarela		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Alfabetizadas	4 376 301	2 234 710	2 141 591	545 920	276 583	269 337
5 a 9 anos	243 887	119 238	124 649	32 011	16 217	15 794
5 anos	6 180	2 951	3 229	1 104	557	547
6 anos	16 989	8 483	8 506	3 369	1 667	1 702
7 anos	48 713	23 585	25 128	7 979	3 978	4 001
8 anos	75 351	36 617	38 734	9 512	4 982	4 530
9 anos	96 654	47 602	49 052	10 047	5 033	5 014
10 anos ou mais	4 132 414	2 115 472	2 016 942	513 909	260 366	253 543
10 a 14 anos	614 677	300 557	314 120	54 188	27 529	26 659
10 anos	111 457	55 185	56 272	10 723	5 601	5 122
11 anos	120 531	58 979	61 552	11 524	5 871	5 653
12 anos	124 091	59 329	64 762	10 874	5 512	5 362
13 anos	127 873	62 555	65 318	10 132	5 242	4 890
14 anos	130 725	64 509	66 216	10 935	5 303	5 632
15 anos ou mais	3 517 737	1 814 915	1 702 822	459 721	232 837	226 884
15 a 19 anos	614 392	309 622	304 770	49 697	25 010	24 687
15 anos	129 695	64 377	65 318	10 586	5 532	5 054
16 anos	126 297	63 591	62 706	10 243	5 102	5 141
17 anos	122 008	60 524	61 484	9 936	5 092	4 844
18 anos	123 292	63 367	59 925	9 546	4 697	4 849
19 anos	113 100	57 763	55 337	9 386	4 587	4 799
20 a 24 anos	559 930	288 155	271 775	43 479	21 320	22 159
25 a 29 anos	505 562	260 269	245 293	44 506	22 054	22 452
30 a 34 anos	452 845	231 451	221 394	46 633	22 909	23 724
35 a 39 anos	374 308	193 091	181 217	49 288	24 359	24 929
40 a 44 anos	282 092	147 909	134 183	51 195	25 769	25 426
45 a 49 anos	205 637	108 032	97 605	43 595	21 970	21 625
50 a 54 anos	167 306	89 617	77 689	37 315	19 516	17 799
55 a 59 anos	125 686	65 836	59 850	28 831	15 505	13 326
60 a 64 anos	97 900	50 604	47 296	22 815	11 766	11 049
65 a 69 anos	62 830	33 858	28 972	15 589	8 611	7 978
70 a 74 anos	34 986	18 743	16 243	11 835	6 242	5 593
75 a 79 anos	20 454	10 700	9 754	7 513	4 333	3 180
80 anos ou mais	13 809	7 028	6 781	6 430	3 473	2 957
Não-Alfabetizadas	2 328 314	1 181 626	1 146 688	45 538	20 058	25 480
5 a 9 anos	514 336	276 969	237 367	17 622	9 104	8 518
5 anos	138 057	71 236	66 821	8 217	4 217	4 000
6 anos	128 915	68 687	60 228	5 546	2 953	2 593
7 anos	101 961	55 703	46 258	1 985	936	1 049
8 anos	81 019	45 165	35 854	1 209	637	572
9 anos	64 384	36 178	28 206	665	361	304
10 anos ou mais	1 813 978	904 657	909 321	27 916	10 954	16 962
10 a 14 anos	199 131	118 401	80 730	1 734	1 069	665
10 anos	52 191	29 705	22 486	410	229	181
11 anos	46 087	26 892	19 195	421	236	185
12 anos	38 325	23 040	15 285	326	223	103
13 anos	33 385	20 669	12 716	282	182	100
14 anos	29 143	18 095	11 048	295	199	96
15 anos ou mais	1 614 847	786 256	828 591	26 182	9 885	16 297
15 a 19 anos	134 410	85 131	49 279	1 137	625	512
15 anos	29 016	18 265	10 751	228	125	103
16 anos	28 692	18 525	10 167	253	116	137
17 anos	26 083	16 903	9 180	150	88	62
18 anos	27 132	16 862	10 270	234	111	123
19 anos	23 487	14 576	8 911	272	185	87
20 a 24 anos	127 334	75 475	51 859	1 119	594	525
25 a 29 anos	125 462	68 620	56 842	1 350	585	765
30 a 34 anos	127 237	64 537	62 700	1 076	597	479
35 a 39 anos	134 851	65 195	69 656	1 179	598	581
40 a 44 anos	146 640	70 128	76 512	1 303	685	618
45 a 49 anos	138 003	63 147	74 856	1 262	483	779
50 a 54 anos	136 288	60 653	75 635	1 454	661	793
55 a 59 anos	128 524	54 911	73 613	1 940	740	1 200
60 a 64 anos	122 338	51 889	70 449	2 585	806	1 779
65 a 69 anos	102 729	46 096	56 633	3 075	958	2 117
70 a 74 anos	78 536	34 186	42 350	3 064	843	2 221
75 a 79 anos	56 625	24 188	32 437	2 387	816	1 571
80 anos ou mais	57 870	22 100	35 770	3 251	894	2 357

2 - Instrução

Tabela 2.1 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por cor ou raça e sexo, segundo a alfabetização e os grupos de idade

(continuação)

Alfabetização e grupos de idade	Pessoas de 5 anos ou mais de idade								
	Cor ou raça								
	Parda			Indígena			Sem declaração		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total.....	54 999 331	27 735 862	27 263 469	248 443	126 916	121 527	451 678	217 906	233 772
5 a 9 anos.....	8 317 241	4 260 139	4 057 102	41 979	21 617	20 362	77 951	38 768	39 183
5 anos.....	1 637 161	840 024	797 137	8 490	4 346	4 144	16 506	8 131	8 375
6 anos.....	1 632 219	835 600	796 619	8 709	4 511	4 198	14 928	7 672	7 256
7 anos.....	1 624 610	828 939	795 671	8 137	4 189	3 948	15 300	7 310	7 990
8 anos.....	1 701 251	872 207	829 044	8 596	4 584	4 012	15 144	7 331	7 813
9 anos.....	1 722 000	883 369	838 631	8 047	3 987	4 060	16 073	8 324	7 749
10 anos ou mais.....	46 682 090	23 475 723	23 206 367	206 464	105 299	101 165	373 727	179 138	194 589
10 a 14 anos.....	8 210 910	4 178 916	4 031 994	35 422	18 553	16 869	55 685	27 957	27 729
10 anos.....	1 715 128	878 267	836 861	7 835	4 192	3 643	12 588	6 381	6 207
11 anos.....	1 718 170	876 747	841 423	7 648	3 729	3 919	12 350	6 474	5 876
12 anos.....	1 641 444	834 764	806 680	6 888	3 656	3 232	10 590	5 163	5 427
13 anos.....	1 595 630	807 648	787 982	6 687	3 689	2 998	10 372	5 183	5 189
14 anos.....	1 540 538	781 490	759 048	6 364	3 287	3 077	9 786	4 756	5 030
15 anos ou mais.....	38 471 180	19 296 807	19 174 373	171 042	86 746	84 296	318 041	151 181	166 860
15 a 19 anos.....	7 014 570	3 593 961	3 420 609	30 988	15 623	15 365	47 581	23 431	24 150
15 anos.....	1 515 437	769 641	745 796	6 702	3 560	3 142	9 865	4 686	5 179
16 anos.....	1 472 328	748 394	723 934	5 942	2 806	3 136	9 342	4 523	4 819
17 anos.....	1 403 888	721 260	682 628	5 895	2 943	2 952	9 688	4 733	4 955
18 anos.....	1 369 097	712 592	656 505	6 802	3 512	3 290	9 997	5 062	4 935
19 anos.....	1 253 820	642 074	611 746	5 647	2 802	2 845	8 689	4 427	4 262
20 a 24 anos.....	5 865 507	2 999 461	2 866 046	26 278	13 660	12 618	46 726	23 257	23 469
25 a 29 anos.....	5 128 378	2 574 166	2 554 212	21 681	11 243	10 438	42 918	20 920	21 998
30 a 34 anos.....	4 357 780	2 174 793	2 182 987	18 496	9 352	9 144	36 902	17 426	19 476
35 a 39 anos.....	3 668 184	1 816 067	1 852 117	15 530	7 837	7 693	30 499	13 924	16 575
40 a 44 anos.....	3 015 607	1 516 765	1 498 842	13 303	7 115	6 188	25 477	12 474	13 003
45 a 49 anos.....	2 347 359	1 167 517	1 179 842	10 258	5 046	5 212	20 094	9 268	10 826
50 a 54 anos.....	1 941 673	971 094	970 579	8 396	4 289	4 107	16 759	8 248	8 511
55 a 59 anos.....	1 525 230	742 077	783 153	6 564	3 081	3 483	14 137	6 241	7 896
60 a 64 anos.....	1 246 387	608 269	638 118	5 626	2 741	2 885	12 166	5 442	6 724
65 a 69 anos.....	947 544	467 251	480 293	5 168	2 482	2 686	9 597	3 960	5 637
70 a 74 anos.....	626 221	307 259	318 962	3 850	2 075	1 775	6 494	2 936	3 558
75 a 79 anos.....	420 607	200 670	219 937	2 622	1 247	1 375	4 085	1 767	2 318
80 anos ou mais.....	368 133	157 457	208 676	2 282	955	1 327	4 606	1 887	2 719

2 - Instrução

Tabela 2.1 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por cor ou raça e sexo, segundo a alfabetização e os grupos de idade

(conclusão)

Alfabetização e grupos de idade	Pessoas de 5 anos ou mais de idade								
	Cor ou raça								
	Parda			Indígena			Sem declaração		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Alfabetizadas	36 626 732	18 174 287	18 452 445	109 243	58 375	50 868	336 326	161 019	175 307
5 a 9 anos	2 608 949	1 254 346	1 354 603	6 920	3 174	3 746	31 212	14 984	16 228
5 anos	68 997	33 711	35 286	220	67	153	1 366	547	819
6 anos	196 039	92 669	103 370	621	331	290	3 129	1 507	1 622
7 anos	511 420	244 684	266 736	1 160	559	601	6 444	3 037	3 407
8 anos	812 348	390 094	422 254	2 098	882	1 216	8 965	4 135	4 830
9 anos	1 020 145	493 188	526 957	2 821	1 335	1 486	11 308	5 758	5 550
10 anos ou mais	34 017 783	16 919 941	17 097 842	102 323	55 201	47 122	305 114	146 035	159 079
10 a 14 anos	6 255 146	2 999 851	3 255 295	18 216	9 411	8 805	46 577	22 576	24 001
10 anos	1 180 951	559 273	601 678	3 278	1 745	1 533	9 820	4 823	4 997
11 anos	1 263 129	607 695	655 434	3 699	1 805	1 894	10 201	5 050	5 151
12 anos	1 272 254	608 088	664 166	3 718	1 987	1 731	9 147	4 311	4 836
13 anos	1 286 881	614 482	672 399	3 840	2 095	1 745	8 863	4 298	4 565
14 anos	1 271 931	610 313	661 618	3 681	1 779	1 902	8 546	4 094	4 452
15 anos ou mais	27 762 637	13 920 090	13 842 547	84 107	45 790	38 317	258 537	123 459	135 078
15 a 19 anos	5 865 153	2 854 145	3 011 007	19 153	9 867	9 286	41 829	20 018	21 811
15 anos	1 261 395	605 992	655 403	4 176	2 170	2 006	8 760	4 122	4 638
16 anos	1 226 776	589 858	636 918	3 648	1 735	1 913	8 114	3 781	4 333
17 anos	1 173 919	572 344	601 575	3 664	1 932	1 732	8 518	4 095	4 423
18 anos	1 146 667	568 093	578 574	4 110	2 171	1 939	8 637	4 183	4 454
19 anos	1 056 396	517 859	538 537	3 555	1 859	1 696	7 800	3 837	3 963
20 a 24 anos	4 844 921	2 401 793	2 443 128	14 875	8 009	6 866	41 394	20 256	21 138
25 a 29 anos	4 148 744	2 033 439	2 115 305	12 245	6 903	5 342	37 142	17 935	19 207
30 a 34 anos	3 437 043	1 702 474	1 734 569	9 514	5 211	4 303	31 928	15 032	16 896
35 a 39 anos	2 727 631	1 365 201	1 362 430	8 056	4 312	3 744	26 035	11 761	14 274
40 a 44 anos	2 029 676	1 051 293	978 383	6 088	3 597	2 491	20 370	10 174	10 196
45 a 49 anos	1 428 370	743 681	684 689	4 554	2 335	2 219	15 344	6 995	8 349
50 a 54 anos	1 099 575	587 633	511 942	2 904	1 736	1 168	12 059	6 051	6 008
55 a 59 anos	790 278	420 767	369 511	2 388	1 317	1 071	9 789	4 595	5 194
60 a 64 anos	582 132	315 291	266 841	1 641	952	689	8 116	3 835	4 281
65 a 69 anos	377 416	207 647	169 769	1 133	694	439	6 294	2 756	3 538
70 a 74 anos	213 747	119 003	94 744	797	454	343	3 698	1 830	1 868
75 a 79 anos	127 127	70 436	56 691	450	256	194	2 334	1 190	1 144
80 anos ou mais	90 824	47 286	43 538	309	147	162	2 205	1 031	1 174
Não-Alfabetizadas	18 372 599	9 561 575	8 811 024	139 200	68 541	70 659	115 352	56 887	58 465
5 a 9 anos	5 708 292	3 005 793	2 702 499	35 059	18 443	16 616	46 739	23 784	22 955
5 anos	1 568 164	806 313	761 851	8 270	4 279	3 991	15 140	7 584	7 556
6 anos	1 436 180	742 931	693 249	8 088	4 180	3 908	11 799	6 165	5 634
7 anos	1 113 190	584 255	528 935	6 977	3 630	3 347	8 856	4 273	4 583
8 anos	888 903	482 113	406 790	6 498	3 702	2 796	6 179	3 196	2 983
9 anos	701 855	390 181	311 674	5 226	2 652	2 574	4 765	2 566	2 199
10 anos ou mais	12 664 307	6 555 782	6 108 525	104 141	50 098	54 043	68 613	33 103	35 510
10 a 14 anos	1 955 764	1 179 065	776 699	17 206	9 142	8 064	9 109	5 381	3 728
10 anos	554 177	318 994	235 183	4 557	2 447	2 110	2 768	1 558	1 210
11 anos	455 041	269 052	185 989	3 948	1 924	2 025	2 149	1 424	725
12 anos	369 190	226 676	142 514	3 170	1 669	1 501	1 443	852	591
13 anos	308 749	193 166	115 583	2 847	1 594	1 253	1 509	885	624
14 anos	268 607	171 177	97 430	2 683	1 508	1 175	1 240	662	578
15 anos ou mais	10 708 543	5 376 717	5 331 826	86 935	40 956	45 979	59 504	27 722	31 782
15 a 19 anos	1 149 417	739 815	409 602	11 835	5 756	6 079	5 752	3 413	2 339
15 anos	254 042	163 649	90 393	2 526	1 390	1 136	1 105	564	541
16 anos	245 552	158 536	87 016	2 294	1 071	1 223	1 228	742	486
17 anos	229 969	148 916	81 053	2 231	1 011	1 220	1 170	638	532
18 anos	222 430	144 499	77 931	2 692	1 341	1 351	1 360	879	481
19 anos	197 424	124 215	73 209	2 092	943	1 149	889	590	299
20 a 24 anos	1 020 586	597 668	422 918	11 403	5 651	5 752	5 332	3 001	2 331
25 a 29 anos	979 634	540 727	438 907	9 436	4 340	5 096	5 776	2 985	2 791
30 a 34 anos	920 737	472 319	448 418	8 982	4 141	4 841	4 974	2 394	2 580
35 a 39 anos	940 553	450 866	489 687	7 474	3 525	3 949	4 464	2 163	2 301
40 a 44 anos	985 931	465 472	520 459	7 215	3 518	3 697	5 107	2 300	2 807
45 a 49 anos	918 989	423 836	495 153	5 704	2 711	2 993	4 750	2 273	2 477
50 a 54 anos	842 098	383 461	458 637	5 492	2 553	2 939	4 700	2 197	2 503
55 a 59 anos	734 952	321 310	413 642	4 176	1 764	2 412	4 348	1 646	2 702
60 a 64 anos	664 255	292 978	371 277	3 985	1 789	2 196	4 050	1 607	2 443
65 a 69 anos	570 128	259 604	310 524	4 035	1 788	2 247	3 303	1 204	2 099
70 a 74 anos	412 474	188 256	224 218	3 053	1 621	1 432	2 796	1 106	1 690
75 a 79 anos	293 480	130 234	163 246	2 172	991	1 181	1 751	577	1 174
80 anos ou mais	275 309	110 171	165 138	1 973	808	1 165	2 401	856	1 545

Fonte - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

2 - Instrução

Tabela 2.3 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por grupos de anos de estudo, segundo a cor ou raça, o sexo e os grupos de idade

(continua)

Cor ou raça, sexo e grupos de idade	Pessoas de 5 anos ou mais de idade						
	Total	Grupos de anos de estudo					
		Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais	Não determinados
Total	130 283 412	34 931 048	29 194 616	38 100 480	12 410 761	11 547 772	4 022 274	76 461
5 ou 6 anos	6 839 615	6 781 888	57 727	-	-	-	-	-
7 a 9 anos	10 583 525	6 219 091	4 346 360	18 074	-	-	-	-
10 a 14 anos	17 049 637	2 966 936	7 777 034	6 184 582	114 681	-	-	6 404
15 a 19 anos	15 012 509	1 623 530	2 607 719	6 990 372	3 045 479	715 703	-	29 706
15 a 17 anos	9 248 525	1 020 198	1 761 416	4 618 388	1 738 171	92 724	-	17 628
18 ou 19 anos	5 763 984	603 332	846 303	2 371 984	1 307 308	622 979	-	12 078
20 a 24 anos	13 558 381	1 513 526	1 837 721	4 837 256	2 555 756	2 535 408	261 117	17 597
25 a 29 anos	12 629 049	1 488 661	1 900 485	3 962 874	2 075 283	2 499 889	693 300	8 557
30 a 34 anos	11 061 082	1 460 907	1 689 433	3 673 130	1 527 440	1 936 950	767 653	5 569
35 a 39 anos	9 461 588	1 533 526	1 693 417	3 088 523	1 034 366	1 381 200	726 255	4 301
40 a 44 anos	7 844 596	1 678 209	1 602 599	2 451 753	660 237	878 288	571 217	2 293
45 a 49 anos	6 152 763	1 614 198	1 372 084	1 838 709	430 128	532 344	364 388	912
50 a 54 anos	5 165 185	1 568 888	1 187 999	1 496 188	313 738	365 594	232 236	542
55 a 59 anos	4 249 368	1 477 844	978 062	1 164 444	224 022	253 221	151 408	367
60 a 64 anos	3 636 500	1 427 692	813 330	933 928	167 255	184 191	110 040	64
65 a 69 anos	2 775 280	1 267 265	577 355	630 404	114 905	117 662	67 603	86
70 a 74 anos	1 882 593	954 656	361 912	389 937	69 260	70 097	36 703	28
75 a 79 anos	1 273 674	690 791	228 790	242 612	43 304	43 815	24 347	15
80 anos ou mais	1 108 067	663 440	162 589	197 694	34 907	33 410	16 007	20
Homens	64 085 274	17 620 071	14 616 854	18 577 584	5 997 965	5 181 260	2 056 361	35 179
5 ou 6 anos	3 473 816	3 445 348	27 468	-	-	-	-	-
7 a 9 anos	5 363 858	3 276 425	2 079 030	8 403	-	-	-	-
10 a 14 anos	8 594 911	1 736 886	3 975 528	2 832 217	47 122	-	-	3 158
15 a 19 anos	7 497 310	996 944	1 420 141	3 437 417	1 340 960	286 103	-	15 745
15 a 17 anos	4 614 928	628 032	956 075	2 249 899	734 204	37 297	-	9 421
18 ou 19 anos	2 882 382	368 912	464 066	1 187 518	606 756	248 806	-	6 324
20 a 24 anos	6 720 110	861 477	980 581	2 430 312	1 245 301	1 089 859	104 135	8 444
25 a 29 anos	6 170 596	807 124	950 765	1 958 093	1 033 032	1 119 304	299 087	3 191
30 a 34 anos	5 402 675	746 163	824 061	1 801 020	772 767	898 493	358 302	1 869
35 a 39 anos	4 592 992	737 039	805 619	1 522 460	527 316	636 067	363 079	1 412
40 a 44 anos	3 853 399	791 581	774 136	1 230 925	342 790	405 657	307 591	719
45 a 49 anos	2 986 464	738 971	657 511	915 089	217 376	248 426	208 814	277
50 a 54 anos	2 526 586	707 978	582 903	754 884	161 142	177 764	141 749	166
55 a 59 anos	2 008 387	635 175	474 231	571 826	109 680	121 006	96 359	110
60 a 64 anos	1 708 468	613 669	401 125	451 595	81 009	88 262	72 787	20
65 a 69 anos	1 305 882	558 412	291 226	300 108	54 957	53 522	47 591	56
70 a 74 anos	867 083	417 667	182 107	179 525	32 318	28 598	26 856	12
75 a 79 anos	566 475	294 039	112 852	106 279	18 798	16 472	18 035	-
80 anos ou mais	446 262	254 173	77 570	77 430	13 397	11 717	11 975	-
Mulheres	66 198 138	17 310 977	14 577 762	19 522 896	6 412 796	6 366 512	1 965 913	41 282
5 ou 6 anos	3 365 799	3 335 540	30 259	-	-	-	-	-
7 a 9 anos	5 219 667	2 942 666	2 267 330	9 671	-	-	-	-
10 a 14 anos	8 454 726	1 230 050	3 801 506	3 352 365	67 559	-	-	3 246
15 a 19 anos	7 515 199	626 586	1 187 578	3 552 955	1 704 519	429 600	-	13 961
15 a 17 anos	4 633 597	392 166	805 341	2 368 489	1 003 967	55 427	-	8 207
18 ou 19 anos	2 881 602	234 420	382 237	1 184 466	700 552	374 173	-	5 754
20 a 24 anos	6 838 271	652 049	857 140	2 406 944	1 310 455	1 445 549	156 981	9 153
25 a 29 anos	6 458 453	681 537	949 720	2 004 781	1 042 251	1 380 585	394 213	5 366
30 a 34 anos	5 658 407	714 744	865 372	1 872 110	754 673	1 038 457	409 351	3 700
35 a 39 anos	4 868 596	796 487	887 798	1 566 063	507 050	745 133	363 176	2 889
40 a 44 anos	3 991 197	886 628	828 463	1 220 828	317 447	472 631	263 626	1 574
45 a 49 anos	3 166 299	875 227	714 573	923 620	212 752	283 918	155 574	635
50 a 54 anos	2 638 599	860 910	605 096	741 304	152 595	187 830	90 487	376
55 a 59 anos	2 240 981	842 669	503 831	592 618	114 342	132 215	55 049	257
60 a 64 anos	1 928 032	814 023	412 205	482 332	85 246	95 928	37 253	44
65 a 69 anos	1 469 398	708 853	286 129	330 296	59 948	64 130	20 012	30
70 a 74 anos	1 015 510	536 989	179 805	210 412	36 942	41 499	9 847	16
75 a 79 anos	707 199	396 752	115 938	136 333	24 506	27 343	6 312	15
80 anos ou mais	661 805	409 267	85 019	120 264	21 510	21 693	4 032	20

2 - Instrução

Tabela 2.3 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por grupos de anos de estudo, segundo a cor ou raça, o sexo e os grupos de idade

(continuação)

Cor ou raça, sexo e grupos de idade	Pessoas de 5 anos ou mais de idade							
	Total	Grupos de anos de estudo						
		Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais	Não determinados
Branca	67 287 879	12 727 669	13 741 986	21 727 401	7 748 787	7 982 698	3 321 736	37 602
5 ou 6 anos	3 213 227	3 184 822	28 405	-	-	-	-	-
7 a 9 anos	4 964 893	2 357 209	2 597 185	10 499	-	-	-	-
10 a 14 anos	7 877 889	671 284	3 303 982	3 818 391	81 247	-	-	2 985
15 a 19 anos	7 119 732	393 149	823 590	3 374 621	1 989 125	524 541	-	14 706
15 a 17 anos	4 316 251	241 951	538 134	2 253 753	1 207 358	66 220	-	8 835
18 ou 19 anos	2 803 481	151 198	285 456	1 120 868	781 767	458 321	-	5 871
20 a 24 anos	6 888 009	407 171	680 114	2 413 713	1 455 192	1 716 954	206 465	8 400
25 a 29 anos	6 759 193	423 037	777 817	2 098 216	1 226 567	1 656 751	572 725	4 080
30 a 34 anos	6 020 111	422 873	707 309	2 037 453	921 956	1 295 341	632 358	2 821
35 a 39 anos	5 187 747	460 309	771 565	1 790 172	638 766	934 099	590 734	2 102
40 a 44 anos	4 308 980	532 059	787 254	1 487 863	424 240	611 232	464 979	1 353
45 a 49 anos	3 386 549	535 237	710 669	1 163 733	287 888	386 452	302 038	532
50 a 54 anos	2 855 994	557 035	641 599	970 191	218 217	274 906	193 727	319
55 a 59 anos	2 418 455	573 693	560 418	780 086	164 779	199 559	129 715	205
60 a 64 anos	2 126 682	595 621	489 181	662 829	128 766	152 889	97 361	35
65 a 69 anos	1 627 749	551 338	358 442	485 452	90 965	100 679	80 856	17
70 a 74 anos	1 119 608	432 640	238 605	297 211	56 692	61 099	33 349	12
75 a 79 anos	759 378	319 832	153 431	189 470	35 540	38 495	22 595	15
80 anos ou mais	653 683	310 360	112 420	157 501	28 847	29 701	14 834	20
Homens	32 291 607	6 119 163	6 728 669	10 467 833	3 691 662	3 587 984	1 699 452	16 844
5 ou 6 anos	1 612 782	1 599 620	13 162	-	-	-	-	-
7 a 9 anos	2 482 844	1 227 091	1 250 885	4 868	-	-	-	-
10 a 14 anos	3 921 928	386 670	1 716 763	1 783 534	33 458	-	-	1 504
15 a 19 anos	3 443 906	227 443	435 229	1 676 981	886 056	210 640	-	7 557
15 a 17 anos	2 094 142	141 750	286 029	1 119 398	515 993	26 252	-	4 720
18 ou 19 anos	1 349 764	85 693	149 200	557 583	370 063	184 388	-	2 837
20 a 24 anos	3 298 185	219 044	347 120	1 193 889	707 152	746 398	80 714	3 871
25 a 29 anos	3 212 737	219 767	370 393	1 020 948	605 538	748 015	246 387	1 589
30 a 34 anos	2 881 608	209 008	332 256	882 579	459 394	601 605	295 846	921
35 a 39 anos	2 471 921	212 208	352 404	868 623	316 698	425 937	295 349	702
40 a 44 anos	2 072 555	236 468	369 184	729 208	211 591	275 757	249 949	398
45 a 49 anos	1 610 997	231 264	327 972	563 925	139 474	175 045	173 193	124
50 a 54 anos	1 372 505	237 505	304 424	476 570	106 148	129 764	118 013	81
55 a 59 anos	1 119 993	231 810	262 014	375 798	76 827	91 813	81 577	64
60 a 64 anos	975 952	239 884	234 004	309 791	58 396	71 049	63 808	20
65 a 69 anos	742 667	226 685	174 679	213 362	41 233	44 101	42 596	11
70 a 74 anos	494 803	175 248	115 335	130 915	24 975	24 058	24 260	12
75 a 79 anos	322 753	127 603	71 865	78 440	14 409	13 780	16 656	-
80 anos ou mais	252 465	111 845	50 980	58 402	10 213	9 921	11 104	-
Mulheres	34 996 272	6 608 506	7 013 317	11 259 568	4 057 125	4 414 714	1 622 284	20 758
5 ou 6 anos	1 600 445	1 585 202	15 243	-	-	-	-	-
7 a 9 anos	2 482 049	1 130 118	1 346 300	5 631	-	-	-	-
10 a 14 anos	3 955 960	284 614	1 587 218	2 034 857	47 789	-	-	1 481
15 a 19 anos	3 675 826	165 706	388 361	1 697 640	1 103 069	313 901	-	7 149
15 a 17 anos	2 222 109	100 201	252 105	1 134 355	691 365	39 968	-	4 115
18 ou 19 anos	1 453 717	65 505	136 256	563 285	411 704	273 933	-	3 034
20 a 24 anos	3 589 820	188 127	332 994	1 219 824	748 040	970 555	125 751	4 529
25 a 29 anos	3 546 456	203 270	407 424	1 077 268	620 929	908 736	326 338	2 491
30 a 34 anos	3 138 502	213 865	375 053	1 054 874	462 562	693 736	336 512	1 900
35 a 39 anos	2 715 826	248 101	419 161	921 549	322 068	508 162	295 385	1 400
40 a 44 anos	2 236 425	295 591	418 070	758 655	212 649	335 475	215 030	955
45 a 49 anos	1 775 552	303 973	382 697	599 808	148 414	211 407	128 845	408
50 a 54 anos	1 483 489	319 530	337 175	493 621	112 069	145 142	75 714	238
55 a 59 anos	1 298 462	341 883	298 404	414 268	87 952	107 648	48 138	151
60 a 64 anos	1 149 730	355 737	255 177	353 038	70 370	81 840	33 553	15
65 a 69 anos	885 082	324 653	183 763	252 090	49 732	56 578	18 260	6
70 a 74 anos	624 805	257 392	123 270	166 296	31 717	37 041	9 089	-
75 a 79 anos	436 625	192 229	81 566	111 030	21 131	24 715	5 939	15
80 anos ou mais	401 218	198 515	61 440	99 099	18 634	19 780	3 730	20

2 - Instrução

Tabela 2.3 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por grupos de anos de estudo, segundo a cor ou raça, o sexo e os grupos de idade

(continuação)

Cor ou raça, sexo e grupos de idade	Pessoas de 5 anos ou mais de idade							
	Total	Grupos de anos de estudo						
		Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais	Não determinados
Preta	5 704 624	2 440 545	1 616 009	1 782 837	480 383	324 534	56 222	4 094
5 ou 6 anos	290 141	287 829	2 312	-	-	-	-	-
7 a 9 anos	468 083	328 696	138 745	642	-	-	-	-
10 a 14 anos	813 807	215 052	402 164	193 656	2 686	-	-	249
15 a 19 anos	748 802	127 006	178 101	344 139	84 090	14 000	-	1 466
15 a 17 anos	461 791	79 154	120 762	219 429	39 276	2 253	-	917
18 ou 19 anos	287 011	47 852	57 339	124 710	44 814	11 747	-	549
20 a 24 anos	687 266	121 358	126 460	257 063	108 022	68 373	4 964	1 026
25 a 29 anos	531 024	120 212	125 132	209 157	90 598	76 411	9 115	399
30 a 34 anos	580 082	123 371	113 210	201 639	70 616	60 518	10 484	244
35 a 39 anos	509 160	132 383	109 271	163 959	47 669	44 173	11 249	456
40 a 44 anos	428 732	145 662	97 466	122 401	28 705	25 944	8 398	156
45 a 49 anos	343 642	139 038	80 569	86 113	18 353	14 503	4 928	38
50 a 54 anos	303 593	138 748	71 608	69 605	12 178	8 585	2 857	12
55 a 59 anos	254 210	131 064	57 178	51 014	7 326	5 611	1 993	24
60 a 64 anos	220 239	125 970	47 278	37 909	4 700	3 327	1 055	-
65 a 69 anos	165 560	107 015	30 829	22 536	2 907	1 713	536	24
70 a 74 anos	111 522	79 533	17 721	11 978	1 241	702	347	-
75 a 79 anos	77 080	58 454	10 818	6 405	839	340	224	-
80 anos ou mais	71 681	59 154	7 047	4 621	453	334	72	-
Homens	3 416 341	1 242 379	833 108	909 428	248 484	152 884	28 214	1 844
5 ou 6 anos	151 357	150 267	1 090	-	-	-	-	-
7 a 9 anos	244 850	178 337	66 158	355	-	-	-	-
10 a 14 anos	418 959	124 811	205 804	87 017	1 199	-	-	128
15 a 19 anos	394 754	78 577	99 786	172 138	37 733	5 671	-	849
15 a 17 anos	242 186	49 343	67 146	107 369	16 853	955	-	520
18 ou 19 anos	152 568	29 234	32 640	64 769	20 880	4 716	-	329
20 a 24 anos	383 630	71 665	70 000	135 907	54 469	28 971	2 144	474
25 a 29 anos	328 890	66 138	66 282	105 446	47 761	35 125	4 028	110
30 a 34 anos	295 987	63 535	58 137	103 392	37 043	28 966	4 859	55
35 a 39 anos	258 286	65 385	54 963	83 755	26 570	21 898	5 571	144
40 a 44 anos	218 037	70 767	48 835	65 020	15 867	13 221	4 279	48
45 a 49 anos	171 181	65 012	40 471	45 292	10 199	7 443	2 752	12
50 a 54 anos	150 270	62 957	36 061	37 394	7 358	4 785	1 715	-
55 a 59 anos	120 748	57 388	28 080	26 843	4 198	3 098	1 317	24
60 a 64 anos	102 493	54 385	23 096	19 621	2 790	1 911	690	-
65 a 69 anos	79 954	48 923	15 946	12 006	1 656	1 039	384	-
70 a 74 anos	52 928	36 037	9 389	6 037	805	399	261	-
75 a 79 anos	34 888	25 384	5 366	3 208	572	174	184	-
80 anos ou mais	29 129	22 811	3 644	2 197	264	183	30	-
Mulheres	3 288 283	1 198 166	782 901	873 409	231 899	171 650	28 008	2 250
5 ou 6 anos	138 784	137 562	1 222	-	-	-	-	-
7 a 9 anos	223 233	150 359	72 587	287	-	-	-	-
10 a 14 anos	394 848	90 241	196 360	106 639	1 487	-	-	121
15 a 19 anos	354 048	48 429	78 315	172 001	46 357	8 329	-	617
15 a 17 anos	219 605	29 811	53 616	112 060	22 423	1 298	-	397
18 ou 19 anos	134 443	18 618	24 699	59 941	23 934	7 031	-	220
20 a 24 anos	323 636	49 693	56 460	121 156	53 553	39 402	2 820	552
25 a 29 anos	302 134	54 074	58 850	99 711	42 837	41 286	5 087	289
30 a 34 anos	284 095	59 836	55 073	98 247	33 573	31 552	5 625	189
35 a 39 anos	250 874	66 998	54 308	80 204	21 099	22 275	5 678	312
40 a 44 anos	210 695	74 895	48 631	57 381	12 838	12 723	4 119	108
45 a 49 anos	172 461	74 026	40 198	40 821	8 154	7 060	2 176	26
50 a 54 anos	153 323	75 791	35 547	32 211	4 820	3 800	1 142	12
55 a 59 anos	133 462	73 676	29 098	24 371	3 128	2 513	576	-
60 a 64 anos	117 746	71 585	24 182	18 288	1 910	1 416	365	-
65 a 69 anos	85 606	58 092	14 883	10 530	1 251	674	152	24
70 a 74 anos	58 594	43 496	8 332	5 941	436	303	86	-
75 a 79 anos	42 192	33 070	5 452	3 197	267	166	40	-
80 anos ou mais	42 552	36 343	3 403	2 424	189	151	42	-

2 - Instrução

Tabela 2.3 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por grupos de anos de estudo, segundo a cor ou raça, o sexo e os grupos de idade

(continuação)

Cor ou raça, sexo e grupos de idade	Pessoas de 5 anos ou mais de idade							
	Total	Grupos de anos de estudo						
		Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais	Não determinados
Amarela	591 453	70 702	67 287	148 650	80 094	133 338	91 249	133
5 ou 6 anos	18 236	18 123	113	-	-	-	-	-
7 a 9 anos	31 395	11 239	20 096	60	-	-	-	-
10 a 14 anos	55 921	2 339	14 273	37 757	1 519	-	-	33
15 a 19 anos	50 833	1 654	1 606	10 080	25 746	11 710	-	37
15 a 17 anos	31 395	984	1 144	7 971	19 668	1 591	-	37
18 ou 19 anos	19 438	670	462	2 109	6 078	10 119	-	-
20 a 24 anos	44 598	1 338	1 247	4 437	5 855	25 443	6 262	16
25 a 29 anos	45 856	1 546	1 372	3 686	5 322	18 753	15 168	9
30 a 34 anos	47 710	1 248	1 012	4 926	6 130	17 953	16 420	21
35 a 39 anos	50 466	1 448	1 434	7 954	6 116	16 361	17 146	7
40 a 44 anos	52 497	1 714	1 946	12 584	7 278	14 205	14 760	10
45 a 49 anos	44 858	1 840	2 619	14 851	6 024	10 193	9 331	-
50 a 54 anos	38 768	2 302	3 880	14 722	5 019	6 987	5 858	-
55 a 59 anos	30 770	3 049	4 716	12 011	3 162	4 782	3 050	-
60 a 64 anos	25 402	4 454	5 498	9 478	1 975	2 381	1 636	-
65 a 69 anos	19 664	4 845	3 924	7 000	1 573	1 462	860	-
70 a 74 anos	14 898	5 263	2 239	4 241	1 601	1 149	405	-
75 a 79 anos	9 900	3 664	872	2 635	1 443	1 124	162	-
80 anos ou mais	9 681	4 636	440	2 228	1 331	855	191	-
Homens	296 640	32 829	32 138	72 323	41 281	66 785	51 250	54
5 ou 6 anos	9 394	9 325	69	-	-	-	-	-
7 a 9 anos	15 926	5 876	10 017	33	-	-	-	-
10 a 14 anos	28 596	1 380	7 540	19 037	633	-	-	6
15 a 19 anos	25 635	955	839	5 755	13 127	4 938	-	21
15 a 17 anos	16 055	589	588	4 620	9 560	677	-	21
18 ou 19 anos	9 580	366	251	1 135	3 567	4 261	-	-
20 a 24 anos	21 914	738	586	2 501	3 308	12 222	2 553	6
25 a 29 anos	22 639	746	622	1 923	2 843	9 494	7 011	-
30 a 34 anos	23 507	587	463	2 384	3 134	8 731	8 087	21
35 a 39 anos	24 956	719	620	3 510	3 162	7 681	9 264	-
40 a 44 anos	26 453	865	809	5 227	3 380	7 293	8 879	-
45 a 49 anos	22 453	742	999	6 574	2 818	5 327	5 993	-
50 a 54 anos	20 177	945	1 587	6 747	2 800	3 741	4 357	-
55 a 59 anos	16 245	1 239	1 946	5 808	1 692	3 096	2 464	-
60 a 64 anos	12 573	1 592	2 486	4 637	1 034	1 530	1 294	-
65 a 69 anos	9 570	1 716	1 826	3 496	912	885	735	-
70 a 74 anos	7 085	2 004	1 091	2 148	888	621	333	-
75 a 79 anos	5 150	1 609	489	1 381	805	731	135	-
80 anos ou mais	4 367	1 691	149	1 182	725	495	145	-
Mulheres	294 813	37 873	35 149	76 327	38 833	66 553	39 999	79
5 ou 6 anos	8 842	8 798	44	-	-	-	-	-
7 a 9 anos	15 469	5 363	10 079	27	-	-	-	-
10 a 14 anos	27 325	959	6 733	18 720	886	-	-	27
15 a 19 anos	25 198	699	767	4 325	12 619	6 772	-	16
15 a 17 anos	15 340	395	556	3 351	10 108	914	-	16
18 ou 19 anos	9 858	304	211	974	2 511	5 858	-	-
20 a 24 anos	22 684	600	661	1 936	2 547	13 221	3 709	10
25 a 29 anos	23 217	800	750	1 763	2 479	9 259	8 157	9
30 a 34 anos	24 203	561	549	2 542	2 995	9 222	8 333	-
35 a 39 anos	25 510	729	814	4 444	2 954	8 680	7 882	7
40 a 44 anos	26 044	849	1 137	7 357	3 898	6 912	5 881	10
45 a 49 anos	22 405	1 098	1 620	8 277	3 206	4 866	3 338	-
50 a 54 anos	18 591	1 357	2 293	7 975	2 219	3 245	1 501	-
55 a 59 anos	14 525	1 810	2 770	6 203	1 470	1 686	586	-
60 a 64 anos	12 829	2 862	3 012	4 841	941	831	342	-
65 a 69 anos	10 094	3 129	2 098	3 504	661	577	125	-
70 a 74 anos	7 813	3 259	1 148	2 093	713	528	72	-
75 a 79 anos	4 750	2 055	383	1 254	638	393	27	-
80 anos ou mais	5 314	2 945	291	1 066	606	360	46	-

2 - Instrução

Tabela 2.3 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por grupos de anos de estudo, segundo a cor ou raça, o sexo e os grupos de idade

(continuação)

Cor ou raça, sexo e grupos de idade	Pessoas de 5 anos ou mais de idade						
	Total	Grupos de anos de estudo					
		Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais	Não determinados
Perda	54 999 330	18 316 668	13 648 799	14 320 411	4 063 633	3 075 071	540 399	34 349
5 ou 6 anos	3 269 379	3 242 860	26 519	-	-	-	-	-
7 a 9 anos	5 047 859	3 467 803	1 573 259	6 797	-	-	-	-
10 a 14 anos	8 210 914	2 034 197	4 026 377	2 118 516	28 732	-	-	3 092
15 a 19 anos	7 014 573	1 069 612	1 589 945	3 238 891	939 131	163 539	-	13 455
15 a 17 anos	4 391 655	678 780	1 092 109	2 122 745	467 929	22 288	-	7 804
18 ou 19 anos	2 622 918	390 832	497 836	1 116 146	471 202	141 251	-	5 651
20 a 24 anos	5 865 507	952 773	1 019 718	2 145 305	978 844	718 130	42 679	8 058
25 a 29 anos	5 128 375	916 867	986 342	1 638 830	746 360	741 520	94 435	4 021
30 a 34 anos	4 357 779	890 095	860 540	1 416 689	523 888	558 043	106 052	2 472
35 a 39 anos	3 668 182	919 286	804 548	1 116 461	338 654	382 485	105 041	1 709
40 a 44 anos	3 015 607	980 210	710 616	820 797	197 677	224 349	81 190	768
45 a 49 anos	2 347 358	923 192	573 156	568 058	116 314	119 582	46 714	342
50 a 54 anos	1 941 675	857 275	467 299	436 794	77 176	73 815	29 105	211
55 a 59 anos	1 525 229	758 501	352 446	307 743	48 001	42 260	16 147	131
60 a 64 anos	1 246 386	691 113	268 755	220 938	31 115	24 993	9 443	29
65 a 69 anos	947 541	594 548	182 233	133 295	18 966	13 351	5 103	45
70 a 74 anos	626 222	430 199	102 096	75 239	9 376	6 903	2 393	16
75 a 79 anos	420 609	304 165	52 787	43 406	5 259	3 693	1 299	-
80 anos ou mais	366 135	283 972	42 165	32 652	4 140	2 408	798	-
Homens	27 735 863	10 047 240	6 960 706	7 066 110	1 987 471	1 377 985	270 056	16 295
5 ou 6 anos	1 675 624	1 662 711	12 913	-	-	-	-	-
7 a 9 anos	2 584 514	1 837 557	743 872	3 085	-	-	-	-
10 a 14 anos	4 178 918	1 200 472	2 030 141	935 146	11 649	-	-	1 510
15 a 19 anos	3 593 963	673 760	876 808	1 571 301	400 760	64 055	-	7 279
15 a 17 anos	2 239 296	426 796	597 579	1 011 403	190 148	9 242	-	4 128
18 ou 19 anos	1 354 667	246 964	279 229	559 898	210 612	54 813	-	3 151
20 a 24 anos	2 999 461	554 780	557 058	1 089 141	476 568	299 501	18 361	4 052
25 a 29 anos	2 574 164	508 490	507 996	816 773	373 453	323 361	40 638	1 453
30 a 34 anos	2 174 793	462 958	428 375	705 981	270 719	255 551	48 336	872
35 a 39 anos	1 816 066	450 386	394 380	561 366	179 014	178 569	51 785	566
40 a 44 anos	1 516 764	475 271	352 319	426 988	110 612	108 115	43 192	287
45 a 49 anos	1 167 517	435 436	285 589	296 243	64 238	59 823	26 047	141
50 a 54 anos	971 096	400 391	238 953	231 647	44 127	38 699	17 194	85
55 a 59 anos	742 077	340 138	180 464	161 804	26 554	22 392	10 700	25
60 a 64 anos	608 289	313 364	140 110	116 236	18 436	13 484	6 639	-
65 a 69 anos	467 250	277 236	97 943	70 221	10 847	7 258	3 700	45
70 a 74 anos	307 258	201 058	55 592	39 876	5 495	3 382	1 845	-
75 a 79 anos	200 670	137 544	34 679	22 873	2 870	1 696	1 008	-
80 anos ou mais	157 459	115 677	22 514	15 429	2 129	1 099	611	-
Mulheres	27 263 467	9 269 428	6 688 093	7 254 301	2 065 162	1 697 086	270 343	18 054
5 ou 6 anos	1 593 755	1 580 149	13 606	-	-	-	-	-
7 a 9 anos	2 463 345	1 630 246	828 387	3 712	-	-	-	-
10 a 14 anos	4 031 996	833 725	1 996 236	1 183 370	17 083	-	-	1 582
15 a 19 anos	3 420 810	395 852	713 137	1 667 590	538 371	99 484	-	6 176
15 a 17 anos	2 152 359	251 984	494 530	1 111 342	277 781	13 046	-	3 676
18 ou 19 anos	1 268 251	143 868	218 607	556 248	260 590	86 438	-	2 500
20 a 24 anos	2 866 046	397 993	462 660	1 056 164	502 276	418 629	24 318	4 006
25 a 29 anos	2 554 211	408 377	478 346	820 057	372 907	418 159	53 797	2 568
30 a 34 anos	2 182 986	427 136	431 165	710 708	253 169	301 492	57 716	1 600
35 a 39 anos	1 852 116	468 900	410 168	555 095	159 640	203 916	53 256	1 143
40 a 44 anos	1 498 843	504 939	358 297	393 809	87 065	116 234	37 998	501
45 a 49 anos	1 179 841	487 756	287 567	271 815	52 076	59 759	20 667	201
50 a 54 anos	970 579	456 884	228 346	205 147	33 049	35 116	11 911	126
55 a 59 anos	783 152	418 363	171 982	145 939	21 447	18 868	5 447	106
60 a 64 anos	638 117	377 749	128 645	104 702	12 679	11 509	2 804	29
65 a 69 anos	480 291	317 312	84 290	83 074	8 119	6 093	1 403	-
70 a 74 anos	318 964	229 131	46 504	35 363	3 881	3 521	548	16
75 a 79 anos	219 939	166 621	28 108	20 533	2 389	1 997	291	-
80 anos ou mais	208 676	168 295	19 651	17 223	2 011	1 309	187	-

2 - Instrução

Tabela 2.3 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por grupos de anos de estudo, segundo a cor ou raça, o sexo e os grupos de idade

(continuação)

Cor ou raça, sexo e grupos de idade	Pessoas de 5 anos ou mais de idade							
	Total	Grupos de anos de estudo						
		Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais	Não determinados
Indígena	248 443	145 369	50 215	37 031	8 612	5 558	1 566	92
5 ou 6 anos	17 198	17 091	107	-	-	-	-	-
7 a 9 anos	24 780	20 707	4 038	35	-	-	-	-
10 a 14 anos	35 420	18 448	13 126	3 785	51	-	-	10
15 a 19 anos	30 988	11 983	8 438	8 696	1 529	324	-	18
15 a 17 anos	18 537	7 167	5 439	5 194	712	14	-	11
18 ou 19 anos	12 451	4 816	2 999	3 502	817	310	-	7
20 a 24 anos	26 277	11 842	5 393	6 072	1 887	982	63	38
25 a 29 anos	21 683	9 584	4 549	4 540	1 698	1 144	153	15
30 a 34 anos	18 498	9 093	3 396	3 522	1 093	981	402	11
35 a 39 anos	15 531	7 745	3 048	2 966	774	728	270	-
40 a 44 anos	13 302	7 500	2 001	2 408	487	602	304	-
45 a 49 anos	10 260	5 777	1 863	1 771	417	290	142	-
50 a 54 anos	8 396	5 618	1 145	1 138	223	172	99	-
55 a 59 anos	6 565	4 179	1 189	749	192	214	42	-
60 a 64 anos	5 627	4 233	702	465	141	45	41	-
65 a 69 anos	5 166	4 189	551	299	76	33	18	-
70 a 74 anos	3 850	3 147	371	274	10	28	20	-
75 a 79 anos	2 621	2 186	220	180	20	15	-	-
80 anos ou mais	2 281	2 047	77	131	14	-	12	-
Homens	126 914	71 857	26 845	20 121	4 578	2 627	826	60
5 ou 6 anos	8 856	8 779	77	-	-	-	-	-
7 a 9 anos	12 760	10 855	1 884	21	-	-	-	-
10 a 14 anos	18 552	9 858	6 791	1 876	27	-	-	-
15 a 19 anos	15 622	5 788	4 387	4 604	726	99	-	18
15 a 17 anos	9 307	3 491	2 777	2 726	291	11	-	11
18 ou 19 anos	6 315	2 297	1 610	1 878	435	88	-	7
20 a 24 anos	13 660	5 925	3 012	3 356	912	390	38	27
25 a 29 anos	11 245	4 486	2 581	2 593	947	529	94	15
30 a 34 anos	9 353	4 260	1 861	2 047	586	452	147	-
35 a 39 anos	7 837	3 653	1 616	1 560	435	432	121	-
40 a 44 anos	7 115	3 709	1 188	1 441	331	297	149	-
45 a 49 anos	5 047	2 753	1 016	904	139	146	89	-
50 a 54 anos	4 290	2 619	880	657	168	94	72	-
55 a 59 anos	3 082	1 795	612	439	102	92	42	-
60 a 64 anos	2 740	1 906	452	229	82	36	35	-
65 a 69 anos	2 480	1 906	314	142	87	33	18	-
70 a 74 anos	2 074	1 710	233	92	10	20	9	-
75 a 79 anos	1 247	1 012	116	100	12	7	-	-
80 anos ou mais	954	843	25	60	14	-	12	-
Mulheres	121 529	73 512	23 370	16 910	4 034	2 931	740	32
5 ou 6 anos	8 342	8 312	30	-	-	-	-	-
7 a 9 anos	12 020	9 852	2 154	14	-	-	-	-
10 a 14 anos	16 868	8 590	6 335	1 909	24	-	-	10
15 a 19 anos	15 366	6 195	4 051	4 092	803	225	-	-
15 a 17 anos	9 230	3 676	2 662	2 468	421	3	-	-
18 ou 19 anos	6 136	2 519	1 389	1 624	382	222	-	-
20 a 24 anos	12 617	5 917	2 381	2 716	975	592	25	11
25 a 29 anos	10 438	5 098	1 968	1 947	751	615	59	-
30 a 34 anos	9 145	4 833	1 535	1 475	507	529	255	11
35 a 39 anos	7 694	4 092	1 432	1 406	319	296	149	-
40 a 44 anos	6 187	3 791	813	967	156	305	155	-
45 a 49 anos	5 213	3 024	847	867	278	144	53	-
50 a 54 anos	4 106	2 999	466	481	55	78	27	-
55 a 59 anos	3 483	2 384	577	310	90	122	-	-
60 a 64 anos	2 887	2 327	250	236	59	9	6	-
65 a 69 anos	2 686	2 283	237	157	9	-	-	-
70 a 74 anos	1 776	1 437	138	182	-	8	11	-
75 a 79 anos	1 374	1 174	104	80	8	8	-	-
80 anos ou mais	1 327	1 204	52	71	-	-	-	-

2 - Instrução

Tabela 2.3 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por grupos de anos de estudo, segundo a cor ou raça, o sexo e os grupos de idade

(conclusão)

Cor ou raça, sexo e grupos de idade	Pessoas de 5 anos ou mais de idade							
	Total	Grupos de anos de estudo						
		Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais	Não determinados
Sem declaração	451 683	230 095	70 320	84 150	29 252	26 573	11 102	191
5 ou 6 anos	31 434	31 163	271	-	-	-	-	-
7 a 9 anos	46 515	33 437	13 037	41	-	-	-	-
10 a 14 anos	55 686	25 616	17 112	12 477	446	-	-	35
15 a 19 anos	47 581	20 126	6 039	13 945	5 858	1 589	-	24
15 a 17 anos	28 896	12 162	3 828	9 296	3 228	358	-	24
18 ou 19 anos	18 685	7 964	2 211	4 649	2 630	1 231	-	-
20 a 24 anos	46 724	19 044	4 789	10 666	5 956	5 526	684	59
25 a 29 anos	42 918	17 415	5 273	8 445	4 738	5 310	1 704	33
30 a 34 anos	36 902	14 227	3 966	8 901	3 757	4 114	1 937	-
35 a 39 anos	30 502	12 355	3 553	7 011	2 387	3 354	1 815	27
40 a 44 anos	25 478	11 064	3 316	5 700	1 850	1 956	1 586	6
45 a 49 anos	20 096	9 114	3 108	4 183	1 132	1 324	1 235	-
50 a 54 anos	16 759	7 910	2 467	3 738	925	1 129	590	-
55 a 59 anos	14 139	7 358	2 115	2 841	562	795	461	7
60 a 64 anos	12 164	6 301	1 916	2 309	558	576	504	-
65 a 69 anos	9 600	5 330	1 376	1 822	418	424	230	-
70 a 74 anos	6 493	3 874	880	994	340	216	189	-
75 a 79 anos	4 086	2 490	662	516	203	148	67	-
80 anos ou mais	4 606	3 271	440	561	122	112	100	-
Homens	217 909	106 603	35 388	41 769	14 509	12 995	6 563	82
5 ou 6 anos	15 803	15 646	157	-	-	-	-	-
7 a 9 anos	22 964	16 709	6 214	41	-	-	-	-
10 a 14 anos	27 957	13 695	8 489	5 607	156	-	-	10
15 a 19 anos	23 430	10 421	3 092	6 638	2 558	700	-	21
15 a 17 anos	13 942	6 063	1 956	4 383	1 359	160	-	21
18 ou 19 anos	9 488	4 358	1 136	2 255	1 199	540	-	-
20 a 24 anos	23 256	9 325	2 805	5 518	2 892	2 376	326	14
25 a 29 anos	20 921	7 497	2 891	4 410	2 390	2 780	929	24
30 a 34 anos	17 426	5 714	1 969	4 637	1 891	2 188	1 027	-
35 a 39 anos	13 926	4 588	1 636	3 646	1 417	1 550	989	-
40 a 44 anos	12 475	4 501	1 801	3 041	1 009	974	1 143	6
45 a 49 anos	9 269	3 764	1 464	2 151	508	642	740	-
50 a 54 anos	8 248	3 561	1 198	1 869	541	681	398	-
55 a 59 anos	6 242	2 805	1 115	1 334	307	415	259	7
60 a 64 anos	5 441	2 538	977	1 082	271	252	321	-
65 a 69 anos	3 961	1 946	518	881	242	216	158	-
70 a 74 anos	2 935	1 600	467	457	145	118	148	-
75 a 79 anos	1 767	887	337	277	130	84	52	-
80 anos ou mais	1 888	1 306	258	180	52	19	73	-
Mulheres	233 774	123 492	34 932	42 381	14 743	13 578	4 539	109
5 ou 6 anos	15 631	15 517	114	-	-	-	-	-
7 a 9 anos	23 551	16 728	6 823	-	-	-	-	-
10 a 14 anos	27 729	11 921	8 623	6 870	290	-	-	25
15 a 19 anos	24 151	9 705	2 947	7 307	3 300	889	-	3
15 a 17 anos	14 954	6 099	1 872	4 913	1 869	198	-	3
18 ou 19 anos	9 197	3 606	1 075	2 394	1 431	691	-	-
20 a 24 anos	23 468	9 719	1 984	5 148	3 064	3 150	358	45
25 a 29 anos	21 997	9 918	2 382	4 035	2 348	2 530	775	9
30 a 34 anos	19 476	8 513	1 997	4 264	1 866	1 926	910	-
35 a 39 anos	16 576	7 667	1 917	3 365	970	1 804	826	27
40 a 44 anos	13 003	6 563	1 515	2 659	841	982	443	-
45 a 49 anos	10 827	5 350	1 644	2 032	624	682	495	-
50 a 54 anos	8 511	4 349	1 269	1 869	384	448	192	-
55 a 59 anos	7 897	4 553	1 000	1 507	255	380	202	-
60 a 64 anos	6 723	3 763	939	1 227	287	324	183	-
65 a 69 anos	5 639	3 384	858	941	176	208	72	-
70 a 74 anos	3 558	2 274	413	537	195	98	41	-
75 a 79 anos	2 319	1 603	325	239	73	64	15	-
80 anos ou mais	2 718	1 965	182	381	70	93	27	-

Fonte - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

2 - Instrução

Tabela 2.5 - Estudantes de 5 anos ou mais de idade, por grupos de idade, segundo a cor ou raça e o grau e a série que freqüentavam

(continua)

Cor ou raça e grau e série que freqüentavam	Estudantes de 5 anos ou mais de idade							
	Total	Grupos de idade						
		5 ou 6 anos	7 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 ou 19 anos	20 a 24 anos	25 anos ou mais
Total	35 077 968	2 552 266	8 268 114	13 679 766	5 101 924	1 927 313	2 099 065	1 449 520
Pré-escolar	2 435 730	1 837 291	534 400	64 039	-	-	-	-
Alfabetização de adultos	79 889	-	-	4 832	8 671	5 134	9 751	51 501
Primeiro grau	27 580 706	714 975	7 733 714	13 520 641	3 603 176	862 088	661 222	484 890
Primeira série	5 636 518	673 152	3 555 874	1 167 805	119 473	31 685	31 920	56 609
Segunda série	4 651 765	41 823	2 572 117	1 752 391	160 923	37 328	36 076	51 107
Terceira série	4 154 743	-	1 380 388	2 382 082	245 697	51 215	46 612	48 749
Quarta série	3 585 024	-	211 489	2 795 311	367 895	74 456	68 831	69 042
Quinta série	3 322 550	-	13 846	2 463 423	593 473	114 322	84 403	53 083
Sexta série	2 444 951	-	-	1 536 549	639 611	134 297	89 604	44 890
Sétima série	2 000 681	-	-	949 119	708 233	176 925	117 181	49 223
Oitava série	1 697 520	-	-	467 251	749 352	228 835	168 863	83 219
Supletivo não seriado	85 954	-	-	6 710	18 519	13 025	19 732	28 968
Segundo grau	3 405 998	-	-	90 254	1 461 100	820 771	715 980	317 893
Primeira série	1 329 581	-	-	81 008	731 905	247 982	193 334	75 351
Segunda série	1 057 241	-	-	9 245	477 999	261 538	223 646	84 813
Terceira série	857 904	-	-	-	235 347	270 638	249 364	102 555
Quarta série	106 549	-	-	-	13 770	34 757	34 967	23 055
Supletivo não seriado	54 723	-	-	-	2 079	5 856	14 669	32 119
Pré-vestibular	147 679	-	-	-	10 022	52 357	59 460	25 840
Superior	1 375 752	-	-	-	18 955	186 963	646 226	523 608
Primeira série	369 718	-	-	-	16 341	110 062	147 554	95 761
Segunda série	344 212	-	-	-	2 614	55 669	169 649	116 280
Terceira série	342 453	-	-	-	-	18 327	178 020	146 106
Quarta série	235 994	-	-	-	-	2 905	113 035	120 054
Quinta série	70 428	-	-	-	-	-	32 253	38 175
Sexta série	12 947	-	-	-	-	-	5 715	7 232
Mestrado ou doutorado	52 214	-	-	-	-	-	6 426	45 788
Branca	18 112 303	1 335 264	4 323 997	6 780 828	2 590 425	1 025 061	1 203 277	853 451
Pré-escolar	1 179 900	988 109	177 492	14 299	-	-	-	-
Alfabetização de adultos	30 601	-	-	1 438	2 810	1 856	3 598	20 889
Primeiro grau	13 536 631	347 155	4 146 505	6 698 931	1 535 323	334 553	257 837	216 327
Primeira série	2 311 509	324 937	1 616 250	285 441	37 595	10 968	11 386	24 932
Segunda série	2 134 052	22 218	1 471 396	556 869	41 170	11 430	11 530	19 439
Terceira série	1 989 675	-	905 821	980 999	62 740	14 970	15 085	19 060
Quarta série	1 802 435	-	143 919	1 478 382	106 455	21 467	22 439	29 773
Quinta série	1 744 991	-	8 119	1 426 018	216 869	39 905	30 793	23 287
Sexta série	1 360 727	-	-	977 973	275 180	51 138	35 403	21 033
Sétima série	1 145 915	-	-	647 352	353 611	73 769	48 225	22 958
Oitava série	993 651	-	-	342 746	432 379	104 526	73 297	40 703
Supletivo não seriado	43 676	-	-	3 151	9 324	6 380	9 679	15 142
Segundo grau	2 138 818	-	-	66 160	1 028 676	490 671	377 186	176 125
Primeira série	817 505	-	-	59 989	494 005	130 272	93 068	40 171
Segunda série	661 847	-	-	6 171	344 044	154 445	112 765	44 422
Terceira série	553 185	-	-	-	179 145	176 642	139 984	57 414
Quarta série	72 275	-	-	-	10 064	25 134	22 634	14 443
Supletivo não seriado	34 006	-	-	-	1 418	4 178	8 735	19 675
Pré-vestibular	107 311	-	-	-	8 129	41 740	41 409	16 033
Superior	1 074 327	-	-	-	15 487	156 231	517 875	384 734
Primeira série	290 315	-	-	-	13 485	92 183	115 049	69 598
Segunda série	268 591	-	-	-	2 002	47 068	134 486	85 035
Terceira série	264 650	-	-	-	-	14 716	144 133	105 801
Quarta série	183 969	-	-	-	-	2 264	92 548	89 157
Quinta série	56 417	-	-	-	-	-	26 969	29 448
Sexta série	10 385	-	-	-	-	-	4 690	5 695
Mestrado ou doutorado	44 715	-	-	-	-	-	5 372	39 343

2 - Instrução

Tabela 2.5 - Estudantes de 5 anos ou mais de idade, por grupos de idade, segundo a cor ou raça e o grau e a série que freqüentavam

(continuação)

Cor ou raça e grau e série que freqüentavam	Estudantes de 5 anos ou mais de idade							
	Total	Grupos de idade						
		5 ou 6 anos	7 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 ou 19 anos	20 a 24 anos	25 anos ou mais
Preta	1 442 633	86 566	322 695	587 634	211 561	77 286	84 808	72 083
Pré-escolar	95 106	60 836	30 091	4 179	-	-	-	-
Alfabetização de adultos	7 381	-	-	384	789	435	824	4 949
Primeiro grau	1 204 740	25 730	292 604	581 328	180 739	49 514	41 826	32 899
Primeira série	282 731	24 243	163 254	79 276	7 247	2 174	2 358	4 179
Segunda série	220 537	1 487	88 773	109 568	11 165	2 576	2 582	4 286
Terceira série	186 109	-	35 554	123 131	16 527	3 624	3 453	3 820
Quarta série	152 573	-	4 539	110 804	22 531	5 098	4 876	4 725
Quinta série	134 640	-	484	84 803	33 386	7 058	5 163	3 746
Sexta série	92 264	-	-	43 482	32 743	7 796	5 581	2 662
Sétima série	72 534	-	-	21 914	30 723	9 800	7 095	3 002
Oitava série	58 822	-	-	8 101	25 445	10 803	9 610	4 863
Supletivo não seriado	4 530	-	-	249	972	585	1 108	1 616
Segundo grau	105 371	-	-	1 743	29 765	25 282	32 059	16 522
Primeira série	42 351	-	-	1 527	16 996	9 803	9 671	4 554
Segunda série	31 837	-	-	216	8 763	8 051	10 729	4 078
Terceira série	25 581	-	-	-	3 618	6 732	10 013	5 217
Quarta série	3 358	-	-	-	316	827	1 010	1 215
Supletivo não seriado	2 234	-	-	-	72	68	636	1 458
Pré-vestibular	3 195	-	-	-	84	572	1 502	1 037
Superior	25 775	-	-	-	184	1 383	8 511	15 697
Primeira série	6 273	-	-	-	170	849	2 318	2 936
Segunda série	6 810	-	-	-	14	258	2 416	4 122
Terceira série	6 839	-	-	-	-	219	2 285	4 335
Quarta série	4 656	-	-	-	-	57	1 218	3 381
Quinta série	1 039	-	-	-	-	-	226	813
Sexta série	158	-	-	-	-	-	48	110
Mestrado ou doutorado	1 065	-	-	-	-	-	86	979
Amarela	156 232	9 582	28 765	52 583	26 498	11 630	17 479	9 695
Pré-escolar	8 077	7 362	660	55	-	-	-	-
Alfabetização de adultos	255	-	-	22	-	25	25	183
Primeiro grau	92 095	2 220	28 105	51 122	7 459	904	922	1 363
Primeira série	11 959	2 122	8 328	823	330	92	89	175
Segunda série	11 695	98	9 617	1 544	264	52	24	96
Terceira série	11 956	-	8 407	3 007	264	74	85	119
Quarta série	11 502	-	1 693	9 024	253	23	86	423
Quinta série	12 715	-	60	11 883	543	88	74	67
Sexta série	10 990	-	-	9 888	808	108	135	51
Sétima série	10 714	-	-	8 639	1 722	181	125	53
Oitava série	10 373	-	-	6 279	3 227	286	288	283
Supletivo não seriado	191	-	-	41	38	-	16	96
Segundo grau	27 793	-	-	1 384	18 345	4 768	2 025	1 271
Primeira série	9 797	-	-	1 267	7 389	620	276	245
Segunda série	8 573	-	-	117	6 437	1 335	515	169
Terceira série	7 824	-	-	-	4 165	2 369	909	381
Quarta série	1 246	-	-	-	341	423	295	187
Supletivo não seriado	353	-	-	-	13	21	30	289
Pré-vestibular	2 765	-	-	-	264	1 516	819	166
Superior	24 167	-	-	-	430	4 417	13 499	5 821
Primeira série	6 035	-	-	-	368	2 624	2 122	921
Segunda série	5 888	-	-	-	62	1 416	3 374	1 036
Terceira série	5 675	-	-	-	-	356	3 896	1 423
Quarta série	4 658	-	-	-	-	21	2 994	1 643
Quinta série	1 628	-	-	-	-	-	998	629
Sexta série	283	-	-	-	-	-	114	169
Mestrado ou doutorado	1 080	-	-	-	-	-	189	891

2 - Instrução

Tabela 2.5 - Estudantes de 5 anos ou mais de idade, por grupos de idade, segundo a cor ou raça e o grau e a série que freqüentavam

(continuação)

Cor ou raça e grau e série que freqüentavam	Estudantes de 5 anos ou mais de idade							
	Total	Grupos de idade						
		5 ou 6 anos	7 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 ou 19 anos	20 a 24 anos	25 anos ou mais
Parda	15 236 698	1 109 878	3 558 049	6 212 041	2 257 401	807 415	785 910	506 004
Pré-escolar	1 142 289	773 963	323 278	45 048	-	-	-	-
Alfabetização de adultos	41 080	-	-	2 954	5 015	2 775	5 201	25 135
Primeiro grau	12 640 659	335 915	3 234 771	6 143 397	1 866 677	473 374	356 764	229 761
Primeira série	3 002 975	318 157	1 752 385	796 061	73 598	18 250	17 806	26 718
Segunda série	2 264 039	17 758	991 706	1 076 214	107 307	22 896	21 415	26 743
Terceira série	1 939 710	-	424 929	1 265 461	164 869	32 014	27 578	24 859
Quarta série	1 605 592	-	50 615	1 188 453	236 806	47 446	38 908	33 364
Quinta série	1 419 676	-	5 136	934 069	340 276	66 855	47 814	25 526
Sexta série	974 105	-	-	501 616	328 933	74 627	48 104	20 825
Sétima série	756 221	-	-	289 155	320 219	92 585	61 266	22 996
Oitava série	630 152	-	-	109 143	286 520	112 648	85 047	36 794
Supletivo não seriado	38 189	-	-	3 225	8 149	6 053	8 826	11 936
Segundo grau	1 125 020	-	-	20 642	381 365	298 211	302 560	122 242
Primeira série	456 522	-	-	17 939	211 983	107 002	89 647	29 951
Segunda série	352 511	-	-	2 703	117 949	97 114	98 961	35 784
Terceira série	269 057	-	-	-	48 009	84 231	97 866	38 951
Quarta série	29 174	-	-	-	2 893	8 291	10 892	7 098
Supletivo não seriado	17 756	-	-	-	531	1 573	5 194	10 458
Pré-vestibular	34 014	-	-	-	1 545	8 418	15 583	8 468
Superior	248 415	-	-	-	2 799	24 637	105 023	115 956
Primeira série	66 403	-	-	-	2 298	14 227	27 838	22 040
Segunda série	62 059	-	-	-	501	6 863	28 975	25 720
Terceira série	64 558	-	-	-	-	2 984	27 326	34 248
Quarta série	42 224	-	-	-	-	563	16 052	25 609
Quinta série	11 137	-	-	-	-	-	4 009	7 128
Sexta série	2 034	-	-	-	-	-	823	1 211
Mestrado ou doutorado	5 221	-	-	-	-	-	779	4 442
Indígena	41 684	2 667	9 777	17 407	5 786	2 066	2 156	1 825
Pré-escolar	2 283	1 286	821	176	-	-	-	-
Alfabetização de adultos	380	-	-	30	48	20	88	194
Primeiro grau	36 867	1 381	8 956	17 169	5 217	1 567	1 476	1 101
Primeira série	10 531	1 289	5 230	3 299	319	101	143	150
Segunda série	8 312	92	2 760	4 299	591	142	278	150
Terceira série	6 386	-	812	4 030	797	303	192	252
Quarta série	4 332	-	140	2 753	911	184	198	146
Quinta série	2 949	-	14	1 616	887	229	138	65
Sexta série	1 911	-	-	674	750	253	118	116
Sétima série	1 398	-	-	421	558	220	179	20
Oitava série	933	-	-	67	393	128	186	159
Supletivo não seriado	115	-	-	10	11	7	44	43
Segundo grau	1 728	-	-	32	521	427	447	301
Primeira série	700	-	-	27	319	158	128	67
Segunda série	565	-	-	5	161	140	208	51
Terceira série	361	-	-	-	30	129	84	118
Quarta série	11	-	-	-	-	-	11	-
Supletivo não seriado	91	-	-	-	11	-	15	65
Pré-vestibular	30	-	-	-	-	14	16	-
Superior	388	-	-	-	-	38	129	221
Primeira série	81	-	-	-	-	-	40	41
Segunda série	116	-	-	-	-	18	62	36
Terceira série	88	-	-	-	-	20	16	52
Quarta série	73	-	-	-	-	-	11	62
Quinta série	30	-	-	-	-	-	-	30
Sexta série	-	-	-	-	-	-	-	-
Mestrado ou doutorado	8	-	-	-	-	-	-	8

2 - Instrução

Tabela 2.5 - Estudantes de 5 anos ou mais de idade, por grupos de idade, segundo a cor ou raça e o grau e a série que freqüentavam

(conclusão)

Cor ou raça e grau e série que freqüentavam	Estudantes de 5 anos ou mais de idade							
	Total	Grupos de idade						
		5 ou 6 anos	7 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 ou 19 anos	20 a 24 anos	25 anos ou mais
Sem declaração	88 418	8 309	24 831	29 273	10 253	3 855	5 435	6 462
Pré-escolar	8 075	5 735	2 058	282	-	-	-	-
Alfabetização de adultos	192	-	-	4	9	13	15	151
Primeiro grau	69 714	2 574	22 773	28 694	7 761	2 076	2 397	3 439
Primeira série	16 813	2 404	10 427	2 905	384	100	138	455
Segunda série	13 130	170	7 865	3 897	426	132	247	393
Terceira série	10 907	-	3 865	5 454	500	230	219	639
Quarta série	8 590	-	583	5 895	939	238	324	611
Quinta série	7 579	-	33	5 034	1 512	187	421	392
Sexta série	4 954	-	-	2 916	1 197	375	263	203
Sétima série	3 899	-	-	1 644	1 400	370	291	194
Oitava série	3 589	-	-	915	1 378	444	435	417
Supletivo não seriado	253	-	-	34	25	-	59	135
Segundo grau	7 268	-	-	293	2 428	1 412	1 703	1 432
Primeira série	2 706	-	-	260	1 213	327	543	363
Segunda série	1 908	-	-	33	645	453	468	309
Terceira série	1 896	-	-	-	380	534	508	474
Quarta série	475	-	-	-	156	82	125	112
Supletivo não seriado	283	-	-	-	34	16	59	174
Pré-vestibular	364	-	-	-	-	97	131	136
Superior	2 680	-	-	-	55	257	1 189	1 179
Primeira série	611	-	-	-	20	179	187	225
Segunda série	748	-	-	-	35	46	336	331
Terceira série	643	-	-	-	-	32	364	247
Quarta série	414	-	-	-	-	-	212	202
Quinta série	177	-	-	-	-	-	50	127
Sexta série	87	-	-	-	-	-	40	47
Mestrado ou doutorado	125	-	-	-	-	-	-	125

Fonte - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

2 - Instrução

Tabela 2.7 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade com pelo menos um curso completo, por cor ou raça, segundo o sexo, o grau e a espécie do curso completo mais elevado

(continua)

Sexo, grau e espécie do curso completo mais elevado	Pessoas de 10 anos ou mais de idade com pelo menos um curso completo (1)						
	Total	Cor ou raça					
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Total	64 543 790	39 897 163	2 554 653	449 630	21 447 224	50 480	144 640
Elementar (1)	36 576 987	20 853 800	1 594 019	145 246	13 771 285	34 744	77 892
Ensino geral (1)	36 574 311	20 852 120	1 593 866	145 209	13 770 480	34 744	77 892
Educação especial	1 184	830	15	10	329	-	-
Ensino profissionalizante	1 492	850	138	27	477	-	-
Agrícola	154	140	8	6	-	-	-
Comercial	439	178	33	-	228	-	-
Industrial	635	375	80	10	170	-	-
Saúde	118	20	17	11	70	-	-
Militar	85	76	-	-	9	-	-
Outros	61	61	-	-	-	-	-
Primeiro grau	12 629 968	7 896 574	487 617	82 063	4 123 920	8 698	31 096
Ensino geral	12 575 164	7 858 451	485 824	81 588	4 109 657	8 660	30 984
Educação especial	42	32	-	-	10	-	-
Ensino profissionalizante	54 762	38 091	1 793	475	14 253	38	112
Agrícola	70	59	-	-	11	-	-
Comercial	8 419	5 419	274	76	2 631	-	19
Administração	585	284	34	7	261	-	-
Contabilidade	6 112	3 973	198	54	1 868	-	19
Outros	1 721	1 162	42	15	502	-	-
Industrial	5 310	3 591	255	75	1 363	20	6
Eletrotécnica ou Eletrônica	1 057	684	31	18	324	-	-
Mecânica	1 855	1 210	89	19	528	9	-
Outros	2 398	1 697	135	38	511	11	6
Saúde	6 218	3 348	471	72	2 295	-	32
Enfermagem	5 793	2 984	471	58	2 248	-	32
Outros	425	364	-	14	47	-	-
Militar	635	481	-	19	115	-	20
Normal	32 900	24 238	784	203	7 622	18	35
Outros	1 210	955	9	30	216	-	-
Segundo grau	11 257 365	7 755 551	318 914	129 370	3 022 010	5 457	26 063
Ensino geral	7 506 320	5 343 413	211 073	108 436	1 820 583	3 395	19 420
Educação especial	331	209	28	21	73	-	-
Ensino profissionalizante	3 750 714	2 411 929	107 813	20 913	1 201 354	2 062	6 643
Agrícola	96 165	65 994	1 536	727	27 763	58	87
Comercial	1 624 380	1 053 084	46 014	9 951	512 040	757	2 534
Administração	211 858	104 635	8 388	881	97 374	132	448
Contabilidade	1 265 138	840 900	33 405	7 941	380 430	576	1 886
Estatística	2 407	1 298	170	8	921	-	10
Secretariado	61 458	42 644	2 000	406	16 262	47	99
Outros	83 519	63 607	2 051	715	17 053	2	91
Industrial	304 883	202 590	11 402	3 598	86 432	162	699
Desenho	29 387	20 983	1 090	373	6 812	31	98
Eletrotécnica ou Eletrônica	114 392	75 076	4 181	1 916	32 866	52	301
Mecânica	44 281	28 950	1 635	510	13 060	18	108
Química	51 944	37 172	1 812	331	12 508	13	108
Outros	64 879	40 409	2 684	468	21 186	48	84
Saúde	107 703	60 007	7 331	592	39 571	63	139
Enfermagem	62 983	34 343	4 984	352	23 147	43	114
Laboratorista de análises clínicas	30 115	17 042	1 731	68	11 240	20	14
Outros	14 605	8 622	616	172	5 184	-	11
Militar	973	729	8	13	223	-	-
Normal	1 597 182	1 014 815	40 575	5 609	531 695	1 008	3 080
Outros	19 428	14 710	547	423	3 630	14	104

2 - Instrução

Tabela 2.7 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade com pelo menos um curso completo, por cor ou raça, segundo o sexo, o grau e a espécie do curso completo mais elevado

(continuação)

Sexo, grau e espécie do curso completo mais elevado	Pessoas de 10 anos ou mais de idade com pelo menos um curso completo (1)						
	Total	Cor ou raça					
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Superior	3 928 263	3 261 629	52 055	90 141	513 880	1 501	9 057
Ciências Biológicas e da Saúde	589 327	494 084	6 727	16 906	70 105	263	1 242
Biologia	78 029	55 403	942	1 714	9 860	61	49
Educação Física	97 689	42 601	1 835	1 013	11 988	58	193
Enfermagem	55 563	41 169	1 420	1 874	10 890	66	144
Farmácia	40 626	33 157	384	1 858	5 164	4	59
Medicina	172 216	148 087	1 191	4 444	17 898	53	543
Odontologia	104 846	89 447	521	4 732	9 969	21	156
Outros	40 358	34 220	433	1 271	4 336	-	98
Ciências Exatas e Tecnológicas	505 556	410 261	6 050	22 934	64 714	246	1 351
Arquitetura e Urbanismo	48 937	43 971	373	1 271	3 123	21	178
Ciências	23 645	19 394	297	528	3 407	-	19
Ciências da Computação	40 706	34 431	366	2 257	3 543	28	81
Engenharia Civil	147 626	125 497	964	4 013	16 829	47	276
Engenharia Elétrica e Eletrônica	69 022	57 569	641	3 569	7 058	26	159
Engenharia Mecânica	74 935	64 413	635	3 371	8 334	40	142
Engenharia Química e Química Industrial	33 620	28 591	308	1 242	3 385	28	68
Engenharia, não classificada ou mal definida	39 386	33 480	508	2 159	2 998	10	231
Estatística	5 126	3 926	143	145	912	-	-
Física	8 770	7 026	116	344	1 254	15	15
Geologia	6 619	5 325	89	188	1 000	8	11
Matemática	86 830	69 941	1 292	3 015	12 435	16	131
Química	19 282	15 924	305	771	2 242	11	29
Outros (exclusive Engenharia)	1 052	773	13	61	194	-	11
Ciências Agrárias	102 110	82 243	866	3 122	15 650	62	167
Agronomia	64 156	51 211	483	2 341	9 979	27	115
Medicina Veterinária	26 802	21 877	268	672	3 945	24	16
Outros	11 152	9 155	115	109	1 726	11	36
Ciências Humanas e Sociais	2 116 677	1 752 333	30 397	35 853	292 801	747	4 546
Administração	405 393	342 192	4 343	11 138	46 443	155	1 122
Biblioteconomia	18 417	15 119	403	312	2 546	-	36
Ciências Contábeis e Atuariais	201 818	158 940	3 436	5 692	33 247	51	452
Ciências Econômicas	168 954	140 246	1 697	4 981	21 661	81	298
Ciências e Estudos Sociais	70 060	56 736	1 372	796	10 978	65	113
Comunicação Social	95 976	82 880	1 498	1 272	10 029	18	279
Direito	442 357	373 568	5 786	4 495	57 449	121	938
Filosofia	36 067	29 724	540	571	5 099	-	33
Geografia	44 585	33 391	677	483	9 985	17	32
História	55 363	50 113	1 405	310	13 392	22	121
Pedagogia	385 771	317 418	6 156	3 660	57 643	145	749
Psicologia	97 477	86 411	744	1 246	8 835	64	177
Serviço Social	57 051	44 900	1 385	594	10 012	8	152
Teologia	25 604	19 193	805	293	5 269	-	44
Outros	1 774	1 502	50	9	213	-	-
Letras e Artes	322 552	269 032	4 453	5 474	42 819	63	711
Letras	253 358	207 885	3 748	3 871	37 238	50	566
Artes	69 194	61 147	705	1 603	5 581	13	145
Defesa Nacional	17 964	15 391	159	75	2 296	11	22
Outros	174 077	138 285	3 393	5 777	25 495	109	1 018
Mestrado ou Doutorado	151 207	129 609	2 048	2 810	16 128	80	532
Ciências Biológicas e da Saúde	30 787	26 383	400	641	3 297	17	49
Medicina	16 348	14 090	150	346	1 723	-	39
Outros	14 439	12 293	250	295	1 574	17	10
Ciências Exatas e Tecnológicas	32 159	27 927	255	821	3 011	10	135
Engenharia	15 702	14 001	101	331	1 217	10	42
Outros	16 457	13 926	154	490	1 794	-	93
Ciências Agrárias	7 872	6 561	108	237	960	-	6
Ciências Humanas e Sociais	60 063	51 275	984	775	6 753	23	253
Administração	8 124	7 112	108	102	772	-	30
Ciências Econômicas, Contábeis,etc.	10 220	9 013	87	145	912	11	52
Direito	11 147	9 285	202	189	1 428	-	43
Pedagogia	8 934	7 357	209	110	1 232	-	26
Outros	21 638	18 508	378	229	2 409	12	102
Letras e Artes	11 000	9 415	194	129	1 200	18	44
Área não especificada	9 326	8 048	107	207	907	12	45

2 - Instrução

Tabela 2.7 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade com pelo menos um curso completo, por cor ou raça, segundo o sexo, o grau e a espécie do curso completo mais elevado

(continuação)

Sexo, grau e espécie do curso completo mais elevado	Pessoas de 10 anos ou mais de idade com pelo menos um curso completo (1)						
	Total	Cor ou raça					
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Homens	31 063 158	19 008 186	1 292 823	229 979	10 432 805	27 012	72 353
Elementar (1)	17 834 626	10 053 805	863 520	70 857	6 789 092	18 982	38 370
Ensino geral (1)	17 833 270	10 052 877	863 432	70 841	6 788 768	18 982	38 370
Educação especial	505	392	5	-	108	-	-
Ensino profissionalizante	851	536	83	16	216	-	-
Agrícola	63	57	-	6	-	-	-
Comercial	175	59	17	-	99	-	-
Industrial	431	280	66	10	75	-	-
Saúde	43	10	-	-	33	-	-
Militar	85	76	-	-	9	-	-
Outros	54	54	-	-	-	-	-
Primeiro grau	6 089 131	3 751 440	251 709	42 218	2 023 480	4 625	15 659
Ensino geral	6 074 147	3 741 708	251 184	42 070	2 018 996	4 599	15 590
Educação especial	28	18	-	-	10	-	-
Ensino profissionalizante	14 956	9 714	525	148	4 474	26	69
Agrícola	61	55	-	-	6	-	-
Comercial	4 316	2 846	112	9	1 341	-	8
Administração	325	194	9	-	122	-	-
Contabilidade	3 220	2 128	73	9	1 002	-	8
Outros	771	524	30	-	217	-	-
Industrial	4 303	2 904	191	27	1 151	20	-
Eletrotécnica ou Eletrônica	1 041	684	31	18	308	-	-
Mecânica	1 818	1 190	89	19	511	9	-
Outros	1 444	1 030	71	-	332	11	-
Saúde	1 124	594	41	7	450	-	32
Enfermagem	894	401	41	-	420	-	32
Outros	230	193	-	7	30	-	-
Militar	604	460	-	19	105	-	20
Normal	3 749	2 224	172	46	1 292	6	9
Outros	799	631	9	30	129	-	-
Segundo grau	5 125 161	3 529 194	151 311	65 915	1 363 065	2 560	13 116
Ensino geral	3 717 046	2 624 354	109 238	55 259	915 976	1 674	10 545
Educação especial	198	142	22	-	34	-	-
Ensino profissionalizante	1 407 917	904 698	42 051	10 656	447 055	886	2 571
Agrícola	80 815	55 769	1 157	633	23 139	44	73
Comercial	900 580	584 296	24 795	5 606	283 976	498	1 409
Administração	113 674	55 873	4 711	415	52 361	79	235
Contabilidade	738 495	492 617	18 878	4 750	220 716	417	1 117
Estatística	1 272	644	105	-	513	-	10
Secretariado	5 273	3 717	173	32	2 345	-	6
Outros	40 866	31 445	928	409	8 041	2	41
Industrial	244 504	162 267	9 241	3 127	69 232	96	541
Desenho	21 691	15 231	840	276	5 257	26	61
Eletrotécnica ou Eletrônica	103 832	68 871	3 732	1 785	29 170	34	230
Mecânica	42 510	27 781	1 572	500	12 553	18	86
Química	30 419	21 676	1 121	217	7 319	6	80
Outros	46 052	28 708	1 976	339	14 933	12	84
Saúde	25 116	14 339	1 705	92	8 909	34	37
Enfermagem	10 637	5 556	929	54	4 043	21	34
Laboratorista de análises clínicas	9 681	5 931	587	-	3 147	13	3
Outros	4 798	2 852	189	38	1 719	-	-
Militar	973	729	8	13	223	-	-
Normal	148 919	82 370	4 947	1 016	59 918	200	468
Outros	7 010	4 928	198	169	1 658	14	43

2 - Instrução

Tabela 2.7 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade com pelo menos um curso completo, por cor ou raça, segundo o sexo, o grau e a espécie do curso completo mais elevado

(continuação)

Sexo, grau e espécie do curso completo mais elevado	Pessoas de 10 anos ou mais de idade com pelo menos um curso completo (1)						
	Total	Cor ou raça					
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Superior	1 923 513	1 595 886	25 054	49 284	247 621	807	4 861
Ciências Biológicas e da Saúde	263 811	222 414	2 885	6 963	30 739	119	691
Biologia	20 077	16 283	336	330	3 101	9	18
Educação Física	45 187	36 794	1 018	420	6 815	36	104
Enfermagem	4 291	2 778	161	68	1 242	24	18
Farmácia	16 927	13 357	193	547	2 195	4	31
Medicina	115 406	98 874	793	2 860	11 449	33	397
Odontologia	58 230	49 876	345	2 632	5 277	13	87
Outros	4 293	3 452	39	106	660	-	36
Ciências Exatas e Tecnológicas	446 716	374 850	4 469	16 910	49 319	180	988
Arquitetura e Urbanismo	25 586	22 633	248	625	1 952	7	121
Ciências	6 463	5 138	75	135	1 115	-	-
Ciências da Computação	26 232	22 415	281	1 132	2 386	8	30
Engenharia Civil	130 953	111 068	844	3 683	15 094	47	217
Engenharia Elétrica e Eletrônica	64 144	53 430	579	3 439	6 552	26	118
Engenharia Mecânica	72 971	62 822	606	3 315	6 069	40	119
Engenharia Química e Química Industrial	24 565	20 825	186	826	2 678	18	32
Engenharia, não classificada ou mal definida	35 527	30 132	455	2 029	2 670	10	231
Estatística	2 711	2 059	96	84	472	-	-
Física	5 920	4 594	103	226	974	15	8
Geologia	5 475	4 381	64	176	848	-	6
Matemática	34 618	26 025	737	799	6 964	9	84
Química	10 830	8 804	182	392	1 430	-	22
Outros (exclusive Engenharia)	701	524	13	49	115	-	-
Ciências Agrárias	87 356	70 520	679	2 703	13 235	62	157
Agronomia	57 415	45 997	389	2 149	8 738	27	115
Medicina Veterinária	20 832	17 095	184	452	3 061	24	16
Outros	9 109	7 428	106	102	1 436	11	26
Ciências Humanas e Sociais	975 821	808 742	14 163	18 762	131 569	347	2 238
Administração	269 971	230 825	2 844	7 160	28 326	87	728
Biblioteconomia	1 581	1 149	55	13	364	-	-
Ciências Contábeis e Atuariais	131 037	104 305	2 120	3 377	20 898	44	293
Ciências Econômicas	121 746	101 700	1 270	3 633	14 948	52	143
Ciências e Estudos Sociais	14 202	11 145	288	121	2 639	9	-
Comunicação Social	36 071	30 730	572	364	4 132	-	173
Direito	295 962	247 793	4 218	3 245	39 993	96	617
Filosofia	14 582	11 647	287	105	2 539	-	4
Geografia	11 772	8 539	295	62	2 876	-	-
História	15 471	11 300	438	5	3 670	2	56
Pedagogia	29 565	22 624	784	306	5 670	57	124
Psicologia	12 012	10 127	171	150	1 511	-	53
Serviço Social	1 537	1 207	47	19	248	-	16
Teologia	19 957	15 331	674	193	3 728	-	31
Outros	355	319	-	9	27	-	-
Letras e Artes	47 381	37 079	1 149	722	8 195	45	191
Letras	33 505	25 577	802	435	6 493	38	160
Artes	13 876	11 502	347	287	1 702	7	31
Defesa Nacional	17 694	15 165	151	75	2 270	11	22
Outros	84 734	67 116	1 558	3 149	12 294	43	574
Mestrado ou Doutorado	90 727	77 861	1 229	1 705	9 547	38	347
Ciências Biológicas e da Saúde	18 257	15 686	244	357	1 942	-	28
Medicina	11 413	9 815	111	235	1 227	-	25
Outros	6 844	5 871	133	122	715	-	3
Ciências Exatas e Tecnológicas	23 523	20 474	201	522	2 223	10	93
Engenharia	12 873	11 511	82	295	958	10	17
Outros	10 650	8 963	119	227	1 265	-	76
Ciências Agrárias	5 753	4 761	54	172	760	-	6
Ciências Humanas e Sociais	33 697	28 848	581	460	3 641	4	163
Administração	6 060	5 292	100	68	578	-	22
Ciências Econômicas, Contábeis, etc.	7 343	6 537	49	108	597	-	52
Direito	7 792	6 495	177	96	999	-	25
Pedagogia	2 500	2 010	73	60	344	-	13
Outros	10 002	8 514	182	128	1 123	4	51
Letras e Artes	4 114	3 464	88	52	470	12	28
Área não especificada	5 383	4 628	61	142	511	12	29

2 - Instrução

Tabela 2.7 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade com pelo menos um curso completo, por cor ou raça, segundo o sexo, o grau e a espécie do curso completo mais elevado

(continuação)

Sexo, grau e espécie do curso completo mais elevado	Pessoas de 10 anos ou mais de idade com pelo menos um curso completo (1)						
	Total	Cor ou raça					
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Mulheres	33 480 632	20 888 877	1 261 830	219 651	11 014 419	23 468	72 287
Elementar (1)	18 742 361	10 799 995	830 499	74 389	6 982 194	15 762	39 522
Ensino geral (1)	18 741 041	10 799 243	830 434	74 368	6 981 712	15 762	39 522
Educação especial	679	438	10	10	221	-	-
Ensino profissionalizante	641	314	55	11	261	-	-
Agrícola	91	83	8	-	-	-	-
Comercial	264	119	16	-	129	-	-
Industrial	204	95	14	-	95	-	-
Saúde	75	10	17	11	37	-	-
Militar	-	-	-	-	-	-	-
Outros	7	7	-	-	-	-	-
Primeiro grau	6 540 837	4 145 134	235 908	39 845	2 100 440	4 073	15 437
Ensino geral	6 501 017	4 116 743	234 640	39 518	2 090 661	4 061	15 394
Educação especial	14	14	-	-	-	-	-
Ensino profissionalizante	39 806	28 377	1 268	327	9 779	12	43
Agrícola	9	4	-	-	5	-	-
Comercial	4 103	2 573	162	57	1 290	-	11
Administração	251	90	25	7	139	-	-
Contabilidade	2 892	1 845	125	45	866	-	11
Outros	950	638	12	15	285	-	-
Industrial	1 007	687	64	38	212	-	6
Eletrotécnica ou Eletrônica	16	-	-	-	16	-	-
Mecânica	37	20	-	-	17	-	-
Outros	954	667	64	38	179	-	6
Saúde	5 094	2 754	430	65	1 845	-	-
Enfermagem	4 899	2 583	430	58	1 828	-	-
Outros	195	171	-	7	17	-	-
Militar	31	21	-	-	10	-	-
Normal	29 151	22 014	612	157	6 330	12	26
Outros	411	324	-	-	87	-	-
Segundo grau	5 132 204	4 226 357	167 603	63 455	1 658 945	2 897	12 947
Ensino geral	3 789 274	2 719 059	101 835	53 177	904 607	1 721	8 875
Educação especial	133	67	6	21	39	-	-
Ensino profissionalizante	2 342 797	1 507 231	65 762	10 257	754 299	1 176	4 072
Agrícola	15 350	10 225	379	94	4 624	14	14
Comercial	723 800	468 788	21 219	4 345	228 064	259	1 125
Administração	98 184	48 762	3 677	466	45 013	53	213
Contabilidade	526 643	348 283	14 527	3 191	159 714	159	769
Estatística	1 135	654	65	8	408	-	-
Secretariado	55 185	38 927	1 827	374	13 917	47	93
Outros	42 653	32 182	1 123	306	9 012	-	50
Industrial	60 379	40 323	2 161	471	17 200	66	158
Desenho	7 696	5 752	250	97	1 555	5	37
Eletrotécnica ou Eletrônica	10 580	6 205	449	121	3 696	18	71
Mecânica	1 771	1 169	63	10	507	-	22
Química	21 525	15 496	691	114	5 189	7	28
Outros	18 827	11 701	708	129	6 253	36	-
Saúde	82 587	45 668	5 626	500	30 662	29	102
Enfermagem	52 346	28 787	4 055	298	19 104	22	80
Laboratorista de análises clínicas	20 434	11 111	1 144	68	8 093	7	11
Outros	9 807	5 770	427	134	3 465	-	11
Militar	-	-	-	-	-	-	-
Normal	1 448 263	932 445	36 028	4 593	471 777	808	2 612
Outros	12 418	9 782	349	254	1 972	-	61

2 - Instrução

Tabela 2.7 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade com pelo menos um curso completo, por cor ou raça, segundo o sexo, o grau e a espécie do curso completo mais elevado

(conclusão)

Sexo, grau e espécie do curso completo mais elevado	Pessoas de 10 anos ou mais de idade com pelo menos um curso completo (1)						
	Total	Cor ou raça					
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Superior	2 004 750	1 665 743	27 001	40 857	266 259	694	4 196
Ciências Biológicas e da Saúde	325 516	271 670	3 842	9 943	39 366	144	551
Biologia	57 952	49 120	606	1 384	6 759	52	31
Educação Física	52 502	45 807	818	593	5 173	22	89
Enfermagem	51 272	38 391	1 259	1 806	9 648	42	126
Farmácia	24 299	19 800	191	1 311	2 969	-	28
Medicina	56 810	48 213	398	1 584	6 449	20	146
Odontologia	46 616	39 571	176	2 100	4 692	8	69
Outros	36 065	30 768	394	1 165	3 676	-	62
Ciências Exatas e Tecnológicas	158 840	135 411	1 581	6 024	15 395	66	353
Arquitetura e Urbanismo	23 351	21 338	125	646	1 171	14	57
Ciências	17 182	14 256	222	393	2 292	-	19
Ciências da Computação	14 454	12 016	85	1 125	1 157	20	51
Engenharia Civil	16 673	14 429	120	330	1 735	-	59
Engenharia Elétrica e Eletrônica	4 878	4 139	62	130	506	-	41
Engenharia Mecânica	1 964	1 591	29	56	265	-	23
Engenharia Química e Química Industrial	9 055	7 766	122	416	707	8	36
Engenharia, não classificada ou mal definida	3 859	3 348	53	130	328	-	-
Estatística	2 415	1 867	47	61	440	-	-
Física	2 850	2 432	13	118	280	-	7
Geologia	1 144	944	25	12	152	6	5
Matemática	52 212	43 916	555	2 216	5 471	7	47
Química	8 452	7 120	123	379	812	11	7
Outros (exclusive Engenharia)	351	249	-	12	79	-	11
Ciências Agrárias	14 754	11 723	187	419	2 415	-	10
Agronomia	6 741	5 214	94	192	1 241	-	-
Medicina Veterinária	5 970	4 782	84	220	884	-	-
Outros	2 043	1 727	9	7	290	-	10
Ciências Humanas e Sociais	1 140 856	943 591	16 234	17 091	161 232	400	2 308
Administração	135 422	111 366	1 499	3 978	18 117	68	394
Biblioteconomia	16 836	13 970	348	300	2 182	-	36
Ciências Contábeis e Atuariais	70 781	54 635	1 316	2 315	12 349	7	159
Ciências Econômicas	47 218	38 546	427	1 348	6 713	29	155
Ciências e Estudos Sociais	55 858	45 591	1 084	875	8 339	56	113
Comunicação Social	59 905	52 150	826	908	5 897	18	106
Direito	146 395	125 775	1 568	1 250	17 456	25	321
Filosofia	21 485	18 077	353	466	2 560	-	29
Geografia	32 813	24 852	382	421	7 109	17	32
História	49 892	38 813	967	305	9 722	20	65
Pedagogia	356 206	294 794	5 372	3 354	51 973	88	625
Psicologia	85 465	76 284	573	1 096	7 324	64	124
Serviço Social	55 514	43 693	1 338	575	9 764	8	136
Teologia	5 647	3 862	131	100	1 541	-	13
Outros	1 419	1 183	50	-	186	-	-
Letras e Artes	275 171	231 953	3 304	4 752	34 624	18	520
Letras	219 853	182 308	2 946	3 436	30 745	12	406
Artes	55 318	49 645	358	1 316	3 879	6	114
Defesa Nacional	270	226	18	-	26	-	-
Outros	89 343	71 169	1 835	2 628	13 201	66	444
Mestrado ou Doutorado	60 480	51 748	819	1 105	5 581	42	185
Ciências Biológicas e da Saúde	12 530	10 697	156	284	1 355	17	21
Medicina	4 935	4 275	39	111	496	-	14
Outros	7 595	6 422	117	173	859	17	7
Ciências Exatas e Tecnológicas	8 636	7 453	54	299	788	-	42
Engenharia	2 829	2 490	19	36	259	-	25
Outros	5 807	4 963	35	263	529	-	17
Ciências Agrárias	2 119	1 800	54	65	200	-	-
Ciências Humanas e Sociais	26 366	22 427	403	315	3 112	19	90
Administração	2 064	1 820	8	34	194	-	8
Ciências Econômicas, Contábeis,etc.	2 877	2 476	38	37	315	11	-
Direito	3 355	2 790	25	93	429	-	18
Pedagogia	6 434	5 347	136	50	888	-	13
Outros	11 636	9 994	196	101	1 286	8	51
Letras e Artes	6 886	5 951	106	77	730	6	16
Área não especificada	3 943	3 420	46	65	396	-	16

Fonte - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

(1) Inclusive as pessoas que não completaram o primeiro grau, mas concluíram pelo menos a quarta série do primeiro grau.

Tabela 1.7 - Pessoas que freqüentavam creche ou escola, por nível de ensino, segundo a cor ou raça e os grupos de idade - Brasil

(conclusão)

Cor ou raça e grupos de idade	Pessoas que freqüentavam creche ou escola								
	Total	Nível de ensino							
		Educação infantil		Alfabetização de adultos	Fundamental	Médio	Superior		
		Creche	Pré-escolar (1)				Pré-vestibular	Graduação	Mestrado ou Doutorado
Parda	**21 959 211**	**399 864**	**2 604 645**	**244 141**	**15 187 825**	**2 894 878**	**118 375**	**491 698**	**17 787**
0 a 3 anos	424 330	262 361	161 969	-	-	-	-	-	-
4 anos	556 951	137 503	419 449	-	-	-	-	-	-
5 e 6 anos	1 992 497	-	1 480 868	-	511 629	-	-	-	-
7 a 9 anos	3 931 384	-	432 678	-	3 498 706	-	-	-	-
10 a 14 anos	7 100 781	-	109 681	7 493	6 934 261	49 345	-	-	-
15 a 17 anos	3 438 976	-	-	15 908	2 346 601	1 065 486	6 010	4 971	-
18 e 19 anos	1 441 216	-	-	12 028	646 887	690 250	37 279	54 772	-
20 a 24 anos	1 494 143	-	-	27 386	578 536	649 198	47 131	190 350	1 541
25 a 29 anos	583 749	-	-	26 001	241 598	199 570	14 533	97 717	4 329
30 a 39 anos	616 962	-	-	56 929	266 403	175 832	10 323	100 433	7 042
40 a 49 anos	240 955	-	-	43 967	104 657	50 836	2 553	35 166	3 776
50 anos ou mais	137 269	-	-	54 429	58 546	14 360	545	8 289	1 099
Indígena	**196 116**	**2 292**	**22 258**	**4 396**	**137 778**	**23 704**	**971**	**4 397**	**319**
0 a 3 anos	2 518	1 528	990	-	-	-	-	-	-
4 anos	3 302	764	2 538	-	-	-	-	-	-
5 e 6 anos	14 585	-	10 199	-	4 386	-	-	-	-
7 a 9 anos	33 676	-	6 138	-	27 538	-	-	-	-
10 a 14 anos	64 299	-	2 393	235	61 244	428	-	-	-
15 a 17 anos	29 949	-	-	507	21 828	7 555	45	15	-
18 e 19 anos	13 121	-	-	307	6 794	5 306	224	490	-
20 a 24 anos	15 066	-	-	596	7 220	5 483	369	1 372	26
25 a 29 anos	6 223	-	-	432	2 720	1 879	145	998	49
30 a 39 anos	7 453	-	-	781	3 378	2 095	117	971	111
40 a 49 anos	3 516	-	-	589	1 587	722	71	463	85
50 anos ou mais	2 408	-	-	951	1 083	236	-	89	48
Sem declaração	**388 760**	**8 345**	**48 375**	**3 553**	**262 254**	**50 159**	**2 105**	**13 185**	**785**
0 a 3 anos	8 962	5 818	3 144	-	-	-	-	-	-
4 anos	10 320	2 527	7 794	-	-	-	-	-	-
5 e 6 anos	35 863	-	26 416	-	9 447	-	-	-	-
7 a 9 anos	73 987	-	8 601	-	65 387	-	-	-	-
10 a 14 anos	122 041	-	2 420	172	118 248	1 200	-	-	-
15 a 17 anos	58 723	-	-	388	37 430	20 625	115	166	-
18 e 19 anos	24 602	-	-	232	10 456	11 316	751	1 847	-
20 a 24 anos	27 189	-	-	474	9 767	10 227	811	5 821	89
25 a 29 anos	10 282	-	-	344	3 912	2 996	319	2 526	186
30 a 39 anos	10 062	-	-	761	4 504	2 539	54	1 867	337
40 a 49 anos	4 102	-	-	638	1 798	808	9	704	145
50 anos ou mais	2 626	-	-	544	1 306	450	45	253	28

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

(1) Inclusive as pessoas que freqüentavam classe de alfabetização.

Tabela 1.7 - Pessoas que freqüentavam creche ou escola, por nível de ensino, segundo a cor ou raça e os grupos de idade - Brasil

(continua)

Cor ou raça e grupos de idade	Pessoas que freqüentavam creche ou escola								
	Total	Nível de ensino							
		Educação infantil		Alfabetização de adultos	Fundamental	Médio	Superior		
		Creche	Pré-escolar (1)				Pré-vestibular	Graduação	Mestrado ou Doutorado
Total	**53 406 320**	**1 114 271**	**6 176 926**	**459 891**	**33 886 031**	**8 302 599**	**440 046**	**2 864 046**	**162 512**
0 a 3 anos	1 229 133	790 035	439 098	-	-	-	-	-	-
4 anos	1 375 149	324 236	1 050 914	-	-	-	-	-	-
5 e 6 anos	4 816 385	-	3 621 140	-	1 195 245	-	-	-	-
7 a 9 anos	9 275 529	-	850 740	-	8 424 789	-	-	-	-
10 a 14 anos	16 419 755	-	215 035	12 880	15 986 950	204 890	-	-	-
15 a 17 anos	8 335 926	-	-	28 642	4 530 929	3 708 748	30 774	36 833	-
18 e 19 anos	3 560 472	-	-	21 108	1 172 572	1 756 583	179 089	431 120	-
20 a 24 anos	4 075 418	-	-	50 026	1 101 984	1 477 757	154 325	1 274 648	16 678
25 a 29 anos	1 598 596	-	-	47 527	501 046	486 548	40 131	483 216	40 128
30 a 39 anos	1 690 086	-	-	105 292	581 894	469 324	27 477	443 978	62 121
40 a 49 anos	673 850	-	-	82 348	244 314	152 174	6 663	155 449	32 911
50 anos ou mais	356 021	-	-	112 067	146 307	46 574	1 597	38 803	10 673
Branca	**27 717 887**	**643 493**	**3 172 388**	**156 145**	**16 190 885**	**4 871 524**	**297 296**	**2 249 155**	**137 003**
0 a 3 anos	734 842	479 058	255 784	-	-	-	-	-	-
4 anos	738 312	164 435	573 877	-	-	-	-	-	-
5 e 6 anos	2 531 125	-	1 920 368	-	610 757	-	-	-	-
7 a 9 anos	4 741 673	-	340 686	-	4 400 887	-	-	-	-
10 a 14 anos	8 167 285	-	81 673	3 647	7 935 146	146 820	-	-	-
15 a 17 anos	4 289 367	-	-	8 624	1 773 194	2 453 390	23 308	30 851	-
18 e 19 anos	1 853 550	-	-	6 410	407 063	944 054	133 596	362 426	-
20 a 24 anos	2 279 398	-	-	16 411	410 069	705 873	98 436	1 034 226	14 383
25 a 29 anos	891 404	-	-	16 347	209 703	247 329	22 442	361 688	33 894
30 a 39 anos	940 556	-	-	35 281	259 935	258 045	15 203	320 028	52 065
40 a 49 anos	372 940	-	-	27 465	114 076	88 355	3 448	111 942	27 654
50 anos ou mais	177 534	-	-	41 961	70 054	27 658	861	27 994	9 006
Preta	**2 941 059**	**56 401**	**309 982**	**50 823**	**2 012 210**	**423 637**	**16 018**	**88 208**	**3 780**
0 a 3 anos	53 554	38 208	15 345	-	-	-	-	-	-
4 anos	61 417	18 193	43 224	-	-	-	-	-	-
5 e 6 anos	228 024	-	172 546	-	55 478	-	-	-	-
7 a 9 anos	468 338	-	60 596	-	407 742	-	-	-	-
10 a 14 anos	911 528	-	18 271	1 272	886 805	5 180	-	-	-
15 a 17 anos	485 048	-	-	3 187	343 664	137 077	675	446	-
18 e 19 anos	210 791	-	-	2 120	99 224	100 157	4 350	4 941	-
20 a 24 anos	232 048	-	-	5 071	94 278	103 601	6 137	22 678	283
25 a 29 anos	98 287	-	-	4 365	42 125	33 595	2 417	15 018	768
30 a 39 anos	108 302	-	-	11 312	46 552	29 740	1 733	17 463	1 503
40 a 49 anos	49 593	-	-	9 553	21 688	10 932	561	5 953	906
50 anos ou mais	34 129	-	-	13 943	14 655	3 355	145	1 710	321
Amarela	**203 286**	**3 876**	**19 278**	**834**	**95 079**	**38 697**	**5 281**	**37 403**	**2 838**
0 a 3 anos	4 927	3 062	1 866	-	-	-	-	-	-
4 anos	4 846	815	4 031	-	-	-	-	-	-
5 e 6 anos	14 292	-	10 742	-	3 550	-	-	-	-
7 a 9 anos	26 570	-	2 041	-	24 528	-	-	-	-
10 a 14 anos	53 821	-	598	61	51 246	1 917	-	-	-
15 a 17 anos	33 863	-	-	30	8 211	24 617	620	384	-
18 e 19 anos	17 192	-	-	11	2 148	5 500	2 889	6 644	-
20 a 24 anos	27 574	-	-	88	2 115	3 375	1 440	20 201	356
25 a 29 anos	8 650	-	-	38	987	1 178	274	5 269	903
30 a 39 anos	6 751	-	-	228	1 122	1 074	47	3 216	1 064
40 a 49 anos	2 744	-	-	137	508	521	10	1 221	345
50 anos ou mais	2 056	-	-	240	663	515	-	467	170

Tabela 1.12 Pessoas de 25 anos ou mais de idade, por nível educacional concluído, segundo a cor ou raça e os grupos de idade - Brasil

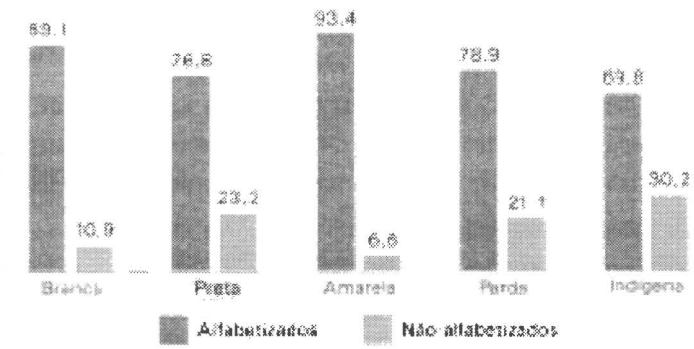
Cor ou raça e grupos de idade	Pessoas de 25 anos ou mais de idade								
	Total (1)	Nível educacional concluído							
		Nenhum (2)	Alfabetização de adultos	Fundamental incompleto		Fundamental	Médio	Superior	
				1ª série a 3ª série	4ª série a 7ª série			Graduação	Mestrado ou Doutorado
Total	**85 464 452**	**12 484 760**	**158 450**	**15 250 782**	**26 188 786**	**10 974 687**	**13 963 821**	**5 485 710**	**302 043**
25 a 29 anos	13 847 499	811 508	10 823	1 782 433	4 433 993	2 516 135	3 403 756	759 853	22 842
30 a 34 anos	13 029 101	956 812	14 683	1 855 921	4 167 277	2 240 969	2 [illegible] 737	848 076	38 343
35 a 39 anos	12 260 820	1 003 485	13 843	1 [illegible] 570	3 858 703	1 937 948	2 491 735	835 034	48 495
40 a 49 anos	19 273 412	2 160 463	32 109	3 414 886	6 241 366	2 433 694	3 155 097	1 [illegible] 619	94 114
50 a 59 anos	12 814 631	2 506 484	33 667	2 861 888	3 773 630	1 040 221	1 272 498	850 060	63 771
60 a 69 anos	8 191 598	2 414 824	28 358	2 046 954	2 241 218	486 133	532 730	328 108	24 224
70 anos ou mais	6 347 390	2 611 083	24 870	1 409 131	1 452 598	309 568	302 269	188 061	10 250
Branca	**48 288 005**	**4 792 211**	**69 331**	**7 304 963**	**15 072 426**	**6 692 356**	**9 374 163**	**4 531 879**	**261 057**
25 a 29 anos	7 308 728	255 328	3 720	857 988	2 161 827	1 400 707	2 160 373	828 602	19 710
30 a 34 anos	7 065 566	302 406	5 043	729 606	2 157 947	1 301 293	1 [illegible] 106	690 269	33 079
35 a 39 anos	6 850 487	320 002	5 160	760 [illegible]	2 091 772	1 172 413	1 655 998	763 918	41 612
40 a 49 anos	10 878 047	714 539	12 314	1 517 635	3 618 310	1 515 647	2 155 691	1 [illegible] 587	[illegible] 898
50 a 59 anos	7 236 429	927 435	14 857	1 469 142	2 406 011	594 348	923 756	705 850	54 882
60 a 69 anos	4 850 628	1 011 579	13 881	1 [illegible] 545	1 539 530	383 726	417 901	282 918	21 560
70 anos ou mais	3 968 022	1 260 916	14 557	899 353	1 097 030	246 221	259 336	153 756	9 816
Preta	**5 807 998**	**1 358 873**	**14 486**	**1 254 052**	**1 707 330**	**653 084**	**635 086**	**118 316**	**5 532**
25 a 29 anos	924 190	88 595	954	184 466	323 573	159 288	166 732	13 959	347
30 a 34 anos	859 707	102 719	1 347	183 562	288 [illegible]	137 526	137 360	19 662	702
35 a 39 anos	806 283	112 260	1 383	165 816	264 188	117 384	115 144	22 074	1 113
40 a 49 anos	1 322 137	246 950	3 162	297 584	426 123	150 474	144 431	37 848	1 798
50 a 59 anos	878 282	283 140	3 029	224 686	228 423	57 741	50 643	17 734	1 148
60 a 69 anos	582 890	262 599	2 698	148 078	118 605	20 859	15 462	5 628	310
70 anos ou mais	434 [illegible]	262 613	1 933	90 040	57 440	9 836	5 314	1 512	137
Amarela	**494 010**	**36 296**	**895**	**41 731**	**99 818**	**58 857**	**123 691**	**126 866**	**5 823**
25 a 29 anos	52 980	1 433	19	2 618	5 749	6 164	19 190	17 107	382
30 a 34 anos	62 083	1 864	59	2 391	5 407	5 749	18 976	18 830	759
35 a 39 anos	55 670	1 873	14	2 552	5 529	6 182	18 110	20 144	992
40 a 49 anos	109 412	3 784	77	4 875	15 430	12 408	32 662	37 842	1 831
50 a 59 anos	97 773	4 403	11	6 219	27 321	13 191	21 374	23 547	1 373
60 a 69 anos	70 496	7 617	214	11 661	24 196	8 096	10 645	7 437	408
70 anos ou mais	55 595	15 531	401	11 515	16 186	5 068	4 734	1 826	69
Parda	**30 023 804**	**6 088 349**	**71 681**	**6 588 575**	**9 051 608**	**3 477 838**	**3 726 868**	**880 456**	**27 864**
25 a 29 anos	5 385 376	448 774	5 939	934 007	1 897 280	926 060	1 031 036	[illegible] 014	2 264
30 a 34 anos	4 821 496	528 037	7 963	938 454	1 674 644	777 446	828 449	116 785	3 673
35 a 39 anos	4 429 689	548 725	7 233	930 107	1 481 755	625 780	884 056	124 170	4 487
40 a 49 anos	6 679 556	1 157 767	16 121	1 568 783	2 126 621	734 550	798 925	204 [illegible]	8 915
50 a 59 anos	4 180 902	1 253 314	15 495	1 133 563	1 060 664	266 398	267 887	[illegible]	6 214
60 a 69 anos	2 804 571	1 097 157	1 249	687 442	540 814	101 599	85 134	30 550	1 819
70 anos ou mais	1 822 215	1 034 574	2 681	[illegible] 219	271 029	45 814	[illegible] 681	10 045	492
Indígena	**348 196**	**102 895**	**1 006**	**68 685**	**94 029**	**36 751**	**34 323**	**7 051**	**701**
25 a 29 anos	57 [illegible]	11 060	113	10 249	17 621	8 611	7 899	769	18
30 a 34 anos	52 670	11 116	97	9 727	15 995	7 403	6 645	1 063	49
35 a 39 anos	48 670	10 507	57	9 481	14 [illegible]	6 484	6 458	1 125	89
40 a 49 anos	77 244	18 087	208	18 [illegible]	23 086	6 243	8 726	2 282	315
50 a 59 anos	50 721	17 872	179	13 007	12 202	3 573	2 984	1 218	156
60 a 69 anos	35 034	12 361	190	7 106	6 752	1 508	1 167	481	54
70 anos ou mais	26 772	16 893	162	4 557	3 485	752	446	115	19
Sem declaração	**601 438**	**110 136**	**1 071**	**92 777**	**143 672**	**57 781**	**89 591**	**21 341**	**1 067**
25 a 29 anos	89 141	10 317	79	13 085	27 942	15 134	18 528	3 402	111
30 a 34 anos	77 480	10 880	173	12 181	24 304	11 554	14 202	3 487	81
35 a 39 anos	69 021	10 118	96	12 118	20 571	9 725	11 968	3 802	204
40 a 49 anos	107 015	19 335	227	20 453	32 796	12 274	14 662	5 998	357
50 a 59 anos	70 525	20 316	195	16 272	19 010	4 970	6 054	2 886	202
60 a 69 anos	47 878	18 615	164	11 220	11 521	2 348	2 422	1 160	73
70 anos ou mais	40 278	20 553	136	7 447	7 428	1 776	1 757	807	37

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

(1) Inclusive as pessoas que cursaram o ensino fundamental ou 1º grau não seriado e que não houve possibilidade de converter para série regular

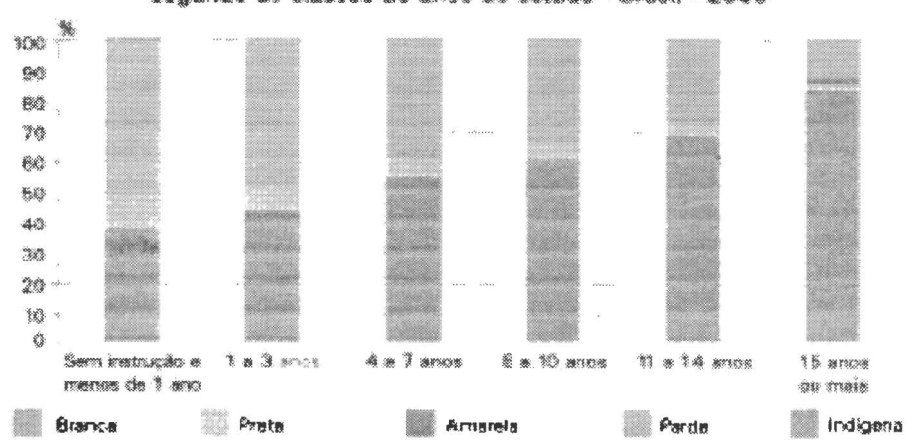
(2) Inclusive as pessoas que cursaram e não concluíram a 1ª série do ensino fundamental (ou a 1ª série do antigo 1º grau ou primário)

Gráfico 2 - Distribuição da população, por condição de alfabetização, segundo a cor ou raça - Brasil - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

Gráfico 10 - Distribuição da população de 10 anos ou mais de idade, por cor, segundo as classes de anos de estudo - Brasil - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 4 - Pessoas de 25 anos ou mais de idade, por nível de ensino concluído, segundo a cor ou raça - Brasil - 2000

Cor ou raça	Pessoas de 25 anos ou mais de idade								
	Total (1)	Nível de ensino concluído							
		Nenhum (2)	Alfabetização de adultos	Fundamental incompleto		Fundamental	Médio	Superior	
				1ª a 3ª série	4ª a 7ª série			Graduação	Mestrado ou Doutorado
Total	**99,2**	**14,6**	**0,2**	**17,8**	**30,6**	**12,8**	**16,3**	**6,4**	**0,4**
Branca	99,4	9,9	0,1	14,9	31,2	13,9	19,4	9,4	0,5
Preta	98,9	23,4	0,2	21,6	29,4	11,2	10,9	2,0	0,1
Amarela	99,6	7,3	0,2	8,4	20,2	11,5	25,0	25,7	1,2
Parda	98,9	20,2	0,2	21,9	30,1	11,6	12,4	2,3	0,1
Indígena	98,9	29,5	0,3	19,7	26,9	10,5	9,8	2,0	0,2
Sem declaração	99,2	22,0	0,2	18,5	28,6	11,5	13,9	4,3	0,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

(1) Inclusive as pessoas que cursaram o ensino fundamental ou 1º grau não seriado e que não houve possibilidade de converter para série regular. (2) Inclusive as pessoas que cursaram e não concluíram a 1ª série do ensino fundamental.

Tabela 5 - Pessoas com curso de nível superior concluído, por cor ou raça, segundo as áreas gerais de formação - Brasil - 2000

Áreas gerais de formação	Pessoas com curso de nível superior concluído					
	Total	Cor ou raça (%) (1)				
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Total (2)	**5 890 631**	**82,8**	**2,1**	**2,3**	**12,2**	**0,1**
Educação	659 886	79,7	2,7	1,0	16,0	0,1
Artes, Humanidades e Letras	659 999	79,6	3,0	1,5	15,4	0,2
Ciências Sociais, Administração e Direito	2 314 816	84,4	1,9	2,1	11,1	0,1
Ciências, Matemática e Computação	546 265	80,9	2,2	2,9	13,5	0,1
Engenharia, Produção e Construção	567 093	85,7	1,3	4,0	8,5	0,1
Agricultura e Veterinária	126 228	83,4	1,1	3,6	11,6	0,0
Saúde e Bem-estar social	889 409	83,2	2,0	2,8	11,4	0,1
Serviços	54 726	82,1	1,9	1,3	14,0	0,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

(1) Exclusive as pessoas sem declaração de cor. (2) Inclusive as áreas de formação mal especificadas.

Transcrição da entrevista, na íntegra, com a Professora e Pesquisadora Iolanda de Oliveira, em junho de 2004

Acerca da entrevistada

Iolanda de Oliveira. Doutora em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP), é professora da Universidade Federal Fluminense – Faculdade de Educação, coordenando ainda o Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira (Penesb). Assina relevante produção de obras como textos e publicações dedicados à discussão das questões sociais e raciais na Educação.

Como pesquisadora ou estudiosa da questão racial, como a senhora vê hoje a produção estatística sobre relações raciais no país? De fato, o/a pesquisador/a ou o/a estudioso/a dessa questão conta com uma disponibilidade maior de informações sobre esse assunto?

Iolanda de Oliveira – Você diz, assim, a parte quantitativa? Veja bem, eu não trabalho, especificamente, com a parte quantitativa. Às vezes, a gente faz um trabalho qualitativo, e o quantitativo como complemento. Mas, eu vejo a disponibilidade de dados, a partir do momento, em que lá na década de 90, eu fiz a minha tese. Eu procurei os indicadores sociais, entendeu, que saem anualmente. Então, eu achei que tem (...) uma produção boa sobre a questão racial. Até mesmo, quando no início da década de 90, fui surpreendida – porque eu fazia uma disciplina com o Profº Carlos Hasenbalg – eu fui fazer um trabalho comparativo entre países da América Latina, porque a disciplina era desigualdades na América Latina. (...) Um trabalho sobre a questão racial, comparando a educação da população negra em sete países da América Latina. Eu peguei sete países, entre eles, havia Cuba. E o censo, por cor, só tinha no Brasil, entendeu? Então, eu fiquei surpreendida com essa questão. Eu queria ver o sistema educacional, o de Cuba é muito bom, e eu queria pegar um país não capitalista, para que eu visse como é que estava a educação da população negra em um país socialista. E, na verdade, eu não pude fazer sobre negros. Não havia dados disponíveis sobre cor da população cubana.

E que tipo de dificuldade enfrenta também esse pesquisador/a, no que se refere ao acesso a essas informações - no caso da senhora - que efetivamente contribuem para que elabore novos estudos a respeito para a sociedade?

Iolanda de Oliveira – Acho o seguinte, (...) hoje os conhecimentos produzidos, o material do IBGE, por exemplo, está disponível para todos que têm acesso à Internet. Então, o material está disponível para toda população. A dificuldade está, por exemplo, no caso do estudante de graduação, não é? Nós aqui oferecemos o acesso à Internet aos estudantes que estão vinculados ao Penesb (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira); eles têm seu *e-mail*, quando usam, realmente, a Internet. Mas, a grande maioria dos estudantes não tem. Então, esse é um problema. Quer dizer, as informações estão aí, disponíveis na Internet, e material também à venda, não é? Agora, por exemplo, saíram os Indicadores Sociais 2003, quer dizer, tem informações muito importantes. Mas, tem acesso à informação quem tem algum recurso. Porque a população pobre não tem acesso, porque ela não é iniciada nesse tipo de conhecimento. Porque ela tem saber, mas não é esse saber acadêmico. Então, há dificuldade tanto de não ter, vamos dizer assim, o domínio de certos saberes e também o acesso à tecnologia, que disponibiliza esses dados. E, também a falta de recursos para comprar livros. O saber, o conhecimento, é alguma coisa que, num de seus textos, a Marilena Chauí fala que: "O saber deve tomar a forma de coisa pública". Mais ou menos nesses termos, que ela diz. Mas, ele não é acessível aos não iniciados. Então, tem que haver alguém pra fazer uma mediação, e levar esse saber a toda população. Porque se toda população acessar aos saberes disponíveis, embora ainda haja espaços de produção de conhecimento em todas as áreas, particularmente, na área de relações raciais - negro e educação, por exemplo. Mas, se a população tiver acesso aos saberes disponíveis, me parece que nós teremos uma outra reação da população, em face das políticas.

Sobre a utilização de dados raciais divulgados pelas pesquisas oficiais. Como pesquisadora e estudiosa de relações raciais, qual a sua avaliação de como melhor utilizar essas informações, com vista a se discutir mais as questões raciais no Brasil?

Iolanda de Oliveira – Por exemplo, aqui no Penesb, temos como proposta a disseminação desses saberes com a população em geral... Então, há vários eventos que a gente realiza e que abre para toda população. Então, pretendemos, por exemplo, fazer (...) um evento de lançamento de alguns livros, mais recentes, sobre a questão racial. Então, toda população é convidada. Nossos seminários, que a gente fazia anualmente - porque a gente não tem fôlego pra fazer anualmente e nem dinheiro – a sociedade, como um todo, era convidada. Agora, fora isso, eu penso que pra facilitar o acesso a esses saberes, nós na universidade temos a obrigação – eu acho que a universidade está muito distante da população da população em geral. Principalmente, a universidade pública, que é sustentada pela população como um todo. Quer dizer, esse espaço é um espaço público, mas a grande maioria da população, ela não tem acesso ao saber. Então, eu acho que nós pesquisadores temos que encontrar uma forma de fazer com que a população tenha acesso a esses saberes entendeu? Fazer a universidade na praça...Alguma coisa nesse sentido. (...) A universidade não ir às praças, apenas quando tem greve, mas manter esse tipo de atividade. A universidade como um todo, eu acho que é uma necessidade. Agora, ela tem que colocar uma linguagem – esse saber numa linguagem acessível à população como um todo. Isso a gente não está sabendo fazer.

E por que não está sabendo fazer?

Iolanda de Oliveira – Olha, existe uma linguagem acadêmica, não é? Que você tem que ter domínio e escrever as suas produções nessa linguagem. E, de repente, na universidade pública é preciso que se tenha um compromisso político com toda população. Se o pesquisador não tiver um compromisso com a promoção da população em geral, ele não vai fazer esse esforço. Porque ele vai se interessar em fazer suas pesquisas, e os congressos, seminários e tudo mais. (...) Agora, se ele tiver uma outra visão, certo? Ele, então, vai fazer o esforço de colocar os saberes no nível da população. O que é difícil.

Porque, sobretudo, nós somos, principalmente nas universidades públicas, dado o desmantelamento que a universidade pública vem sofrendo durante anos, nós estamos muito sobrecarregados. Aqueles profissionais que, realmente, têm compromisso político com a disseminação dos saberes estão muito sobrecarregados. Às vezes se torna difícil, entendendeu? Porque arrumar tempo para produzir conhecimento, para dar aula e para fazer essa mediação... Eu acho que, talvez, uma solução seja o nosso estreitamento maior com os movimentos sociais organizados. Para que aqueles, já iniciados; os movimentos sociais já liberados; para que eles acessem esses saberes. Muito deles estão nas universidades, por exemplo, nos cursos de mestrado e doutorado e podem fazer essa mediação. Você tem o Movimento Negro, por exemplo, que tem muitos militantes que estão nas universidades. Semana passada (...), eu estive no seminário "Concurso Internacional de Bolsas", que tem um grupo grande de negros. Então, eu fui debatedora de uma mesa com cinco militantes; uma, professora da Universidade da Paraíba, entendeu? Que não deixa de fazer uma militância acadêmica. Mas, militantes mesmos, com a procuração (...), como professores da rede pública; quer dizer, esses, certamente, serão os mediadores, os porta-vozes da universidade. No caso do Movimento Negro, que tem, atualmente, um número bastante significativo de militantes na universidade...Então, eles vão ficar, assim, com esse enriquecimento, porque eles já têm a militância, o saber incorporado pela militância. (...) eles vão adquirir esse saber acadêmico. Então, eu acho que nós temos aí já alguns militantes formados, e temos um número grande na universidade, que promete fazer essa mediação.

O que mudou, nos últimos anos, na produção de estudos e pesquisas raciais em termos de investigação e divulgação? Ou seja, o que se tem, hoje, em relação, por exemplo, aos anos 70, quando não houve a investigação da cor/raça da população? Enfim, o que mudou?

Iolanda de Oliveira – Veja bem. O que mudou é porque com a publicação do censo, incluindo o quesito cor, com todas as críticas que se faz ao censo, à classificação do IBGE; isso ofereceu, disponibilizou uma visão da distribuição racial da população brasileira. Porque não se pode fazer política sobre a questão racial sem que se tenha uma visão dessa distribuição. Então, isso foi uma medida muito boa, muito enriquecedora, que permitiu, (...) pelo menos aos

interessados no estabelecimento da igualdade racial, fazer propostas de políticas públicas para promover a igualdade. Foi uma contribuição muito forte. Sem esses dados você fica sem referência, não é? Com base em que, estou pedindo, por exemplo, para colocar 40% de negros aqui na UFF? É porque o IBGE me ofereceu o conhecimento de que no Estado do Rio de Janeiro nós temos 43% de negros. Então, eu posso reivindicar e justificar... Outro dia mesmo, discutindo nosso projeto de reservas de vagas na UFF, no colegiado de unidades, um professor disse: - Mas por que vocês estão pedindo 40% de negros na UFF? - Porque o IBGE nos apresentou 43% de negros no Estado do Rio de Janeiro, que é, justamente, o que o Governo Federal está utilizando para propor na política de reserva de vagas para negros: 50% para a escola pública e mais o percentual de negros, em cada unidade da federação, tirados desses 50%, e de indígenas. E se a gente não tem os dados do IBGE, como é que a gente faz? Como é que a gente propõe a política? (...) Existe uma referência para que se possa propor políticas a partir daí. (...) Há de parte de alguns pesquisadores que diz: - "eu estou fazendo pesquisa quantitativa". Eu digo: "eu estou fazendo pesquisa". O que se tem que entender, é que a gente não quer aquele quantitativo positivista, com caráter determinista. Não. A condição do negro está aí, mas, é uma construção social. É reversível, sim. E não com aquele determinismo positivista, que não muda nunca. Mas, não há incompatibilidade do quantitativo e do qualitativo na pesquisa. Você tem o quantitativo que te dá uma idéia do que está ocorrendo: - Olha, existe um percentual muito elevado de negros que está sendo reprovado na escola. E eu vou lá no qualitativo para explicar: - Mas, como é que isso está acontecendo na inter-relação do aluno com a escola, com o professor? O qualitativo, então, vai me explicar aquilo que o quantitativo me apontou. Então, não há incompatibilidade.

Na sua opinião, que benefícios, então, podem trazer, tanto para a militância do Movimento Negro quanto para a população negra em geral, a realização de uma investigação tão específica sobre a população brasileira? Ou seja, quanto à investigação da cor/raça, que, durante algum tempo, ficou ausente, como nos Censos de 1910, de 1920, e que, só depois de 20 anos, foi incluída nos Censos de 1940, 1950, 1960, só retornando em 1980.

Iolanda de Oliveira – Para o grupo negro, isso é muito bom, de modo geral. O problema é o acesso a essas informações. Uma maior divulgação? Mas, naquela linguagem que a população como um todo pode acessar. A mídia seria um bom instrumento, se ela se colocasse à disposição da promoção da população majoritária. Porque a mídia é contra, vamos dizer assim, a promoção dessa população. Principalmente, o canal que é mais assistido e de maior audiência – me parece que é a Globo, entendeu? Ela (TV Globo) manipula a população menos avisada, a população que tem menos acesso à informação. Ela apresenta as informações que ela quer.

E o que a senhora acha de estar aparecendo mais o afro-descendente na mídia; como em telenovelas, com uma função melhor, não como antes, apenas como empregados domésticos?

Iolanda de Oliveira – É, mais a mídia continua manipulando.

A senhora não vê alguma melhora?

Iolanda de Oliveira – Não. Eu não vejo, pelo seguinte. Porque, como o Movimento Negro tem denunciado, (...) a ausência da população negra nos programas de televisão. E, tem aí, recentemente, o filme "A negação do Brasil", não é, de Joelzito Araújo. Na época do doutorado dele, na USP, ele fez o filme. (...) ele fez o estudo sobre a presença negra nas novelas da Globo, no horário nobre. E a conclusão que ele chega, numa das explicações dele, é de que existem cotas para negros na mídia. Só que essas cotas, elas não estão documentadas. É uma quantidade muito grande de novelas, que ele estudou, e que não aparecem mais de 10% de negros. Portanto, veja bem, o negro aparece, mas, 10%. Mas a população é de 43%. Então, até que ponto essa mídia está representando a população brasileira, entendeu? Então, aparece um ou outro negro, mas a maioria é branca, e nem é o branco brasileiro. Porque o branco brasileiro não é aqueles artistas loiros de olhos verdes, olhos azuis, que aparecem nas novelas, e que a nossa população aprecia – como Joelzito diz – alguma coisa que os despreza. Porque há na mídia um desprezo escancarado pela população brasileira. Na mídia, um sujeito nordestino pra entrar na Globo, ele tem que perder o sotaque. É uma violência absurda. E depois, quando tem uma novela de Jorge Amado, coloca aquele loiro de olho azuis, com sotaque

nordestino, que é um absurdo. (...) Quer dizer, o nordestino perde o sotaque pra entrar na Globo como artista. E depois, uma novela do Nordeste (...) coloca brancos com sotaque. A gente percebe. É ridículo. (...) Então, que mídia é essa? Que contribuição ela dá para a promoção da população brasileira de modo geral? Ela manipula essa população. É uma ideologia, aquilo que ela coloca, entendeu? Quando ela aborda alguma questão social, ela não aprofunda a discussão. Como foi o caso das cotas: divulgou os casos negativos. Mas, o que há de positivo? Não há, não existe. Como a população negra reclama da ausência do negro nas novelas: colocam-se alguns deles, mas não passa de 10%. As pesquisas do Joelzito estão ai, comprovando isso.

Então, o que pode ainda ser melhorado e ampliado na investigação dessas questões, que possa contribuir, objetivamente, para a produção e democratização de mais informações sobre relações raciais para a sociedade brasileira?

Iolanda de Oliveira – Olha, (...) a gente está pensando, mas ainda não fizemos. Eu estive em Brasília, no primeiro semestre, (...) e, por incrível que pareça, o Tarso Genro convidou o Boaventura Santos para fazer uma conferência sobre reforma universitária. E ele falava da necessidade de uma reforma universitária, mas não essa que está aí, no Governo Lula, do FMI. (...) Então, ele falava sobre alguns quesitos para a reforma universitária. Um deles é a universidade em rede, que eu acho muito necessária. E outro deles é a pesquisa-ação. A pesquisa com a população, desde a elaboração do projeto, desenvolvimento das pesquisas e elaboração do resultado final. A universidade, ela rejeita a pesquisa-ação. Porque a universidade quer uma pesquisa que constate a realidade, e que não interfira. Realmente, uma pesquisa caracterizada pela constatação e intervenção na realidade para transformá-la, ela é arriscada. Por exemplo, para um militante que está começando, (...) que está iniciando em pesquisa. Porque se ele é um militante, e ele tem que fazer uma pesquisa que constate o que está posto na realidade e que interfira para transformá-la, ao mesmo tempo, o risco é dele pender mais para a transformação do que para a constatação. A pesquisa corre o risco de perder o rigor científico. Eu não recomendo a nenhum militante, que ingresse numa Pós-graduação, fazer uma pesquisa-ação. (...) Mas, eu concordo como o Boaventura Santos com essa necessidade. Para fazer com que a população, como um todo, se aproprie dos saberes, é necessário que ela

participe. Ela já participa dessa produção, só que ela participa apenas como objeto. Ela tem que participar, também, nas pesquisas, na pesquisa-ação, como sujeito que vai produzir os saberes, que vai interferir, que vai discutir, sabe? (...) Então, a pesquisa estaria comprometida não só com a análise dessa realidade, mas com a transformação dela. Se eu faço uma pesquisa com professores, por exemplo, sobre currículo escolar com os professores da rede. Nessa pesquisa, eles estão trabalhando na escola básica. Eu vou fazer uma pesquisa na escola básica, uma pesquisa-ação. Ela não poderia ser realizada sem a participação desses profissionais. E aí, eles já teriam, ao mesmo tempo, de constatar: - Como é que estava a questão racial nos currículos escolares? - E o que nós vamos fazer para mudar, para transformar? E eles estariam, então, trabalhando, como pesquisadores, na transformação dessa realidade. É difícil. Nós, ainda, não fizemos aqui no Penesb, apesar da gente ter dez anos de pesquisa, esse tipo de trabalho. Estamos, agora, em contato com uma escola, que a gente está terminando uma pesquisa sobre a questão racial no projeto político-pedagógico das escolas, que têm egressos dos nossos cursos. E a gente está pensando, ainda, em fazer esse tipo de pesquisa. De acumular mais estudos teóricos sobre essa questão, e fazer um trabalho com esses profissionais, de revisão de políticas, certo? Não, militante não pode entrar na universidade e tentar fazer esse tipo de pesquisa, porque ele vai ficar só na transformação, que é necessária. Então, o militante precisa chegar na universidade, e se apropriar da metodologia da pesquisa com todo o rigor científico, (...) que esse tipo de saber exige. Só depois que ele se apropriar, é que ele pode fazer uma pesquisa-ação. Eu gostei muito do apoio do Boaventura Santos, que é uma autoridade em pesquisa (...). Boaventura Santos disse que até estranhou o convite de Tarso Genro porque, pelo que ele entendia, a reforma universitária proposta no Brasil não era a reforma que ele pretendia. (...) Quem coordenou foi o Tarso Genro, e ele disse: - "Não, não é isso. A reforma universitária brasileira vai privilegiar a universidade pública." E aí, na mesma hora, ele (Boaventura Santos) respondeu: - "Mas por que você começou pela particular? Você tem realmente de investir na universidade pública brasileira, porque houve um desmantelamento muito grande (...)." E sobre a reserva de cotas para negros na universidade, ele disse: - "Eu sou favorável, e o Ministério tem que dar bolsas para que esses alunos possam se manter na universidade, e se diplomar devidamente. O Ministério tem que dar apoio a todas universidades que estão implantando a política de cotas para negros. É o papel do Ministério fazer isso." A conferência foi muito boa.

Transcrição da entrevista, na íntegra, com o Pesquisador José Luis Petruccelli, em junho de 2004

Acerca do entrevistado

José Luis Petruccelli. Pesquisador - titular, e estudioso em relações raciais exerce suas atividades na Diretoria de Pesquisas, na Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE. Doutorou-se, em 1993, em Demografia e Ciências Sociais pela École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris, França. Reúne importante produção de obras como livros, artigos e textos publicados em revistas especializadas, relatórios de pesquisas e trabalhos apresentados em congressos internacionais, dedicados à discussão, em sua maioria, de questões sociais e raciais no Brasil.

Como pesquisador ou estudioso da questão racial, como você vê hoje a produção estatística sobre relações raciais no país? De fato, o/a pesquisador/a ou o/a estudioso/a dessa questão conta com uma disponibilidade maior de informações sobre esse assunto?

José Luis Petruccelli – O que a gente conta hoje, a partir dos dados do IBGE, continua sendo a PNAD e o Censo Demográfico. Foi incorporada a cor na última POF (Pesquisa de Orçamento Familiar) 2002-2003. Também foi incorporada esta pergunta na Pesquisa Mensal de Emprego. Então, algum pequeno ganho a gente tem tido, digamos, no final da década de 90. Mas, as informações básicas, mais abrangentes, continuam sendo os Censos Demográficos e as PNADS, tal como se tinha na década de 80. Nesse sentido, talvez a gente consiga um tipo de ganho maior; está apontando para se ter algum tipo de ganho maior. Mas, de concreto assim, na mão, ainda não se tem nada.

E que tipo de dificuldade enfrenta também esse pesquisador/a, no que se refere ao acesso a essas informações, que, efetivamente, contribuem para que ele/a elabore novos estudos a respeito?

José Luis Petruccelli – Por um lado, tem uma situação diferenciada entre quem está dentro do IPEA, por exemplo, ou do IBGE, e as pessoas de fora. (...) Como falei agora, os dados da POF, da PME (Pesquisa Mensal de Emprego), que

dizem respeito à classificação racial, ainda não saíram. Os da PME[1], acho que a gente nem tem acesso. Não sei como é que está (referindo-se à divulgação da pesquisa). Anteontem, falava com uma pessoa a respeito disso, aqui no IBGE. Aparentemente, pode ser que exista algum setor do DEREN[2], que manipule esses dados. Mas, eu não tenho conhecimento. E os dados da POF ainda não foram liberados. Só o lançamento da pesquisa, (...), apenas as tabulações; uma coisa muito geral. Então, te digo, mesmo para as pessoas de dentro (referindo-se ao IBGE) não está muito facilitado. Já (o pessoal) do IPEA, eles conseguem os microdados. (...) Para os de fora fica mais difícil.

E nesse caso de dificuldade, qual seria o elemento facilitador para que esse/a pesquisador/a, que está fora das instituições de pesquisa, possa ter acesso a essas informações? Você vê alguma possibilidade?

José Luis Petruccelli – Têm pessoas que estão mais familiarizadas com esse tipo de produto, de estatísticas bem amplas, bem abrangentes como as do IBGE. Para elas é mais fácil, mas são poucas. São poucos os usuários que estão familiarizados com isso, pelo menos que eu conheça. Por exemplo, os pesquisadores que estudam essa questão (racial), como professores; ou seja, os que estão numa universidade, num instituto de pesquisa, têm mais facilidade, através do próprio *site* do IBGE ou do CD-ROM com os microdados. Agora, sobre os microdados das pesquisas, é um quesito que requer uma certa especialização. (...) Por exemplo, não é uma coisa amplamente divulgada. Bem, é isso que eu vejo.

Sobre a utilização de dados raciais divulgados pelas pesquisas oficiais. Como pesquisador e estudioso de relações raciais, qual a sua avaliação de como melhor utilizar essas informações, com vista a se discutir mais as questões raciais no Brasil?

José Luis Petruccelli – Por um lado, não há uma diferença que eu possa, assim, anotar entre esse tema e outros temas. São temas (raciais), sobre os quais tem que se debruçar, com um certo arcabouço teórico e com uma visão

[1] Por ocasião da entrevista, os resultados dessa pesquisa ainda não haviam sido divulgados.
[2] DEREN é a antiga sigla da área responsável pela PME. Atualmente, essa área é chamada de COREN – Coordenação de Trabalho e Rendimento.

do que se quer pesquisar mesmo. Ou seja, a gente tem que saber quais são os objetivos, quais são os resultados que se quer obter com essa pesquisa. Porque não se trata, assim, de dizer... Bem, de pegar a variável cor e fazer tabulações com o resto das variáveis que disponho numa base de dados. Porque isso não dá conta de nada, não é? Simplesmente, se dá um monte de informações, mas não se dá o conhecimento sobre a realidade. Não é suficiente. Tem que se ter uma certa noção. Eu vou dar um exemplo. O que tem a ver cor e nível de escolaridade? Não se trata, simplesmente, de pegar o quesito "cor" e cruzar com "se freqüenta a escola", e "nível concluído", e simplesmente comparar os grupos. Isso dá as diferenças, mas não revela, de forma completa, a magnitude das desigualdades raciais. O que a gente vem publicando, por exemplo, nas duas últimas Sínteses de Indicadores Sociais, (...) você tem que pegar, especificamente, por faixa etária, por cor, pra você, aí sim, perceber quais são as diferenças entre, por exemplo, os que freqüentam a escola e que estão na faixa etária adequada, e aqueles que, embora tenham freqüentado a escola, estão com atraso escolar. Então, aí, se revela uma outra dimensão dessa desigualdade. Por isso, eu digo, é como qualquer outra investigação que precisa se ter um conhecimento, e já alguma coisa que oriente mais como aprofundar essa análise.

O que mudou, nos últimos anos, na produção de estudos e pesquisas raciais em termos de investigação e divulgação? Ou seja, o que se tem, hoje, em relação, por exemplo, aos anos 70, quando não houve a investigação da cor/raça da população? Enfim, o que mudou?

José Luis Petruccelli – Eu acho que o marco é os anos 80. Mais ou menos aquilo que já se sabe: os estudos primeiros de Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva. (...) Depois teve, também, um certo acúmulo de pesquisas mais históricas. Houve, então, uma renovação da perspectiva sobre a escravidão brasileira, no que diz respeito à família, principalmente. Apareceram, aí, pessoas lá da UFF, da UFRJ. (...) E também no final da década de 90. A partir da Conferência de Durban, aí mudou. Ou seja, está se vivendo uma outra fase, nesse sentido.

Então, o que pode ainda ser melhorado e ampliado na investigação dessas questões, que possa contribuir, objetivamente, para a produção e democratização de mais informações sobre relações raciais para a sociedade brasileira?

José Luis Petruccelli – Há uma questão, no que diz respeito à pesquisa e, em particular, à classificação étnico-racial da população brasileira. Tem-se uma notícia boa e outra ruim. A boa é que faz quase cento e trinta anos que a gente dispõe dessa classificação. A ruim é que faz cento e trinta anos que a gente dispõe da mesma classificação. Ou seja, praticamente são as mesmas categorias que são usadas desde o Censo de 1872.

E você vê isso como prejudicial à informação?

José Luis Petruccelli – Não. Simplesmente, cabe se fazer a pergunta de que numa época, ainda, de Império do Brasil, e que ainda vigia o regime de escravidão: Da segunda metade do século XIX até início do século XXI, alguma coisa mudou no planeta, não é? Eu acho muito bom a gente ter mais um século de acúmulo de estatísticas da classificação racial da população brasileira. Mas, ao mesmo tempo, a gente tem que tentar e pensar, hoje, qual é a dimensão dessas categorias que estão sendo usadas ainda na classificação. Então, por isso, eu defendo uma pesquisa em que se aprofunde o estudo da construção, do uso, da percepção, etc. Então, qual é o significado, hoje, da categoria de "cor branca?" Qual o da categoria de "cor parda?" Etc. Como a gente viu no Censo de 2000, por exemplo, dobrou o número esperado de pessoas que se classificaram na categoria indígena. Até 1991, tínhamos 350 mil, que são os indígenas que moram nas reservas. No Censo 2000, apareceram 700 mil. Ou seja, o dobro de pessoas. Pessoas que já tinham, de alguma forma, (...) abdicado das suas raízes étnicas, da sua identidade étnica, e que estão recuperando, por esse fenômeno um pouco mundial, não é? Então, há necessidade mesmo de se fazer uma pesquisa sobre como é que são usadas essas diferenças regionais, e qual é o significado, nos tempos de hoje, dessas categorias; de atualizar. Pode ser, até, que a gente continue usando as mesmas nas pesquisas. Não quer dizer que têm que ser mudadas. Mas, sim, de se ficar mais perto do significado e da utilização dessas categorias, pela população. Também tem outra coisa: no Censo do ano 2010, acho que tem que ser incluída essa classificação no

questionário básico do censo, porque, atualmente, só está na amostra. Então isso, primeiro não permite - e que tem a ver com essa parte da sua pergunta sobre democratização; não permite realizar estimativas ao nível de todos os municípios brasileiros. (...) A amostra não suporta a representatividade de muitos municípios. A maioria, porque muitos são pequenos. Então, incluir o quesito cor no questionário básico, isso vai implicar a gente ter dados de todo mundo. Todo mundo vai estar classificado. (...) vai permitir essa contagem nos municípios, e se ter informações muito mais abrangentes do país.

Na sua opinião, que benefícios, então, podem trazer, tanto para a militância do Movimento Negro quanto para a população negra em geral, a realização de uma investigação tão específica sobre a população brasileira? Ou seja, quanto à investigação da cor/raça, que durante algum tempo ficou ausente, como nos Censos de 1910, de 1920, e que, só depois de 20 anos, foi incluída nos Censos de 1940, 1950, 1960, só retornando em 1980.

José Luis Petruccelli – A retomada dessa freqüência mais sistemática da pesquisa. Aliás, são as duas coisas: a retomada da freqüência e da inclusão, e de pensar com maior abrangência, em que todo mundo seja classificado. Isso vai permitir muito mais estudos. Muito mais, sem dúvida, não é?

Transcrição da entrevista, na íntegra, com o Professor e Pesquisador Marcelo Jorge de Paula Paixão, em junho de 2004

Acerca do entrevistado

Marcelo Jorge de Paula Paixão. Mestre em Engenharia de Produção, pela COPPE/UFRJ, e em fase de conclusão de sua tese de doutorado no IUPERJ sobre o tema das relações e desigualdades raciais. Exerce suas atividades de Professor e Pesquisador no Instituto de Economia da UFRJ, além de coordenar o Observatório Afro-brasileiro (IPDH-UFRJ), que é apoiado pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Assina importante produção como livros artigos e textos publicados tanto em periódicos quanto em livros especializados, em grande parte, sobre questões sociais e relações raciais no Brasil.

Como pesquisador ou estudioso da questão racial, como você vê hoje a produção estatística sobre relações raciais no país? De fato, o pesquisador ou o estudioso dessa questão conta com uma disponibilidade maior de informações sobre esse assunto?

Marcelo Paixão – (...). Tem uma disponibilidade maior, é evidente. Porque até bem pouco tempo atrás... (...). Em 87, foi quando na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) o quesito cor foi incluído no corpo básico da pesquisa, não é? E no caso dos Censos Demográficos não dá para dizer que nós tenhamos informações sobre cor de porte censitário, porque a informação raça/cor está no questionário 02, não está no questionário 01, que daria a esse quesito um caráter censitário. Porque o caráter ainda é amostral, ainda que possa ser uma amostra bem mais realista. Mas, considerando que até os anos 70 nós não tínhamos informação de nenhuma pesquisa oficial, debruçada no levantamento dessa informação, e considerando que nos anos 80 pesquisas como as PNADS, principalmente, que incluíram o quesito cor (...) a partir dos suplementos das pesquisas, e (...) que a realidade do universo do IBGE, e não apenas no universo do IBGE; no universo geral das instituições que produziam indicadores no Brasil, não é? Não se produzia, não havia esse dado, praticamente, não havia. Porque hoje quem faz pesquisa está um pouco mal educado – no bom sentido da palavra - no sentido de que ficou mais fácil operar com aqueles dados do IBGE, a partir dos microdados. Mas, nos velhos tempos a única forma,

ou você pagava pelos cruzamentos das informações, diretamente ao IBGE, ou você tinha que se contentar com o papel. Ou seja, com o que tinha sido publicado, que é o caso dos Censos de 40 e 50. Quem quiser ver o que tem lá, tem que consultar no papel. Ou finge que não tem nada. (...). Então, a gente sabe que o tema cor, o tema relações raciais, o tema negro é um tema maldito no Brasil, sempre foi. E, em alguma medida, a partir dos anos 70, e, em grande razão, pelo Movimento Negro, foi tema na sociedade brasileira, e falar sobre isso seria uma outra via. (...) certamente houve progressos. Agora, são progressos que ainda estão muito aquém do que seria necessário e razoável, não é? São poucas as pesquisas que se tem no Brasil, mesmo as do IBGE, em que a variável cor está incluída. A POF (Pesquisa de Orçamento Familiar), agora, tem a variável cor, mas na penúltima não havia. Então, não são nem 10 anos. (...). Na PME (Pesquisa Mensal de Emprego), essa mudança metodológica é recente. A PNAD ganhou uma tradição um pouco maior, mas, mesmo assim, você não tem nem 20 anos de série da PNAD com a variável cor, que você possa construir. E no Censo Demográfico, apesar de ser positiva a presença dessa variável, ela não tem um caráter censitário, e sim amostral, e isso, às vezes, tem um problema grave. Por exemplo: na contagem populacional, em 1996, você não tem essa informação. E, além disso, eu não sei como o IBGE vai proceder daqui pra diante, em relação a outras pesquisas, não é? A tendência, pelo que eu estou percebendo, é que o IBGE vai, progressivamente, incorporando essa variável cor no interior dos questionários das pesquisas. (...). Não sei, mas há outras pesquisas que seria, extremamente importante, que a variável cor aparecesse. Como por exemplo: nos Censos Econômicos, Censos de Serviços, Censo Agropecuário. Esse em especial, o Censo Agropecuário. Então, não ter a informação é uma perda de dados, que se perde para sempre, que não estão presentes, não é? Isso para ficarmos no IBGE. Porque, na verdade, o IBGE produz pesquisas, amostragens censitárias. Mas, o universo de informações que nós temos, que o pesquisador brasileiro tem hoje à disposição, não se resume aos dados produzidos pelo IBGE. O Ministério da Justiça tem informações, o Ministério da Saúde tem informações, o Ministério da Educação tem informações. E, na maioria dos casos, a variável cor está ausente delas (...). Houve um progresso, no caso do SIM (Sistema Integrado de Informações sobre Mortalidade). Mas, no SINAV, que é o Sistema sobre Nascidos Vivos, não está disponibilizado no Ministério da Saúde. Na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), também, é o mesmo problema. Porque ocorreu também o problema

de consistência de informações, não foram disponibilizados, não é? Não estão disponíveis. A maioria – porque o Ministério da Saúde tem um conjunto amplo de informações, que não são informações de pesquisas, geralmente, são informações de cadastros. Então, você tem um conjunto de outras variáveis, por exemplo, AIDS – população afetada – que não tem a variável cor. E no Ministério da Educação, a mesma coisa. (...) o INEP tem no "Provão", SAEB e ENEM. Mas nos Censos Escolares, nada disso está presente. (...) A gente tem uma dificuldade que é cultural. Até porque em alguns lugares aparece uma certa restrição: você coloca na ficha das pessoas a variável raça/cor; o pessoal vai dizer que isso é racismo, dada a maneira que no Brasil o modelo de relações raciais funciona. Isso cria restrições de ordem cultural, principalmente, para esse tipo de cadastro, já direto com a pessoa que está prestando um determinado serviço. (...). Então, estou colocando pra você que houve um avanço. Hoje o pesquisador das relações raciais no Brasil já tem bastante material para trabalhar. Acho que se a gente for pensar, a rigor, talvez, do material existente, (...), do material da PNAD, de 76 para cá, e das PMEs que estão disponibilizadas, e dos Censos, eu acho que a maior parte desse material está adormecido, não é? Lá nos *mainframes* das instituições; do IBGE. Enfim, está lá a espera de um olhar crítico, por parte dos pesquisadores. E, em alguma medida, eu espero – meu otimismo manda dizer para você – que acredito que nós estejamos numa era de transição a esse respeito. Muitas informações já estão produzidas, muitas informações já estão geradas, e, talvez hoje, até por conta disso, estejamos vivendo um momento que envolve a própria capacitação do pesquisador, principalmente, do pesquisador negro em relação à questão de como usar esses dados. Porque o ambiente de uso não é tão amigável assim; porque demanda um grau de conhecimento de informática um pouco maior. Então, quer dizer, tudo isso coloca a gente em outro patamar. Já não estou no patamar de saber que eu não tenho nenhum dado. Não. Hoje, já existe. E o problema é ficar mais "craque" em estatística. Exige que a pessoa tenha mais conhecimento de estatística, nessa área; na estatística mais avançada. Tudo isso se tornou necessário. O debate melhorou de nível. Mas, por outro lado, à medida que a gente vai pesquisando, em que a gente vai analisando, começa a dar aquela dó, (...) de que qualquer pesquisas dessas nova, digamos a POF, vamos analisar o ponto, não vamos poder analisar pendências, mudanças, ao longo da história.

E que tipo de dificuldade enfrenta também esse pesquisador/a, no que se refere ao acesso a essas informações, que, efetivamente, contribuem para que ele/a elabore novos estudos a respeito?

Marcelo Paixão – Eu acho que se tem de fazer uma diferenciação a esse respeito. Você tem instituições que já têm uma estrutura de funcionamento, não é? Há um conceito americano que o pessoal, às vezes, torce o nariz. Mas eu, particularmente, tenho assim gostado muito, que é o conceito do *empowerment*. Então, qual é o problema? Têm instituições que já estão devidamente "empoderadas". E, portanto, já têm capacidade de produzir esses dados. Eu acho que para essas instituições a dificuldade não vai ser muito grande. Para quem já conta com uma estrutura institucional de apoio, porque antes, mesmo que a pessoa já estivesse nessas instituições ela não tinha os dados. Hoje, ela já pode processar. Agora, digamos assim, para a maioria da população fica muito difícil. Até que ponto nós estamos falando do pesquisador ou do pesquisador militante? Nós queremos que essa informação seja processada pelo pesquisador, pelo estudioso. Eu acho que ele tende a encontrar dificuldades maiores ou menores, de acordo com o local em que ele esteja inserido, não é? Se ele está inserido numa universidade que tem estrutura de computadores e acesso à Internet, etc., ele vai ter mais chance que o outro que não tem acesso a isso tudo. Eu acho, também, que era importante, quer dizer, tem uma zona de produção de conhecimento, que não está exatamente na academia, mas que se produz conhecimento, lá, também... Então, fico pensando nas Organizações não Governamentais, fico pensando nos pesquisadores independentes. Esses vão ter mais dificuldades para produzir a informação. Dificuldade de ordem tecnológica, de capacitação, desconhecimento de: 1) estatística básica – ter noções básicas de estatística para poder operar esses dados; 2) o problema relacionado à questão do acesso, ao conhecimento do *software*, que é necessário porque senão a pessoa não opera; e também tem limitações, lógico, porque não tem computador, não tem acesso à Internet; e o custo financeiro, não é? Um censo demográfico deve estar, hoje, custando em torno de quatrocentos, quinhentos reais, no IBGE. Tem DVD, CD, microdados, que estão disponibilizados. Mas, evidentemente, uma pessoa sem recursos não vai adquirir. Então, têm dificuldades de vários tipos. Mas, que, em alguma medida, vale a pena a gente se perguntar o seguinte. Quer dizer, se você me perguntar: - "Você, Marcelo, qual é o grau de dificuldade que você tem, sendo professor de

uma universidade? Eu vou te dizer que a minha dificuldade é A, B e C. Mas, se você perguntar, de repente, para um aluno de mestrado, mas que é um aluno pobre, que veio da favela, de um lugar pobre (...), você vai encontrar um outro tipo de resposta. Quanto a esse grau de dificuldade, ainda tem que ser barateado o custo de acesso. Têm que ser simplificado determinados procedimentos. Os ambientes de programação têm que ficar (...) mais amigáveis, e as pessoas têm que ser treinadas para o uso. Como eu sou de uma geração, quer dizer, a minha geração sofre logo uma pancada na cabeça. Mas, das poucas coisas boas que nós temos da minha geração – estou na casa dos 38 anos - Então, eu verifico que nós temos duas grandes vantagens: 1º) A permanência do sistema democrático, que nos permite o exercício do pensamento e do raciocínio crítico. Coisa que não foram todas as gerações deste país, que puderam contar com esse detalhe. 2º) Nós podemos contar hoje com o acesso à informática, que nos permite ter instrumentos muito interessantes para qualificarmos o sistema democrático. (...) Como militante, como pesquisador acredito nisso. Acho que a tecnologia pode ser utilizada, também, para controlar a sua vida, não é? A tecnologia em si, ela não faz nada. Então, estou te falando essas questões, porque eu acredito muito na necessidade que você tenha de formar levas de pessoas. Levas de pessoas com capacidade crítica a esse respeito. Pessoas que vão estar nas academias, mas, também, não vão estar. Pessoas que podem estar nas ONGs, mas também podem não estar. Pessoas que podem, de repente, fazer como pesquisadores independentes. Eu não acredito que, nesse campo de relações raciais, que vá ter uma pessoa que vá resolver nosso problema. Nem o Marcelo, nem fulano, nem o beltrano. Eu acho que nós precisamos de geração, de gente. Mas de levas de gente. (Ah, mas você vai pesquisar a PNAD, sei lá de que ano? - isso já foi pesquisado). Não. Vamos voltar muitas vezes, até descobrirmos, ali, o último "angu de caroço". Não há como. Nós não vamos conseguir fazer com que esse tema se torne um tema, realmente, relevante na academia, no ambiente político brasileiro, sem que tenhamos levas, tem que ser levas. Não é um nem dois (...). Eu acho que nós estamos engatinhando ainda a esse respeito. (...). Uma leva de pessoas que também venham de baixo. (...). O olhar do intelectual orgânico, não é? De pesquisadores que vejam a necessidade da coisa. Porque esse é o nosso problema no Brasil. As estruturas de acesso ao conhecimento também estão vedadas. (...). Então, eu acho que é importante, apenas, que esses mecanismos se construam. E acho que eles ainda estão muito aquém.

E nesse caso de dificuldade, qual seria o elemento facilitador para que esse/a pesquisador/a, que está fora das instituições de pesquisa, possa ter acesso a essas informações? Você vê alguma possibilidade?

Marcelo Paixão – A necessidade de sistemas mais amigáveis. O sistema SIDRA (do IBGE), por exemplo, ele poderia dar mais acesso, mais informações. Ele te dá informações, ali, chapadinhas. Um SIDRA mais amigável, que tenha o objetivo de democratizar informações, democratizar leituras. Porque faz parte do *empowerment*, a leitura. Não basta também dizer: eu produzo um livro aqui do Censo. Temos que pegar e estimular a leitura sobre aquilo ali. A pessoa quando está se debruçando para analisar aquelas informações, sempre é bom saber utilizar as matrizes teóricas (...). Muitas vezes, também tem que se tomar um certo cuidado para se saber que tipo de informação o pesquisador vai poder encontrar, utilizando, principalmente, as bases do IBGE. As pesquisas do IBGE são muito informadas por tradição, que se remonta à tradição da Escola de Chicago. Essas pesquisas (...) dizem respeito a um estudo chamado "Comunidade", que é fazer um levantamento das condições que seriam objetivas daquele grupo. E, a partir dali, é você construir as análises mais avançadas que diriam respeito às dimensões de cultura, aos modos culturais que aquela comunidade está inserida. (...) O que são os estudos de comunidade? É você utilizar, por exemplo, uma análise sobre um determinado local e ver se aquelas pessoas são solteiras ou casadas, aí você analisa um determinado bairro (...) e, a partir daí, você começa ver se essa área aqui tem mais delinqüência ou não tem; concentra desempregados ou não, etc. Tem toda uma visão metodológica, que obedece à visão da Escola de Chicago. Então, muitas vezes o pessoal utiliza os dados das PNADS ou dos Censos. Um faz a crítica, pega uma determinada categoria. – Dou, então, exemplo de um estudo feito pelo IUPERJ sobre a estrutura de classes no Brasil – que pegou como categoria o "burguês", utilizando a PNAD 1996, que seria um empregador com mais de onze trabalhando. (...) Isso seria um microempresário, para qualquer critério dentro do Cebrae. (...) Porque a PNAD, quando estuda a força de trabalho, ela é feita para fazer o estudo de estratificação social e tem como três principais setores: a escolaridade, renda e ocupação. Daí, eu posso introduzir as variáveis idade, gênero, etc. (...) Isso envolve você formar as pessoas. É preciso ter a formação das pessoas. Acredito muito que a gente tenha, de fato, de utilizar esses dados como mecanismo de qualificação do sistema institucional brasileiro. Os envolvimentos

sociais melhoram, quando eles conseguem produzir suas demandas por mais que os dados sejam produzidos de uma forma que espelhem, exatamente, tudo, talvez, como gostaríamos que fosse. Gostaríamos de analisar melhor o "burguês" (...). Mas, ela (PNAD) me permite analisar coisas importantes e isso deve ser utilizado. Eu acho que a gente deve fazer todo um esforço para tornar esses dados mais amigáveis.

O que mudou, nos últimos anos, na produção de estudos e pesquisas raciais em termos de investigação e divulgação? Ou seja, o que se tem, hoje, em relação, por exemplo, aos anos 70, quando não houve a investigação da cor/raça da população? Enfim, o que mudou?

Marcelo Paixão – Eu acho que foram duas mudanças. Uma, de ordem mais objetiva: o dado agora existe, antes não existia. Portanto, mesmo que as pessoas quisessem estudar as relações raciais, digamos, em 1975 – eu quero estudar as relações raciais. Eu só tinha um jeito, era pegar o Censo de 1950, no papel (eu não sei quando o resultado oficial foi publicado). Portanto, há uma base objetiva; é factível produzir o dado agora por esse motivo: porque agora (...) o dado existe. Em segundo lugar, eu acho que houve uma mudança. Isso é muito importante, é tão importante quanto à existência do dado. Houve uma mudança de mentalidade na sociedade brasileira, e o "mito da democracia racial" foi passando, cada vez mais, por uma problematização. A ponto de hoje, não se tornar mais um mito, pelo menos assim, acredito, de uma forma séria no espaço público, não é? Ele pode ser até vivenciado pelas pessoas, ou as práticas, o imaginário... Mas, ele deixou de ser o discurso legitimado. Porque um dos problemas fundamentais, e, que na verdade, são solidários: a inexistência do dado e o mito da democracia racial são solidários. Não há o dado porque não tem racismo, não há racismo porque não tem o dado. Então, (...) essa mudança ter ocorrido, simultaneamente, - como talvez o ovo e a galinha – acho que primeiro ocorreu uma mudança de mentalidade, e depois os dados começaram a ser produzidos. Acho que aí (o ovo e a galinha existe mesmo) tem um que nasceu primeiro. Mas, eles são, praticamente, simultâneos. Então, isso dá ao pesquisador, não apenas a possibilidade do uso do dado (...) Isso dá ao pesquisador, aquilo que o Habermas chama de validade para o discurso, não é? Validade do discurso. Porque há dez anos atrás, de repente, falasse a metade do que eu falo hoje, talvez eu fosse posto numa fogueira. Mas, se não me põem

na fogueira, é porque houve uma mudança de mentalidade, que tornou um discurso que, anteriormente, era inválido num discurso válido. De modo que ninguém pode chegar pra mim e dizer: Não, Marcelo. Você está falando uma loucura; está falando uma grande besteira. Até pode discordar. Tipo olha, não concordo contigo. A tua visão está errada; porque você não usou bem o número; que o dado está mal aplicado... Tudo bem. Mas, não pode dizer que a natureza do trabalho esteja errada; que a natureza da preocupação esteja equivocada. Isso é tão importante... Se o IBGE (falando sobre a variável cor) bota na POF, agora vou por na POF, é porque a outra ponta torna ilegítimo que não o faça, não é? Porque antes a pergunta seria: - Ué, você botou a variável cor, por que? E hoje mudou a pergunta: - Você não botou a variável cor? Mas como? Então, essas transformações são tão importantes. E eu diria pra você o seguinte: Se amanhã o IBGE resolver não produzir mais nada sobre cor – "Tira tudo isso daí da base de dados (...) tudo bem. Isso não seria tão grave quanto se amanhã as pessoas voltassem pro jornal dizendo: "Isso aí não vale nada. No Brasil há democracia racial, mesmo."Seria muito pior, se essa segunda adjuntiva ocorresse, do que a primeira, não é? (...) Ou seja, há concordância de que o tema é importante, ele é um patrimônio, eu acho, daqueles que lutam pela causa de racistas e pela causa dos negros no Brasil. E um patrimônio desse a gente não pode abrir mão. Porque é ele que nos garante a existência dos dados, que nos garante, até, a futura democratização dessas informações.

Então, você acredita que pode ser melhorada e ampliada a investigação dessas questões, que possa contribuir, mais objetivamente, para a produção e democratização de mais informações sobre relações raciais para a sociedade brasileira?

Marcelo Paixão – Vamos então voltar ao que eu estava dizendo antes. Eu acho que tem vários níveis que essas informações podem ser democratizadas.

Você acredita que estejam mais democratizadas?

Marcelo Paixão – Sim. Eu acho que sim. Acho que a imprensa cumpre um papel importante. Porque também não se pode deixar de lado a mídia; nesse último período esteve muito presente. Antigamente, esse tema na mídia estava praticamente ausente. (...) Acho que a gente tem, assim, vários níveis que

essa democratização pode ocorrer, e que vai desde aquele cidadão comum, que não quer saber (...) de programação, não é? É um problema de obter um dado. (...) A pessoa, de repente, é um militante, quer um dado...A pessoa é um cidadão comum, quer a informação. (...) É democratizar a informação. (...) Porque democratizar a informação envolve todos os níveis. Então, a gente vai operando, não por camada (...). Vai desde aquela informação que vai absorver o público em geral, até o pesquisador, o militante, o professor, o aluno de pós-graduação (...). Há várias formas de democratizar o acesso. Isso que eu quero te dizer.

Aquela que você está falando é a que, realmente, aja como determinante para mudança, para uma conscientização?

Marcelo Paixão – (...) Acho, como eu já havia colocado, que a mídia é uma forma de democratização. Eu acho que houve uma certa abertura no mercado editorial para esse tema. Também ajuda, não é? Porque, geralmente, o tema sobre relações raciais tinha uma maior aceitação no mercado editorial quando envolvia a variável cultural (...) ou variáveis históricas. Aumentou o número de livros, e a própria Internet favoreceu o acesso. Porque antigamente as coisas ficavam muito restritas. Hoje, você entra no *site* do IPEA, baixa lá o texto que você quiser (...). Acho que essa questão de democratização do acesso é essa coisa que eu já havia falado antes (...). Acesso e divulgação são duas pontas, igualmente, importantes, e, talvez, para gente ampliar o grau de acesso às informações, sobretudo para o leigo. Acho que é isso: mais Internet, mais editorial, mais debates.

Na sua opinião, que benefícios, então, podem trazer, tanto para a militância do Movimento Negro quanto para a população negra em geral, a realização de uma investigação tão específica sobre a população brasileira? Ou seja, quanto à investigação da cor/raça, que, durante algum tempo, ficou ausente, como nos Censos de 1910, de 1920, e que, só depois de 20 anos, foi incluída nos Censos de 1940, 1950, 1960, só retornando em 1980.

Marcelo Paixão – Sob um ponto de vista científico, é muito complicado a gente não ter séries. Porque a agente pode estar fazendo análises que são

determinadas por fatores conjunturais, não é? Se toda estatística já demanda uma margem de erro... Todo o pensamento empírico, ele demanda um certo grau de ceticismo, quanto à validade definitiva do dado gerado, por razões mais ou menos filosóficas. Por outro lado, tem esse problema mesmo, é você estar podendo fazer análises. Quando você pega um determinado ano, você faz uma análise sobre uma determinada realidade. Então, você corre o risco de estar fazendo uma abordagem muita marcada pela data; que não tenha uma consistência maior, do ponto de vista do estriamento da realidade. (...) Então, é evidente que a ausência passada, essa lacuna...Vamos ter que contabilizá-la. (...) Mas, grande parte dela é impossível voltar o tempo para recuperar. É irrecuperável. É uma perda de memória nacional.